

Universidade Federal do Paraná

1912 2007

história e estórias



Universidade Federal do Paraná

1912 2007

história e estórias

Universidade Federal do Paraná

1912 2007

história e estórias

95 ANOS UFPR

REITOR
Carlos Augusto Moreira Junior

VICE-REITORA
Márcia Helena Mendonça

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Flávio Zanette

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA
Sandra Regina Kirchner Guimarães

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
Rosana de Albuquerque Sá Brito

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Maria Benigna Martinelli de Oliveira

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO
Paulo Tetuo Yamamoto

PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS
Carlos Alberto Pereira do Rosário

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Patrícia F. Dorfman

CERIMONIAL
Flávia Fei Sen Chu

EDITORA UFPR
Serlei Mª Fischer Ranzi

BIBLIOTECA CENTRAL
Lígia Eliana Setenareski

Universidade Federal do Paraná

1912 2007

história e estórias

ULF G. BARANOW e
MÁRCIA DALLEDONE SIQUEIRA (orgs.)

Editora UFPR

© Ulf G. Baranow e Márcia Dalledone Siqueira (orgs.)

TEXTO
Márcia Dalledone Siqueira

ENTREVISTAS
Ulf G. Baranow, Jackson Gomes Júnior,
Regina H. Cortes e Andressa Almeira

PESQUISA HISTÓRICA
Ângela Lúcia Ganz
Ana Maria Ganz

PESQUISA ICONOGRÁFICA
Márcio de F. Tomaz

EQUIPE DE APOIO
Ariane M. Côrtes, Lia V. Ramalho, Luciana I. Marino e
Suzanne V. Tempski

Série Memória, n.14

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.
BIBLIOTECA CENTRAL. COORD. PROCESSOS TÉCNICOS.
Ficha catalográfica.

U58 Universidade Federal do Paraná: história e estórias: 1912 – 2007 / Ulf G. Baranow e Márcia Dalledone Siqueira (orgs.); pesquisa histórica Ângela Lúcia Ganz, Ana Maria Ganz.— [Curitiba : Ed. UFPR], 2007.
315p. : il.; retrs. (Memória; n.14)

Universidade Federal do Paraná – 95 anos
Inclui bibliografia e notas

1. Universidade Federal do Paraná – História – 1912-2007. 2. Universidade Federal do Paraná – 95 anos. I. Baranow, Ulf Gregor, 1938- II. Siqueira, Marcia Teresinha Andreatta Dalledone. Série.

CDD 727.3098162

Samira Elias Simões CRB-9 / 755

ISBN 978-85-7335-194-1
Ref. 483

SERVIÇOS DE EDITORAÇÃO Saturnos Assessoria em Comunicação Social S/C Ltda.
COORDENAÇÃO *Antônia Schwinden* • PROJETO GRÁFICO E CAPA *Caroline Schroeder* • Foto Capa *Isabel Liviski*
REVISÃO *Estelita Sandra de Matias* • EDITORAÇÃO ELETRÔNICA *Ivonete Chula dos Santos*

Direitos desta edição reservados à

Editora UFPR
Rua João Negrão, 280 - Centro - Caixa Postal: 17.309
Tel.: (41) 3360-7489 - Fax: (41) 3360-7486
80010-200 - Curitiba - Paraná - Brasil
www.editora.ufpr.br
editora@ufpr.br
2007

PREFÁCIO

95 ANOS
UM OLHAR SOBRE A UNIVERSIDADE DO PARANÁ

Como é possível falar da mais antiga universidade brasileira sem falar de sua gente? É comum participarmos de conversas ou discussões sobre o presente e o futuro da Universidade Federal do Paraná e ouvir frases como "Mas a minha universidade …". É exatamente nesse ponto que quero falar a você que está lendo o prefácio deste livro. Muito provavelmente, você não é um historiador que busca fontes para uma pesquisa, mas está interessado no conteúdo deste livro por causa da ligação que, em algum momento da sua vida, se fez com a mais antiga universidade brasileira: a UFPR. Um vínculo que acredito ser, assim como é para mim, uma relação de respeito e admiração por uma instituição pública, continuamente renovada, que caminha para seu Primeiro Centenário. Contribuindo para o crescimento do seu Estado e seu País e revelando em suas muitas ações sua própria gênese: a incansável doação de pessoas que acreditam, acima de tudo, ser o conhecimento transformador imprescindível em uma sociedade que busca evoluir a cada novo dia. Por isso, para a grande maioria das pessoas que estão ou estiveram na Universidade, é como se ela fosse efetivamente uma posse pessoal. E ela também não deixa de sê-lo, já que cada ser é único, e igualmente única para ele será a Universidade do Paraná.

Se assim como eu, você também tem na Universidade Federal do Paraná o seu paradigma, conforme o qual todos que por ela passam têm a liberdade de expressar-se e, a partir de suas ações, construir uma sociedade efetivamente republicana e democrática, tenho a certeza de que você terá nas próximas páginas a história do que é feita uma das mais respeitadas instituições públicas do Paraná e do Brasil. É a história das vivências de muitos que na realização de suas atividades acadêmicas e profissionais contribuíram para fazer da UFPR o que ela é hoje, tendo-lhe dado sustentação em sua caminhada de desenvolvimento. Uma Universidade feita de gente que reitera seu compromisso de dignidade, ao acreditar que para construir uma nação sólida e respeitada, a educação deve ser a ferramenta mais valorizada. Mas a Universidade também é feita de gente que acredita no debate sólido, calcado em argumentos e respeitando opiniões divergentes, ao reconhecer que a diversidade de idéias nada mais

é do que o reflexo da própria sociedade. Mesmo quando essa diversidade se alarga ou estreita, e as tensões parecem sobrepor-se ao diálogo, as pessoas de que é feita nossa Universidade vêm demonstrando que nunca se esgotam os caminhos do entendimento. É sempre a palavra que se sobrepõe como a mais importante ação do pensar.

Por creditar a realidade de uma instituição tão reconhecida como a nossa à gente da qual é feita, o desafio de concretizar este livro se tornou ainda maior. Desejávamos que, por um lado, trouxesse uma narração da história da UFPR, mas por outro, oferecesse também espaço à visão daqueles que fazem parte dessa história. Você diria que muitos outros também deveriam estar aqui presentes e, certamente, você terá razão. Afinal, a Universidade é feita de todos, e cada história de vida, por menor que pareça, merece nossa atenção, ao buscarmos retratar a real face da instituição. Entretanto, não seria possível, em apenas um livro, trazer a público a história de tantas pessoas. Afinal, a comunidade acadêmica, em 2007, é constituída de 22 mil alunos de graduação, 1.600 alunos de Ensino Médio e Profissionalizante da Escola Técnica, 22 mil alunos de Ensino a Distância, 8.500 alunos de pós-graduação, 1.994 docentes e 4.800 servidores técnico-administrativos. E não são apenas essas pessoas que compõem a rotina diária da Universidade. Há também aqueles que se utilizam dos serviços dos laboratórios de pesquisa, dos serviços à comunidade, que se beneficiam dos programas de extensão, que participam das atividades culturais, que visitam os muitos eventos institucionais. Há também aqueles que necessitam de atendimento médico nos três hospitais de ensino: Hospital de Clínicas, Maternidade Victor Ferreira do Amaral e Hospital do Trabalhador. Apenas em relação aos atendimentos – sem contar internações, cirurgias e exames – foram 830 mil feitos no Hospital de Clínicas, 135 mil no Hospital do Trabalhador e 12 mil na Maternidade Victor Ferreira do Amaral. Somente no Hospital de Clínicas estima-se uma comunidade circulante diária de 11 mil pessoas. Cada uma delas, seja ao atender um membro da sociedade, ou usufruindo desse atendimento, certamente, terá uma história e um olhar sobre a Universidade Federal do Paraná. Não nos podemos esquecer de um quarto hospital de ensino – este voltado para a saúde dos animais: o Hospital Veterinário. Nele foram realizados mais de 20 mil atendimentos.

Este livro em comemoração aos 95 anos da UFPR tem como principal objetivo não só traçar uma linha histórica desde a sua fundação, mas também fazer-nos pensar sobre diferentes momentos da instituição, relembrados pelo olhar daqueles que os vivenciaram. É importante resgatarmos também essa memória histórica para valorizar o que há de mais precioso em qualquer instituição, seja ela pública ou privada, pois são as pessoas que constituem o motivo real de uma instituição existir. É por elas e para

elas que o trabalho do dia-a-dia é realizado. Mesmo a conquista de mais um prédio ou um equipamento acontece, porque esses recursos materiais serão novamente utilizados para beneficiar pessoas. Foi com esse objetivo que eu e todos aqueles que trabalharam comigo nesses seis anos à frente à Reitoria da Universidade Federal do Paraná, planejamos e executamos uma série de programas. São projetos que, pelo esforço de uma grande equipe, puderam ser colocados em prática e que beneficiaram muitas outras pessoas. São projetos cuja realização certamente foi gratificante para os que deles fizeram parte e cujos resultados deixaram felizes os seus usuários. A nossa missão tem sido dar continuidade à renovação da UFPR, possibilitando transformações que a trouxessem para mais perto das pessoas e, ao mesmo tempo, prepará-la para um Centenário de glória e reconhecimento.

Assim, caminhamos na construção de uma instituição que, desde o seu nascimento, nos deixou uma lição: enfrentar as dificuldades e não esmorecer. Construir, mesmo sem ter as condições ideais e não postergar a realização de importantes projetos. A Universidade do Paraná foi um projeto idealizado e constituído à revelia de condições ideais. Sem recursos próprios, mas com a certeza da importância do feito, Victor Ferreira do Amaral e Nilo Cairo iniciaram a construção do que é hoje o Prédio Histórico da Universidade, símbolo máximo da cidade de Curitiba. Com esse mesmo espírito, os primeiros alunos — enquanto os então dirigentes ainda titubeavam como fazer a mudança entre o modesto prédio que ocupavam e a nova sede da Praça Santos Andrade — carregaram carteiras e mesas sobre suas cabeças e promoveram a mudança, atravessando praças e ruas da cidade. São exemplos deixados como marcos para as futuras gerações: especialmente em situações adversas é preciso fazer e não esperar que outros façam. Imbuído desse espírito, que transparece nas pequenas ações realizadas diariamente na Universidade, que acreditamos ser possível uma universidade renovada, que possa ser exemplo para o País e referência em áreas diversas.

Nossa Universidade deu um exemplo de cidadania e espírito combativo, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, quando propusemos ocupar as vagas ociosas pelo PROVAR — Processo de Ocupação de Vagas Remanescentes; quando mudamos o perfil do processo seletivo, tornando-o mais humano e acessível para mais pessoas; quando reconhecemos que existia uma dívida com determinados grupos sociais e aplicamos o programa de cotas no vestibular, possibilitando que alunos de escolas públicas e negros tivessem condições de fazer um Curso Superior numa universidade pública respeitada; quando levamos nossos programas de extensão a locais menos favorecidos e nossa comunidade acadêmica passou a aplicar seus conhecimentos junto aos necessitados, e

quando expandimos nossas atividades para o litoral do Estado, construindo a UFPR Litoral por meio de uma parceria entre as três instâncias do poder público – federal, estadual e municipal, como exemplo de um novo projeto político-pedagógico capaz de, ao mesmo tempo em que forma novos cidadãos e profissionais, atender também a comunidade local em suas necessidades regionais para crescimento e desenvolvimento.

Continuamos a oferecer referenciais ao planejar as ações de desenvolvimento e olhar para todas as unidades da Universidade de forma equânime, propiciando-lhes as mesmas condições de receber apoio na realização de suas ações; a partir de um planejamento sólido, saímos do nosso mundo acadêmico e fomos em busca de parceiros, mostrando que a UFPR é uma instituição merecedora de novos investimentos, porque suas ações continuam a visar o benefício da própria sociedade; quando aumentamos, de forma expressiva, os recursos de terceiros investidos na universidade, melhorando nossas condições de apoio aos cursos de graduação, à pesquisa e à extensão; quando os nossos programas começaram a dar frutos e nossos índices se tornaram mais densos, subindo para a terceira universidade no ranking das instituições federais de ensino superior, ampliando nossos recursos financeiros obtidos do Governo Federal; quando aplicamos uma política séria para o desenvolvimento da pesquisa, investindo em infra-estrutura e condições para os pesquisadores; quando vimos nossos índices de publicação de pesquisa aumentar em 292%; quando oferecemos condições aos nossos pesquisadores de requererem patentes de suas pesquisas pela própria instituição; quando possibilitamos aos nossos alunos e professores realizarem intercâmbio com renomadas instituições de ensino internacionais, inclusive com a chamada dupla-diplomação; quando nossos estudantes passaram a receber assistência efetiva da Instituição para alimentar-se com dignidade nos restaurantes universitários e transitar pelos campi com ônibus da universidade, ter espaço de moradia subsidiado, ampliar seus conhecimentos por meio dos programas de bolsas, e quando nossa infra-estrutura estudantil foi objeto de reformas e ampliações como no caso de novos blocos didáticos, do Restaurante Universitário e do Centro de Convivência.

Cumpre-me ressaltar, também, a importância do trabalho realizado pela FUNPAR – Fundação da Universidade, que trabalha com o objetivo único de dar suporte às atividades da Universidade, sem visar qualquer tipo de benefício. Afinal, é também pelo trabalho incansável das pessoas que atuam na FUNPAR que os hospitais universitários continuam a atender a população com dedicação e qualidade. A própria comunidade que se beneficia do atendimento dos hospitais agradece e se empenha em defender essas unidades. Sem a ação firme e pronta da FUNPAR, seria inviável o

atendimento dessas três unidades de saúde, hoje integradas com o Sistema de Saúde Municipal e Estadual. A FUNPAR possibilita ainda uma série de outras ações na Universidade: o processo seletivo, os cursos de pós-graduação lato sensu, os mais de 700 convênios para o desenvolvimento de pesquisas. Trata-se de uma parceria que visa exclusivamente dar retorno à sociedade. E por isso que a FUNPAR é reconhecida como instituição de utilidade pública em todas as esferas governamentais.

É para as pessoas e através delas, que a Universidade Federal do Paraná se renova e caminha segura para o seu Primeiro Centenário. Tenho a certeza que, na história e nos depoimentos encontrados neste livro comemorativo dos 95 anos da Universidade, você encontrará aspectos importantes da realidade de uma instituição pública de ensino. Uma instituição compromissada com sua parcela de contribuição para o desenvolvimento do seu Estado e seu País, por meio do mais importante instrumento de transformação social: a educação. Assim como tantos entrevistados que nos seus depoimentos, colhidos para a composição deste livro, manifestaram sua emoção, também eu me emociono ao relembrar a minha caminhada pela UFPR, sentindo-me um devedor. Pois foi nesta Universidade em que me formei e realizei meu sonho de professor e de cidadão. Ter sido aluno de professores como Iseu Affonso da Costa, Leônidas Mocellin, Acyr Rachid e tantos outros, verdadeiros ícones da Medicina Paranaense e baluartes ético-morais desta Instituição, aumenta ainda mais a minha dívida. De uma forma ou outra, todos nós, membros da comunidade universitária, somos devedores desta Instituição. Lembro uma frase muito significativa de Gandhi: "Desarmemos nossos espíritos, esqueçamos nossas diferenças, pois temos uma tarefa que só pode ser cumprida se unirmos nossos esforços." É assim que temos procurado caminhar nesses seis anos de nossa gestão.

Finalmente, deixo aqui consignada minha crença inabalável no futuro desta Universidade, no seu relevante papel de transformação social e em sua importância para o nosso País. Em suas atividades reside a identidade cultural e intelectual do povo paranaense, é nela que se produz a pesquisa de ponta neste Estado, é aqui onde se possibilita a formação dos nossos filhos como profissionais e cidadãos e, certamente, perpetuar-se-á o ideário de uma nação livre, soberana e solidária.

Carlos Moreira Júnior
Reitor

Blank Page

SUMÁRIO

PREFÁCIO
95 ANOS – UM OLHAR SOBRE A UNIVERSIDADE DO PARANÁ **5**
Carlos Moreira Júnior

INTRODUÇÃO **13**

1 FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ **17**
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO, ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX 17
1.2 DO ABISMO AO UNIVERSO: UNIVERSIDADE DO PARANÁ 21
ENTREVISTA 51

2 IMPASSES E CRISES **55**
2.1 CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO DO PERÍODO (1915-1945) 55
2.2 SÍMBOLO DE PROGRESSO 61
2.3 A EQUIPARAÇÃO DAS FACULDADES 71
2.4 A BUSCA PELA RESTAURAÇÃO 76
ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS 83

3 REUNIFICAÇÃO E FEDERALIZAÇÃO **91**
3.1 CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO DO PERÍODO (1946-1951) 91
3.2 RESTAURAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ 95
3.3 FEDERALIZAÇÃO DA UFPR 107
ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS 117

4 EXPANSÃO DA UFPR **125**
4.1 CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO DO PERÍODO (1951-1967) 125
4.2 PÓS-FEDERALIZAÇÃO 127
4.3 ENSINO: AMPLIAÇÃO E MODIFICAÇÃO DA ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA 139
4.4 A UFPR NA DÉCADA DE 1960 145
ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS 157

5 NOS TEMPOS DA REFORMA UNIVERSITÁRIA 175
5.1 CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO DO PERÍODO (1969-1989) 175
5.2 DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE/PLANEJAR É PRECISO 181
5.3 REFORMA UNIVERSITÁRIA 186
5.4 REFORMA UNIVERSITÁRIA E UFPR 191
5.5 NOVA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 198
ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS 207

6 A UFPR NA ATUALIDADE 229
6.1 CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO (PÓS 1990) 229
6.2 ENSINO SUPERIOR & FINAL DE MILÊNIO 236
6.3 EM BUSCA DA EXCELÊNCIA 241
6.4 MUDANÇAS DOS ANOS 90 249
6.5 A AVALIAÇÃO DA UFPR 257
6.6 UFPR E O MUNDO GLOBALIZADO 260
6.7 REDEMOCRATIZANDO A UNIVERSIDADE62 268
6.8 A UNIVERSIDADE EM NÚMEROS 270
ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS 279

FONTES 295
BIBLIOGRAFIA 295
SITES 297
INSTITUIÇÕES 297

ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS 298

GALERIA DOS REITORES 1912-2007 301

INTRODUÇÃO

Uma universidade não se explica por si só. Sua história se articula, necessariamente, à história do ensino superior e de toda uma sociedade, na luta pela criação e realização de seus projetos. É o caso também da mais antiga Universidade brasileira em funcionamento. Mais do que assinalar os 95 anos da fundação da Universidade Federal do Paraná e seus desdobramentos, este livro propõe uma reflexão sobre suas finalidades e seus objetivos na conjuntura regional, nacional e internacional, sobretudo o papel desempenhado na formação dos quadros para o aprimoramento do saber e da cultura na sociedade paranaense.

O pioneirismo de seus objetivos ainda se faz presente no planejamento de esforços para novas áreas de atuação. A UFPR constitui hoje uma das mais significativas instituições de ensino superior no país. Chamada a contribuir com novos paradigmas diante da revolução científica e tecnológica determinada pela globalização, seu quadro de excelências e competências tem trabalhado decisivamente para concretizar os saltos de qualidade necessários aos programas sociais, políticos, tecnológicos e culturais.

Uma visão de conjunto desse percurso de noventa e cinco anos só é possível, porém, com a inserção no quadro mais amplo da história dos fatos sociais que lhe foram contemporâneos, o que é indispensável para a compreensão da evolução da Universidade. Estudar seu processo evolutivo, perseguir os diferentes caminhos da sua trajetória, detectar a história da instituição, é o que nos possibilitará dar testemunho de cada passo da caminhada. E também o que nos possibilitará render homenagem aos pioneiros na luta pelo ideal e aos que dela não desertaram até os nossos dias, sensibilizando o presente diante de novas perspectivas que se abrem, sejam políticas, éticas ou sociais.

Apresentamos aqui o resultado de uma investigação sistemática das fontes, como atas, livros, relatórios, discursos, revistas, jornais, leis, estatutos, regimentos... Um resgate singular de documentação da qual emergiram dados que se entrelaçam e se complementam nos diversos níveis de análise, distribuídos nos seis capítulos do livro. Ao lado disso, e com igual relevância

por tratar de experiências pessoais na comunidade universitária, os capítulos são seqüenciados pelas falas de professores titulados que atuaram e (ou) atuam na Universidade. São fragmentos de entrevistas realizadas em diferentes momentos que contemplam a memória da vida acadêmica, com ênfase na pesquisa e vivências institucionais.

E essa é uma lição que a história nos dá cotidianamente. Ao historiador não basta o rigor do método e técnicas, bem como a fidedignidade das fontes. Importa também buscar no passado a indagação pelo cotidiano, a cultura da sociedade e suas representações, enfim, os lugares da memória. Destacamos, acompanhando Le Goff, que a realidade da percepção e divisão do tempo em função de um antes e um depois não se limita à esfera individual ou coletiva, tampouco à oposição presente/passado; nas palavras do autor, "devemos acrescentar-lhe uma terceira dimensão, o futuro. Santo Agostinho exprimiu, com profundidade, o sistema das três visões temporais ao dizer que só vivemos no presente, mas que este presente tem várias dimensões, 'o presente das coisas passadas, o presente das coisas presentes, o presente das coisas futuras' (Confessions, XI, 20.26)".[1] Tais motivos, em seu conjunto, demonstram a importância da recuperação desta memória coletiva, constituída pela UFPR e pela sociedade paranaense.

NOTA

[1] LE GOFF, Jacques. Passado-Presente. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Casa da Moeda, 1984. p. 298.



CAPÍTULO 1

Blank Page

1
FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO, ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

NO INÍCIO DO SÉCULO XX, o Paraná apresentava sinais de uma "modernidade", que se refletia nos anseios e na busca de novas conquistas da elite paranaense, anseios estes que já vinham se desenvolvendo no decorrer do século anterior. A base econômica era propiciada pela produção de erva-mate, que, apesar de suas crises sucessivas, era a maior fonte de sustento na economia do Estado. Em torno de 1902, o mate representava 31% do orçamento estadual. A par desse contexto, estavam ainda as indústrias de manufaturas, com o desenvolvimento das fábricas de fósforos, sabão, velas, alimentos e cerâmica.

Muitas das transformações vividas pelo Estado, nessa época, foram determinadas pela influência dos imigrantes europeus e sua integração com o povo brasileiro. Essa participação deu ensejo a importantes mudanças, como as efetuadas na arquitetura, com um novo estilo de construções, e à convivência social, com os costumes e culturas diferentes trazidos por eles. Nesse período, assistiu-se ainda ao surgimento de pequenas fábricas, das relações capitalistas de trabalho no âmbito da indústria ervateira e madeireira, ao avanço no setor agropecuário da região dos Campos Gerais, bem como ao aumento do comércio e à aceleração da urbanização. Enfim, nas diversas regiões e em diferentes áreas do Estado, os imigrantes estrangeiros foram significativos agentes de transformação.

Contribuíram ainda, de forma peculiar, para a construção de uma nova forma de viver e agir urbanos, que caracterizariam, posteriormente, o cotidiano paranaense. Na literatura, nas artes, nos ofícios, nos teatros, nos liceus, nas cidades e na economia, pouco a pouco, com essa participação, ocorreram transformações no quadro político, intelectual e social. Isso contribuiu para consolidar uma nova identidade, própria do Paraná, que seria determinante na participação futura do Estado no panorama nacional.

Nesse contexto, Curitiba, enquanto capital, despontava como um exemplo, apresentando os mais diversos modelos de transformação. Muitos visitantes que por ela passaram deixaram registros entusiastas. Entre eles encontra-se Tobias Monteiro, que, por meio de sua escrita, descreveu vislumbrado o cenário, constatando o progresso da cidade, que exibia diversas mudanças, inclusive as obras recém-construídas, como o Palácio do Governo e o edifício do Congresso Legislativo, edificados em uma região onde, anteriormente, apenas havia pântano. Assim se expressava ele:

> A cidade triplicou nos últimos anos. Quem lá não esteve ao inaugurar-se a estrada de ferro em 1885, nem pode hoje imaginar o que eram a rua principal e a praça onde depois se erigiu a catedral. O último recenseamento dá 53.000 habitantes para o município; muitas ruas são calçadas, algumas de paralelepípedos; a praça da catedral é ajardinada; toda a cidade e arredores, iluminados à luz elétrica e servidos de bondes; as construções já têm melhor aspecto, e grandes prédios de boa arquitetura são dignos de figurar em maiores cidades.[1]

Essas transformações advieram, principalmente, devido à influência progressista da elite econômica relacionada à exploração do mate e da madeira. Empenhou-se ela na instalação de pequenas indústrias e, ainda, de fábricas e engenhos de mate, e na aceleração no fornecimento de serviços. As possibilidades de acesso foram alargadas com o avanço das estradas de ferro, da construção de novas rodovias, de novas edificações, da valorização de terrenos e da abertura e pavimentação de ruas. As atuações governamentais, visando à limpeza e à segurança pública, se expandiram. Ocorreu ainda a instalação de novas tecnologias, como o telégrafo, o telefone, o bonde, a iluminação elétrica, e a instalação de edificações voltadas à saúde da população, como os hospitais, sanatórios e asilos.[2] Essas melhorias se estenderam também para o interior do Estado. Todas essas novas tendências refletiram nas determinações da elite política e militar, pautadas no republicanismo.

A 'nova' Curitiba, nas palavras significativas do literato paranaense Nestor Victor, em passagem pela cidade, apresentava o seguinte perfil: "...constitui-se pela presença de imigrantes italianos e pela integração dos diversos grupos étnicos residentes na cidade. O aspecto social da cidade, também mudou. Agora, as senhoras já freqüentavam lojas e faziam compras

sozinhas, o que antes não era permitido". Para o cronista, podia-se "medir a civilização de uma terra pela liberdade de movimentos que tenham nella as mulheres". Sobre a terra do futuro, comentava: "Coritiba, é hoje uma terra que se pode dizer contente. Parece ainda aquela jovem capital, assim, uma terra de engorda, onde se vive a farta e milagrosamente". [3]

O progresso "da nova Curitiba" também se delineava pelo desenvolvimento industrial e social da cidade, bem como pela presença de instituições escolares, culturais e sociedades recreativas, como o Clube Curitibano e o Clube Thalia, além do Museu Paranaense e do Instituto Geográfico e Histórico do Paraná.

No decorrer do século, novos investimentos vieram para o Paraná, mediante o financiamentos das exportações primárias, por meio do London & River Plate Bank e do London & Brasilian Bank, posteriormente Bank of London & South America, enquanto o setor industrial ficava a cargo dos investidores locais.[6] Esse processo foi acompanhado pelo crescimento da população. Estimava-se, em 1900, 327.136 habitantes para o Paraná e, em 1905, 53.928 habitantes para a capital.

A cidade deixara de ser um aglomerado de casas e ruas mal traçadas, as pessoas eram chamadas ao convívio social, desfrutando o espaço público nos passeios e praças, nos bares e cafés, teatros, salões de bilhar, nas lojas de comércio, nos teatros e saraus. Se durante o dia apreciavam as vitrines, faziam avenida e piqueniques ao ar livre, à noite era a vez dos salões de danças e dos cafés-concerto.

Assistia-se também à crescente preocupação com a instrução, buscando direcioná-la para a maioria da população, apoiada na legislação que introduzia a obrigatoriedade do ensino primário. Politicamente, acreditava-se, nesta fase, que pela multiplicação das instituições escolares se atingiria o desenvolvimento das nações. Juntamente com a ampliação da rede escolar primária ocorrera a valorização do ensino público secundário, tanto o propedêutico como o de cunho profissionalizante. Destacava-se também, nesse período, o crescimento das escolas particulares, tanto de ensino religioso como laico. Sob o enfoque de todo esse processo, fortaleceu-se o projeto de criar uma Universidade no Paraná.

QUESTÃO DO CONTESTADO

Durante o século XVIII, as capitanias de São Paulo e Santa Catarina discutiram as suas fronteiras sobre o território existente entre os rios Negro, Iguaçu e Uruguai, a chamada região do Contestado. Com a criação da Província do Paraná, esta se tornou herdeira das pretensões paulistas.

Com a Proclamação da República, o Estado de Santa Catarina passou a atuar com firmeza para incorporar a região às suas fronteiras. Somente em 1897, o Paraná criou uma comissão para organizar e catalogar documentos em defesa da causa paranaense. Em 1904, Santa Catarina ganhou no Supremo Tribunal Federal a causa em que pleiteava o território do Contestado.

Em 1909, o mesmo tribunal rejeitava os argumentos interpostos pelo Paraná. "Esse tremendo repto lançado ao Paraná provocou na sua população, sobretudo em suas lideranças, uma profunda crise existencial. Afinal, tinham os paranaenses alguma fibra dentro de si ou não? Como conseguiram perder 48.000 km² do território, do qual possuíam direitos históricos e acima de tudo por seu *uti possidetis*. Com esse argumento, Portugal obteve direitos sobre os territórios a oeste da linha de Tordesilhas, enquanto o Paraná, praticamente com os mesmos argumentos, perdera a causa. Finalmente, os paranaenses iriam começar a acordar de seu sono letárgico. Reagiram a esse desafio histórico em duas frentes: primeiro, tentando retirar de Santa Catarina o território perdido afirmando-se culturalmente, e, no segundo momento, buscando preparar culturalmente sua própria elite, com a criação da Universidade do Paraná."[4]

Foi nesse momento que latifundiários, políticos e comerciantes da região do Contestado se uniram e criaram o Estado das Missões, apoiados pelo governo do Paraná. Com isso, o governo de Santa Catarina, ameaçado de perder o território para uma nova unidade federativa, buscou um acordo com o Paraná, o que ocorreu em 1916. Santa Catarina ficou com 28.000 km² e o Paraná com 20.000 km², recuperando o chamado sudoeste paranaense. "Pela primeira vez em sua história os paranaenses uniram-se para conseguir ao menos uma meia vitória. Em 1916, nascia verdadeiramente a identidade histórica paranaense. Se em 1853, ele passava a existir de fato e de direito, agora ele adquiria uma identidade histórica, ao menos temporariamente."[5]

Em Curitiba, nesse período, havia várias instituições educacionais, como o Ginásio Paranaense, com mais de cento e cinqüenta alunos matriculados; a Escola Normal, com matrícula idêntica; cinco grupos escolares, dois jardins da infância e trinta e três escolas públicas primárias. Além disso, havia a Escola de Belas Artes, subvencionada pelo Estado, e a de Aprendizes Artífices, de criação federal. Em 1911, as escolas públicas da Capital contribuíram com a presença de dois mil e setenta e seis educandos, não incluindo os alunos das escolas distantes do centro urbano... "É pouco: ela representa, veja, quase a quinta parte da população em condições de aprender a ler...."[7]

1.2 DO ABISMO AO UNIVERSO: UNIVERSIDADE DO PARANÁ

Muitos foram os paranaenses que se envolveram significativamente no esforço para o estabelecimento da Universidade. Entre eles, pode-se citar Victor Ferreira do Amaral e Silva e Nilo Cairo da Silva.

No ano de 1912 aconteceu o encontro profissional desses dois médicos paranaenses para concretizarem, juntos, o sonho de criar a primeira Instituição de Ensino Superior do Estado: a Universidade do Paraná. Ao espírito conservador, arrojado e impulsivo do doutor Nilo Cairo somaram-se a prudência, a serenidade, a persistência e a respeitabilidade, típicas da personalidade do doutor Victor. O arrojo e a persistência, juntos, permitiram que o sonho se tornasse uma realidade.

Para o historiador Ruy Wachowicz, "...a vontade férrea de dois homens contribuiu para a fundação da instituição. Este fato pode inclusive ser usado como exemplo típico da influência do indivíduo na concretização de instituições, que atuaram decisivamente na evolução das suas comunidades".[10]

Antes do século XIX, o ensino superior era essencialmente clássico, centrado no ensino do latim e do grego, e servia de base para as carreiras existentes: medicina, direito e teologia. O desenvolvimento da ciência empírica evidenciava a insuficiência dessa formação clássica e um ensino especializado e técnico se iniciava.

VICTOR FERREIRA DO AMARAL E SILVA

Em 9 de dezembro de 1862, nascia, na Lapa, Victor Ferreira do Amaral e Silva, filho de um tropeiro e fazendeiro de erva-mate que valorizava muito a educação dos filhos. Viveu em sua cidade natal até 1872, quando passou a estudar em Curitiba. Para aprofundar seus estudos, seguiu, dois anos mais tarde, para o Rio de Janeiro, para o Colégio Abílio, onde realizou o curso preparatório. Ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, recebendo o diploma em 1884.

Regressando a Curitiba, iniciou sua carreira profissional em clínica médica geral, vindo a se especializar, posteriormente, em ginecologia e obstetrícia. Foi nomeado professor de francês do Liceu Paranaense, exerceu também os cargos de médico adjunto do exército e médico legista da polícia, tendo atuado ainda como médico da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

Em 1894, durante a Revolução Federalista, atuou como capitão-médico da Guarda Nacional. Após a Proclamação da República, como membro do Clube Republicano, participava da Câmara Municipal de Curitiba. No início do século XX, foi diretor geral da Instrução Pública no Governo de Xavier da Silva. Foi eleito deputado à Assembléia Constituinte do Estado em 1891 e deputado federal em 1906.

Na imprensa local, atuou em 1896 como redator chefe do "Diário do Paraná", colaborou no "Brasil Médico", do Rio de Janeiro, na Revista de "Ginecologia e Obstetrícia" e na "Gazeta Médica do Paraná". Foi presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Paraná (1902) e da Associação Médica do Paraná.[8]

Foi um dos fundadores da Universidade do Paraná, instituição onde atuou como reitor no período de 19 de dezembro de 1912 até 1918 e de 1946 a 1948. Faleceu em 2 de fevereiro de 1953.

NILO CAIRO DA SILVA

Em 12 de novembro de 1874 nascia, em Paranaguá, Nilo Cairo da Silva. Iniciou seus estudos na cidade natal, completando o primário em Curitiba. Depois, seguiu para a Corte, onde serviu na Escola Militar em 1891 e recebeu formação filosófica positivista. Fez o curso de armas e o de engenheiro, recebendo o título de bacharel em ciências físicas e matemáticas. Em 1894 foi promovido a 2º tenente, em 1899 a 1ª tenente, e em 1911 foi promovido a major e reformado.

Em 1903, tinha recebido o grau de doutor em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e dedicou-se à cura pela homeopatia. Participou da fundação da "Revista Homeopática do Paraná".[9] Faleceu em 8 de junho de 1928 no Rio de Janeiro.



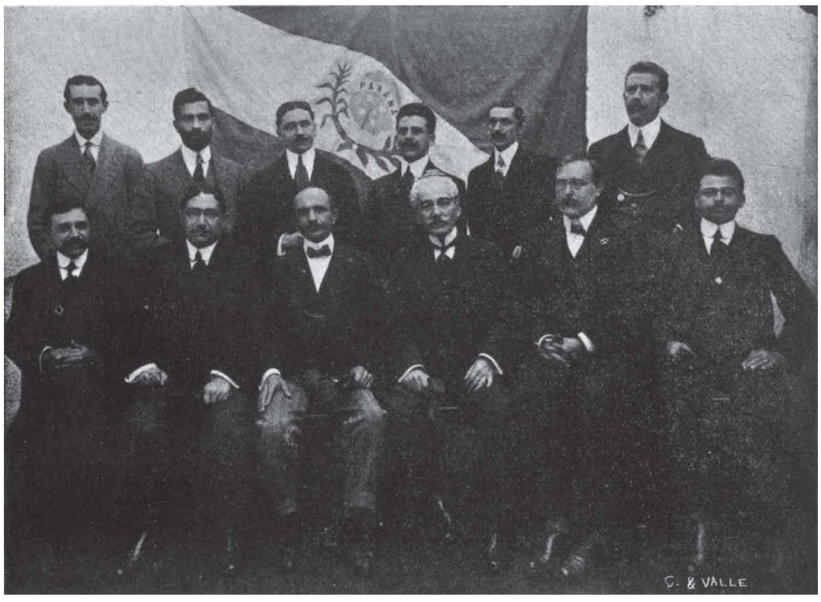
Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva (1862-1953)
Acervo: Biblioteca Central



Dr. Nilo Cairo da Silva (1874-1928)
Acervo: Biblioteca Central



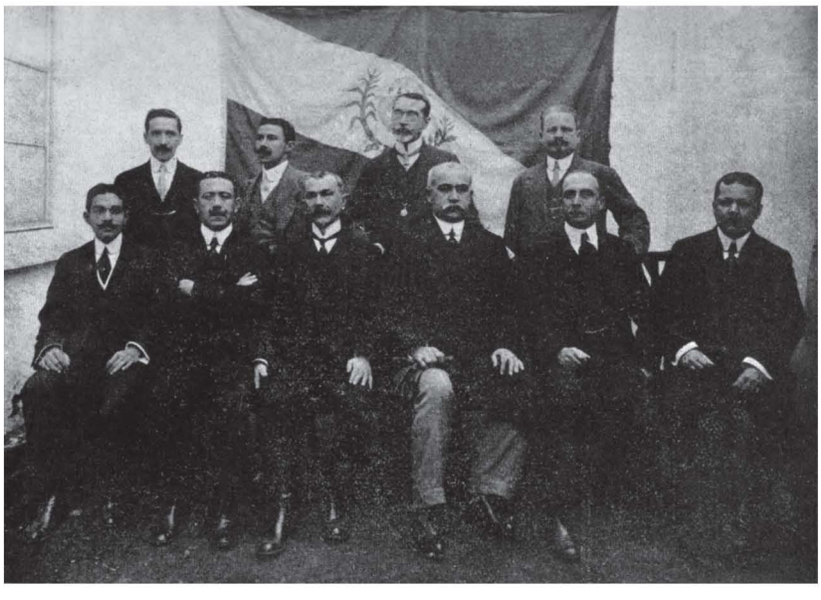
Primeira Diretoria da Universidade do Paraná, 1912.
Sentados da esquerda para a direita: Nilo Cairo da Silva, Secretário; Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor; Euclides Beviláqua, Vice-Diretor.
Em pé, da esquerda para a direita: João Barcellos, Tesoureiro; Manoel de Cerqueira Daltro Filho, 2º Secretário; Hugo Gutierrez Simas, Bibliotecário.



Grupo de professores de Ciências Jurídicas, 1913.
Acervo: Biblioteca Central



Grupo de professores de Engenharia, 1913.
Acervo: Biblioteca Central



Grupo de professores de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia, 1913.
Acervo: Biblioteca Central

> Esta nova concepção de ensino superior correspondia a duas necessidades. A primeira era a evidente necessidade de incorporar às antigas profissões os conhecimentos produzidos pela ciência experimental que emergia. A segunda era a de quebrar os privilégios das antigas profissões e corporações profissionais e permitir o surgimento de novas profissões, novas escolas e metodologias de ensino e aprendizagem, substituindo, assim, uma elite por outra. (UFPR. *Rumos da Pesquisa,* 1998. p.5)

Foi com a reforma do sistema educacional alemão, mais precisamente com a criação da Universidade de Berlim, em 1809, que a pesquisa científica passou a se integrar ao contexto universitário.

No entanto, Portugal permaneceu à margem da ciência moderna por um longo período, envolvido com as questões religiosas da Contra-reforma e da Inquisição. Com a Reforma Pombalina, rompeu-se o isolamento, mas não se formou uma comunidade científica autônoma, como em outros países. No Brasil, em relação à ciência, a proposta de José Bonifácio de Andrada e Silva de organizar uma universidade derivou dessa nova atitude de Portugal.

Todavia, o projeto de José Bonifácio não se concretizou, e "durante todo o Império, o ensino superior no país ficou circunscrito a faculdades burocratizadas e profissionalizantes que forneciam contingentes aos setores da administração e da política – caso das faculdades de direito".[11]

Com a vinda da família real ao Brasil, em 1808, transformações econômicas e políticas permitiram uma nova orientação para o ensino superior no Brasil. Visou-se, a partir desse momento, a uma nova concepção de formação de profissionais, exigidos pelas novas condições de ensino. A Academia da Marinha, de 1808, e a Academia Real Militar, de 1810, destinavam-se a preparar oficiais engenheiros para a defesa da colônia. Os estudos médicos foram assegurados pelo curso de cirurgia, criado no Hospital Militar da Bahia, em 1808, e pelos cursos de anatomia e cirurgia do Rio de Janeiro, acrescidos do curso de Medicina em 1809. Ainda nesse período, a vida cultural do Rio de Janeiro fora incrementada pela instalação da Biblioteca Nacional, da Imprensa Régia, do Jardim Botânico e do Museu Real.

Os cursos superiores criados por D. João VI deram origem a importantes instituições superiores no país, que conservaram, através do tempo, seu caráter profissional e pragmático. Após a Proclamação da Independência surgiram outros cursos superiores no Brasil, como o de

Ciências Políticas e Sociais, em São Paulo, em 1827, e em Olinda, em 1828. Os cursos de Direito difundiram-se rapidamente, saindo formado de seus quadros expressivo contingente de jovens que se tornaram, posteriormente, os políticos atuantes da época.

A idéia de criação de uma Universidade no Brasil chegou mesmo a ser cogitada no governo de D. Pedro II, porém sem lograr êxito. No entanto, criaram-se outras instituições, como a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1874, e a Escola de Minas de Ouro Preto, em 1875. Com a Proclamação da República, outras escolas foram criadas: a Escola Politécnica de São Paulo, em 1893; a Escola de Engenharia Mackenzie, em 1896; a Escola de Engenharia de Porto Alegre, em 1896; a Escola Livre de Farmácia de São Paulo, em 1898; a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro, em 1898, entre outras.

Com o advento da República, ocorreu uma expressiva preocupação com a questão do ensino, amparada na filosofia positivista, na qual se buscava enfatizar a superação do analfabetismo e a instalação dos cursos técnicos e profissionais. Embora diversas reformas de ensino tenham sido implementadas, o ensino superior não obteve a atenção merecida e necessária.

A Constituição de 1891 reservava à União o monopólio dos cursos secundário e superior, permitindo que estados como São Paulo e Rio de Janeiro, com maior influência política, obtivessem maiores conquistas. As diversas reformas empreendidas no início da República não resolveram, porém, o problema da dissociação entre ensino e pesquisa aplicada, além de interferir desfavoravelmente na organização do ensino superior.

A proposta da criação de uma universidade, contudo, continuava em terras paranaenses. Primeiramente, manifestou-se em 1892, quando foi apresentada pelo jornalista e historiador José Francisco da Rocha Pombo. No entanto, como não lograra êxito, por muito tempo a idéia permaneceu adormecida. Assim, vinte anos se passaram, e as transformações e manifestações de progresso que atingiram o Estado do Paraná continuavam clamando pela criação de uma instituição de ensino superior, pois, até então, os alunos secundaristas, após concluir o curso, eram obrigados a deixar o Estado para continuar seus estudos. Visando suprir as demandas educacionais e até mesmo para evitar essas saídas, foi que se retornou à idéia inicial da criação de uma universidade.

Na década de 1910, a sociedade paranaense já possuía as condições necessárias para o estabelecimento de uma instituição de ensino superior. A economia do mate permitira um amplo desenvolvimento da indústria e serviços e de um comércio exterior. Curitiba, como capital do Estado, sentiu o reflexo desse momento econômico, pois se tornara mais moderna e atuante, pela ação de seus diversos agentes sociais, entre eles a elite econômica ligada ao mate e à madeira, grupos de imigrantes e operariado. O estado republicano permitira uma nova organização política para o Paraná, bem como a implantação do ensino superior, que se encontrava desoficializado desde 1911. Com a República, e dadas as lutas do Contestado, iniciou-se o sentimento de uma identidade paranaense. Somada a isso, havia, nessa época, a vontade política de dois importantes grupos de intelectuais, liderados respectivamente por Victor do Amaral e Nilo Cairo, os quais, ao juntar esforços, atingiram o objetivo de criar a Universidade do Paraná.

A tentativa precursora de se estabelecer uma Universidade no Paraná ocorrera no início do Regime Republicano, tendo como líder o historiador e jornalista Francisco José da Rocha Pombo,[12] amparado por Francisco Xavier da Silva, então presidente do Estado, e Jerônimo Cabral Pereira Amaral, secretário de Estado. Na ocasião, a cidade de Curitiba, que contava com apenas vinte mil habitantes, obteve a concessão do governo do Estado para organizar uma universidade, de acordo com a Lei n.º 63 de 10 dezembro de 1892.

Mediante essa concessão, ficavam asseguradas algumas garantias, como a isenção de impostos, pelo período de cinqüenta anos, e a redução de juros, entre outras vantagens.

> A universidade compreenderá pelo menos os seguintes cursos: direito, letras, comércio, agronomia, agrimensura e farmácia. Além do curso geral, cujos programas ficarão sujeitos à aprovação do Congresso Legislativo. Logo que a Universidade seja inaugurada, ficarão extintos o Ginásio Paranaense e a Escola Normal, que constituirão uma das sessões da mesma universidade, com as regalias que competem e que vierem a este estabelecimento.[13]

Ao governo competiria a fiscalização do estabelecimento, e o concessionário, no prazo de 10 anos, teria de fundar uma Escola Prática de

Agricultura no interior do Estado. A concessão caducaria, se no prazo de quatro anos não fosse inaugurada a universidade.

No entanto, o momento não era propício para a criação da instituição, pois a cidade era ainda muito pequena e com um mercado de trabalho bastante restrito. A Revolução Federalista desarticulara projetos paranaenses e, principalmente, em âmbito nacional, havia o regime de monopólio do ensino superior pelo governo federal, o que impediria a execução do projeto. Também, segundo o historiador Ruy Wachowicz, acreditava-se que fatores relacionados à personalidade de Rocha Pombo interferiram no processo:

> Crítico atuante dos políticos paranaenses, freqüentemente se incompatibilizava com os mesmos... Os setores oficiais sempre o colocaram no limbo. Rocha Pombo era republicano em pleno regime monárquico, abolicionista numa sociedade escravocrata, protestante num país tradicionalmente católico, tentou fundar uma universidade numa `analfabetolândia´.[14]

Entretanto, os idealizadores da Universidade representavam a efervescência intelectual do Paraná nessa época. O movimento intelectual não ocorria só na capital, estava também presente em várias cidades paranaenses, por intermédio de intelectuais de um ativo círculo literário, não apenas restrito aos salões de clubes elegantes, mas atuante também em inúmeros grêmios, associações e congregações.

> Eram eles, republicanos idealistas, católicos, conservadores, maçons e espíritas, feministas e antifeministas, que disputavam o predomínio do pensamento em todo o Estado, envolvendo-se em constante confronto de idéias. A maçonaria e o neopitagorismo contribuíram com seus princípios éticos e morais, irmanados ao livre-pensamento, ao ocultismo e ao simbolismo.[15]

Os embates de idéias presentes, no início, em círculos menores, alcançaram as ruas, com destaque na imprensa local, por meio de jornais, folhetins, revistas, almanaques, anuários, panfletos, entre outros. O jornal *Commércio do Paraná*, em novembro de 1912, discutia a fundação da Universidade do Paraná nos seguintes termos: "Estamos vendo que os esforços dos ilustrados cidadãos que cuidam de fundar a universidade do Paraná estão

sendo coroados de todo êxito, pois até nossos distintos colegas d'*A República*, amenizando a sua repugnância pelas academias e pelos homens formados, já acham que a universidade esta parecendo um mal aceitável".[16]

No início do mês seguinte, o mesmo periódico argumentava:

> Por estas invejáveis plagas paranaenses talvez não haja uma pessoa que ignore que Curitiba vai ter, dentro em pouco tempo, uma universidade. Essa aspiração não mais pode ser tida como um sonho de visionário visto que passou do terreno das coisas inviáveis para o das realidades. Dizê-la uma utopia seria uma leviandade máxima, quando se vê forte grupo de abnegados conterrâneos quebrando lanças, num afã ingente, pela sua efetivação. A empreitada posto que árdua, será levada ao fim, porque tomaram-na homens que não esmorecem diante de qualquer obstáculo. A universidade é um fato, e sua inauguração, para logo efetuar-se-á, solenísssima, fazendo ver que a força de vontade não há dique que resista.[17]

Generoso Borges, em sua crônica sobre a instituição, no periódico *Commércio do Paraná*, analisava que a criação de uma instituição desse porte havia sido uma longa aspiração nacional, de todos os centros do país, procurando colocá-lo ao lado dos países onde a instrução superior era muito valorizada, como no caso da República Argentina, que possuía a Universidade de La Plata, e do Uruguai, onde havia a Universidade Nacional.

> O Brasil, entretanto, ficou até agora a olhar para essas obras patrióticas das repúblicas vizinhas sem procurar imitá-las nesse utilíssimo, afan de instruir e preparar seus homens para o exercício das profissões científicas. Tendo creado apenas duas academias e reconhecido outras que se fundaram por iniciativa particular ou dos Estados, muito tempo deixou passar sem procurar sair desse ilimitado círculo, até que ultimamente desoficializado o ensino, deixou livre a ação aos que pretenderam congregar elementos e levantar casas de instrução superior em qualquer ponto do país.[18]

Victor Ferreira do Amaral pertencia à elite campeira paranaense, que assumira a política estadual, após a Proclamação da República. Quando passou a exercer o cargo de deputado constituinte estadual, em 1891, teve a oportunidade de constatar a omissão com que o povo paranaense tratara a questão de limites da região do Contestado, o que trouxera muitos

prejuízos para o território paranaense. Percebeu que a deficiência principal dessa sociedade era a falta de intelectualidade, de massa crítica, e que somente a fundação da Universidade do Paraná poderia vir a suprir essa deficiência.

Segundo Ruy Wachowicz,

> …criar um curso superior em Curitiba não satisfazia, ao contrário, causava mais problemas. Uma universidade seria a solução. Dentro de instituição de tal natureza, a mocidade poderia estudar a matéria que lhe parecesse de proveito e se preparar para as lutas da vida. Mas no Brasil não havia nenhuma instituição semelhante, com tradição suficiente, na qual poderia estruturar-se sua organização. Ocorre que a economia paranaense estava voltada para o Prata. Junto com a exportação do mate, deslocavam-se algumas pessoas aptas e cultas. As instituições universitárias da Argentina e do Uruguai passaram a ser conhecidas da elite campeira paranaense. A Universidade de La Plata na Argentina afigurava-se como instituição modelar. Era particular, mas sempre mereceu do governo argentino a mais apurada dedicação. Em Montevidéu, existia a Universidade Nacional, estruturada nos mesmos moldes da de La Plata. A criação da Universidade com inúmeros cursos viria em uma oportunidade psicologicamente muito boa para o Paraná. A falta de combatividade das elites paranaenses na questão do Contestado evidenciava a necessidade de se ampliarem os quadros da intelectualidade tingüi.[19]

Essa empreitada cultural foi levada adiante graças à genialidade e persistência de dois grupos de intelectuais, um deles liderado por Victor Ferreira do Amaral e Silva e o outro por Nilo Cairo da Silva.

Para Victor do Amaral, a Universidade do Paraná surgiu *ex-abrupto*, como um gesto impulsivo, uma obra de audácia.[20] Afirmava que, ao sentir a necessidade da fundação de uma academia no meio paranaense, convocara um restrito grupo de intelectuais para tratar do assunto, entre eles Miranda Rosa e Pamphilo de Assumpção. Após inúmeras reuniões, idéias e discussões, em julho de 1912 seguiu para São Paulo e Rio de Janeiro, em busca de subsídios junto a organizações similares, para finalmente concretizar o projeto definitivo da Universidade.

O grupo era movido por laços e sentimentos ligados às elites tradicionais paranaenses. Victor havia sido deputado estadual, secretário da Instrução Pública, vice-diretor da Escola de Belas Artes e Indústrias, e

conhecia na intimidade os meandros da política paranaense. Possuía projeção e força política que poderiam causar inveja a muitos políticos da época. Era calmo, pouco temperamental, comedido no vocabulário que usava, precavido. Sentia como poucos as angústias pelas quais passava o Paraná. Pamphilo de Assumpção, além de jurista, era presidente da Associação Comercial.

O outro grupo de intelectuais era liderado por Nilo Cairo, que também aventava a possibilidade da criação de cursos superiores; e ele era o porta-voz da luta em prol da universidade. Não se tratava de sentimentos históricos regionalistas, de afirmação. Predominava no grupo a ideologia positivista, ainda em voga no Brasil. Nilo era temperamental, irrequieto, impulsivo, alternando estados de euforia e depressão. Suas idéias ficaram registradas em seu discurso, proferido no segundo aniversário da fundação da universidade; seu texto é um monumento histórico e ideológico. Evidenciando sua formação liberal e positivista, numa pureza cristalina, exultava com o sucesso da Universidade. Nas palavras de Nilo Cairo,

> …desde esse momento soleníssimo na história do Brasil, o ensino superior, livre da tenebrosa onipotência opressiva, que lhe tiranizava a mentalidade, enveredou pelo caminho que lhe apontavam todas as leis sociológicas que regem a época que atravessamos, em busca de uma organização social: em vários pontos do Brasil, ao norte, ao centro e ao sul, novas escolas superiores, aproveitando reais elementos de valor intelectual que se fanavam na vegetabilidade de uma vida prática obscura, desprotegidos dos potentados que imperavam nas cátedras oficiais, novas escolas fundaram-se, desenvolveram-se, florescendo embora a guerra que lhes fizeram o ódio, o despeito e a inveja. É que o ensino livre não era apenas um produto da evolução mental brasileira ou o capricho de um estadista: não há necessidade parcial; toda síntese é geral. É que o ensino livre representa, na hora angustiosa que atravessamos na história da humanidade, uma das medidas necessárias ao surto, de uma doutrina universal que possa reorganizar a sociedade convulsionada e regenerar a espécie humana, hoje sem moral, hoje sem fé, hoje sem conduta.[21]

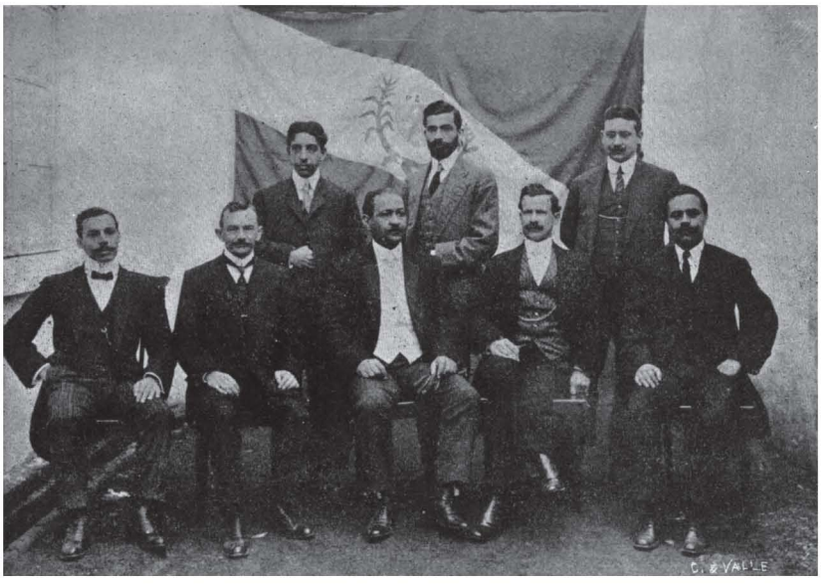
Participavam, com ele, Manoel de Cerqueira Daltro Filho e Flávio Luz. Pensavam, inicialmente, em organizar uma Escola de Odontologia e Comércio. Acrescentou-se a isso o Curso de Agrimensura e, depois, o de Obstetrícia. Outros se juntaram ao grupo, Júlio Theodorico e Reinaldo

Machado. “Um de nós levantou então a idéia de darmos, nesse caso, ao nosso futuro instituto o nome de ‘Universidade do Paraná’. O nome nos assustou; havia ali a vertigem do abysmo – era o universo.”[22]

Os dois grupos se reuniram e constituíram a Comissão Organizadora da Universidade do Paraná – UP, tendo como presidente Victor do Amaral. Esta comissão reunia-se diariamente no consultório de Nilo Cairo. Compareciam também Flávio Luz, Euclides Bevilaqua, Hugo Gutierrez Simas e Manoel de Cerqueira Daltro Filho, para juntos elaborarem os estatutos e o projeto dos cursos. “Ficou então resolvido que os Estatutos organizassem todos os cursos completos, inclusive o de medicina, abrindo-se no próximo anno aqueles que fosse possível abrir.”[23]

Ocorreu então que, em 1911, a legislação federal para o ensino sofreu mudanças, entre elas a Lei Orgânica do Ensino Superior, a chamada lei Rivadavia Correia, contemplando questões referentes aos cursos superiores. A Lei adotava a desoficialização e a liberdade do ensino, retirando o monopólio da União. Pela Lei Orgânica, o governo central dispensara a exigência de equiparação a uma instituição modelo em âmbito federal, o que tornaria possível a criação de universidades pela iniciativa particular. Diante disso, foram desenvolvidas no país iniciativas de cunho particular na organização de instituições superiores. A legislação de 1911 já fora antecedida pelo surgimento da Escola Universitária Livre de Manaus, em 11 de janeiro de 1909, de existência efêmera, mercê da decadência da economia da borracha. Deu também origem à fundação de uma universidade em São Paulo, em 19 de novembro de 1911, e à criação da Universidade do Paraná, em 1912.[24]

No início de dezembro, a criação da instituição foi comunicada ao Presidente de Estado, Carlos Cavalcanti de Albuquerque.[25] O relacionamento entre a Universidade e o governo do Estado foi, desde o início, muito estreito, e ocorreu antes mesmo da sua fundação. Tanto que, quando a comissão organizadora foi procurar o presidente para colocá-lo a par dos trabalhos preparativos, este praticamente exigiu que a instalação da instituição não fosse em 1º de janeiro de 1913, como o previsto, mas sim no dia 19 de dezembro de 1912. As elites políticas do Estado também compreenderam o valor e o alcance da iniciativa para a formação da intelectualidade local. Por isso, o presidente, os deputados, os senadores e o prefeito de Curitiba



Grupo de professores do Curso de Comércio, 1913.
Acervo: Biblioteca Central



Gabinete de Prótese Dentária, 1913.
Acervo: Biblioteca Central



Grupo de alunos, 1913.
Acervo: Biblioteca Central



Primeira sede da Universidade do Paraná à Rua Comendador Araújo, em 1913.
(Foto datada de 1949)
Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



Lançamento da Pedra Fundamental, em 31 de agosto de 1913.
Em primeiro plano: Dr. Victor Ferreira do Amaral.
Em segundo plano: Carlos Cavalcanti, Presidente do Estado e Cândido de Abreu, Prefeito de Curitiba (ambos de chapéu-de-coco).
Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



Colocação no alicerce do edifício, da urna com documentos referentes ao evento da fundação.
Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani

empenharam-se para a concretização dessa iniciativa. A data de dezenove de dezembro não representaria somente a emancipação política do Paraná, ao se desmembrar da 5ª Comarca de São Paulo, mas marcaria também uma liderança educacional e política no panorama nacional. Um marco de afirmação regional, que comprovaria a pujança do Estado.

Por isso, "A Universidade do Paraná foi durante dias o tema obrigatório da conversação das classes letradas; diariamente suscitava artigos pela imprensa, uns louvando-a, outros criticando-a."[26] No entanto, a Comissão Organizadora não se abalava com isso e continuava realizando suas atividades.

Por meio do jornal *Diário da Tarde*, inúmeros intelectuais discutiam a fundação da Universidade. Phamphilo de Assumpção analisava que

> …graças à boa estrela do Paraná, ocasiões dessas se nos deparam a cada instante a mercê da coragem de ação que a coletividade patrícia vai revelando no desdobrar desassombrado da sua evolução social, cada idéia encontra meio fértil de proliferação, nasce, cresce e produz. Esse fato será mais um testemunho eloqüentíssimo do grau de adiantamento da mentalidade neste Estado. Terá demais a vantagem de reunir em um forte núcleo intelectual de homens de letras até aqui afastados de um comércio diuturno do espírito.[27]

Levi Junior, no mesmo periódico, afirmava: "Ora, é lógico que, criado em nossa capital uma tal instituição, alicerçada na moralidade e honestidade do ensino superior, para ela concorrerão todos os moços paranaenses que se viam na contingência de se diplomar fora. O número será cada vez mais avultado, dada a maior facilidade que o estudo oferece, sendo feito aqui mesmo. E esta, precisamente, a face mais simpática da excelente idéia". No entanto, alertava aos empreendedores da UP que "…talvez não disponham de pessoal idôneo diplomado para preencher todas as cadeiras dos vários cursos e doutro, porque, na deficiência destes, não é justo, muito menos proveitoso, a se introduzir mais elementos, posto que diplomados deixando de margem aqueles que, mais idôneos, não devem ser alheiados, só pelo fato de não serem portadores dum pergaminho".[28]

A instalação da Universidade foi amplamente divulgada pela imprensa. Euclides Bandeira, em carta ao amigo Nilo Cairo, publicada no *Diário da Tarde*, descreveu:

> Não me tolhesse o receio de neeflibatice, diria que esse raio solar proclamador do *fiat* foi no caso a tua energia organizadora, que vai tornar esplêndida realidade aquilo que ao tempo de Rocha Pombo, dados os escassos recursos intelectuais e materiais, não podia deixar de ser uma experiência precoce. Os tempos não mudaram descomedidamente; hoje, porém, mais acentuadas estão nossas características de povo novo, forte, oriundo de um conflito étnico em que, por fortuna inapreciável, perdemos grande parte da indolência e da apatia ancestrais adquirindo confiança no próprio esforço e certo espírito empreendedor que é a melhor garantia da prosperidade do Paraná.[29]

Assim, no dia marcado, nos salões do Congresso, teve lugar a criação da Universidade do Paraná. Em relatório, são precisados os detalhes desta solenidade:

> A primeira hora da tarde, no salão das sessões do Congresso Estadual, achavam-se presentes os srs. Drs. Affonso Alves de Camargo, Arthur Martins Franco, Vieira Cavalcanti Filho, Claudino dos Santos, Marins Camargo, Victor do Amaral, Nilo Cairo da Silva, Flávio Luz, Antonio Franco, João Perneta, José Rodrigues Pinheiro, João Barcelos, Octávio do Amaral, Hugo Simas, Assis Gonçalves, Petit Carneiro, Mário de Castro, Euclides Bevilaqua, Júlio Theodorico Guimarães, Daltro Filho, José Amadeu César, Sebastião Paraná, João Garcez, Júlio Xavier, Virgolino Brasil, Vieira de Alencar, Conrado Ericksen Filho, Manoel Carrão, Francisco Gutierrez Beltrão, Affonso Teixeira de Freitas, Walter Aust, Benjamin Lins, José Maria Pinheiro Lima, Azevedo Macedo, J. E. Espíndola, Reinaldo Machado, Pamphilo de Assumpção, Carlos Camargo, Emiliano Perneta, Arthur Obino e Generoso Borges.[30]

Na ocasião, a diretoria da recém-criada Universidade do Paraná – UP foi eleita por aclamação, tendo como "Director, Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva; Vice- Diretor, Dr. Euclides Bevilaqua; Secretario, Dr. Nilo Cairo da Silva; Sub-Secretário, Dr. Daltro Filho; Thesoureiro, Dr. Flávio Luz; Bibliotecário, Dr. Hugo Gutierrez Simas".[31]

Finalmente à noite, às 19 horas, ocorreria a instalação oficial da UP, a qual contou com a presença de autoridades locais como o Presidente e Secretários de Estado, o general Alberto de Abreu, o bispo D. João Braga, demais autoridades civis e militares, além de membros da comunidade.

Tratava-se de um evento festivo, acompanhado de uma banda de música que tocava nos jardins do Congresso, atraindo a presença popular. O doutor Carlos Cavalcanti presidiu a sessão solene congratulando-se "...com os seus patrícios por aquele notável acontecimento, que representa um grande passo em favor do progredimento social do Paraná".[32]

Segundo o *Commércio do Paraná*,

> ...a Universidade do Paraná foi durante dias o thema obrigatório da conversação das classes letradas, diariamente suscitava artigos pela imprensa, uns louvando-a, outros a criticando. Surda a vozeria dos despeitados, a comissão organizadora continuava, porém, a trabalhar imperturbavelmente, superando todas as dificuldades, e, a 19 de dezembro, no Palácio do Congresso Legislativo do Estado, realizavam-se as duas primeiras sessões de assembléia geral dos lentes da Universidade do Paraná, uma de dia e outra a noute.[33]

O *Diário da Tarde* também descreveu a instalação da instituição de ensino superior paranaense: "...realizou-se hontem, às 7 da noite, no Palácio do Congresso Legislativo do Estado, a sessão solene inaugural da Universidade do Paraná. Presentes, além do corpo docente, numerosos convidados, cavalheiros e senhoras, o Dr. Victor do Amaral, Director da Universidade, tomou a presidência. O Dr. Victor do Amaral convidou para presidir a sessão o Sr. Dr. Carlos Cavalcanti, que fôra aclamado director honorário".[34]

Nessa ocasião, o orador escolhido foi Daltro Filho, que em seu discurso deixava entrever sua formação positivista. Justificava a necessidade da criação da Universidade do Paraná com um apanhado de fatos históricos sobre a nação brasileira. Para ele, na época colonial, "crescíamos à ventura com o baralhamento sem nome de três cores, três línguas, e três crenças, destacando-se entre estas o catolicismo cuja nobre unidade, o espírito do povo diluía na superstição do culto medievo". No transcorrer do seu discurso, não deixam de transparecer idéias e posicionamentos preconceituosos, ao afirmar que o povo brasileiro era dividido em castas e "escandalosamente mestiço". "Daí o baralhamento das idéias, concretizadas em sedições e tumultos". Prosseguia dizendo que com a independência não cessaram "...nossas tendências disparatadas que a cada passo explodem". Exaltava o papel dos grupos letrados sobre as instituições, o que ocorria em países

civilizados como a França e a Inglaterra. "Compreende-se bem que nas sociedades sem fisionomia, como a nossa, sua influência cresça a ponto de tornar-se decisiva". Completava exaltando a Abolição e a República como nossas melhores conquistas, embora distanciadas das escolas. Afirmava que o Brasil atravessava um período longo de combinações incompletas, e que somente pelo ensino se poderia nivelar os brasileiros. Pregava a ação coercitiva da União para que se realizasse a unidade da pátria. Ressaltava que ninguém deveria assustar-se com o termo Universidade e que ela não poderia ser comparada com as instituições madrastas e medievais. A universidade seria apenas um vocábulo que significaria várias carreiras liberais. Na universidade, as verdades científicas, que são as verdades positivas, seriam severamente demonstradas. Essas verdades positivas não se esgarçariam em proposições metafísicas, "mais ou menos despidas de sentido".[35]

Após o discurso, os novos professores e os membros da Diretoria e do Conselho Econômico assinaram o termo de posse e pagaram os emolumentos do diploma dos cargos, os primeiros 30$000rs., e os demais 20$000rs., respectivamente. Isso totalizou o valor de 2.000$00rs., e essa contribuição se tornaria o primeiro capital recebido pela instituição, para fazer frente às despesas com a sua instalação.

De posse dos valores arrecadados, o reitor ficou encarregado de providenciar uma sede. Alugou, então, um prédio na Rua Comendador Araújo, n.º 42, para sediar o estabelecimento. O doutor Arthur Martins Franco abriu um crédito de até dez contos de réis no London and Brasilian Bank e, os doutores Nilo Cairo, Daltro Filho e Flávio Luz se encarregaram de executar a instalação. A situação financeira só melhoraria a partir de fevereiro de 1913, quando começaram a entrar em caixa as primeiras taxas dos exames de admissão. "Foi assim, a golpes de energia, de atividade e de pontualidade na execução da instalação da Universidade, que a actual Diretoria conseguiu superar as primeiras dificuldades financeiras, que a todos se antolhavam inevitáveis, e sem recorrer a empréstimo ou a dádiva de qualquer espécie."[36]

A Universidade do Paraná estava amparada pelo Decreto Federal n.º 8.659 de abril de 1911, que aprovou a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República. Era chamada Lei Rivadávia, que instituiu a liberdade de ensino no território nacional. Também foi reconhecida pelo



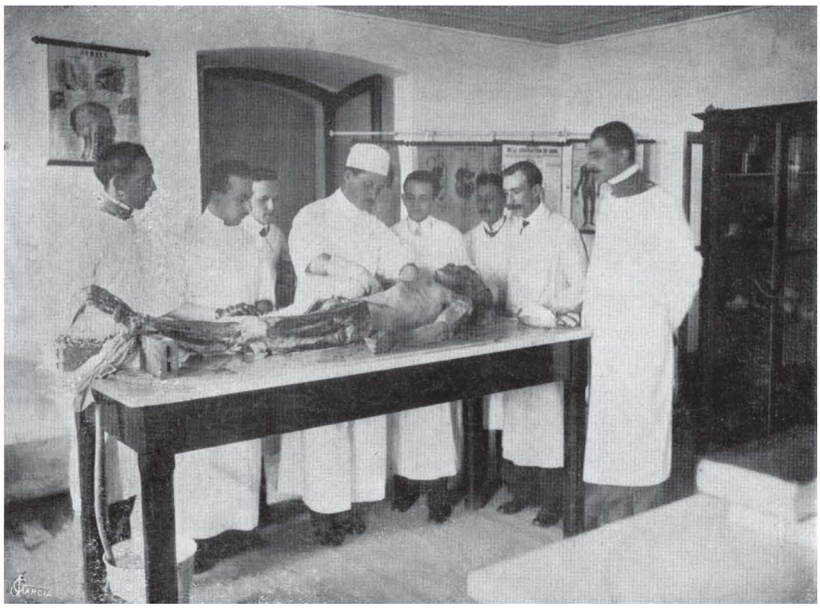
Sala do Conselho Superior, 1914.
Acervo: Biblioteca Central



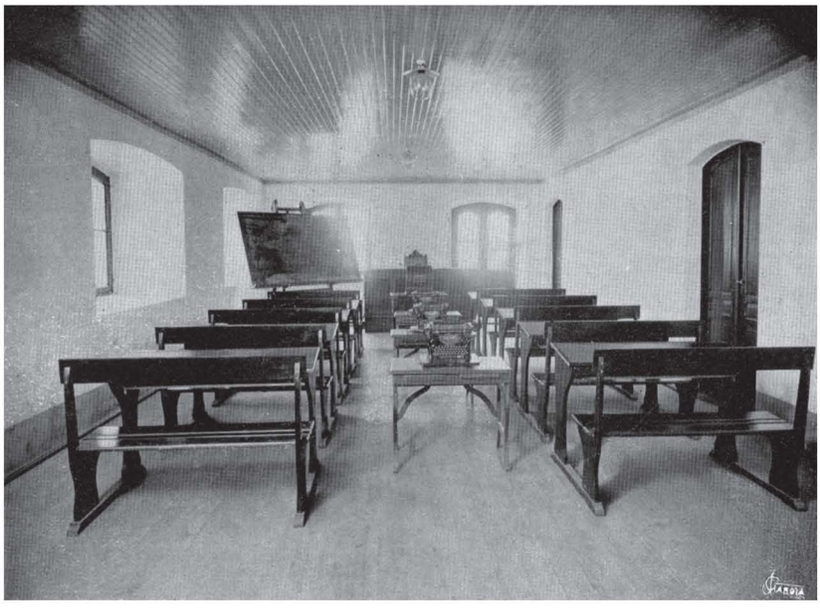
Gabinete de Tecnologia, 1914.
Acervo: Biblioteca Central



Laboratório de Anatomia, 1914.
Acervo: Biblioteca Central



Aula de dissecação anatômica, 1914.
Acervo: Biblioteca Central



Sala de aulas do
Curso de Comércio, 1914.
Acervo: Biblioteca Central



Sala para aulas do
Curso de Engenharia, 1914.
Acervo: Biblioteca Central

Governo do Estado, pela Lei n.º 1.284 de 27 de março de 1913, o que lhe assegurou a doação de um pequeno patrimônio financeiro e a subvenção de 36$000 rs. por um ano.

Para garantir seu funcionamento, ficaram estipuladas algumas taxas, as quais "...eram de variado valor: para o exame de admissão trinta mil réis, para a matrícula e exame final, cinqüenta mil réis; para a freqüência de laboratórios, vinte mil réis anuais. As quantias referentes às mensalidades eram: Direito, e Engenharia de quarenta mil réis; de Farmácia e Odontologia, trinta mil réis; e a de Comércio, vinte e cinco mil réis".[37] Embora fossem previstas, nem sempre foram executadas.

O momento, porém, era de muito trabalho, a UP precisava se estruturar. Organizaram-se a Diretoria, os Conselhos Econômico e Superior, as Congregações dos Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, de Engenharia, de Medicina e Cirurgia e de Comércio. O objetivo era mantê-la coesa, sem dividi-la em escolas ou faculdades. Estabeleceu-se ainda um Curso Preparatório, para suprir a falta de preparo dos candidatos.

Inicialmente, em 1913, matricularam-se noventa e sete alunos, sendo vinte e nove para o Curso de Ciências Jurídicas e Sociais; trinta e dois para o Curso de Engenharia; treze para o de Odontologia; dez para o de Farmácia e treze para o de Comércio. A freqüência era obrigatória e as provas mensais conhecidas por sabatinas.

Oscar de Plácido e Silva, o primeiro aluno e primeiro funcionário da UP, comenta:

> Quando, aqui entre nós, se começou a falar que os drs. Nilo Cairo e Vitor do Amaral, ressuscitando a malograda iniciativa de Rocha Pombo, pretendiam a criação de uma Universidade, os vaticíneos eram os mais disparatados. Alguns admitiam a possibilidade de êxito; outros julgavam-na idéia de loucos, fomentada pelo louco do Nilo Cairo.
> - É conversa fiada...
> - Mas, não... Há o Dr. Vitor, homem que não se iria jogar em uma aventura...
> - Não, não sai... Morre como tantas outras que se pensaram antes.[38]

Apesar de tantas dúvidas e expectativas suscitadas na comunidade, aos poucos a Universidade ia se constituindo e saindo do papel. Os gabinetes e laboratórios foram montados à medida da necessidade, como o gabinete de Anatomia, Botânica e Zoologia, Topografia, Histologia, Microbiologia,

Mineralogia e Geologia, de Comércio, e o Laboratório de Química. Havia ainda o Dispensário Dentário e a Biblioteca. A Universidade também estava apta a habilitar profissionais estrangeiros e práticos de farmácia.

Ao comentar o cotidiano da UP, David Carneiro lembra:

> O clímax do chamado ensino livre foi em 1911, e a nossa Universidade foi fruto desse ambiente salutar, ao mesmo passo que fruto da dedicação dos professores, que não recebiam seus ordenados, mas assinavam documentos como se o fizessem. As aulas eram quase sempre gratuitas, e havia professores que se encarregavam (como Nilo Cairo fez várias vezes e Plínio Tourinho e João Perneta) de duas e três cadeiras, afora as aulas comuns. Nesse tempo, os professores não faltavam. A pontualidade era questão de honra, à vista da situação de penúria dos cofres da instituição, enquanto o edifício central não estivesse concluído. E ninguém desejava senão contribuir com a sua parcela para o momento que seria obra de todos.[39]

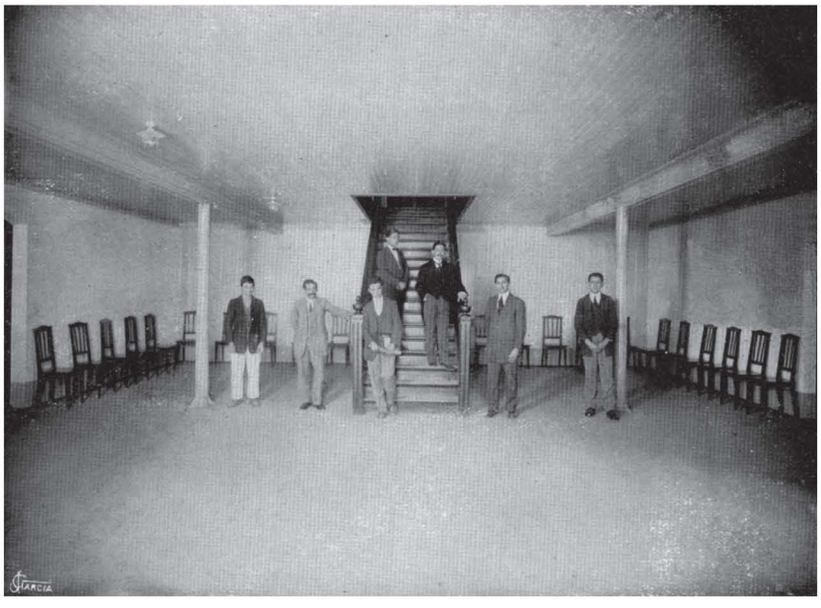
Cabe lembrar que a organização da Universidade, segundo consta, seguiu o modelo das escolas militares, por influência de alguns de seus fundadores, ligados ao Exército Nacional.

> Na efetivação de seu ensino, a Universidade adotou muito de perto o regime da Escola Militar, inspirado por Nilo Cairo, Daltro Filho e Plínio Tourinho, brilhantes oficiais do exército, que muito influíram para a implantação do sistema tão salutar. E assim, havia mensalmente um exame escrito parcial, cuja nota seria computada na aprovação anual, somando-se às notas de escrita e oral, que se diziam exames finais. Por outro lado, fosse qual fosse o número de pontos do programa, prelecionados durante o ano, todo o programa seria exigido nas provas escritas e orais.[40]

O corpo docente da UP compunha-se de lentes catedráticos (aos quais competia reger a sua cadeira e organizar anualmente o programa do seu curso) e lentes substitutos (a quem competia substituir o catedrático nos seus impedimentos). A vaga do catedrático era preenchida pela nomeação do substituto e a vaga do substituto era preenchida por concurso, o qual constava da apresentação de uma memória original a ser defendida e provas orais e práticas.



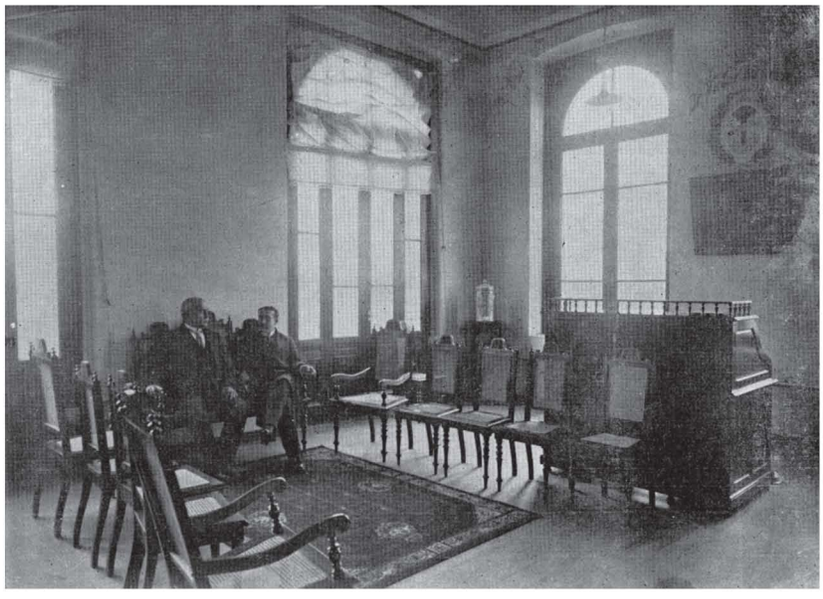
Primeira sede da Maternidade do Paraná, à Rua Comendador Araújo, em 1914.
Acervo: Biblioteca Central



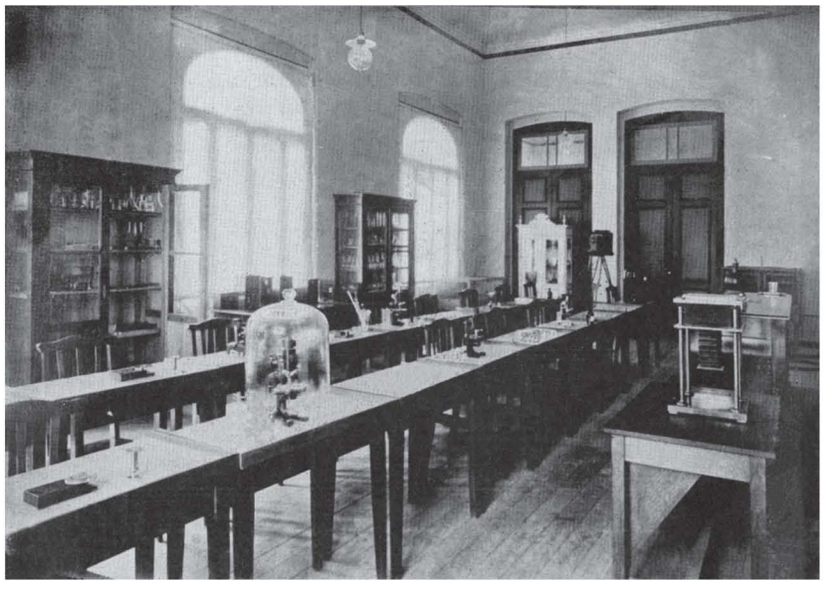
Empregados administrativos da Universidade, 1914.
Acervo: Biblioteca Central



Gabinete do Secretário da Universidade, 1915.
Acervo: Biblioteca Central



Sala do Diretor, 1915.
Acervo: Biblioteca Central



Laboratório de Histologia, 1915.
Acervo: Biblioteca Central

As aulas dos cinco cursos em funcionamento começaram em 24 de março de 1913, com os seguintes professores:

> no Curso de Direito, os professores Benjamin Lins e Otávio do Amaral; no Curso de Engenharia, que teve em função os três primeiros anos, professores Mario Tourinho, Daltro Filho, J. Moreira Garcez, João Perneta, Afonso Teixeira de Freitas, Baeta de Faria, Generoso Borges, Ernesto de Oliveira, J. Cipriano, Rodrigues Pinheiro e Reinaldo Machado; no Curso de Farmácia, Manoel Carrão, Rodrigues Pinheiro e Joaquim Pinto Rebelo; no Curso de Odontologia, professores Miguel Santiago, Petit Carneiro, Nilo Cairo da Silva, Matos Azeredo e Neves da Costa; e no Curso de Comércio, professores Sebastião Paraná, Generoso Borges, Júlio Theodorico, Henrique Itiberê e Leopoldo Reuter. Durante a licença do professor Reinaldo Machado, exerceu a cátedra o professor Cláudio de Lemos.[41]

No decorrer do ano, foram realizados quatro concursos de professores catedráticos, aprovando Ernesto Luiz de Oliveira, Henrique Itiberê da Cunha, Luiz Caetano de Oliveira e Hugo Riedel.

Os Estatutos da UP tiveram por base os da Universidade de São Paulo, tendo sido aprovados pelo Conselho Superior, em 13 de setembro de 1913. Estabeleciam que se tratava de uma "...associação civil, que tem por fim ministrar o ensino superior integral a todos os indivíduos, sem distinção de sexo, nacionalidade ou religião. A universidade considera como meio de conseguir seus fins a instituição dos vários cursos correspondentes ao ensino de que trata o artigo anterior, do exame de habilitação de profissionais estrangeiros e de um Curso Preparatório".[42]

Nesse primeiro Estatuto de 1913, já estava presente a necessidade da instalação de uma Maternidade, que foi criada mais tarde, em 3 de agosto de 1914. Seria um hospital especial destinado aos partos, a prestar assistência às mulheres pobres e a servir de ensino de obstetrícia aos alunos. Também o mesmo Estatuto estabelecia o Instituto de Assistência Judiciária para o ensino prático dos alunos, as oficinas técnicas de Engenharia, o Instituto Comercial, além da Instrução Militar.

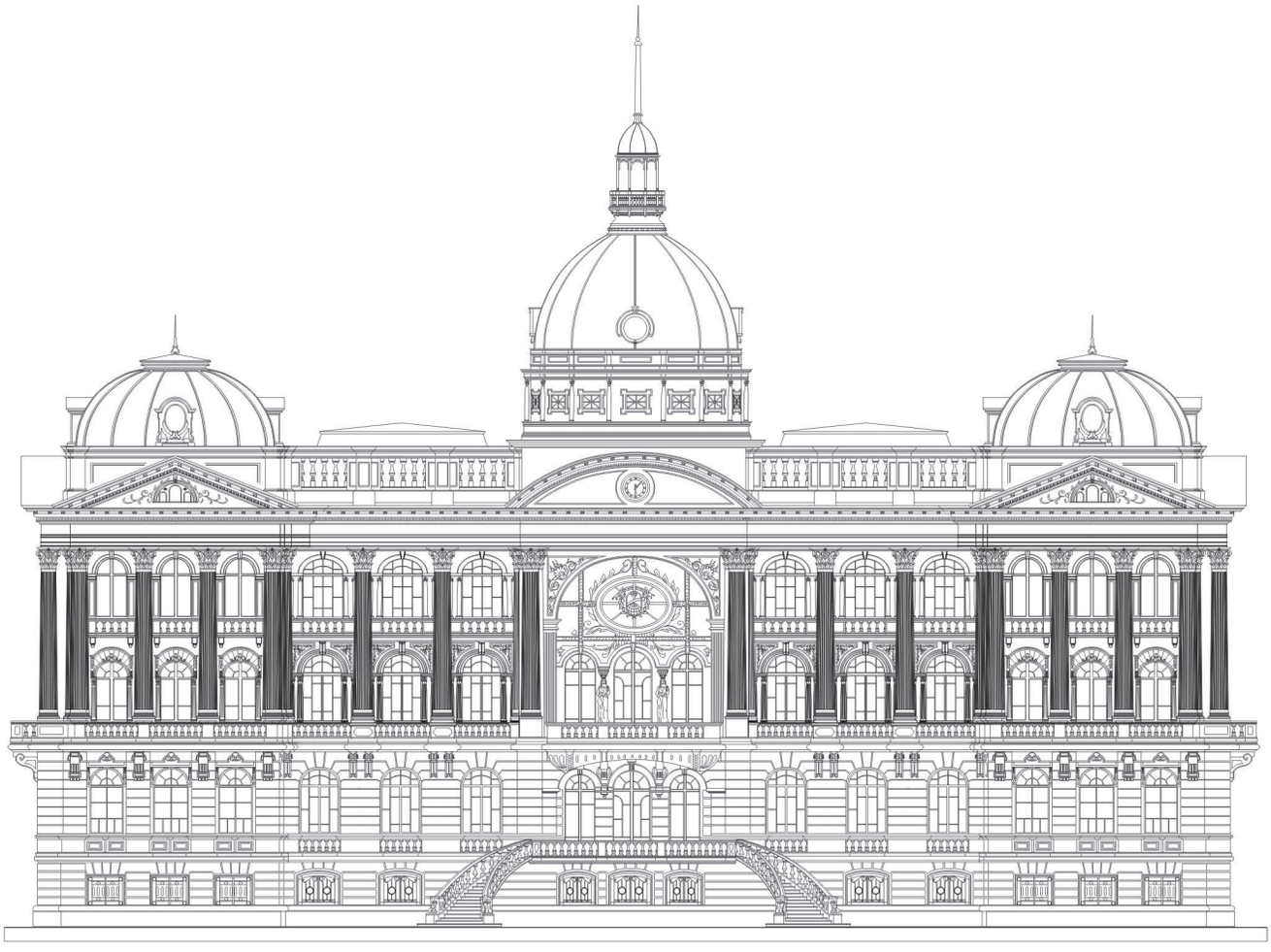
Determinou-se, ainda, que a UP tivesse um selo de identificação, para assinalar os diplomas conferidos:

> o qual consistirá em um symbolo representando o mundo iluminado pelo gênio da sciencia; no centro a ellipse da trajetória da terra de grande eixo vertical, ladeada por dous ramos, um de carvalho, representando o poder da vontade, e o outro de louro, representando o poder da inteligência, na extremidade inferior da ellipse, vê-se emergir a metade do globo terrestre e na superior um archote sahido da terra; enfim uma faxa, levando o lemma – Sciencia et Labor – corta a ellipse em diagonal, no sentido do plano do equador celeste; por cima de tudo, entre as extremidades dos ramos de louro e carvalho, o nome Universidade do Paraná.[43]

Finalmente, constava também do Estatuto a criação dos cursos de Medicina e Cirurgia, cuja organização, pelo Conselho Superior, ocorreu em 28 de outubro, podendo iniciar suas atividades já no ano seguinte.

O panorama ainda aguardava mudanças significativas, que ficariam marcadas para sempre na memória e na imagem da cidade e dos paranaenses. A casa alugada na Rua Comendador Araújo rapidamente se tornou acanhada, não comportando todas as atividades previstas pelo Estatuto. Era necessário buscar soluções mais imediatas e definitivas. Assim, a diretoria pediu à Câmara Municipal o terreno que havia sido doado a Rocha Pombo, na Av. Iguaçu, mas não conseguiu atingir seu intento. Também o governo do Estado doou por lei, à Universidade, a quantia de 80.000$000rs. Parte desta quantia foi empregada na compra de um terreno na Rua Carlos de Carvalho, esquina com a Rua Visconde de Nácar. A planta e a fachada foram entregues ao engenheiro militar, posteriormente professor da Universidade, Guilhermino Baeta de Faria. Tudo estava pronto para a construção do prédio principal, mas a Câmara Municipal doou, então, um terreno mais central, situado na Rua XV de Novembro. Com a mudança de terreno, rapidamente pequenos ajustes foram feitos para o lançamento da pedra fundamental do edifício da Universidade do Paraná, que ocorreu em 31 de agosto de 1913.

Entre autoridades civis, militares e religiosas presentes no lançamento da Pedra Fundamental estavam o Presidente do Estado, Carlos Cavalcanti, e o prefeito municipal Cândido de Abreu, além de representantes da imprensa, de associações civis e da comunidade. "...o projecto do sumptuoso edifício, imaginado com arte e traçado consoante as regras do estylo collossal, é devido exclusivamente à capacidade technica do ilustre engenheiro militar capitão Guilhermino Baeta de Faria, lente catedrático da nona cadeira do



Desenho da fachada do Primeiro Prédio Histórico da Universidade do Paraná projetado por Guilhermino Baeta de Faria, em 1913. Tela original 110 cm x 153 cm, restaurada em 2005 por Denise Zanini e Clara L. Fritoli. Reprodução fotográfica do Prof. Osvaldo dos Santos Lima (UFPR/DECOM). Desenho digital em 2007 de Fábio Stinghen.

curso de Engenharia Civil."[44] A fachada principal do edifício com frente para a Praça Santos Andrade media 54 metros, e a previsão para que estivesse concluído era abril de 1914, e seria construído pela empresa de Bortholo Bergonse. Inicialmente, também participou da construção Carlos Dietzche, que após alguns meses se desligou do empreendimento.

Nessa época, a Praça Santos Andrade, que ficava em frente ao local escolhido, era usada como o depósito de lixo da prefeitura. Além disso, ali começava o brejo que se prolongava até o rio Belém. Só em 1916, atendendo às reivindicações do Centro Acadêmico junto à prefeitura, referentes ao mau-cheiro, sobretudo no verão, é que o depósito de lixo foi retirado daquele local.

No decorrer da construção do prédio, o *Commércio do Paraná* estampava 'com prazer' o clichê da fachada do edifício da UP em edificação.

> O edifício, cuja planta foi confeccionada pelo distinto engenheiro militar Doutor Baeta de Faria, terá a forma quadrangular com uma grande área central. A sua fachada principal, ora em construção, com frente para a Praça Santos Andrade, mede 54 metros de extensão, com fundos correspondentes para a rua Garibaldi; as alas laterais medirão 53 metros, com frente de um lado para a rua XV de Novembro e de outro para a rua do Morumby. Até abril do anno vindouro, deve ficar adaptada a parte central, para nella ir funcionar a Universidade. Dentro de dous annos espera a sua activa e benemérita directoria concluir a ala principal. A conclusão do edifício será, depois, feita paulatinamente, estando orçada em mais de setecentos contos de reis.[45]

A Pedra Fundamental foi lançada no alicerce anterior do edifício. Continha um pequeno cofre metálico com ata, cópia do estatuto, programas e cadernetas impressas, lista dos lentes, alunos e empregados, discurso original do orador Benjamin Batista Lins de Albuquerque, jornais do dia e moedas metálicas nacionais.

NOTAS

1 MONTEIRO, 1903:23. In:TRINDADE, p.65.

2 TRINDADE, Etelvina; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2001. p. 66.

3 VICTOR, Nestor. **A terra do futuro**. Rio de Janeiro:Typ. Jornal do Comercio, 1913. p.121-122.

4 WACHOWICZ, Ruy C. **A Universidade do Mate: história da UFPR**. Curitiba: APUFPR, 1985.p.24.

[5] WACHOWICZ, 1985. p.25.
[6] MAGALHÃES, 1972. p.50.
[7] VICTOR, Nestor. **A terra do futuro**. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comercio, 1913. p.131.
[8] LIMA, Eduardo. **Victor F. do Amaral o Reitor de sempre**.
[9] CARNEIRO, David. **Educação, universidade, e história da primeira universidade do Paraná**. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1971.
[10] WACHOWICZ, 1983.p.13.
[11] UFPR. Rumos da Pesquisa. 1998. p.6.
[12] Rocha Pombo, nasceu em Morretes, 4 de dezembro de 1857 e faleceu no Rio de Janeiro, 26 de junho de 1933, fundador de jornais em Curitiba e Castro, deputado provincial, membro da Academia Brasileira de Letras.
[13] CARNEIRO, David. **Educação, Universidade: História da Primeira Universidade do Brasil.** Curitiba: Imprensa da UFPR, 1971. p.109.
[14] WACHOWICZ, 1985. p.31.
[15] TRINDADE, 2001. p84.
[16] COMMERCIO do Paraná. Curitiba, 29 nov. 1912. p.1.
[17] COMMERCIO do Paraná. Curitiba, 06 dez.1912. p.2.
[18] COMMERCIO do Paraná. Curitiba, 27 nov. 1912. p.1.
[19] WACHOWICZ, 1985. p.34.
[20] PARANÁ. Universidade. **Relatório Geral**. Apresentado à Assembléia Geral, em 19 de dezembro de 1913 pelo Dr. Victor F. do Amaral e Silva. Curitiba: Tip. Alfredo Hoffmann, 1913. p. 3.
[21] WACHOWICZ, 1985. p. 154
[22] PARANÁ. Universidade. Relatório Geral. Apresentado à Assembléia Geral, em 19 de dezembro de 1913 pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva. Curitiba: Tip. Alfredo Hoffmann, 1913. p.15.
[23] PARANÁ. Universidade. **Relatório**, 1913. p. 16.
[24] UFPR. Rumos da Pesquisa. 1998. p.9
[25] PARANÁ. Universidade. **Relatório**, 1913. p. ?
[26] PARANÁ. Universidade. **Relatório**, 1913.p. 17.
[27] DIÁRIO da Tarde. Curitiba: 29 nov.1912.p.1.
[28] DIÁRIO da Tarde. Curitiba: 03 dez.1912. p.1.
[29] DIÁRIO da Tarde. Curitiba: 02 dez. 1912. p.1.
[30] PARANÁ. Universidade. **Relatório**, 1913. p. 18.
[31] PARANA. Universidade. **Relatório**, 1913.p.19.
[32] PARANA. Universidade. **Relatório**, 1913.p.19.
[33] COMMERCIO do Paraná. Curitiba, 20 dez.1912 In: PARANA. Universidade. Relatório, 1913. p.17.
[34] DIÁRIO da Tarde. Curitiba, 20 dez.1912 In: PARANA. Universidade. Relatório, 1913. p.20.
[35] DALTRO FILHO. Discurso. In: WACHOWICZ, 1985. p.44.
[36] PARANA. Universidade. **Relatório**, 1913. p.21.
[37] SILVA, Oscar Plácido e. In: CARNEIRO, 1971. p.145.
[38] SILVA, Oscar J. Plácido e. In: CARNEIRO, 1971. p.139.
[39] CARNEIRO, 1971. p.133.
[40] SILVA, Oscar de Plácido e. In: CARNEIRO, 1971. p.151.
[41] SILVA, Oscar de Plácido e. In: CARNEIRO, 1971. p.144.
[42] PARANA. Universidade. **Estatutos**: aprovados pelo Conselho Superior em sessão de 13 de setembro de 1913. Curitiba: Typ. Hoffmann, 1913. p.3.
[43] PARANA. Universidade. **Estatutos**, 1913. p.77.
[44] PARANÁ. Universidade. **Relatório**, 1913. p.85.
[45] COMMERCIO do Paraná. Curitiba,12 out. 1913. p.21.

Blank Page



O meu pai teve uma vida estudantil muito fecunda, desde os 12 anos de idade. Ele nasceu na Lapa, e meu avô Serafim era preocupado com a educação dos filhos. Com meu pai, eles eram 3 irmãos. E então, no primeiro tempo, meu pai ficou um ano em Curitiba; com onze anos de idade ele veio da Lapa. Meu avô, no ano seguinte, já encarregou um amigo dele do Rio de Janeiro de receber meu pai para os primeiros estudos. Então, ele foi matriculado no colégio da época, Colégio do Professor Abílio, Barão de Macaúba, que era amigo particular de Dom Pedro II. Aí meu pai fez todos os exames ginasiais no Colégio Abílio, que na época era o mais famoso do Rio de Janeiro. E concluiu os seus estudos com brilhantismo. Mais tarde, matriculou-se na Faculdade Imperial de Medicina do Rio de Janeiro onde, seis anos depois, recebeu o diploma de Médico e Doutor em Medicina, com defesa de tese prévia, das mãos do imperador Dom Pedro II. Esse diploma, a família Amaral ofertou à Reitoria da Universidade, onde está até hoje na sala do Reitor da Universidade – professor Moreira no momento – junto com o retrato de corpo inteiro feito pelo pintor Theodoro de Bona, uma tela magnífica. E também, em frente ao edifício principal da Universidade, que é o símbolo de Curitiba, tem o busto de Victor do Amaral, muito bem confeccionado pelo João Turin.

O pai não era muito extrovertido, mas era, assim, um homem até mais sisudo. Com tanta preocupação que ele tinha, nunca, nunca ele deixou de cumprir suas obrigações. Inclusive, além das obrigações profissionais universitárias, ele tinha, e cumpria com devotada amizade, as obrigações sociais. Ele foi muito sociável e deixou, graças a Deus, na cidade de Curitiba e no Paraná, um rastro luminoso de fecundidade, de honradez e de desenvolvimento cultural.

Ele percebeu que Curitiba, lá pelos idos de 1912, se ressentia de uma faculdade que agregasse os alunos, que a maioria deles não podia estudar fora, por deficiência pecuniária. Então resolveram que Curitiba já merecia

ter uma universidade, um centro de estudos. Porque vinte anos antes, com Rocha Pombo, não deu certo, porque Curitiba ainda era muito pequena. E quando a Universidade do Paraná foi fundada, Curitiba tinha apenas 70 mil habitantes. Foi uma luta terrível. O Victor do Amaral e o Nilo Cairo, e outros grandes paranaenses, cerraram fileiras, e resolveram fundar uma universidade para expandir a cultura e o ensino no Paraná.

Foi uma luta terrível, porque além de tudo, não tinha caixa. Então, o Victor do Amaral, o Nilo Cairo e os companheiros, tinham que se desdobrar não só para conseguir dinheiro para manter a Universidade e seus professores, como também para darem as aulas. Aí então foi uma verdadeira odisséia, convidando os seus colegas para poderem dar a matéria. Aí veio o Petit Carneiro, o Assis Gonçalves e uma turma brilhante de paranaenses, e mesmo de cidadãos que não nasceram no Paraná, como o Daltro Filho, o João Barcellos, que cerraram fileiras com o Nilo Cairo e Victor do Amaral para erigirem e sustentarem a Universidade do Paraná.

Graças a Deus, a vida de Victor Ferreira do Amaral, foi entendida e compreendida pela sociedade paranaense, porque foi uma das criaturas, um dos cidadãos que mais homenagens teve, mesmo em vida. Entre outras coisas, um busto de bronze na Praça Santos Andrade, a avenida com o nome dele, tem um colégio estadual no Boqueirão com o nome dele, tem o Hospital e a Maternidade com o nome dele. Então, ele foi uma criatura que foi homenageada e o povo reconheceu os méritos e o trabalho que ele fez em prol da coletividade paranaense. Foi merecido, porque ele trabalhou muito. E morreu em paz, aos 90 anos de idade, cercado pelo carinho, pelo respeito e pela admiração da sociedade paranaense e dos estudantes universitários.

Milton Ferreira do Amaral



CAPÍTULO 2

Blank Page

2
IMPASSES E CRISES

2.1 CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO DO PERÍODO (1915-1945)

NO PRIMEIRO QUARTEL DO SÉCULO XX, a influência da conjuntura mundial no Brasil e os anos dramáticos da Primeira Grande Guerra (1914-1918) favoreceram a industrialização do país. Isso foi provocado, sobretudo, pela onda de expansão capitalista do final do século passado e pela necessidade de se substituir as importações em virtude da inversão dos fluxos de mercadorias.

Concomitante com isso, o aumento da produção industrial gerou o crescimento das camadas operárias urbanas. No entanto, o desenvolvimento industrial não produziu a distribuição da riqueza, nem as esperadas melhorias na vida do operariado, formado, em sua maioria, por migrantes que se dirigiam do campo para as cidades. Todos esses fatos contribuíram para a formação dos sindicatos, a realização de greves e a difusão de idéias anarquistas. No período compreendido entre 1917 e 1919, as autoridades oligárquicas brasileiras assistiram ao auge das lutas e da vaga grevista, após a entrada no mercado de trabalho da classe trabalhadora assalariada, composta por imigrantes europeus e uma imensa maioria de brasileiros sobretudo afro-descendentes.

Os anos 1920 transformaram-se no caldeirão em que ferviam as revoltas precursoras do modelo brasileiro moderno. O Brasil tornou-se o país da urbanização, da *Belle Époque* e da Semana de 22, da monocultura do café, das elites oligárquicas e da revolta tenentista. Assistia-se ao crescimento do sentimento de nação e dos conflitos sociais. Todo esse movimento ganhou o nome de modernismo. No entanto, o marco simbólico do modernismo brasileiro concretizou-se com a *Semana da Arte Moderna*, que se realizou em São Paulo, em fevereiro de 1922. Esta *Semana* funcionou como um estopim, pois buscava, por meio da arte, promover uma reflexão sobre as transformações por que passavam o mundo e o país. Em meio a mudanças

na poesia, na prosa e nas artes plásticas, ocorria um acelerado processo de industrialização e urbanização. Surgiram nas grandes cidades os altos edifícios, os letreiros luminosos, os viadutos, as máquinas e fábricas. O tempo corria mais rápido. A arte precisava acompanhar o "fluxo da vida moderna", diziam os modernistas. Para isso, era necessário mudar a maneira tradicional de se expressar e pensar, por outra que representasse melhor as mudanças por que passavam o homem e o mundo.

O equivalente político dessa forma de pensar foi a eclosão do "tenentismo",[1] que ocorreu dentro do espírito combativo de renovação. Este representava a insatisfação da sociedade brasileira, porém, apesar de tudo, teve um conteúdo mais reformista que revolucionário. Diante desse panorama, ocorriam a crise econômica mundial provocada pela quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 e a depressão subseqüente, que também atingiu de pronto o Brasil. Muitas fábricas foram fechadas, mais de um milhão de trabalhadores ficaram desempregados em todo o país. A crise atingiu também a cafeicultura, provocando uma queda nos preços do café e liquidando o programa de estabilização financeira do governo.

Nesse contexto, teve lugar o golpe liderado por Getúlio Vargas, com o apoio das forças armadas, que inaugurou um período de ditadura que ficou conhecido como o Estado Novo. Com o golpe, o Congresso Nacional, as assembléias legislativas e as câmaras municipais foram fechadas. Um amplo projeto de construção nacional foi proposto, o qual incluía a criação dos direitos sociais, ao lado de uma série de outras medidas, entre elas muitas referentes à educação. O Ministério da Educação e Saúde, chefiado por Gustavo Capanema, desempenhou um papel fundamental no projeto político desenvolvido pelo Estado Novo. Sua ação foi dirigida, principalmente, com a finalidade de criar e afirmar uma nova idéia de nacionalidade. À educação cabia a importante função de procurar formar os cidadãos brasileiros, dotando-os de valores e noções comuns a toda a nação. Por educação, nesse caso, deve ser entendida não apenas aquela formal, que se ministrava dentro das salas de aula, mas também a que se chamava de extra-escolar. Foi assim, por exemplo, que se criaram os institutos e associações culturais. O governo queria divulgar, por meio do rádio e da imprensa, uma nova maneira de pensar o Brasil, buscando criar uma nova imagem da sociedade brasileira. Comentava-se muito sobre a criação de um "homem novo" para um "Estado Novo" de uma "Nova Nação".

É importante ressaltar que os anos 30 testemunharam a reorganização econômica do país no sentido da industrialização e da urbanização. Além disso, o regime do Estado Novo foi contemporâneo às transformações políticas por que passavam os países da Europa. Foram algumas dessas transformações que conduziram o mundo à Segunda Guerra Mundial. As conseqüências desse episódio foram duras para o Brasil, que deveria se adaptar rapidamente aos novos tempos.

No Paraná, o modernismo teve uma manifestação regionalista, expressa pelo *Paranismo*, movimento que exaltava os elementos considerados formadores da identidade paranaense, como o clima, a terra e o homem, e teve significativa importância nas décadas de 1920 e 1930. Era liderado por um grupo de intelectuais que incentivavam as tradições, a cultura e a história da terra. Visava à construção de uma identidade regional, com base no progresso e no desenvolvimento social, congregando os imigrantes e seus descendentes em torno do movimento. A figura central desse movimento foi o literato e historiador Romário Martins. Comungavam com ele Euclides Bandeira, Dario Vellozo, Rodrigo Júnior, divulgando suas idéias em seus próprios escritos. Contava também com a participação de artistas plásticos como Theodoro de Bona, João Turim, João Zaco Paraná, Lange de Morretes, João Groff, que, por meio da estética, marcaram a arte, tanto nas temáticas como na simbologia das pinhas, pinhão, mate, pinheiro, paisagens; na arquitetura, música, pavimentação de ruas, decoração de interiores, esculturas, filmes etc. Com o mesmo propósito, foram criados espaços, como o Centro Paranista.

O movimento ampliou-se e expandiu-se até 1940, período em que o regionalismo já não era bem visto pelo governo autoritário e centralizador de Getúlio Vargas, cuja tendência era controlar a influência das forças regionais. Com a crescente centralização político-administrativa, os organismos do Estado se especializavam em sua atuação, podendo-se citar, entre eles, as Interventorias Estaduais e o Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP.

Na economia, investiu-se no desenvolvimento por meio da industrialização em oposição às atividades de base agroexportadoras. No início do regime republicano, a base da economia paranaense continuava sendo a erva-mate. A mudança desse foco prejudicou o Paraná, que ocupava

uma das lideranças no panorama nacional, ao concentrar sua economia em torno da exploração da erva-mate e do setor madeireiro. Na região norte do Estado desenvolveu-se a lavoura do café, que atingiria seu auge nas décadas seguintes. O Estado foi obrigado a se adaptar às novas exigências econômicas e comerciais e a reorganizar o seu aparelho.

O progresso era significativo na agricultura, dominada pelos imigrantes europeus e seus descendentes. No entanto, havia também uma crise política, devido à corrupção eleitoral dos chefes políticos da República, e uma crise social, resultante do desenvolvimento da industrialização e das precárias condições de trabalho dos operários. Enquanto o comércio de animais entrava em relativo declínio, a pecuária extensiva mantinha-se de certa forma estagnada. No entanto, a economia ervateira ainda se expandia, atingindo o seu apogeu nos anos 1920, contribuindo diretamente na organização do Estado.

> Em torno e a partir da indústria ervateira, consolida-se uma burguesia industrial, comercial e financeira, reforçada pela crescente exploração madeireira e pelos segmentos industriais decorrentes e pelo surgimento de todo um leque de médias e pequenas indústrias de bens de consumo corrente, em grande parte originário da formação artesanal de muitos imigrantes europeus. Essa burguesia, outrora incipiente, e agora ampliada e diversificada, mas ainda centrada, principalmente, na indústria ervateira, vai lentamente se impondo como força hegemônica no que chamamos de bloco no poder paranaense.[2]

De maneira geral, as pequenas indústrias iniciavam seus trabalhos produzindo fósforo, sabão, alimentos e cerâmicas. A partir da Primeira Guerra Mundial, a indústria madeireira recebeu grande incentivo e passou a explorar o pinho, tanto para o mercado interno, como para o externo. As serrarias se multiplicaram inicialmente ao longo das estradas de ferro, penetraram gradativamente para o interior, associando-se ao transporte em caminhões. Em 1935, a erva-mate já era um produto decadente da economia paranaense, representando apenas 15% da receita do Estado. O café, economia em ascensão, já contabilizava 14%. Em 1920, já existiam cento e setenta e quatro serrarias no Paraná, algumas afastadas das linhas férreas, chegando até as regiões de matas de araucárias, onde o meio de transporte mais utilizado era o caminhão.

No panorama político, o período foi marcado pela presença do interventor e governador Manoel Ribas, entre 1932 e 1945, voltado às políticas públicas, investindo nas necessidades de cada região, mantendo o cunho modernizador. Mereceu especial atenção não só a infra-estrutura, sobretudo viária, mas também o povoamento, a educação e a cultura.

O governo de Manoel Ribas visava ao desenvolvimento socioeconômico do Paraná, procurando integrar as diversas regiões e interiorizar o Estado, nos sentidos norte e sudeste, em função da cafeicultura emergente.

As transformações sociais advindas acompanharam o movimento nacional, com o crescimento das áreas urbanas. A população do Estado saltou de 685.000 habitantes, em 1920, para 1.236.000 habitantes em 1940. Curitiba já contava com 139.182 habitantes. A capital era considerada um município urbano, possuindo atividades comerciais e de serviços, além de abrigar o maior parque industrial do Estado. As chácaras ao redor da cidade foram desaparecendo gradativamente, dando lugar a ruas e construções modernas, inclusive prédios de vários andares. A região central era ocupada pelo alto comércio, bancos, seguidos pelo comércio retalhista e por moradias modestas. Além de uma área ocupada por residências aristocráticas, havia também uma região industrial com vilas operárias e uma região agrícola.

A capital se tornara um centro promissor; muitos foram atraídos pela busca de trabalho, estudo ou até mesmo pela oportunidade de melhorar sua vida. Estudantes convergiam de todos os pontos do Estado, concentrando-se em torno da Universidade e de centros artísticos culturais. A vida da cidade era movimentada pelas atividades estudantis – encontros de estudantes, desfiles cívicos e esportivos, incentivados pelo governo autoritário de Vargas –, e pelas procissões religiosas organizadas pela Igreja Católica.

Inaugurou-se uma nova fase, da qual constaria até um planejamento urbanístico. Com efeito, na década de 1940, a prefeitura de Curitiba contratou uma firma do Rio de Janeiro para elaborar um plano diretor, juntamente com os engenheiros da prefeitura, a firma carioca e o urbanista francês Donat Alfred Agache. Assim, elaborou-se o chamado "Plano Agache", que nortearia as diretrizes urbanísticas da cidade nas décadas seguintes.

A proposta de Agache para a cidade teve aplicação parcial, porém levou a políticas inovadoras. Fazer planos ou preocupar-se com a urbanização

dos grandes centros passou a ser uma proposta nacional; procurava-se melhorar o ambiente de vida, e, em decorrência disso, surgiram as grandes obras de remodelação do espaço urbano.

Como capital, Curitiba tornou-se o local de convergência das riquezas produzidas no Estado, bem como um centro político, econômico, cultural, estudantil, comercial e militar. A modernidade trazia conforto, como a eletricidade, e com ela os eletrodomésticos como refrigeradores, fogões elétricos, batedeiras, liquidificadores, enceradeiras, cinemas, eram incorporados ao cotidiano das pessoas.

Em 1930, era descrita como cidade universitária:

> ...o excelente clima, os jardins, arredores, as casas de assistência, as grandes indústrias e as monumentaes pontes da ferrovia Paranaguá-Curitiba cooperam eficazmente para que Curitiba seja a melhor cidade universitária brasileira. Em todos os recantos das circunvizinhanças da capital, o turista encontrará os mais sugestivos e lindos panoramas que possa imaginar sempre acentuados com os característicos pinheiros do Paraná que indiscutivelmente são os mais belos do mundo.[3]

A capital do Paraná era vista pela imprensa como: "...cidade modernizada, transfigurada, ostentando bulício, exibindo sussurro, atrativos esportes, teatros concorridos, reclames luminosos, autos chiques e disparadas, fraturando pernas e costelas; artimanhas políticas, paixões partidárias. Em suma, era a "Cidade Sorriso" "Princesa do Sul", "Noiva eterna da graça e da beleza".[4]

No convívio social, muitos foram os espaços a serem ocupados pelos moradores urbanos: os cafés, as casas de espetáculos, os teatros, as salas de cinema, os parques, o Passeio Público, entre outros. A Rádio Clube Paranaense, a primeira do Estado, inaugurada em 1924, trazia a modernidade para a capital.

Avanços também ocorreram no campo educacional, com o crescimento do número de escolas primárias, importante objetivo do governo republicano. Na capital, das três escolas existentes em 1893, passou-se para dez grupos escolares e vinte e cinco escolas isoladas em 1916.[5] O ensino secundário e profissionalizante também foi incentivado, a Escola Normal, o Instituto de Agronomia, o Instituto Comercial, a Escola de Aprendizes e Artífices e a Escola Profissional Feminina preparavam para o

mundo do trabalho. As escolas particulares, étnicas ou religiosas também tinham espaço na cidade.

O centro das atenções, no entanto, continua sendo a Universidade do Paraná, motivo de orgulho para o Estado. Mas também outros estabelecimentos de ensino superior se estabeleceram, como a Escola Superior de Agronomia (1918), a Escola Superior de Veterinária (1931), a do Governo do Estado, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1938), e a Faculdade de Administração e Finanças (1937) de propriedade particular. Havia ainda a Escola Superior de Química Industrial (1924) anexa à Escola de Engenharia da Universidade do Paraná, que em 1941 passaria para o controle do Governo do Estado; e a Escola de Educação Física e Desporto do Paraná (1942).[6]

2.2 SÍMBOLO DE PROGRESSO

O empreendimento referente à construção de uma sede digna de uma Universidade prosseguiu em ritmo acelerado. Com elementos clássicos e uma envergadura monumental, representava a ousadia de um grupo de intelectuais.

O edifício, em todas as suas expressões e representações, se impunha na cidade. Era chamado pela população "Palácio da Luz", verdadeiro símbolo do progresso educacional paranaense.

> Certamente, agradava à maioria das pessoas, pois todos se referiam com muita admiração ao edifício. Além da sua dimensão (era a maior construção da cidade na época), o que fazia os curitibanos orgulharem-se era o estilo da construção, que lembrava os edifícios inspirados na arquitetura européia que eram executados no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Desta forma, o edifício significava progresso e desenvolvimento e, abrigando uma instituição de ensino universitário, significava ainda a participação num restrito círculo intelectual.[7]

Em meio à crise econômica mundial, o doutor Victor do Amaral, em 1914, afirmava que, embora a UP fosse atingida por ela, estava conseguindo manter-se economicamente.

Causava estranheza na população o fato de a Universidade estar de costas para a cidade, voltada para o "futuro", cujo significado poucos podiam

perceber. O terreno na Praça Santos Andrade, à época, ficava na periferia, em frente a um depósito de lixo, às margens de um terreno pantanoso.

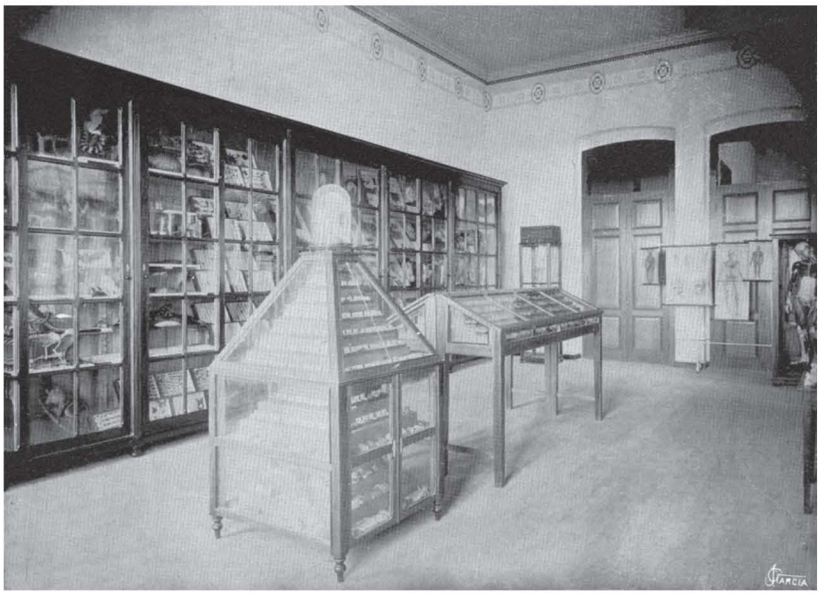
A ocupação do novo edifício deu-se aos poucos, de abril a junho de 1914, à medida que as salas ficavam prontas.

Em 1914, as aulas da UP iniciaram-se a 16 de março no prédio da Rua Comendador Araújo. No entanto, logo foram transferidas para a Praça Santos Andrade:

> ...a 12 de abril, foi iniciada a mudança das primeiras salas de aula para o primeiro pavimento entregue: o porão habitável. Para este, pois, transportaram-se os Laboratórios de Química e de Anatomia e nele se instalaram algumas salas de aulas orais. E à proporção que outros pavimentos se iam concluindo parceladamente, as transferências das salas de aulas, gabinetes, departamentos administrativos ia-se realizando, até que, a 10 de junho, se teve a mudança como completa. Foi desocupado o prédio da rua Comendador Araújo. Mas não se desligou o imóvel da vida inicial da Universidade: ali iria ser instalada a Maternidade do Paraná, uma instituição útil que viria servir aos estudos do curso de Medicina, o que realmente ocorreu.[8]

Em 12 de abril de 1914, estavam presentes no edifício da Praça Santos Andrade, para inaugurar as instalações do novo prédio, o desembargador Euclides Bevilaqua, vice-diretor em exercício da UP, Hugo Simas, bibliotecário, Carlos Cavalcanti, presidente de Estado, Cândido de Abreu, prefeito de Curitiba, Bortolo Bergonse, construtor, Nilo Cairo, secretário da UP, e os professores da instituição.

> Depois de visitarem as salas, onde já se achavam os alunos a observarem o material já ali acomodado, reuniram-se todos na sala de dissecações anatômicas, a fim de lhes ser oferecido uma taça de champagne em regozijo pelo auspicioso feito. Tomando a palavra, disse o Sr. Nilo Cairo que se achavam ali reunidos os "loucos" que haviam concebido e executado a obra daquele instituto, e os "idiotas", como o Sr. Presidente de Estado e o Prefeito Municipal, que haviam acreditado na realização da idéia concebida pelos loucos e auxiliado poderosamente a sua ação. Pois bem, na hora em que a Universidade do Paraná começava a funcionar no seu prédio próprio, era o momento a declarar que o diagnóstico dos maldizentes e dos incrédulos fora errado e que, de fato, os loucos e os



Museu de História Natural, 1914.
Acervo: Biblioteca Central



Laboratório de Química Geral, 1915.
Acervo: Biblioteca Central



Clínica Dentária, 1915.
Acervo: Biblioteca Central

> idiotas eram cabeças perfeitamente equilibradas, que haviam sabido com critério sacar sobre o futuro.[9]

Após a transferência das primeiras salas de aula para o novo prédio, os estudantes tomaram uma atitude inusitada.

> Os alunos do primeiro ano de Engenharia, coadjuvados por alunos de outros cursos, tomaram o alvitre de promover a mudança de suas salas para o novo prédio, onde já se haviam instalado algumas salas de aula. E assim o fizeram entre risadas e brincadeiras. Formando préstito, rumo à Praça Santos Andrade, transportavam às costas mesas, cadeiras, quadros negros e tantos outros móveis que encontravam a mão, depositando-os, afinal, no átrio do porão já aproveitado pelas salas de aulas ali instaladas. E no dia seguinte, tratamos de conseguir carroças para trazer os móveis de volta à rua Comendador Araújo.[10]

Quanto ao antigo prédio da Rua Comendador, destinado à Maternidade, na década de 1920, já não comportava mais o estabelecimento. Provisoriamente, foi transferido, passando a funcionar inicialmente na Avenida 7 de Setembro. Mais tarde, em 3 de maio de 1930, foi para o prédio próprio na Av. Iguaçu, em um terreno doado pela senhora Lili Santerre Guimarães. Nessa época, a Faculdade de Medicina adquiriu no exterior novos materiais cirúrgicos e utensílios. A maternidade, então, recebeu, da Congregação da Faculdade de Medicina, o nome de Victor Ferreira do Amaral.

Nesse cenário, a Universidade do Paraná se consolidava como motivo de orgulho e entusiasmo para todos os paranaenses. No entanto, nem todos acreditavam nesse empreendimento, por vezes duramente criticado na imprensa, que o considerava uma idéia absurda.

> Vociferava-se até, nas esquinas, contra o grupo de cavalheiros que se achavam a testa do empreendimento e, como a frente desse grupo, o mais denotado era o meu distincto amigo Dr. Nilo Cairo, passou-se a chamar a Universidade do Paraná de Universidade do Nilo [...] Falou-se na edificação do prédio da universidade. Riram-se. E o dinheiro? Passaram a espalhar o boato que a instituição não tinha capitais e que seria perigoso a um construtor tomar a si a construção do prédio [...] Muita gente passou então a dizer que as paredes da Universidade estavam

> fora do prumo e não podiam durar muito sem cair [...] Não havia mais nada a criticar. Minto. Diziam que ninguém mais se matricularia em 1914. O vaticínio foi burlado; a Universidade do Paraná tem hoje 200 alunos.[11]

Apesar das opiniões contrárias, todas as etapas de sua construção foram concluídas em 1916, ocasião em que o edifício já apresentava todos os seus espaços ocupados, mesmo aqueles que pareciam sem função no início da obra. Composto por cinco pavimentos, estes abrigavam desde as salas de aula, a biblioteca e o setor administrativo, até os laboratórios especializados, como descreveu Plácido e Silva:

> O primeiro pavimento, era compreendido por dois anfiteatros de aulas, conhecidas pelas denominações de primeira e segunda salas, a arrecadação militar, destinada ao Tiro de Guerra Acadêmico, o Laboratório de Dissecação Anatômica, sala para preparação e conserva de cadáveres, Gabinete de residência dos materiais de Construção, sala para o depósito de material de limpeza e reservado para as instalações sanitárias. Os dois anfiteatros de aulas orais achavam-se mobiliados com carteiras estilo americano, havendo cátedras, sistemas Deyrolle, destinadas aos lentes. O Laboratório de Dissecação, além de material indispensável ao ensino, possuía mesas especiais com pedra mármore, providas de pias com água corrente. No segundo pavimento, que dava acesso à entrada principal, encontravam-se um anfiteatro de aula oral, a terceira sala, o Gabinete de Materiais de Construção e Tecnologia das Profissões Elementares, salas de aula, sede de Assistência judiciária, a sala do Ponto, Gabinete de Prótese Dentária, Gabinete de Clínica Dentária e sala de espera de clientes do Dispensário Dentário. O terceiro pavimento foi destinado, especialmente, à administração do instituto. Nele se localizaram: o Conselho Superior, Gabinete de Diretoria, Secretaria, Gabinete do Secretário, a Biblioteca com os seus seis mil volumes, a Sala de Leitura, a tesouraria, o Depósito Geral e a sede do Centro Acadêmico. A sala do Conselho Superior destaca-se pela riqueza de sua pintura interna, toda a óleo, e pela sua ornamentação. Há aí em símbolos, a representação de todos os cursos da Universidade, e mais suas armas, as do município, as do Estado, tudo acabado com capricho e formando um belo conjunto. O rico mobiliário, arranjado em forma de anfiteatro, completa a imponência da sala. No quarto pavimento,

> acham-se localizados os mais interessantes departamentos: Laboratório de Microbiologia, Museu de História Natural, Museu de Anatomia, Laboratório de Fisiologia, Gabinete de Física Experimental e Laboratório de Histologia. E não exageramos, nem tão pouco erramos, quando asseveramos que os gabinetes, museus e laboratórios alojados no quarto pavimento formavam os departamentos mais interessantes da Universidade. Vamos mais além: eles eram constituídos pelo que havia de mais perfeito e moderno, naquela era, em matéria de ensino, não se temendo, por isso, qualquer confronto com os seus congêneres de outras escolas brasileiras. Passando-se no quarto pavimento, chegava-se afinal ao quinto, onde se instalaram magnificamente os Laboratórios de Química Geral e Análise, e a ala de Desenho.[12]

Embora grandioso, o edifício já se apresentava pequeno, diante das inúmeras atividades que abrigava, com todas as salas ocupadas; então foi preciso prever, para 1917, a construção dos torrões laterais, o que só ocorreria em 1923. Na realidade, apenas 32% do projeto original de Baeta de Farias havia sido construído. As alas laterais e as frentes para as Ruas XV de Novembro, Alfredo Bufren e Presidente Faria aguardavam execução.

Quanto ao aspecto econômico Victor Ferreira do Amaral afirmava:

> …achando-se concluída e paga a construção do prédio da Universidade e montados os seus laboratórios, museus e gabinetes, que apenas carecem de ligeiros aumentos e aperfeiçoamentos, resta à futura administração ir aos poucos saldando o passivo da sociedade, o que poderá ser feito dentro dos dois próximos exercícios financeiros, ficando a Universidade nas mais lisonjeiras condições de enfrentar o futuro com segurança e tranqüilidade.[13]

O edifício da Universidade era pintado em cor rosa, devido ao revestimento utilizado. Isso só foi alterado por ocasião de mais uma ampliação, em 1940, quando o prédio foi pintado de branco.

A Universidade, porém, não se resumia apenas ao prédio. Era acima de tudo o lugar do saber. Na opinião do doutor Victor do Amaral, "…a instrução superior considerada sob a tríplice função de crear, ensinar, e applicar a sciência, esta definitivamente constituída na Universidade do Paraná".[14]

Em 1914, o leque de ofertas aumentou com a inclusão do Curso de Medicina e Cirurgia que fora estabelecido. Freqüentavam a UP cento e noventa

e dois alunos, a saber: Engenharia Civil, sessenta e cinco alunos; Ciências Jurídicas e Sociais, trinta e um; Medicina e Cirurgia, onze; Farmácia, treze; Odontologia, dezenove; Comércio, onze; e Preparatório, quarenta e dois. O corpo docente era composto por trinta e cinco professores em cinqüenta e cinco cadeiras, sendo que vinte professores acumulavam duas cadeiras.

As ampliações continuavam, tanto que Victor do Amaral, em seu Relatório de 1914, propugnava pela instalação do ensino agrícola no ano seguinte. Isso ocorreria tendo como campo experimental o Instituto Agronômico do Bacacheri, pertencente ao Governo do Estado. Segundo Victor do Amaral, a UP precisava cooperar para o aproveitamento das riquezas do Estado, instituindo o ensino de "Agricultura racional, científica e prática" para desmistificar a idéia de que, no Paraná, só se pode produzir erva-mate e madeira. A maternidade, que era administrada pela Associação de Damas de Assistência à Maternidade e à Infância, era integrada à Universidade. Realizavam nela os serviços clínicos os doutores Reinaldo Machado, Petit Carneiro e Assis Gonçalves, e, como governanta, a parteira senhora Matilde Ceschin. No Dispensário Dentário, trabalhavam os cirurgiões-dentistas Antônio de Mattos Azeredo e Álvaro Neves da Costa. Os laboratórios e os museus recebiam peças vindas da Europa, a exemplo do Museu de Anatomia e do Museu de História Natural. [15]

Antes mesmo de totalizar a conclusão do edifício, a Universidade enfrentou um problema mais grave. Se até então fora tempo de desafios e sacrifícios, que envolviam a formação de novos profissionais, além de ser um empreendimento arrojado de seus idealizadores, agora a dificuldade tinha um alcance maior, tratava-se da reforma do ensino superior no Brasil.

Pela Lei federal n.º 11.530 de 18 de março de 1915, conhecida como Lei Maximiliano, estabelecia-se o fim do ensino livre e exigia-se a inspeção federal para o reconhecimento das instituições. A Lei trouxe problemas para o ensino superior em todo o país. Para se ter uma idéia do que ocorria, deve-se reconhecer que as outras instituições que surgiram graças à Lei Rivadávia não conseguiram se manter diante das novas exigências, como as de Manaus e de São Paulo. A UP enfrentou sérios problemas, pois Curitiba não poderia cumprir com todas as exigências estipuladas na legislação, podendo até ser fechada.

A Lei visava impor limites à mercantilização do ensino superior, o que estava ocorrendo em diversos estados do país. Assim, exigiu-se o sistema de equiparação das instituições, a necessidade de 100 mil habitantes para a cidade-sede, e o prazo de cinco anos de funcionamento para o pedido de equiparação.

A UP, escudada na liberdade de ensino outorgada pela lei anterior, viu-se ameaçada, mas "...cônscia da seriedade de sua organização, espera com firmeza que passe a tempestade, não se arreceando de uma severa inspecção, por parte dos poderes federais".[16]

Graças à seriedade de seus dirigentes e à maneira com que foi encarado o fato, a instituição conseguiu se manter. Contando com o esforço do seu corpo docente e o espírito empreendedor de Nilo Cairo, a UP conseguiu manter-se de pé, conforme argumentava Victor do Amaral, que lamentava o afastamento de Nilo Cairo por motivos pessoais. Nessa ocasião, o Conselho Superior da UP conferiu ao doutor Nilo Cairo o título de Benfeitor. Ainda, segundo Victor do Amaral, "...a Universidade do Paraná tem inscripto em seu programa a difusão do ensino sólido, profícuo e proveitoso, porque o seu escopo é preparar o homem, não para ser um parasita que venha aumentar o proletariado intelectual, mas para ser um factor de produção econômica".[17]

A demora no reconhecimento das faculdades, no entanto, gerou uma série de impasses e crises, levando à desconfiança entre os estudantes. Resultou numa diminuição do número de alunos em conseqüência das novas determinações federais, que incluíam: exames preparatórios, seguidos de exames de vestibular; as exigências para a equiparação da UP às escolas oficiais; e o reconhecimento de seus diplomas.

Às incertezas advindas da legislação acrescentou-se o fato de que a matrícula de 1915 já havia sofrido uma diminuição em virtude da crise econômica e em decorrência da conjuntura nacional afetada pela Primeira Guerra. Mesmo assim, matricularam-se duzentos e trinta e nove alunos, sendo, no Curso Preparatório, quarenta e oito; Ciências Jurídicas e Sociais, trinta e nove; Engenharia Civil, setenta e quatro; Medicina e Cirurgia, vinte e nove; Farmácia, doze; Odontologia, dezessete; Agronomia, nove; e Comércio, onze.

A crise que se abateu sobre a UP também atingiu a Maternidade, que vivia da venda de flores nas ruas, dos chás de senhoras, dos festivais e donativos.

Em meio a tantas dificuldades, o prédio da Praça Santos Andrade, com seus cinco pavimentos, agora se apresentava pequeno para a instituição, portanto já se propugnava pela construção das fachadas laterais.

Apesar das apreensões trazidas pela legislação federal, em 1916, duzentos e quatro alunos se matricularam. Mas foi com o encerramento da Universidade de São Paulo, no ano seguinte, que grande número de alunos se transferiu para a UP, especialmente para o curso de Medicina e Cirurgia. Com isso, o movimento acadêmico de Curitiba manifestou mais vivacidade, e o entusiasmo, causado pela vitória da UP em suas reivindicações junto ao governo federal, aumentou. "O governo de Estado não perde a ocasião de prestigiar a universidade, amparando-a em momentos diffícies, porque os altos representantes da administração paranaense estão convencidos de que, servindo à Universidade, concorrem efficazmente para o progresso moral, intelectual e material do Paraná e especialmente de sua futurosa capital."[18]

Por ocasião das comemorações do 5º aniversário da UP, Victor do Amaral pretendia requerer ao Conselho Superior do Ensino da União a sua equiparação. Para viabilizar tal projeto, convidou as autoridades federais, entre elas os ministros, os diretores de faculdades e os deputados, enfim, personalidades renomadas, para visitar a instituição e deixar o registro de sua impressão no Livro de Visitas. O professor Alfredo Schatter, da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, afirmou: "Com grande prazer visitei esta Universidade que, segundo o começo que tive ocasião de apreciar, será um instituto de ensino que fará honra ao Estado do Paraná". O ministro plenipotenciário do Chile, Irarrasabal Zanartu, assim se expressou: *"Dejo con mucho agrado constancia de la impresión que há producido en mi ánimo la visita a esta hermosa Universidad. Ella corresponde desde ahora a los nobles esfuerzos de sus fundadores y directores: yo deseo que en el porvenir, ella sea la base del progresso mayor y de la cultura y riqueza de este Estado".*

Em 1916, a UP recebeu a visita da missão científica norte-americana do Instituto Rockefeller, na pessoa do doutor Rodolpho Josetti, que assim se manifestou: "Registro com prazer a grata impressão que me deixou a visita à Universidade do Paraná, congregado de novas energias científicas, augurando-lhe as maiores prosperidades. Como brasileiro, acompanhando, por Comissão do Governo Federal, a missão Científica Americana do Instituto

Rockefeller, muito e muito me ufano com o estabelecimento de ensino superior que ora percorremos, felicitando o núcleo de professores que conceberam e presidiram a sua organização". John Ferrel, um outro membro da Comissão, afirmou: "É-me sumamente grato observar o excelente edifício e instalação da Universidade do Paraná, e ainda mais especialmente o entusiasmo para a sua manutenção e progresso manifestados pelos professores da faculdade".[19]

No entanto, havia também alunos da UP que requeriam sua transferência para escolas superiores equiparadas, receosos de não terem o seu diploma reconhecido.

Como, na época, não havia universidade oficial no Brasil que pudesse servir de modelo de equiparação, o Conselho Superior de Ensino da União determinou o desdobramento da UP em escolas autônomas. Isso ocorreu em 25 de maio de 1918, desdobrando-se a Universidade em três faculdades, apenas com autonomia didática. Para seu reconhecimento federal, em 1920, precisariam efetivar a separação completa das Faculdades de Engenharia, Direito e Medicina. Cada uma ficou com a sua administração e patrimônio independentes, mesmo que agrupadas nas Faculdades Superiores do Paraná.

Os primeiros alunos que se formaram na UP foram os do Curso de Comércio, em 1913, que receberam o grau de *guarda-livros*. Em 19 de dezembro de 1914, concluíram o curso os primeiros alunos matriculados em Farmácia, Odontologia e Comércio, estes últimos recebendo o diploma de contadores. Em 1917, era a vez dos alunos de Direito completarem o curso, e, em 1918, formaram-se os primeiros engenheiros.

Entre as entidades acadêmicas que surgiram na UP, nessa época, estão: o Tiro Acadêmico, visando à obtenção da Carteira de Reservista, atuando até 1916; o Centro Acadêmico, fundado em 1916, que passou a publicar a *Revista Acadêmica*, congregando alunos de todos os cursos da UP e mantendo-se até 1919; a União dos Acadêmicos de Medicina (origem do Diretório Acadêmico Nilo Cairo - DANC), criada em 1917; a Associação Atlética Acadêmica, de vida curta, criada em 1918; nas décadas de 1920 e 1930 organizaram-se o Centro de Direito e o Centro de Engenharia, embriões dos futuros diretórios acadêmicos. Nesse mesmo tempo, as aulas de Clínica Propedêutica Médica funcionavam na Santa Casa de Misericórdia.

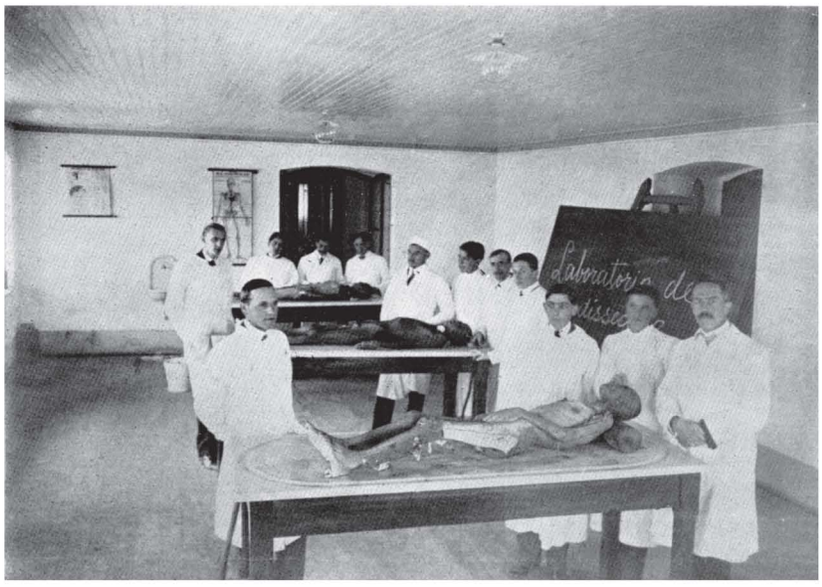
2.3 A EQUIPARAÇÃO DAS FACULDADES

Foi no final de julho de 1920, depois de passar tantos anos de reveses, que os professores e alunos das três Faculdades paranaenses tiveram enfim uma boa notícia: o reconhecimento da Faculdade de Direito, primeira das três a receber esta titulação.

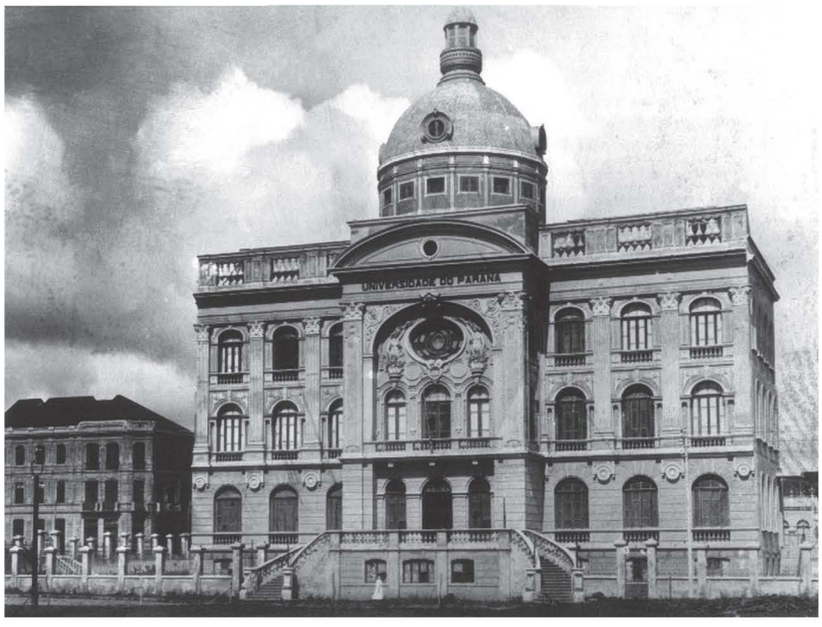
> Às 19 horas os alunos das nossas faculdades superiores, possuídos de intenso entusiasmo, reuniam-se em frente à Universidade, tendo à frente as bandeiras brasileira e paranaense, e demandaram em direção à rua XV e rua Dr. Muricy, estacionando em frente à residência do Sr. Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado. Falou, nesta ocasião, o acadêmico de Direito Sr. Cyro Silva, que pronunciou uma rápida oração, congratulando-se com S. Excia., pelo ato do Conselho Superior do ensino, reconhecendo a Faculdade de Direito. Ao terminar a sua oração, foi o orador bastante aplaudido. Em seguida, falou o Dr. Caetano Munhoz da Rocha, que pronunciou uma bela oração, dizendo entre outras palavras que o governo de que é chefe amparou e sempre amparará essa grande obra que dignifica o Paraná, ainda mais em se tratando de um estabelecimento onde se estuda e onde a mocidade não só paranaense como de outros Estados se prepara para enfrentar a vida. S, Excia., ao finalizar a sua brilhante oração, foi saudado com estrepitosa salva de palmas pelos acadêmicos.[20]

No mês seguinte, em 6 de agosto, foi a vez da equiparação da Faculdade de Engenharia. O jornal *Commércio do Paraná* assim noticiava:

> Os alunos das três Faculdades de Direito, Engenharia e Medicina, conjuntamente com os alunos da Escola Agronômica, Ginásio Paranaense e Escola Normal, empunhavam lanternas, formando uma 'marche aux flambeaux'. À frente do majestoso comício, ia o corpo docente daquele estabelecimento e três conjuntos musicais. O préstito se dirigiu primeiramente à residência do Sr. Presidente do Estado, onde falou o Dr. Ademaro Munhoz. Ao passar pela rua Dr. Muricy, o préstito estacionou em frente à residência do Dr. Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, onde se fez ouvir o ilustrado jovem Dr. Ademaro Munhoz que, em eloqüente discurso, saudou em nome do corpo docente das Faculdades Superiores, e no da mocidade estudiosa da Universidade do



Laboratório de Anatomia, 1915.
Acervo: Biblioteca Central



Primeira parte concluída do prédio da Universidade do Paraná, 1918.
Acervo: Reitoria UFPR /
Col. Cid Destefani



Trote de Calouros de Medicina, 1934.
Acervo: Reitoria UFPR /
Col. Cid Destefani

> Paraná, o Sr. Presidente do Estado, pelo ato de inteira justiça do Conselho Superior do Ensino, reconhecendo as Faculdades de Direito e Engenharia, e congratulando-se com Sua Excia. pelo auspicioso fato."[21]

Na sessão solene em que as Faculdades Superiores do Paraná comemoraram a equiparação das Faculdades de Direito e Engenharia, o doutor João Ribeiro de Macedo Filho, discursando, relembrava:

> Vieram os inspetores. Vieram, observaram. Penetraram no mais íntimo de nossa vida. Leram e esmiuçaram o nosso regimento interno. Tomaram certidões de todos os atos mais importantes ocorridos. Assistiram às nossas aulas. Apreciaram o nosso critério de notas nos exames parciais e finais. Verificaram a freqüência. Em summa – tiveram os mais amplos elementos de prova da moralidade do ensino ministrado nos nossos institutos. Tratamos, porém, de satisfazer a todas as exigências. Com um trabalho de paciência e pertinácia, balanceamos todos os haveres da Universidade, constatamos o seu activo, verificamos o seu passivo, relacionamos o patrimônio todo. Mais uma vez, confiamos no patriotismo dos nossos homens públicos. Recorremos ao Palácio da Liberdade e o ilustre Presidente de Estado, Dr. Caetano Munhoz da Rocha, compreendeu a nossa delicada situação. Era pouco ainda, entretanto. Appellámos para as municipalidades. Ao começar pela da capital, cujos membros do Poder Legislativo e Executivo acudiram com simpatia ao nosso apelo. Armados com todos esses elementos, uns oriundos da abnegação dos creadores da Universidade, outros do patriotismo dos detentores dos poderes públicos, apresentando-nos perante o Conselho Superior, viseira erguida, cheios de fé, confiantes no nosso valor, crentes na justiça e animados pela mais risonha esperança de vitória. Fomos attendidos. E com a cooperação proveitosa e decidida de paranaenses cheios de ardor patriótico, entre os quais contamos Affonso Alves de Camargo, Arthur Obino e João Perneta, conseguimos ver coroada da mais esplendente victória, nos memoráveis de 29 de julho e 6 de agosto de 1920, a luta ingente que vínhamos sustentando há longos annos. As Faculdades de Direito e Engenharia eram pelo Conselho Superior do Ensino consideradas aptas a ser equiparadas às congêneres officiaes.[22]

Com a equiparação, "...os primeiros alunos formados pelo Paraná foram ao Rio para submeter-se a exame nas faculdades federais, e foram aprovados distintamente, enquanto os da universidade de S. Paulo não haviam

conseguido aprovação. Esses primeiros alunos teriam sido Joseph de Plácido e Silva e Gabriel Quadros".[23]

No âmbito federal, só em 1920 foi criada a Universidade do Rio de Janeiro: "...foi um acontecimento artificial, realizado de cima para baixo, sem nenhuma participação espontânea da comunidade docente ou discente".[24]

Era uma situação que se contrapunha ao panorama paranaense, onde havia um apoio inconteste, manifestado, desde a população em geral até a esfera política.

> Bem diferente foi o ambiente que cercou a criação e a sustentação da Universidade do Paraná. Professores com tempo quase integral, sacrifícios de carreiras profissionais, vibração intensa do corpo docente e, sobretudo, do discente, apoio integral do Governo do Estado e municipalidade e, mais do que tudo, participação efetiva da comunidade. Mas, a visão estreita de uma centralização administrativa caolha quase pôs tudo a perder, no Paraná. O que ocorreu com a primitiva Universidade do Paraná é um exemplo lapidar de como uma administração central pode esmagar iniciativas de vanguarda, por falta de conhecimento ou mesmo despeito.[25]

Finalmente, faltava a equiparação da Faculdade de Medicina, o que ocorreu em 1922. A notícia foi amplamente alardeada e comemorada na cidade.

> Na noite do dia 10 de fevereiro, os estudantes reuniram-se na Praça Santos Andrade para uma grande manifestação de regozijo pelo reconhecimento da Faculdade de Medicina. Seguiram para a residência do doutor Assis Gonçalves, secretário da Faculdade, em seguida para a residência do doutor Victor F. do Amaral, onde também se encontrava o senador doutor Carlos Cavalcanti e outros professores da Faculdade. Falaram em nome dos acadêmicos de Medicina, Aramys de Athaíde, que lembrou o nome do doutor Nilo Cairo, e os acadêmicos Felisberto Farracha e Ary Taborda. Após os discursos, a mocidade acadêmica desfilou pela Rua 15 de Novembro, tendo à frente a banda de música da Força Militar do Estado. E sempre com o mesmo entusiasmo e alegria a mocidade percorreu toda a Rua 15, Avenida Luís Xavier e Praça General Osório, até a residência do doutor Affonso Camargo, Vice-presidente da Câmara dos Deputados. Ali, usou a palavra o acadêmico de Medicina

> Erasto Gaertner, que fez um pequeno discurso de saudação ao destacado político paranaense, dizendo: "Não é possível esquecer, doutor Affonso Camargo, tudo o que fez V. Exa., e muitos outros patriotas, como também o seu sucessor, na Presidência do Estado, não nos é permitido esquecer o apoio e o auxílio que concedeu V. Exa. à nossa Universidade".[26]

Quando em 1922, a Faculdade de Medicina, depois de muitos percalços, conseguiu a equiparação, surpreendentemente recebeu o pedido de transferência de 22 alunos para o Rio de Janeiro. Esses alunos não haviam feito a solicitação de transferência antes da equiparação porque, então, teriam que prestar exames de adaptação e comprovação de suficiência.

Com a equiparação das faculdades e o seu reconhecimento, surgiu a necessidade de mais espaço para garantir seu perfeito funcionamento, bem como a possibilidade de ampliar a oferta de vagas. Assim, em 1923, teve início a construção das alas laterais, obedecendo ao projeto original. A construção continuou sob a responsabilidade da construtora Bortolo Bergonse. A ala voltada para a Rua XV de Novembro foi concluída em 1925, tendo sido imediatamente ocupada pela Faculdade de Engenharia. A ala da Rua Alfredo Bufren só ficou concluída no ano seguinte, e foi ocupada pela Clínica Dentária do Curso de Odontologia. O prédio ainda sofreria nova ampliação em 1940, sob a execução de Gutierrez Paula Munhoz, em conformidade com o projeto original. A nova ala seria destinada inicialmente ao Curso de Medicina, que necessitava urgentemente de espaço, pois na década de 1930 o ensino prático da Faculdade de Medicina ocorria em vários prédios, como: na Santa Casa de Misericórdia do Paraná, no Asilo Nossa Senhora da Luz, na Maternidade do Paraná, já instalada em prédio próprio; no Hospital de Crianças da Cruz Vermelha, no dispensário dentário da Faculdade e no Hospital Osvaldo Cruz. Também foi criado o Curso de Enfermagem Obstétrica.

Na Santa Casa de Misericórdia, a Faculdade de Medicina organizou um laboratório de pesquisas clínicas, sob a direção da doutora Maria Falce de Macedo. As aulas de psiquiatria e neurologia aconteciam no Hospício Nossa Senhora da Luz. Às sabatinas, somaram-se as observações do doente.

Também em decorrência do reconhecimento dos cursos e das Faculdades do Paraná, veio à tona o velho sonho de integrá-las sob a égide

da Universidade do Paraná. Isso exigiria, no entanto, o uso da perspicácia e vontade política de seus dirigentes.

2.4 A BUSCA PELA RESTAURAÇÃO

Em 1925, instituíram-se significativas mudanças no ensino nacional: foi a chamada Reforma Rocha Vaz, amparada no Decreto Federal n.º 16.782. Com ela, pretendia-se estabelecer uma sistematização no regime de ensino, a partir da educação primária, chegando até o ingresso nas faculdades, sem haver necessidade de exames preparatórios e/ou parcelados pelo caminho. Criou-se também o Departamento Nacional de Ensino, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. De acordo com a lei, o ensino superior compreendia os cursos de Direito, Engenharia, Medicina, Farmácia e Odontologia, ministrados nas Faculdades de Direito de Recife e São Paulo, na Faculdade de Medicina da Bahia e na Universidade do Rio de Janeiro.

A implantação dessa legislação levou a freqüentes preocupações e críticas quanto à escolha do padrão estabelecido, pois a Universidade do Rio de Janeiro, como única no país, constituía o modelo a ser seguido pelas demais. O regime universitário passou a ser amplamente debatido e, conseqüentemente, repensado.

Com o governo de Getúlio Vargas, na década de 30, o sistema educacional no Brasil sofreu nova mudança. A chamada Reforma Francisco Campos, respaldada pelo Decreto Federal n.º 19.851 de 11 de abril 1931, apresentava uma legislação centralizadora e pragmática que ficou conhecida como Estatuto das Universidades Brasileiras. Nela, o governo determinava que o ensino superior deveria apoiar-se preferencialmente no sistema universitário, estabelecendo como suas finalidades: "... elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação scientífica em quaesquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de actividades que requerem preparo téchnico e scientifico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da colletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da nação e para o aperfeiçoamento da humanidade".[27]

Estabelecia que a construção de uma universidade deveria servir aos interesses do país, e congregar ao menos três dos seguintes institutos de

ensino superior: Faculdades de Direito, Medicina, Educação, Ciências e Letras e Escola de Engenharia. Constatava-se que a Universidade do Rio de Janeiro continuava como modelo do ensino superior brasileiro.

> Foram, assim, regulados no projecto, de acordo com o melhor critério e com as tendências modernas, os grandes aspectos téchnicos, scientíficos, e sociaes das universidades, incorporação de institutos, disciplinas e métodos de ensino, pesquisa original, recrutamento do corpo docente, autonomia didáctica, regimen disciplinar, extensão universitária, vida social das universidades, bem como as normas administrativas a que devem obedecer na sua organização, até que sejam incorporadas a unidades universitárias, os institutos de ensino superior de existência isolada e autônoma.[28]

As novas medidas tomadas, presentes desde a legislação anterior, apontavam para a organização das instituições universitárias, privilegiando o ensino, os cursos de aprimoramento profissional e a instituição da pesquisa. Diante disso, pode-se afirmar que:

> A reforma do ensino superior proposta por Francisco Campos, priorizando a organização universitária, colocava-se na perspectiva política de modernização introduzida por Getúlio Vargas e nas suas pretensões de centralizar as ações educacionais do país no Ministério da Educação – movimento já iniciado pela reforma de 1925. O ensino transformou-se, passando a dar maior ênfase aos trabalhos práticos, às demonstrações, de maneira que o aluno aprenda observando, fazendo e praticando. Neste sentido, realçou-se a presença de laboratórios, gabinetes que propiciassem experiências práticas.[29]

Contudo, no quadro nacional, o período Vargas ainda não priorizava o binômio ciência e Universidade, fato em muito atribuído ao atraso industrial do país, que, como conseqüência, não gerava demanda à pesquisa tecnológica nem à justificação de trabalhos científicos. Tal situação só se alterou em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo - USP, com base nos Estatutos das Universidades. Tinha por originalidade um eixo aglutinador e incentivador da pesquisa em torno de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras, e não apenas o somatório de cursos autônomos.

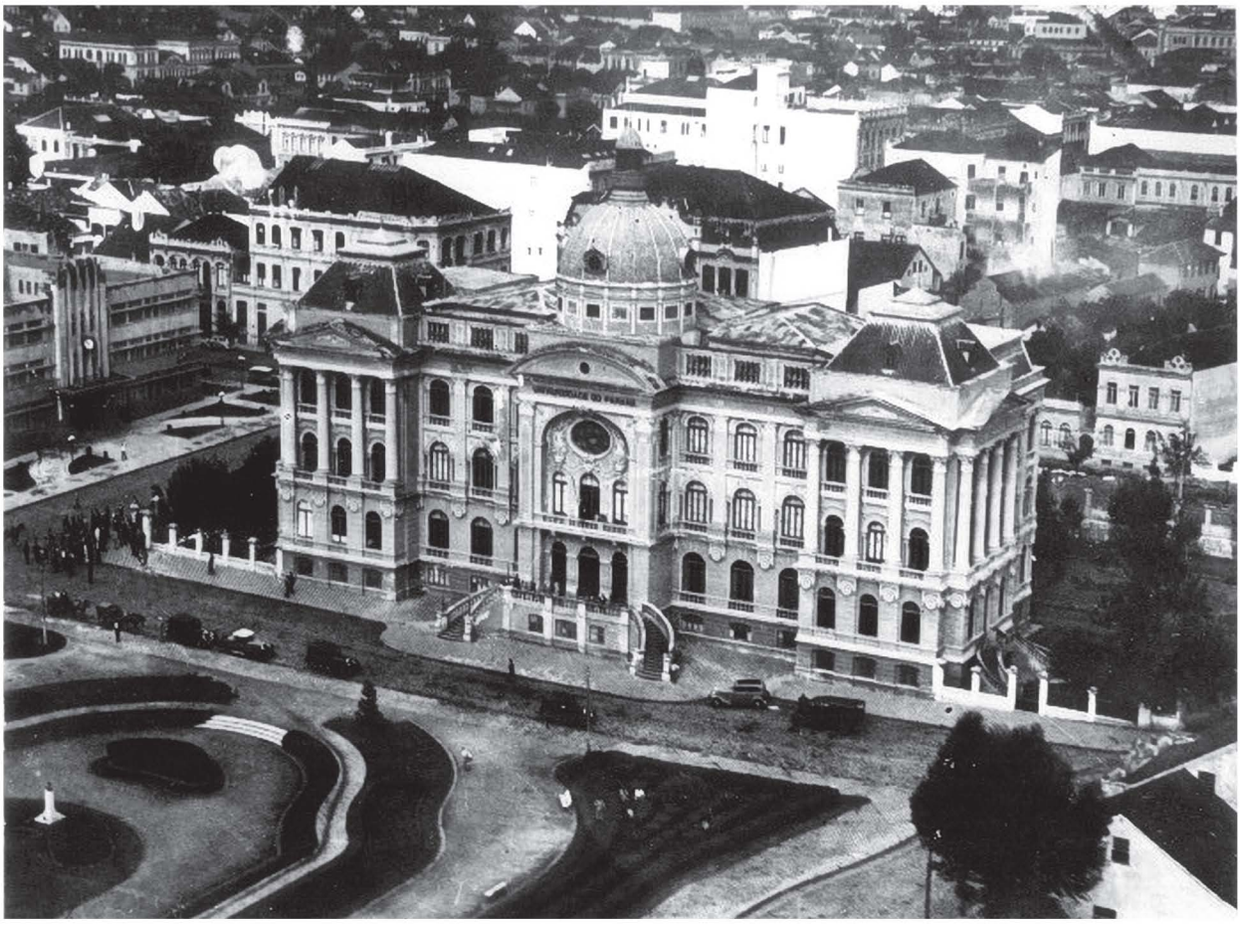
No caso da Universidade do Paraná, o ideal de restauração nunca abandonou os paranaenses, que lutariam durante décadas para atingir o seu

objetivo. João Ribeiro de Macedo Filho, diretor da Faculdade de Direito do Paraná, em 1922, escreveu um memorial apresentado ao colega de faculdade, o então deputado federal Affonso Alves de Camargo, discutindo a necessidade do ensino universitário no país. Defendendo a aspiração dos paranaenses em reunir as três faculdades na Universidade do Paraná, esse memorial, juntamente com um projeto, foi apresentado à Comissão de Justiça e Instrução da Câmara Federal pelo deputado. Entretanto, conforme escrevia seu proponente, "...até hoje dorme o sono dos justos [...] Legitima aspiração é dos paranaenses ver reunidas em universidade as suas três escolas superiores, moralizadas e modelares, que constituem o maior padrão de glórias conquistado pela iniciativa privada, para este pequeno e novo Estado da Federação".[30]

Em diferentes situações o professor João Ribeiro de Macedo Filho levantou o problema, como ocorreu no 1º Congresso de Ensino realizado no Rio de Janeiro, em 1922, e na 2.ª Conferência de Educação, sediada em Curitiba. Argumentava a tese da criação de universidades nos estados que apresentassem as condições culturais necessárias para isso, mas não obteve sucesso. A situação se repetiu na década seguinte, quando do centenário dos cursos jurídicos, ocasião em que também foi discutida a questão. Em 1938, na fundação da Faculdade de Filosofia, criada, segundo a lei, para aglutinar as forças universitárias, o assunto voltou; todavia, nada foi efetivamente feito a respeito.

Victor do Amaral jamais deixou de sonhar com a restauração da Universidade do Paraná. Pensava que, após a equiparação das três faculdades, haveria a oportunidade para tal. Com a Reforma do Ensino Superior do ministro Gustavo Capanema, constatou: "...fomos surpreendidos com a exclusão do Paraná da relação das sedes das cidades Universitárias, não obstante o aparelhamento do nosso foco da irradiação que lisonjeiros encômios têm merecido de nossos visitantes. Esperamos confiantes que ainda nos façam justiça, levando em consideração as judiciosas ponderações feitas, na Assembléia Legislativa, pelos nobres Deputados Erasto Gaertner, Laertes Munhoz e Djalma Al Chuerey".[31]

Sem dúvida, a situação mostrava fraqueza política, pois desde 1930 os representantes paranaenses que defendiam a causa universitária haviam



Vista aérea do prédio da Universidade, 1937.
Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



Festa cívica em frente à Universidade, 1939.
Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani

perdido forças. O interventor de Estado Manoel Ribas, em consonância com o governo central, deixou de apoiar a campanha de unificação.

Nem a visita do próprio ministro da Educação Gustavo Capanema, em 1943, que veio a Curitiba para conhecer as três faculdades, pôde resolver a situação. Ao retornar ao Rio de Janeiro, deixou de lado a questão.

Seria difícil explicar o comportamento das autoridades do Estado Novo em face da realidade educacional dos paranaenses. Segundo o historiador Ruy Wachowicz, a resposta estava, assim,

> ...ao nível da mentalidade e condicionamento histórico das elites paranaenses; ao nível político ideológico de relacionamento com o Estado Novo. Já em 1935, um editorial do *Diário da Tarde* analisava que o culpado pela não restauração da Universidade não era o Governo Federal ou o ministro, mas sim os próprios paranaenses. 'Se culpados existem, somos nós, exclusivamente nós, os paranaenses'. Houve tempo mais que suficiente para isso bem como oportunidades para tal. Entretanto, forças poderosas se articularam nas faculdades e passaram a defender a idéia de que estas deveriam se manter separadas e autônomas, apesar de funcionarem no mesmo prédio e terem uma brilhante tradição comum. Em 1938, por exemplo, João Ribeiro de Macedo Filho foi voto vencido na Congregação da Faculdade de Direito, quando defendia a reunificação da Universidade. Os tempos heróicos de dedicação a uma causa maior, como na época da primitiva universidade, haviam passado. As faculdades haviam entrado na rotina, sedimentando-se. A política da sacristia passou a imperar. Na década de 1930, as faculdades perderam o apoio que sempre tinham recebido do Estado. A simplicidade do interventor Manoel Ribas via nessas escolas não a matriz formadora de técnicos e profissionais, e sim de funcionários públicos.[32]

A Universidade, que havia sido amparada pelos políticos da velha República, após 1930 viu grupos de oposição assumirem o poder, e as suas dificuldades aumentarem. Para se avaliar, em 1921, as Faculdades de Medicina de Curitiba e Porto Alegre recebiam cada uma cem mil cruzeiros de subvenção anual. Em 1945, a paranaense recebia apenas sessenta mil cruzeiros e, a gaúcha, três milhões de cruzeiros. Não era possível acreditar que diante de tanto idealismo e vanguarda, nos primeiros anos, se chegasse a uma situação de apatia, motivada por contingências políticas. A reunificação

só foi alcançada em 1946, após o término do Estado Novo, momento em que se inaugurou um novo período na história da Universidade do Paraná.

NOTAS

1 **Tenentismo** refere-se ao movimento político-militar e à série de rebeliões de jovens oficiais do Exército Brasileiro (na maioria tenentes), que ocorreram no início da década de 1920, devido ao descontentamento com a situação política no Brasil.

2 IPARDES. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba: IPARDES, 2006. p.293.

3 ILUSTRAÇÃO PARANAENSE. Curitiba, 1930. s.p.

4 ILLUSTRAÇÃO PARANAENSE. Curitiba, março 1931. s.p. In: TRINDADE, 2001. p.81.

5 TRINDADE. p. 81.

6 WESTPHALEN, Cecília. **Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: SBPH-PR. 1987. p.11.

7 BOLETIM INFORMATIVO da Casa Romário Martins. GONÇALVES JÚNIOR. Antônio J. Universidade Federal do Paraná: um edifício e sua história. Curitiba: Fundação Cultural, v.24, n.122, 1997. p.28-29.

8 SILVA, Oscar de Plácido e. In: CARNEIRO, 1971. p.158.

9 COMMÉRCIO do Paraná. Curitiba, 14 de abril de 1914.

10 SILVA, Oscar de Plácido e. In: CARNEIRO, 1971. p.159.

11 COMMÉRCIO do Paraná. Curitiba, 29 abr. 1914.

12 SILVA, Oscar de Plácido e. In: CARNEIRO, 1971. p.181.

13 PARANÁ, Universidade. **Relatório**, 1916. p.227.

14 PARANÁ, Universidade. **Relatório Geral**, apresentado a Assembléia Geral em 19 de dezembro de 1914. In: LIMA, Eduardo. Victor Ferreira do Amaral: O reitor de sempre. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1982. p.204.

15 PARANA, Universidade. **Relatório Geral**, apresentado a Assembléia Geral em 19 de dezembro de 1914. In: LIMA, 1982. p.204.

16 PARANÁ, Universidade. **Relatório Geral**, de 19 de dezembro de 1915. p.213.

17 PARANÁ. Universidade. **Relatório Geral**, em 19 de dezembro de 1916. p.221.

18 PARANÁ, Universidade. **Relatório**, 1916. p.228.

19 SILVA, Oscar de Plácido e. In: CARNEIRO, 1971. p.187.

20 COMMÉRCIO do Paraná. Curitiba, 1º de agosto de 1920.

21 COMMÉRCIO do Paraná. Curitiba, 8 de agosto de 1920.

22 MACEDO FILHO, João Ribeiro de. **Faculdades superiores do Paraná.** Vademecum-Acadêmico. Curitiba: 1921. p.17-20.

23 CARNEIRO, 1971. p.130.

24 WACHOWICZ, 1985. p.90.

25 WACHOWICZ, 1985. p.91.

26 SIQUEIRA, Márcia. **História do Diretório Acadêmico Nilo Cairo**. Curitiba: Ed. do Autor, 2004. p.38.

27 BRASIL. **Decreto n.º 19.851** de 11 de abril de 1931. p.50.

28 BRASIL. **Decreto n.º 19.831** de 11 de abril de 1931. p.27.

29 UFPR. **Rumos da pesquisa**. 1998. p.27.

30 MACEDO Filho, João Ribeiro de. **A universidade do Paraná**. Curitiba, 1927. p.5-6.

31 PARANÁ. Faculdade de Medicina. **Relatório Geral**, apresentado à Congregação pelo Dr. Victor do Amaral, em 10 de janeiro de 1936. p. 341.

32 WACHOWICZ, 1985. p.94.

Blank Page





Em 1934, ingressei no Curso de Odontologia da Faculdade de Medicina do Paraná, onde me formei em 1936. Em 1949, ingressei como assistente voluntário a convite do professor Júlio Estrela Moreira, na disciplina, primeira cadeira de Clínica Odontológica.

No decorrer de minha participação como professor, desempenhei diversas funções, entre elas a de Coordenador do Curso de Odontologia do Setor de Ciências da Saúde, por quase sete anos. Após sucessivas reconduções ao cargo, fui assessor da Coordenadoria do mesmo curso, chefe de disciplina de Endodontia II e do ex-Departamento de Endodontia.

Quanto à pesquisa, restringia-se a pesquisar sobre temas escolhidos pelos professores, que procuravam incutir no aluno o hábito pela pesquisa prévia dos assuntos a serem ministrados em aula. Não tenho lembrança da possibilidade de ter havido envolvimento do aluno fora deste tipo de pesquisa.

Glauco Silva

No meu tempo, a Escola de Química era bastante modesta, funcionava nos porões da antiga Faculdade de Engenharia, no edifício antigo da UFPR, em frente ao prédio dos Correios e Telégrafos. Naquele tempo, as pesquisas eram mínimas, havia um ou outro professor que escrevia algum trabalho, mais com a finalidade de defender uma tese do que propriamente pesquisar. Da nossa turma, que se formou a partir de 1937, em virtude da presença na Escola de professores como Ludwig Johann Weber e João Poeck, ambos químicos vienenses, eles nos incentivaram, além de fazer análises tecnológicas que serviam às indústrias do Paraná, nos iniciaram na parte de pesquisa. Tivemos uma boa base para começarmos a fazer pesquisa.

Nilton Bührer

O Dr. Weber era químico formado na Universidade de Viena. Veio para o Brasil e trabalhou primeiro na universidade de Minas. Depois veio para Curitiba e procurou o reitor da Universidade para trabalhar como professor de Química. Então, eu por falar alemão e ele falando um português ruim, o

Diretor de Engenharia me chamou, porque eu era último-anista e já era subchefe dos laboratórios, e me apresentou o professor Weber: "Este senhor vai trabalhar com vocês e gostaria que o atendesse, que o levasse lá em baixo e o apresentasse para o chefe do laboratório."
A química no Paraná é antes do Weber e depois do Weber. Ele era tão exigente, não admitia o menor descuido com os instrumentos. Tudo tinha que estar perfeito nos mínimos detalhes. Depois eu cresci graças a ele.

Reinaldo Spitzner

Depois eu passei para a Faculdade. Eu fui convidado pelo doutor José Loureiro Fernandes para fazer parte do Museu Paranaense e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Foi em 1942. Eu era professor no Seminário de Ciências Naturais, me convidaram, e tinha também o professor Carlos Stellfeld, depois também o professor Homero de Melo Braga, o professor Weber, o professor Francisco de Assis Fonseca e depois o professor Joaquim Martins Franco, que foram professores de Geologia.

Quando comecei como professor de Zoologia, eu pedi ao doutor Marcos que me indicasse o livro e ele me indicou um livro em inglês, naquele tempo muito famoso, e então, com este livro, eu o traduzi porque não tínhamos livro-texto, não tínhamos nada em português, quase nada, pouca coisa. Então eu fazia a tradução desse livro, levava a tradução para os alunos e os alunos depois copiavam. Eu recebi muita ajuda da Fundação Rockefeller. Eu me dava com o pessoal do Instituto de Biologia e Pesquisa Tecnológica – Marcos Enrietti, e depois lá estava o Bacila, lá estava o Medina, estava o Reinhard Maack, que depois eu convidei para o Museu e ele veio fazer parte da Zoologia.

Jesus Santiago Moure

Eu comecei os meus primeiros estudos jurídicos enquanto estudante da nossa Escola de Direito. Participei do 1º Congresso Jurídico Universitário de Salvador, na Bahia. Já em 1936, publiquei o meu trabalho sobre Concessão

de Serviços Públicos. Acredito que tenha feito a minha vida universitária como docente, em linha reta. Em 1938, eu fiz o primeiro concurso público, na Universidade, na cadeira de Direito Administrativo, com a vaga aberta com a aposentadoria do professor Joaquim Miró. E defendi uma tese, "Do Conceito do Contrato Administrativo". Assumindo a cadeira cinco anos depois, por aí, eu fiz o concurso de catedrático dos serviços públicos, com tese sobre a "Municipalização dos Serviços Públicos", e de lá para cá venho trabalhando a minha vida universitária quase diariamente, publicando os meus livros, que já estão em mais de 30 volumes, todos na área de Direito Administrativo e da Ciência Política.

Antes havia as cátedras, e em torno das cátedras é que se formavam os núcleos de professores. Então, o professor da cátedra de Direito Administrativo tinha os docentes, poderia ter 1, 2, 3, 4 docentes livres e depois é que veio o sistema departamental com a Reforma Universitária. E o sistema departamental mudou muito, porque ele aglutinava diferentes cadeiras: no Direito Constitucional, no Direito Internacional. E aí começou a haver mais um entendimento de unidade. Mas o espírito da cátedra sempre permaneceu, porque os professores catedráticos, que se transformaram depois em professores titulares, continuaram dentro de sua área a dominar o estudo e o conhecimento da matéria que lecionavam.

Manoel de Oliveira Franco Sobrinho

Eu fiz vestibular na Escola de Engenharia em 1929. Naquele tempo a Universidade era risonha e franca, porque o número de candidatos era menor do que o número de vagas. Nós fomos 18 no primeiro ano. Eu cursei o primeiro ano da Escola de Engenharia e me transferi para a Escola Militar em Realengo, onde fiz quatro anos e saí aspirante a oficial da Arma de Engenharia. Tendo vindo aqui para trabalhar na estrada da Ribeira, comecei a trabalhar em Engenharia. Eu me rematriculei na escola e concluí meu curso de Engenharia Civil em 1938. A Escola era particular, onde pagávamos mensalidades. Era aqui na Rua XV, em frente ao Correio.

Só voltei para Curitiba em 1946, como instrutor de arma de Infantaria do CPOR. Aí, eu aproveitei e fiz concurso de Livre-docência para a disciplina de Estatística, Matemática, Economia Política e Finanças na Escola de Engenharia. Eu não fiz a cátedra porque eu, como oficial do Exército, não podia. Mas como a escola era particular, eu podia exercer a função como oficial do Exército.

Luiz Carlos Tourinho

Durante o curso eu fiz trabalho orientado pelo professor Lysandro Santos Lima, junto com um colega de turma, de descrição de caso, naquele tempo era muito importante a descrição, análise e aprofundamento de um caso. E comecei a participar de alguns trabalhos com o doutor Gastão Pereira da Cunha, isto durante o curso. O tempo em que passei em Técnica Operatória como primeiro aluno, depois como instrutor, ajudando na cadeira, eu trabalhei em Cirurgia Experimental.

Dante Romanó

Foi em 1945 que entrei no Curso de Medicina da então Faculdade de Medicina do Paraná autônoma que, em 1946, seria a Faculdade de Medicina da recém-restaurada Universidade do Paraná e, finalmente, a partir de 1950, a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná. Como disse, eu iniciei o meu curso em 1945 na Faculdade de Medicina do Paraná, que na época era autônoma. No ano seguinte, a Universidade do Paraná, administrativamente desmembrada desde 1918, foi restaurada, dela fazendo parte a Faculdade de Medicina, que eu estava cursando. A federalização da Universidade se deu em 1950, justamente no ano em que eu me formei. Recapitulando, então: eu iniciei meu curso na Faculdade de Medicina do Paraná, onde fiz os três primeiros anos 1945-47 para, em seguida, transferir-me para São Paulo. Naquela época – foi nos anos de 1948, 49, 50 – o Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo tinha feito uma verdadeira revolução no ensino médico em São Paulo e, conseqüentemente, no Brasil. Era um grande foco de atração; quer dizer, todo estudante de Medicina almejava estudar na Faculdade de Medicina de São Paulo, que dispunha do Hospital das Clínicas da Universidade.

Iseu Affonso da Costa

Eu aqui fiz muitos filmes científicos de ciclos biológicos parasitos, principalmente do Xistozônio amazônico, que estão todos na Universidade de Oxford. Feitos aqui por mim, pelos estudantes da Faculdade de Medicina e pelo cinegrafista Dimitri. Era jovem ainda, passamos filmando aqui, com os equipamentos que tínhamos, fazendo filmes científicos em que aparecíamos ensinando aos nossos estudantes a trabalharem com farmacologia de animais, fazendo a cirurgia farmacológica.

José Medina

Em 1948, eu entrei como assistente, na cadeira de Arquitetura. Porque existiam no curso 26 cátedras, cada cátedra comportava um professor catedrático. Esse professor era responsável pelo curso. Era uma época interessante, porque pelo menos havia um responsável pelo curso. Depois isso foi diluído, e onde existiam muitos responsáveis, a responsabilidade se dilui. Eu fui assistente no primeiro ano, o segundo foi em 1948-49. Daí eu fui assumir praticamente a cadeira, porque o professor era da cadeira de Higiene e Saneamento. Fui nomeado pela Presidência da República, porque o professor era nomeado pelo presidente da República, encaminhado pelo ministro da Educação. Eu tenho a assinatura do Getúlio Vargas, que era presidente da República naquela ocasião. Depois eu fiz o concurso para a cátedra, em 1957. Daí eu fui nomeado pelo presidente Juscelino Kubitschek.

Rubens Meister

Quanto à política estudantil, eu estava no 5º ano de Medicina. Aí nós ganhamos a eleição e o presidente me passou de imediato a presidência pra mim. E eu era o procurador geral, e o procurador era um substituto natural do presidente. Então eu dirigi o Diretório Acadêmico Nilo Cairo na época por alguns anos. Não me lembro quanto tempo foi. E naquele tempo tinha uma atividade social que se chamava Chá Dançante de Engenharia. E nós fizemos o Chá Dançante Blue Night *na Medicina...*

Adyr Soares Mulinari

Alguns professores eram ainda fundadores da Universidade. Um deles, que foi professor da minha turma durante os cinco anos, no primeiro ano ele lecionava Introdução à Ciência do Direito, e nos quatro seguintes lecionava Direito Civil. Era o professor Antônio Martins Franco, que era tão bem quisto que foi eleito pela turma paraninfo, patrono e nome da turma. O único homenageado da turma. O diretor da Faculdade, quando eu entrei, era outro professor de fundação, o João Ribeiro de Macedo Filho, que depois foi reitor e veio a falecer, sucedido na Reitoria pelo Flávio Suplicy de Lacerda. O reitor, no meu tempo, acho que era ainda o próprio Victor do Amaral, quando eu entrei na Universidade. Com o falecimento dele é que o João Ribeiro de Macedo Filho assumiu a Reitoria. E o Enéas Marques foi diretor da Faculdade ainda quando eu era estudante. Eu me lembro que, no ano de 50, eu precisei alguma coisa da direção da Faculdade e falei com Enéas Marques, que era também professor de fundação. Outro de fundação que foi meu professor era o Manoel de Oliveira Franco, tio do Manoel de Oliveira Franco Sobrinho. O Pinheiro Lima foi meu professor, era de fundação ainda; acho que eram esses os de que eu me lembro de pronto. O professor Vieira de Alencar também lecionava Direito Civil, era de fundação, estava em exercício e eu não cheguei a ser aluno dele. O professor Moura Brito, de Medicina Legal, que também era de fundação, parece-me que ainda estava em exercício quando eu entrei na Faculdade.

Egas Dirceu Moniz de Aragão

Na Matemática havia poucas alunas. Mas o que eu sofri, mesmo, foi quando fiz a cátedra. Quando eu fiz a Livre Docência foi mais ou menos sofrido, porque eles não se conformavam com mulher na área da Matemática.

Zélia Milléo Pavão

A Universidade foi formada, tinha vários cursos, mas quando não se pôde mais chamar de Universidade – por uma questão legal, de todos conhecida – ficaram três escolas: Engenharia, Medicina e Direito. A rigor, no papel, eram autônomas, mas na realidade existia um diretor chamado doutor Victor do Amaral, que mandava nas três escolas. Mas as três escolas tinham cada qual um diretor; os diretores eram muito importantes.

Aristides Athayde Cordeiro



CAPÍTULO 3

Blank Page

3
REUNIFICAÇÃO E FEDERALIZAÇÃO

3.1 CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO DO PERÍODO (1946-1951)

NO PLANO MUNDIAL, as mudanças surgidas em decorrência do fim da Segunda Guerra Mundial tiveram grande repercussão nos países periféricos. No Brasil, o clima de pós-guerra apontou para uma nova estratégia política, que buscava a modernização do aparelho do Estado e da sociedade. Isso conduziu o país a um significativo desenvolvimento de políticas desenvolvimentistas. Nessa perspectiva, os investimentos se voltaram para os setores de base na economia nacional, como a siderurgia, a indústria petroquímica, a energia e o transporte, elementos essenciais para o desenvolvimento industrial do país. No campo econômico, assistiu-se à troca da moeda, à instituição do salário mínimo e à implantação da CLT. Isso tudo ocorreu no mesmo período em que se elevou o custo de vida, iniciando-se a formação de longas filas para adquirir os gêneros de primeira necessidade.

Com a Constituição de 1946, inaugurou-se o retorno do regime democrático, estabeleceu-se o voto universal, secreto e obrigatório para maiores de 18 anos, com exceção dos analfabetos, cabos e soldados. Instaurou-se, ainda, a ampla autonomia política e administrativa para os estados e municípios, assegurando-se o direito de greve e de livre associação sindical.

Esse novo panorama ressaltou a importância das ciências e das atividades científicas. O estabelecimento de uma sociedade urbana de consumo de massa e as perspectivas de industrialização do país incentivaram a demanda por indivíduos portadores de títulos universitários. Coube então à União legislar sobre as diretrizes da nova visão de educação nacional.

Acompanhando as transformações nacionais, a economia de Estado se alterou com o pós-guerra, alinhando-se com os outros países para poder participar do esforço de reconstrução da Europa. A partir dessa época, notou-se um significativo incremento da intervenção do Estado para o desenvolvimento

de sua infra-estrutura produtiva. Desde a crise de 1929, e particularmente no processo de reconstrução do segundo Pós-Guerra, todas as nações capitalistas, tanto do centro como da periferia do sistema, lançaram-se em um acentuado processo de envolvimento do Estado na gestão da economia. Nos países em desenvolvimento tal prática foi continuamente estimulada, e, no caso brasileiro, principalmente pelos estudos da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina. Esta propunha um projeto de industrialização e desenvolvimento financiado e (ou) planejado pelo Estado, como única alternativa para os impasses econômicos com que se debatia a região.[1]

Nesse período, também ocorreram mudanças significativas em vários setores e atividades do Paraná. O Estado assistiu à progressiva transformação da sua paisagem. A fronteira agrícola se expandia e as atividades econômicas, pouco a pouco, foram se transformando, dando início a um processo de industrialização inicialmente tímido, porém sempre crescente. A ocupação do espaço ocorreu de maneira rápida e em movimentos organizados, como se fez nos empreendimentos realizados pelas companhias colonizadoras. O fluxo de migrantes era constituído principalmente por paulistas, mineiros, nordestinos e estrangeiros, que se estabeleceram em pequenas e médias propriedades.

> Dois fluxos migratórios podem ser detectados. Um originário dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que vai ocupando o Paraná pelo sul e sudoeste em direção ao oeste; e outro, com origem principalmente em São Paulo e Minas Gerais, que se dirige ao norte do Estado, caminhando para o noroeste. Conseqüentemente, em poucas décadas se deu a completa ocupação territorial do Paraná, num processo de colonização que, evidentemente, não estava livre de conflitos pela posse da terra, que em algumas regiões atingiu grande violência.[2]

Novos núcleos urbanos foram criados, o surto colonizador permitiu que se estabelecesse um grande contingente populacional no Norte do Estado e, posteriormente, no Noroeste e Sudoeste, levando à proliferação de novos municípios. Isso ocorreu numa relação direta com o padrão de ocupação do espaço paranaense, motivado em grande parte pela cultura do café; cresceu também a exploração da madeira e pecuária, embora ainda permanecessem imensos vazios no território paranaense. A população urbana representava 25% do total da população paranaense – "...se, por um lado,

a elevação de antigos núcleos a vilas, e destes, a sedes municipais, torna-se imperativa pelo volume de pessoas que afluem às novas áreas, por outro não se pode deixar de salientar um certo exagero com relação à criação de novas unidades municipais. A idéia do crescimento no número de municípios pode ser obtida comparando-se o ano de 1960 com o de 1940, em termos do aumento percentual. O crescimento foi da ordem de cento e treze novas unidades, o que equivale a 230% em vinte anos".[3] Em 1940, o Estado possuía quarenta e nove municípios, passando para oitenta, em 1950, e para cento e sessenta e dois em 1960.[4] No entanto, no Estado, ainda era predominante a mentalidade rural.

> Na sua expansão, a sociedade paranaense foi ocupando regiões geográficas distintas, e na sucessão das regiões geográficas, foram construídas economias sobre essas regiões, e a pública administração delas se ocupou, passando para o primeiro plano uma região sobre a outra, conforme as suas possibilidades econômicas. Assim, foi com os Campos Gerais, com a sociedade tradicional fundada no latifúndio campeiro, depois no Paraná moderno, com a comunidade do Norte do Paraná, fundada na economia cafeeira, e com a comunidade do Sudoeste e do Oeste paranaense fundada na plantação de cereais e na criação de suínos, ambas com base no regime da pequena propriedade.[5]

Como conseqüência, o Paraná tornou-se o maior produtor brasileiro de café na década de 1950. A agroindústria era a base da economia paranaense, e o tema da industrialização estava mais presente nas políticas públicas. Os governos introduziram a idéia de planejamento para suas ações. Entretanto, o Estado ainda era carente de infra-estrutura. "Nas cidades, predominavam o comércio e os serviços ligados às atividades agrícolas. A indústria era econômica e socialmente de pouca relevância. Os trabalhadores assalariados não representavam contingente expressivo, tanto nas cidades como no campo."[6]

Dessa forma, teve lugar no Paraná o desenvolvimento das atividades de planificação econômica e incremento da infra-estrutura produtiva (PLADEP), consubstanciada por iniciativas como a criação do Departamento Estadual de Estatística (1951) e a enorme dotação orçamentária da Secretaria de Obras Públicas. Isso comprometia entre 32 e 53% do orçamento do Estado, na década de 1950, com o objetivo de alavancar o desenvolvimento econômico.

Nos anos posteriores, foram criados órgãos como a FUNDEPAR (educação), SANEPAR (água e esgoto), TELEPAR (comunicação), COPEL (energia elétrica), CODEPAR (fomento econômico), sucedidas pelo BADEP - Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná.

Significativas transformações atingiram a população, que chegou a contar com 2.115.547 habitantes em 1950, ocorrendo um aumento da ordem de 70% em dez anos. A densidade demográfica ascendeu, então, para mais de dez habitantes por quilômetro quadrado.

Esse crescimento, contudo, não poderia ser considerado espantoso no panorama nacional, pois o que se observava com atenção era o progresso das cidades, notadamente o da capital, e a proliferação de uma miríade de novos municípios de porte pequeno e médio. Esse fato teve relação direta com a tendência à urbanização associada ao êxodo rural, característica do país como um todo. No caso de Curitiba, essa tendência foi exacerbada pela atração que exercia a monopolização dos serviços públicos na capital.[7] O crescimento demográfico no Paraná foi paralelo ao desenvolvimento urbano, tanto pelo crescimento do número de cidades, como pela concentração da população em núcleos urbanos.

Conforme síntese estatística do 1.º Centenário do Paraná (1953), existiam no Estado, nessa época, 4.678 estabelecimentos industriais, sendo 1.505 indústrias de produtos alimentares, 993 de madeiras, 643 de transformação de minerais não-metálicos, 113 metalúrgicas, 71 químicas e farmacêuticas, entre outras.

Curitiba ganhava ares de cidade grande, com os chamados arranha-céus e construções de estilo modernista no centro da cidade, reflexo da economia cafeeira, fato que encantava a população e propiciava um crescimento acelerado. Um expressivo conjunto arquitetônico passou a ser construído: além do Centro Cívico, a Biblioteca Pública e o Teatro Guaíra, este edificado em comemoração ao Centenário da Emancipação Política do Paraná. Novos prédios comerciais e residenciais surgiram, mostrando a pujança do Estado e trazendo a modernidade à capital.

> Ao se considerar o caráter político subjacente às obras viárias, há de se perceber o significado da construção do Centro Cívico na Capital, no início dos anos 50. As estradas efetivamente convergem (e partem) para (de) Curitiba, que se firma como centro administrativo do Paraná,

> porém ainda sem contar com uma infra-estrutura para esses novos e ampliados serviços. A construção dessa obra se coloca como um marco das potencialidades locais, de ação modernizadora do governo, que investe sobre a construção de um "lugar do poder". Esse empreendimento é composto por uma série de obras capazes de dizer por si só da existência de um governo, de um centro que administra as demais regiões: Palácio do Governo, Residência do Governador, Palácio da Justiça, Tribunal de Júri, Tribunal Eleitoral, Edifício das Secretarias, Secretaria, Plenário e Comissões da Assembléia. As obras do Centenário compreendem, ainda, o Teatro Guaíra, a Biblioteca Pública, o Colégio Tiradentes, avenidas de acesso ao Centro Cívico, a Praça do Centenário e Monumento do Centenário. Em relação a este, cabe ressaltar que um pequeno lago artificial, um painel decorativo e a estátua completam o conjunto, todo cientificamente iluminado.[8]

Assim, a presença cada vez mais significativa da camada média da população conduziu a capital a um processo crescente de urbanização, propiciando novas oportunidades na indústria, no setor terciário da economia e na política, consolidando a busca pela democratização do país. No âmbito educacional, a Universidade do Paraná visava ter maior abrangência em sua atuação, atendendo às exigências dos novos tempos, com sua restauração e posterior federalização.

3.2 RESTAURAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ

A Constituição de 1946 determinava que à União cabia legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Entretanto, "...o ensino superior, embora não contasse com a reforma específica nesse momento, atuou, no período entre 1946 e 1964, com uma política de integração em que foram federalizados vários estabelecimentos e criadas universidades pela agregação de Faculdades preexistentes. A demanda por esse nível de ensino aumentou, embora ele se mantivesse elitista e acadêmico".[9]

A participação militar do Brasil, no conflito da Segunda Guerra Mundial, incentivou o governo a implantar, pela primeira vez no país, um sistema de mobilização econômica e de planejamento centralizado. Essa postura incidiu diretamente na economia, devido à redução das

importações e do conseqüente aumento da demanda de manufaturados. Outro fenômeno importante a ser observado é que no Pós-Guerra a sociedade urbana e de consumo de massa, que já vinha se expandindo rapidamente, intensificou a busca por títulos universitários, pois estes asseguravam prestígio social e crescimento intelectual. Destaca-se, ainda, o fomento à industrialização e a expansão do setor terciário, criando maiores oportunidades no mercado para profissionais bem preparados e formados, em todos os campos do conhecimento. "A noção de que a ciência e o ensino deveriam voltar-se mais decisivamente para os problemas econômicos e sociais da realidade brasileira era, evidentemente, bastante difundida entre cientistas e professores universitários brasileiros do Pós-Guerra, o que levava a um contínuo debate sobre a melhor forma de organizar e estimular o sistema de educação superior e pesquisa científica ao país."[10]

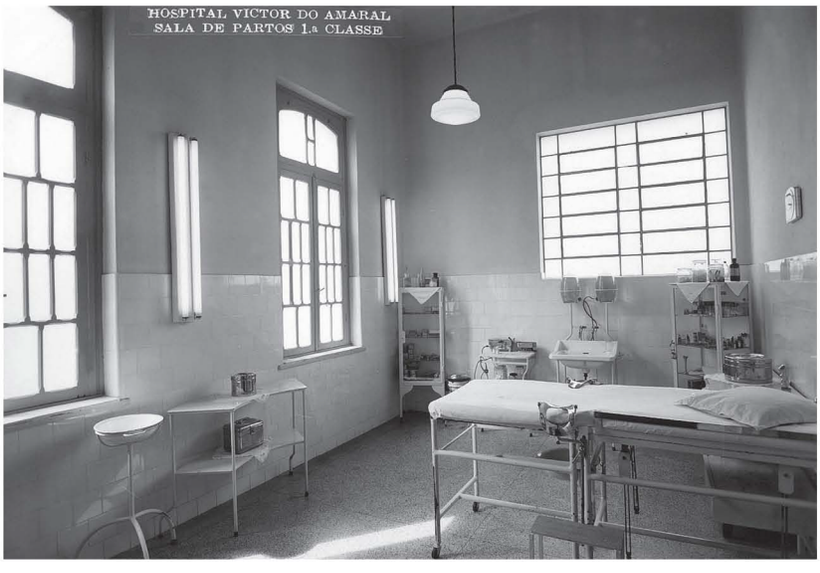
Entretanto, os intelectuais divergiam entre dois modelos significativos. O primeiro o dos nacionalistas, cujos debates voltavam-se para a energia nuclear e temas que envolviam a ciência e a tecnologia do Pós-Guerra. O segundo, dos pragmáticos, concentrava os intelectuais e era formado por técnicos e burocratas do Estado e de Escolas Técnicas Superiores, preocupados com o desenvolvimento econômico e com a preparação de especialistas para atender à expansão da indústria nacional. Este debate posto entre os dois grupos atingiu repercussões em longo prazo, inclusive atrasando a implantação dos cursos de pós-graduação no país.

As reformas, que ocorreram no período compreendido entre 1946 e 1964, foram efetuadas em todos os níveis de ensino, porém mais especificamente para o nível superior. Neste, estabeleceu-se uma política de integração em que inúmeros estabelecimentos foram federalizados, enquanto muitas faculdades foram agregadas, transformando-se em Universidades. O chamado "ciclo das Universidades", estabelecido pelo Ministério da Educação, fez com que os paranaenses percebessem que este era o momento de buscar a reunificação da Universidade do Paraná.

Essa política incentivou as faculdades paranaenses a revitalizarem sua campanha em prol da unificação, visando à criação da Universidade do Paraná. Com esse propósito, políticos paranaenses como Erasto Gaertner, Bento Munhoz da Rocha Netto, Aramys Athayde e Macedo Filho, além do



Hospitar Victor do Amaral, início da década de 1940.
Acervo: Biblioteca Central



Hospital Victor do Amaral - Sala de partos 1ª Classe, início da década de 1940.
Acervo: Biblioteca Central



Pátio interno da Universidade visto da Rua Presidente Faria, em 1940.
Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



Passeata anti-fascista na Praça Santos Andrade, 1943.
Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



Dr. Victor do Amaral e familiares após a missa comemorativa do 60º aniversário de sua formatura, 1944.
Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



A Universidade e a Praça Santos Andrade nas festividades do fim da 2ª Guerra Mundial, 1945.
Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani

Interventor do Estado, Brasil Pinheiro Machado, mantiveram contatos com o novo ministro da Educação e Saúde, o médico e professor Ernesto de Souza Campos.

> Com a queda do regime do Estado Novo, modificaram-se substancialmente as relações entre o Paraná e o Governo Federal. As relações entre autoridades educacionais regionais e federais deixaram de ser meramente protocolares. Em nível regional, quase que se invertiam os papéis entre o Estado e a Universidade. Nas décadas anteriores, era a Universidade que apelava e recrutava elementos dos quadros administrativos do Estado. As escolas superiores haviam crescido e formado novas gerações. Os dois interventores, na fase de democratização, eram membros do seu corpo docente. O desembargador Clotário Portugal era membro do corpo docente da faculdade de Direito e o professor Brasil Pinheiro Machado da Faculdade de Filosofia. Os membros dos primeiros escalões foram recrutados em grande parte nos quadros das Faculdades Superiores. Três deputados federais eleitos saíram dos quadros das faculdades: Aramys Athayde, Erasto Gaertner, e Bento Munhoz da Rocha Neto. O peso específico da Universidade do Paraná nem era preciso ser analisado, ele era visível a olho nu! A redemocratização praticamente escancarou as portas da sociedade aos elementos por ela preparados e ou que nela viviam e atuavam.[11]

A Universidade do Paraná foi, então, reconstituída a partir da incorporação das Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, e da junção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Esta fora criada, por um grupo de intelectuais, em 1938, e entre suas atividades objetivava incentivar e desenvolver a produção do conhecimento humano.

O Conselho Universitário da UP reuniu-se a 1º de abril de 1946, no próprio edifício da instituição, com as presenças do Dr. Victor F. do Amaral e Silva e Francisco Paula Soares Neto, pela Faculdade de Medicina do Paraná; João Ribeiro de Macedo Filho e Clotário de Macedo Portugal, pela Faculdade de Direito do Paraná; Durval Araújo Ribeiro e Arnaldo Izidoro Beckert, pela Faculdade de Engenharia do Paraná; Manoel de Lacerda Pinto e José Loureiro Fernandes, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, que "...resolveram e decidiram fazer pública a vontade de cada um daqueles corpos congregados, e todos reunidos, de restaurarem e

fundarem a Universidade do Paraná, resultado dessa união, nos termos do Estatuto, que valerá por lei orgânica". Foi procedida a eleição ao cargo de Reitor e Vice-Reitor, sendo eleitos Victor Ferreira do Amaral e João Ribeiro de Macedo Filho respectivamente.[12]

À instalação da Universidade do Paraná seguiu-se o ato oficial de sua instituição, por meio do Decreto-Lei n.º 9.323 de seis de junho de 1946. Por ele, foram concedidas as regalias de universidade livre equiparadas à UP. Foram também aprovados os estatutos, apontando como finalidades: "...manter e desenvolver o ensino nos institutos que a compõem; trabalhar pelo aperfeiçoamento do ensino no país; incentivar a pesquisa e a cultura científica, literária, filosófica e artística; concorrer para o engrandecimento material e espiritual da Nação".[13]

O reconhecimento da Universidade do Paraná veio se agregar mais uma vez ao esforço paranista da construção de uma cidade econômica e intelectualmente desenvolvida, com a afirmação de sua qualidade de ensino.

Em maio de 1946, o governo do Estado concedeu à UP um auxílio de cinco milhões de cruzeiros para constituir o seu fundo universitário, além de uma subvenção anual de três milhões de cruzeiros. A Prefeitura de Curitiba também contribuiu para esse processo de desenvolvimento com a doação de um terreno com área de quinhentos mil metros quadrados, no Cajuru, que se destinava à construção da futura Cidade Universitária.

No discurso proferido pelo doutor Victor F. do Amaral, na solenidade da Restauração da Universidade do Paraná, em 1º de abril de 1946, ele afirmava:

> ...agradeço, penhoradíssimo, a minha eleição para Reitor da Universidade restaurada, apesar da minha declaração prévia de não ser candidato. Mas, como fui o único Reitor da primitiva Universidade, reassumo hoje essa nobre investidura, não obstante a senectude que, graças à Divina Providência, vai me permitindo vencer tantas etapas na vida. Antes disso, vou fazer uma referência à visita com que hoje somos honrados da presença do Exmo. Sr. Dr. Ernesto de Souza Campos, conspícuo Ministro da Educação e Saúde, que para aqui veio acompanhado de outras personalidades de destaque. Honra-nos também, com a sua presença, o eminente Dr. Pedro Calmon, que participa da direção da grandiosa Universidade do Brasil, e o insigne Dr. Brasil Pinheiro Machado, operoso Interventor Federal do nosso Estado. Eles percorreram todos

> os departamentos de nossas faculdades, inclusive os nossos bem aparelhados laboratórios e o nosso Museu de Anatomia, que lhes proporcionaram as melhores impressões. Agora, com a visita a Curitiba do eminente Sr. Ministro da Educação conseguimos a almejada restauração da Universidade. As valiosas subvenções agora prometidas à Universidade virão melhorar as condições econômicas e diminuir as taxas de matrícula dos alunos dos diversos cursos da Universidade. Tenho a honra de apresentar ao Exmo. Sr. Ministro Ernesto de Souza Campos os nossos maiores agradecimentos. Ao terminar agradeço também a valiosa cooperação que temos recebido dos nossos professores Erasto Gaertner, Aramys Athayde e Bento Munhoz da Rocha Neto, que ocupam atualmente, com tanto fulgor, as elevadas funções de deputados federais, estendendo também meus agradecimentos ao professor Algacy Munhoz Maeder, digno Prefeito Municipal de Curitiba.[14]

Mais de três décadas se passaram após a criação da Universidade do Paraná e novamente seus ideais primeiros estavam presentes nas palavras de seus diretores. A importância da Universidade se renovava, enquanto local de formação e habilitação para profissionais e intelectuais que integravam a sociedade paranaense. Essas idéias estavam evidentes no discurso do professor Francisco Paula Soares Neto, por ocasião da instalação do Conselho Universitário, ao afirmar que a UP havia concorrido

> ...para formar a elite de homens que o Paraná precisa, para abrir suas estradas, construir suas pontes, tratar de valorizar suas terras, sanear e educar sua gente e defender seus direitos, mas principalmente teremos concorrido para formar homens de Estado que o Paraná precisa para a sua própria salvação. Homens cheios de respeito pela coisa pública e crentes na sublimidade dos ideais coletivos, que o Paraná precisa para firmar sua posição na Federação Brasileira, para opinar com altivez e firmeza, para defender o que é seu, para as grandes soluções que o país necessita. Para isso aqui estamos, como unidos em uma emoção religiosa.[15]

O doutor Ernani Guarita Cartaxo, na Assembléia da Universidade de 19 de dezembro de 1947, comparava a restauração da UP com a própria emancipação política do Paraná em 1853. Esclarecia que a restauração da UP era a "...afirmação desse mesmo espírito de autonomia local, amadurecido, já agora, no plano das preocupações superiores de um povo, que se

apresentava servido das mesmas condições de existência constitucional dos demais, mas era deles caudatário, pela inferioridade dos seus elementos de cultura e de civilização".[16]

Foi a partir dessa restauração que Curitiba passou a receber os mais variados epítetos, como Cidade Universitária, Atenas Brasileira, Cidade Sorriso, Coimbra Brasileira, comprovando que a universidade e a vida estudantil passaram a ser pólos de atração na cidade.

Apesar de ser reconhecidamente um orgulho para a capital, a Universidade continuava a ser particular. Para muitos, ela havia chegado ao limite máximo a que uma universidade particular poderia alcançar. Acreditavam que, de agora em diante, só os poderes públicos federais poderiam fazer com que ela continuasse sua ascensão.[17]

Na reorganização da instituição, todos os integrantes foram chamados a colaborar, dando sua parcela de contribuição, quer no aspecto físico administrativo quer no âmbito cultural.

> Para as instalações essenciais dos serviços da Reitoria e Conselho Universitário deparamos com a boa vontade e destacada colaboração da Diretoria da Faculdade de Direito que, espontaneamente, nos cedeu as salas onde funcionavam seus órgãos administrativos. Facilidades, igualmente, criaram-nos as Faculdades de Medicina e de Engenharia, abrindo mão, respectivamente, de sua sala da Diretoria e da sala da Biblioteca. Não obstante, de novas dependências dentro em breve necessitaremos, quando todos os departamentos da Reitoria se acharem organizados e funcionando com a regularidade com que foram concebidos. No Departamento Cultural está se efetivando o plano de suas atividades, relativamente ao intercâmbio cultural, à biblioteca e informações bibliográficas, à publicações e bolsas de estudo, seções já regulamentadas e que merecem a aprovação do Conselho Universitário. O intercâmbio cultural vem se realizando por meio de conferências e seminários por eminentes professores que nos visitaram, quer a convite direto nosso, quer em trânsito por Curitiba; pela permuta de publicações e correspondência, e pelas caravanas de caráter cultural e didático de estudantes universitários que excursionaram por estados do país e pelas repúblicas do Prata e do Chile. Na biblioteca da Reitoria, conquanto incipiente, contam-se 144 livros, 153 revistas e 86 folhetos diversos.[18]



Sessão solene em Curitiba, da Restauração da Universidade do Paraná, em 1º de abril de 1946.
Acervo: Suzana Pinheiro Machado Mueller, Brasília.



O Interventor no Paraná, Prof. Brasil Pinheiro Machado, ao discursar na Solenidade de Restauração da Universidade do Paraná, em 1º de abril de 1946.
Acervo: Suzana Pinheiro Machado Mueller, Brasília.



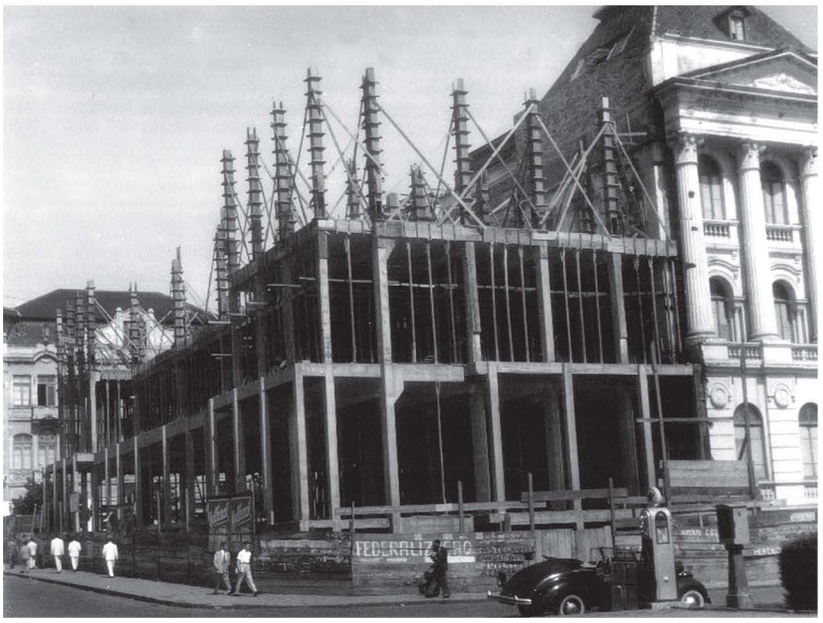
O Ministro da Educação e Saúde, Ernesto de Souza Campos, ao ler o Decreto de Restauração da Universidade do Paraná. Rio de Janeiro, em 6 de junho de 1946.
Acervo: Suzana Pinheiro Machado Mueller, Brasília.



O Presidente Marechal Eurico Gaspar Dutra ao assinar o Decreto-Lei referente à Restauração da Universidade do Paraná, em 6 de junho de 1946.
Acervo: Suzana Pinheiro Machado Mueller, Brasília.



Diretoria da F. P. D. U. Jogos Universitários no campo do Coritiba, 1946.
Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



Ampliação do prédio central da Universidade na ala da Rua XV, 1946.
Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani

Com a restauração, cresceu o incentivo ao intercâmbio cultural, fato este comprovado através das correspondências e permutas de publicações, e aumentou o número de aquisição de novas obras para a biblioteca. Nesse momento, também foram organizadas uma Estante Paranaense, uma secção de informações bibliográficas, e iniciou-se a publicação do Anuário da Universidade do Paraná.

Após a reunificação da UP, Victor do Amaral podia afirmar que

> ...os propósitos de ação una e coesa, mais os de identificação espiritual das já tradicionais Faculdades entre si e com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, vem se processando sempre em sentido crescente, para tanto concorrendo, em elevado grau, as nobres disposições, sãs convicções da nova geração de docentes, que palmilham a mesma agra senda de nobres ideais e sublimes devotamentos que os seus predecessores percorreram. O conchegamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e sua assimilação ao '*modus vivendi*' universitário, vem sendo favorecido pela brilhante plêiade de professores que dividem suas atividades didáticas entre essa escola e outro Instituto Universitário.[19]

Em 1947, concluíram seus cursos na Universidade do Paraná duzentos e vinte e cinco alunos, assim distribuídos: médicos, oitenta e um; engenheiros civis, cinqüenta e quatro; bacharéis em Direito, vinte e quatro; bacharéis em Letras Clássicas, três; cirurgiões-dentista, vinte e cinco; farmacêuticos, dezesseis; licenciados em Química, dez; licenciados em Geografia e História, sete; licenciados em Letras Clássicas, um; licenciado em Física, quatro.[20]

Quando o Conselho Universitário foi homologado, contava com os seguintes integrantes:

> **Membros natos** – (Diretores das Faculdades e Presidente do Diretório Universitário dos Estudantes). Professor João Ribeiro de Macedo Filho, Faculdade de Direito; Professor Plínio Alves Monteiro Tourinho, Faculdade de Engenharia; Professor Eurípdes Garcez do Nascimento, Faculdade de Medicina; Professor José Loureiro de Ascensão Fernandes, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Acadêmico Francisco Pereira Filho, Presidente do D.U.E. **Membros eleitos** – (representantes das Congregações e dos Docentes Livres). Professor Enéas Marques dos Santos, Faculdade de Direito; Professor Arnaldo Isidoro Beckert,

Faculdade de Engenharia; Professor Francisco de Paula Soares Neto, Faculdade de Medicina; Professor Homero de Melo Braga, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Professor Orlando de Oliveira Mello, Docente Livre.[21]

Nesta ocasião, a Universidade contava com 2.245 alunos matriculados, sendo 2.017 do sexo masculino e 228 do sexo feminino. [22]

A organização estudantil também se aparelhava. O Diretório Universitário dos Estudantes, fundado em 1948, era o responsável pela representação de seu corpo discente. "Esta nova entidade estudantil, constituída por dois representantes de cada um dos diretórios das Faculdades Universitárias, está destinada a coordenar e centralizar a vida social dos corpos discentes da Universidade do Paraná."[23] O Diretório Universitário dos Estudantes congregava o Centro Acadêmico Hugo Simas, dos estudantes de Direito; o Diretório Acadêmico Nilo Cairo (1917), dos alunos de Medicina, Odontologia e Farmácia; o Centro Acadêmico de Filosofia, Ciências e Letras; e o Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná (1921). No âmbito estadual, os estudantes se organizavam através da União Paranaense dos Estudantes - UPE (desde 1939) e da Federação Paranaense de Desporto Universitário (a partir de 1941).

O doutor Victor do Amaral deixou a Reitoria em 1948, por força dos novos estatutos. Com isso, em 6 de julho do mesmo ano, tomava posse no cargo de reitor o doutor João Ribeiro de Macedo Filho. Em seu discurso afirmava que: "O Paraná, o mais novo estado da federação, que já deu provas do quanto pode o patriotismo dos seus filhos, dotando o Brasil da sua primeira universidade, que teria de irromper fatalmente com o decorrer dos anos, não mentirá às suas tradições, mantendo-se emparelhado com os grandes Estados brasileiros e cooperando eficientemente, por meio de sua Universidade, para que o Brasil se imponha decisivamente no conceito das nações civilizadas".[24]

Acompanhando o ritmo nacional, o novo reitor passou a defender veementemente a construção de uma Cidade Universitária, por acreditar não ser possível compreender uma universidade sem pesquisa e local próprio para isto. As obras do Centro Politécnico, como futuro centro de experiências técnicas de vastas proporções, destinado aos altos estudos das

novas gerações de técnicos paranaenses, estavam de acordo com a nova mentalidade universitária que caracterizava a época.

No entanto, a gestão do doutor João Ribeiro de Macedo Filho foi curta, interrompida pelo seu falecimento em 1949. Em seu discurso, o doutor Laertes de Macedo Munhoz, na sessão *in memoriam*, realizada na UP, recorda que:

> ...a UP lhe deve uma dívida irresgatável. Ele formou entre os seus pioneiros. Esteve, desde os primeiros momentos, ao lado daqueles que sonharam o sonho audacioso de Nilo Cairo e Vitor do Amaral. Nunca, porém, se haveria de conformar com a extinção da Universidade, fundada em 1912 e desmembrada por imposição da lei federal que fez a reforma do ensino. Acalentou sempre no fundo do coração a idéia magnânima e patriótica de restabelecer a Universidade. Essa foi uma das maiores aspirações de sua vida. O Paraná deve imorredoura gratidão pela pertinácia indormida. Em 1941, ao lado dos eminentes professores Enéas Marques dos Santos e Afonso Camargo, ele foi relator das emendas ao projeto de reorganização da Universidade. Daí para diante, não mais descansou, enquanto não conseguiu atingir o seu grande ideal, finalmente convertido em realidade no ano de 1946.[25]

3.3 FEDERALIZAÇÃO DA UFPR

Embora unificada, a Universidade do Paraná continuava se ressentindo do insuficiente apoio federal, que se restringia a repasses e apoio político, pois não era federalizada. Essa situação gerava dificuldades de toda ordem, desde a manutenção até o aspecto financeiro. A solução estaria na federalização da instituição. Coube ao então reitor João Ribeiro de Macedo Filho iniciar uma política de aproximação com o governo federal, visando incluir o Paraná nas medidas tomadas para o ensino superior.

> A federalização aparecia como único caminho a seguir. Os acadêmicos queriam a federalização porque isso significaria ensino gratuito. Os professores almejavam-na porque traria '*ipso facto*' melhoria de seus vencimentos. Era, o que tudo indicava, a única opção de projeção futura. A universidade crescia a um ritmo nunca constatado. Em 1947, o número de seus alunos atinge 3.033 universitários. O próprio governo federal

imprimia um ritmo jamais registrado nos mais diversos graus de instrução pública.[26]

Em 1948, viajou para Curitiba o ministro da Educação e Saúde Clemente Mariani, para resolver assuntos relacionados à federalização. Na exposição de motivos apresentada por ele, para justificar a federalização da UP, comentava:

> Trata-se de instituição portadora das mais nobres tradições de austeridade e cultura. São extraordinários os seus serviços de ensino superior, não somente ao estado do Paraná, como aos estados vizinhos do sul do país, cujos filhos afluem àquela universidade, em número elevado, dada a insuficiência das mais próximas, a de Porto Alegre e de São Paulo, para abrigarem as levas de estudantes que, ao término do curso secundário, apresentam-se ao vestíbulo universitário, para a obtenção de grau superior. Sobreleva, ainda, em favor da pretensão, a magnífica situação do estado do Paraná no que tange a cultura geral do seu povo, ao seu crescente progresso econômico, ao seu equilíbrio financeiro, ao desenvolvimento e exploração de todas as suas riquezas, dentro de clima político de perfeita ordem social e harmonia.[27]

O ministro foi recebido no dia 2 de setembro pelo governador Moisés Lupion, autoridades federais e estaduais e pelo reitor João Ribeiro de Macedo Filho. Em recepção na Universidade, o reitor, em seu discurso, enfatizou "...a atuação do doutor Clemente Mariani à frente da pasta que dirige e da honra que significa para o nosso Estado a sua visita, dizendo dos desejos do Paraná de trabalhar, de progredir para a sua grandeza e, conseqüentemente, do Brasil".[28]

Em 1949, o reitor João Ribeiro de Macedo Filho faleceu, sendo substituído pelo vice-reitor Flávio Suplicy de Lacerda.



Desfile de Abertura dos Jogos Universitários, 1948.
Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



Vista da Praça Santos Andrade, 1948.
Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



Reitor João Ribeiro de Macedo Filho (gestão de julho/1948 a agosto/1949)
Acervo: Ana Maria Macedo Lopes



Reitor Flávio Suplicy de Lacerda (gestão de agosto/1949 a maio/1964 e de maio/1967 a maio/1971).
Acervo: Biblioteca Central



O Reitor Flávio Suplicy de Lacerda saúda o Dr. Victor Ferreira do Amaral pelo seu 65º aniversário de formatura, 1949.
Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



Dr. Victor Ferreira do Amaral planta um pé de erva mate em frente à Universidade em seu 65º aniversário de formatura, 1949.
Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani

FLÁVIO SUPLICY DE LACERDA

"Nasceu na Lapa, a 4 de outubro de 1903. Filho de Manoel José Correa de Lacerda e de sua mulher Alice Maria Virmond Suplicy. Faleceu em Curitiba a 1º de julho de 1983. Matriculou-se em 1916, no Colégio Militar de Barbacena, em Minas Gerais, onde se diplomou em Agrimensura, no ano de 1922. A seguir, matriculou-se na Escola Politécnica de São Paulo, diplomando-se em Engenharia Civil, em 1928.

Em 1930, ingressou como Professor Interino de Resistência dos Materiais na Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná. Em 1933, prestava concurso para a referida cadeira. Nela se distinguiu como notável mestre.

Exerceu também o cargo de Engenheiro chefe na Rede Viação Paraná – Santa Catarina, participou do Conselho de Transporte do Estado do Paraná, e do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

Na gestão de João Ribeiro de Macedo Filho, foi eleito para o cargo de vice-reitor, em 25 de julho de 1948; esse mandato se estenderia de 6 de julho de 1948 a 6 de julho de 1950. Todavia, com a morte do Reitor Macedo Filho, ocorrida em 5 de agosto de 1949, assumiu a reitoria da instituição.

Flávio Suplicy de Lacerda, na Assembléia Universitária de 19 de dezembro de 1949, lançava a campanha pela federalização da Universidade, com a qual prosseguiu obstinadamente, obtendo-a sob a forma da Lei n.º 1254, de 4 dezembro de 1950.

Exerceu a Reitoria em mandatos sucessivos até 1964. Com muito discernimento, procurou dotar a UFPR das bases físicas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades didáticas e científicas.

Com a Revolução de 1964, Flávio Suplicy de Lacerda deixou a reitoria da UFPR, para exercer o cargo de Ministro da Educação e Cultura. No Ministério, entre suas muitas realizações, promoveu o censo escolar de 1964, instituiu o salário educação e iniciou o processo de Reforma Universitária no país.

Foi membro do Conselho Federal de Educação, a partir de 9 de março de 1967, ano em que retornou à Reitoria da Universidade Federal do Paraná. Nesse mandato, deu especial atenção à implantação de cursos de pós-graduação, reformulou o curso de Bioquímica, e criou os cursos de Entomologia e Genética Humana."[29] Faleceu em 1.º de julho de 1983.

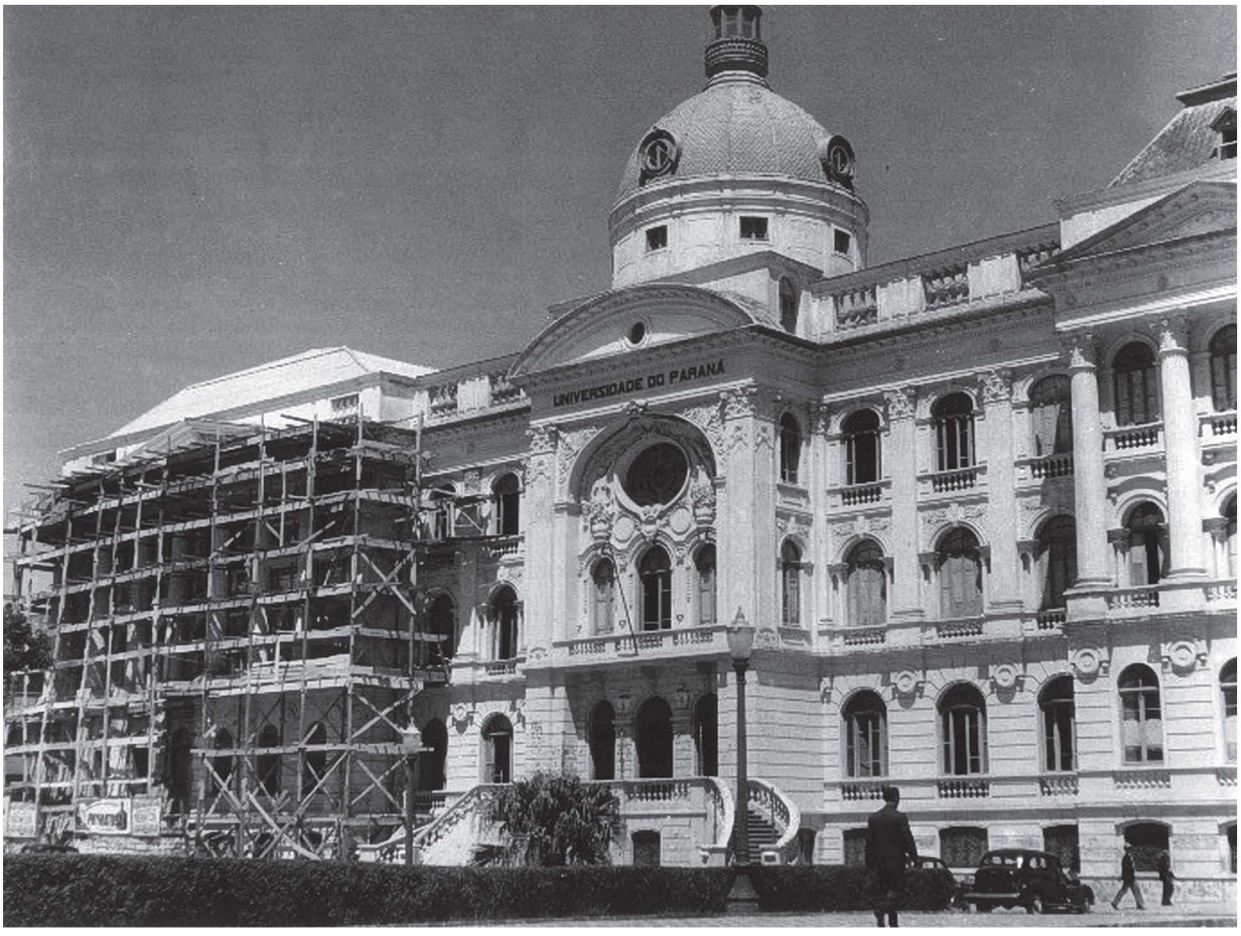
Quando Flávio Suplicy de Lacerda assumiu a Reitoria em 1949, transformou-se no arauto da campanha pró-federalização, contando sempre com o apoio do governador Moisés Lupion. Com esse objetivo, teria feito quarenta e duas viagens para a capital federal. Sofria pressão de alguns estados que tentavam obstaculizar a reivindicação do Paraná, pois ainda não possuíam universidades federais.[30]

A luta pela federalização tinha o objetivo de

> …fazer da Universidade o centro de cristalização de uma consciência paranaense. Criar uma cúpula de unidade de espírito e de pensamento ligando aqueles que, pelas faculdades congregadas, fossem preparados para as profissões liberais. Conhecer e espalhar conhecimentos sobre a terra paranaense, esmiuçar-se a sua formação e o seu aproveitamento, estudar o novo homem do Paraná que desponta em nossos dias, num soberbo caldeamento de raças, e orientá-lo para que aproveite o seu destino, levantando o seu espírito acima das paixões, dos preconceitos e dos vícios. Preparar a mocidade, robustecendo-a para as pugnas do amanhã, forjando-a para o exercício das profissões e para a profissão universal, que é a de ser Homem, o seu espírito com a soma de conhecimentos científicos que ela precisa sedimentar, especializando-se sem deshumanizar-se. Conclamar o Brasil a que melhor conheça o Paraná, creia na sua gente, e no seu futuro.[31]

Segundo as palavras do reitor, todos tinham conhecimento de que se vivia um novo momento.

> Agora temos para nós que a Universidade está chegando ao término da capacidade limite do que pode realizar uma iniciativa particular. A sua fase inicial terminou. Chegou o momento de ser a nossa universidade incluída dentre os centros universitários que merecem o amparo carinhoso e decidido do governo federal. Suportamos cotejo vantajoso com os Estabelecimentos Federais já existentes, e dentre os institutos equiparados poucos como o nosso podem ombrear em recursos, em instalações e em patrimônio moral tão maduramente alcançado. É, pois, a hora da Federalização do Ensino Superior do Paraná, não como favor obtido nos corredores da Câmara, mas como a vitória mais retumbante alcançada, no Brasil, pela iniciativa particular. Seria uma verdadeira injustiça, um desconhecimento completo da situação do ensino que os poderes federais nos deixassem esquecidos, fechando os olhos ao que é



Reforma do prédio histórico, 1949.
Acervo: Reitoria UFPR /
Col. Cid Destefani



Trote de Calouros, 1950.
Acervo: Reitoria UFPR /
Col. Cid Destefani

> a Universidade do Paraná, preterindo-a na hierarquia dos estabelecimentos de cultura superior. E seria também uma injustiça feita ao próprio Estado, hoje dos maiores contribuintes para o erário da nação. Conclamamos assim a gente do Paraná que cerre fileiras com a sua universidade para a batalha da federalização que vamos agora travar, com a maior resolução.[32]

Enquanto centro irradiador de saber, Flávio Suplicy de Lacerda defendia a expansão e integração da Universidade com outras regiões do Estado e não apenas com a capital. Assim, durante a Semana Universitária em Londrina, afirmava:

> …a minha missão neste momento em que a Universidade do Paraná inaugura uma nova fase de sua longa e proveitosa vida, estabelecendo contato direto com os vários centros de irradiação cultural do estado, é simplesmente de explicar, de justificar, para que da nossa compreensão comum possa nascer uma obra permanente que pertença a todos nós e que seja, por isso mesmo, de valor social e nacional. A Universidade moderna não se restringe mais dentro da estreiteza dos seus muros, antes procura todas as camadas da população, todos os centros de cultura, no seu sentido mais amplo, não somente para divulgar ensinamentos, mas, principalmente, para trocar ensinamentos.[33]

Aos poucos, a campanha pró-federalização da UP se estendeu pela cidade e atingiu as ruas, envolvendo ainda órgãos de imprensa, associações, bancadas legislativas, professores, alunos, o governo do Estado e a própria população paranaense.

Desde a restauração da UP, os estudantes se posicionavam contrários à situação de universidade particular e pediam a federalização imediata da instituição. Argumentavam que "…a única solução do problema reside na federalização da Universidade do Paraná, com a participação de todos os atuais cursos superiores do Paraná. Só assim, com subvenções suficientes por parte dos governos federal e estadual, será possível aparelhar as faculdades, remunerar condignamente os lentes e diminuir o custo do ensino, fazendo-o marchar gradativamente para a gratuidade no Paraná como já se procede em outros estados da federação".[34]

Por ocasião da visita do ministro da Educação Clemente Mariani a Curitiba, o acadêmico Francisco da Cunha Pereira, em nome do corpo discente, saudou o ministro e descreveu os anseios da classe a favor da "…federalização de nossas escolas, promovendo desta forma um ensino

eficiente e mais ao alcance das classes menos favorecidas; a fixação no orçamento nacional, das subvenções a nós concedidas; apoio constante e efetivo à construção da cidade universitária".[35]

Tal processo culminou com a edição da Lei n.º 1.254 de 4 de dezembro de 1950. Nela, finalmente, estavam federalizadas a Universidade do Paraná e as demais instituições brasileiras parceiras desta luta. A Lei dispunha sobre o sistema federal de ensino superior e nomeava os estabelecimentos que seriam mantidos diretamente pela União. Assim, a Universidade do Brasil, e as Universidades de Minas Gerais, da Bahia, do Recife, do Rio Grande do Sul e do Paraná foram contempladas. A partir desse momento, a UP passou a se denominar Universidade Federal do Paraná - UFPR.

No quadro permanente do Ministério da Educação e Saúde, foram criados os respectivos cargos no que se referia ao Paraná, haveria um reitor; vinte e três professores catedráticos na Faculdade de Direito; cinqüenta e três professores catedráticos na Faculdade de Filosofia; quarenta e sete professores catedráticos na Faculdade de Medicina; trinta professores catedráticos na Escola de Engenharia e trinta professores catedráticos na Faculdade de Ciências Econômicas.

Na ocasião da federalização, a Universidade contava com 54% de professores catedráticos. "Muitos deles, sobretudo da Faculdade de Medicina, de Direito e de Engenharia, eram concursados por títulos e provas. Outros, porém, como no caso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Faculdade de Ciências Econômicas, eram catedráticos de primeiro provimento ou fundadores das respectivas cátedras, como o permitia a legislação vigente. A maioria destes últimos era portadora unicamente de diplomas de cursos de graduação."[36]

A Universidade abrigava os seguintes cursos: na Faculdade de Direito – bacharelado em direito; na Faculdade de Ciências Econômicas – ciências econômicas; na Escola de Engenharia – engenharia civil; na Faculdade de Medicina – medicina, odontologia, farmácia e enfermagem obstétrica; na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – filosofia, matemática, física, química, história natural, geografia e história, ciências sociais, letras clássicas, letras neolatinas, letras anglo-germânicas e pedagogia. Isto, além dos cursos especiais, aperfeiçoamento, especialização, extensão universitária e doutoramento.[37]

Para acompanhar o processo, a estrutura administrativa da Universidade empreendeu as reformas, tanto funcionais como físicas, para se adaptar às

novas condições necessárias. Ajustes em todos os âmbitos sucederam-se no decorrer da década de 1950.

NOTAS

1 UFPR/DEHIS. 1994. p.86.
2 IPARDES. **Economia e sociedade**. Curitiba: IPARDES, 2006. p.44.
3 COMNINOS, Constantino. Alguns aspectos populacionais do Paraná. In: REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO. Curitiba: nov, dez. de 1967. n.3.
4 BALHANA, A.; MACHADO, B; WESTPHALEN, C. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. p.247.
5 BALHANA, 1969. p.258.
6 IPARDES. **Economia e sociedade**, 2006. p.45.
7 OLIVEIRA, 1991, s.p.
8 IPARDES. **O Paraná reinventado**. Curitiba, IPARDES, 2006. p.82.
9 UFPR. **Rumos da pesquisa**.1998.p.44.
10 SCHWARTZMAN, 1979. p.287.
11 WACHOWICZ, 1985. p.102.
12 UFPR. Ata. 1º de abril de 1946. In: UFPR. Anuário da Universidade, 1946-47. p.30.
13 UFPR. **Anuário da Universidade**, 1946-47. p.7.
14 UFPR. **Anuário da Universidade**, 1946-47. p.36.
15 UFPR. **Anuário da Universidade**, 1946-47. p. 40.
16 UFPR. **Anuário da Universidade**, 1946-47. p.42.
17 WACHOWICZ, 1985. p.138.
18 UFPR. **Anuário da Universidade**, 1947. p.2,3.
19 UFPR. **Anuário da Universidade**, 1947. p.1.
20 UFPR. **Anuário da Universidade**, 1946-47. p.34.
21 UFPR. Relatório do Reitor, 1948. In: LIMA, 1982. p. 408-409.
22 UFPR. Relatório do Reitor, 1948. In: LIMA, 1982. p.410.
23 UFPR. **Anuário da Universidade**, 1948. p.88.
24 UFPR. **Anuário**, 1946-47. p.19.
25 UFPR. **Anuário**, 1949. Curitiba: 1950. p.57.
26 WACHOWICZ, 1985. p.138.
27 UFRP. **Anuário da Universidade**, 1950. p.19.
28 GAZETA do Povo. Curitiba, 2 de setembro de 1948. p.5.
29 DICIONÁRIO Histórico-Bibliográfico do Paraná. Curitiba: Chain, 1991. p. 240-241.
30 WACHOWICZ, 1985. p.132.
31 UFPR. **Anuário**, 1949. p.80.
32 UFPR. **Anuário**, 1949. p.81.
33 UFPR. **Anuário**, 1949. p.62,68.
34 GAZETA do Povo. Curitiba 20 de março de 1946.p.8.
35 GAZETA do Povo. Curitiba 02 setembro de 1948. p5.
36 WESTPHALEN, 1987. p.44.
37 UFPR. **Universidade do Paraná**. Curitiba, Paraná, Brasil. São Paulo: Serviço dos Países, 1950. p.28-32.





A Faculdade de Farmácia naquele tempo era na Praça Santos Andrade, naquele prédio velho. E quando eu me formei, o professor Carlos Stellfeld me convidou pra ser assistente. E daí veio o Rubens Braga, que foi aluno também do professor, pra assumir a Botânica, uma disciplina.

Lembro-me que nós entramos na faculdade, acho que numa época em que a Universidade já tinha sido transformada em Federal. E aí nós estávamos tendo aula na Santos Andrade mesmo. Porque a Faculdade de Farmácia era lá também, uma parte. E depois da federalização não se precisava pagar mais, porque antes meu pai pagava as mensalidades. Mas depois que eu entrei, já não se pagava mais. Acho que um mês ou dois ele ainda pagou.

Hermes Moreira Filho

De 1947 a 49, eu fiz o Curso de Farmácia, que na época era de três anos na Universidade do Paraná, que ainda não era federalizada, o que ocorreu em 1950. A Faculdade de Medicina mantinha os cursos de Medicina, de Farmácia e de Odontologia. O Curso de Farmácia era anexo à Faculdade de Medicina, mesmo depois da federalização até 1958, quando houve uma lei no Congresso Nacional. Na época, esta lei foi sancionada pelo presidente da República, que era o Juscelino Kubitschek de Oliveira; e separou-se então a Farmácia, passando a ser Faculdade também.

A Universidade ainda guardava muito daquele sentido do pioneirismo de 1912; alguns professores normalmente traziam na sua formação isso. Então, ela era bastante intelectual, tínhamos professores muito bons, e obviamente ali no meio universitário alguns até se destacaram no mundo político, que era completamente diferente do que nós temos hoje.

Tivemos assim o professor Carlos Stellfeld, que vinha de uma linhagem dos primeiros farmacêuticos aqui de Curitiba; mas, acima de tudo, ele era bastante preparado, e os outros professores também. Ele dominava vários idiomas e manteve uma revista, a Tribuna Farmacêutica, *que acabou sendo até encampada posteriormente pela Faculdade de Farmácia, mas lamentavelmente se extinguiu. Assim, os professores que eu tive na época foram professores competentes. A gente lembra, assim, o professor Milton Erichsen Carneiro, a professora Maria Falce de Macedo, o professor Artur Otto Schwab, o Antenor Pamphilo dos Santos, o Otávio Pereira dos Anjos e o Ernesto Sigel Filho, que também depois foi diretor da escola.*

[Com a federalização], uma universidade particular, que vivia sempre com dificuldades de sua manutenção, de repente passa a ter verbas e os professores passam a ter um salário que na época era respeitável. Depois veio um período muito bom, aproveitando e ao mesmo tempo dando um sentido novo. Houve uma remodelação do edifício central, que sempre foi a coqueluche da Universidade. Começou a expansão e daí nós começamos a sentir uma outra universidade; já havia mais subsídios, principalmente financeiros, recursos, materiais, para desenvolver... Foi um período muito bom, de expansão na universidade, com os cursos de Filosofia e depois a anexação da Escola de Química e da antiga Escola de Agronomia e Veterinária. Então foi um período em que a Universidade, na verdade, se estruturou para o que ela hoje é.

Amaury Caron dos Anjos

Entrei na Universidade, no curso de Direito, em 1948, de modo que eu acompanho a vida da Universidade há quase 60 anos, há quase dois terços da vida da Universidade. Recém-restaurada – ela havia sido restaurada em 1946 –, ainda era particular. Os alunos ainda pagavam as respectivas mensalidades. Isso ocorreu até a federalização em 50; só não sei exatamente após a federalização, em que momento essa lei entrou realmente em vigor, transformando-a numa entidade pública. Após a federalização, os professores passaram a ganhar muito bem. Na época, um professor catedrático ganhava o mais alto padrão da remuneração no Serviço Público Federal, ganhava cerca de 8.500 unidades daquela época, deviam ser cruzeiros, o que era uma bela remuneração. Alguns, que acumulavam duas cátedras, passaram a receber 17.000, o que lhes deu uma excelente remuneração. Com a federalização subseqüente de não sei quantas faculdades e universidades, a verba passou a ser dividida cada vez por maior número de professores, e aí a remuneração foi caindo, até um nível que há pouco tempo atrás eu consideraria ridículo. Professor sem tempo integral ganharia mil e poucos reais. Era uma quantia insignificante, mas eu acredito que isso se explica pelo excesso de professores, as federalizações ocorridas no Brasil inteiro e a criação de novas universidades.

Eu fiz o vestibular em segunda chamada, porque tive maleita e não pude comparecer à primeira chamada. Eu saía do hospital para fazer as provas, aliás, de uma casa de repouso ali no Estribo Ahú, das Irmãs da Divina Providência. Quando eu estava me recuperando da maleita, que foi grave, estive internado quase um mês por conta dessa maleita, então perdi o exame vestibular em primeira chamada e fiz em segunda. O exame era prova escrita e prova oral. Era feito pela própria Faculdade, como foi durante muitos anos, e os alunos faziam suas provas como se faz hoje, passavam respondendo às questões e depois eram examinados oralmente pelas bancas que se compunham para as provas de Direito, Latim, Português, Francês ou Inglês.



A Faculdade de Direito sempre manteve, desde quando era particular, o critério de preencher as vagas de professor por concurso e de fazer concurso de docente-livre para preparar os professores. E, com isso, as bancas se compunham de três professores de fora e dois da casa. Os três de fora poderiam ser, como aconteceu em alguns casos, aqui de Curitiba mesmo, mas pessoas estranhas ao corpo docente da Faculdade, nos concursos de docente-livre. Já nos concursos de cátedra, no mínimo dois vinham de fora, e isso mantinha um intercâmbio entre todas as faculdades. Tanto vinham de fora examinar aqui, quanto os daqui examinavam fora; eu mesmo participei de várias bancas por aí afora, em concursos dos mais variados, e esse intercâmbio era muito constante. Depois, no período militar, é que esses concursos ficaram proibidos durante alguns anos e, conseqüentemente, eles cessaram nesse período. Mas o intercâmbio da Faculdade não, os professores sempre se deram muito bem.

Eu nunca tive problema com os meus alunos esquerdistas, nem com os alunos esquerdistas das outras faculdades, nem com os professores esquerdistas; pelo contrário, sempre me dei não só muito bem com eles, como os defendi em alguns momentos com certa veemência, até. Um deles, eu me lembro, era o professor José Rodrigues Vieira Neto, catedrático de Direito Civil, um comunista conhecido aqui, filho de um fundador da Universidade, que foi o professor Ulisses Vieira. E um dia, no gabinete do reitor, que naquele tempo tinha as portas abertas – pois quem quisesse falar com o reitor entrava e ia diretamente ao gabinete, salvo se ele estivesse ocupado –, eu estava conversando com o reitor e lá estavam no gabinete o Bento Munhoz da Rocha Neto e o Alcides Munhoz Neto, e o reitor disse que ia abrir um processo

contra o Vieira Neto porque, como os militares queriam prendê-lo, ele estava foragido em algum lugar. E ele queria então abrir um processo por abandono de cargo. E eu disse: "Mas isso é uma coação, isso não tem cabimento. Ele não pode comparecer às aulas senão vai ser preso, não é por vontade de abandonar, é uma coação". E o Bento e o Alcides Munhoz Neto me ajudaram e nós fizemos um barulho lá, e esse processo nunca foi instaurado.

Egas Dirceu Moniz de Aragão

Não havia pesquisa nem havia recursos para bancar as pesquisas. A Universidade era pobre. E ainda fazia, porque aquele edifício em frente ao Correio, aquilo foi feito pelo meu pai e outros professores, com o dinheiro dos professores. Tanto que ele era contra a federalização. Ele achava que a federalização ia transformar o professor em funcionário público. Eles achavam que o cargo do professor era mais uma missão do que uma profissão.

Luiz Carlos Tourinho

E eu, daqui saí para a Universidade como professor catedrático de Farmacologia. Fiz oito concursos durante toda a minha vida, dos quais grande parte foi aqui no Paraná. Inclusive, tinha a carta da dita Farmacologia, da Medicina Tropical como catedrático, também.

José Medina

Eu fiz o Científico. Bem, minha formação acadêmica de Medicina foi na Universidade Federal do Paraná. Eu fiz vestibular, naquele tempo o vestibular era uma coisa assim mais dirigida. Tinha uma prova escrita e uma prova oral. Alguns luminares da escola de Medicina faziam ali uma prova. Depois dessa época se entendeu que esse não era o melhor tipo de fazer o exame, porque era uma prova em que havia a escolha de um ponto e não era nada mais generalizado.

Então, a Escola de Medicina na Universidade Federal do Paraná, naquele tempo, tinha um hospital-escola, que era na Santa Casa. No hospital da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. Naquele tempo a gente fazia

estágios, e não existia residência. Existia um curso de internato em Medicina. Aquilo durava uns dois anos, e eu comecei a medicar dentro da Escola já no ano em que me formei, em 51. Em janeiro de 52, eu comecei a trabalhar como assistente voluntário do professor Dante Romanó, que era professor de Técnica Operatória. Então, se eu aprendesse ali a fazer cirurgia, ficaria como assistente voluntário. Tinham vários candidatos e eu fui aceito e continuei a trabalhar na Santa Casa, no Departamento de Cirurgia. Havia na época uma forte tendência para se dedicar à Cirurgia, que era uma estrada mais expressiva. Na Medicina se passa por fases dessa ordem.
Existia, naturalmente, uma época em que nessa formação no Curso Superior acontecia uma coisa curiosa: eram alunos, professores e livros. Então, era o aluno que estudava bastante, porque ia à biblioteca. A disponibilidade de livros não era muito grande, tinha que se ler em francês ou em inglês. E os professores? Os professores eram admirados. Pareciam que eram a fonte eterna do conhecimento. A gente admirava os professores, primeiro do Curso de Medicina, e depois os professores que eram atuantes na especialidade. Então, na Santa Casa eu tinha uma admiração assim pelo professor Mário Braga de Abreu, que era um homem excepcional, uma inteligência excepcional, de uma capacidade enorme, que tinha feito sua formação na Europa. Era um dos poucos que haviam estudado na Alemanha, a maioria estudava na França, daí a admiração pelo doutor Mário de Abreu. Depois havia os professores Manuel Cavalcanti, Loureiro Fernandes, e o doutor João Atila Rocha, que era um urologista com o qual eu comecei a trabalhar mais de perto.

Adyr Soares Mulinari

Eu estudei Medicina aqui em Curitiba. Entrei no Curso Médico, em 1947, e terminei em 1952, e daí fiz um estágio de pós-graduação na Argentina, em 53. Comecei a trabalhar em Curitiba em 54, até 56. Em 1956, recebi uma bolsa do Instituto de Relações Exteriores do Governo Sueco e passei um ano na Europa, a maior parte na Suécia. Estes dois estágios, o primeiro, na Argentina, foi em Cardiologia, e o segundo em Cardiologia e Doenças Vasculares, Angiologia. Daí já casei, ingressei na vida profissional, e em seguida na universidade. Todo esse tempo eu estive ligado à Universidade. Mas eu era contratado como assistente voluntário, eu já fui contratado pela Universidade, inicialmente, na cadeira de Técnica Operatória e Cirurgia Experimental, trabalhei pouco mais de um ano e me transferi para onde eu realmente tinha interesse, ao Departamento de Clínica Médica.

Dante Romanó

O incentivo à pesquisa nós adotamos quando eu assumi a direção da Escola de Química, em 1952. Foram doze anos, onde eu atuei como diretor. Embora eu sempre desse aulas teóricas e aulas práticas, nós usávamos um sistema muito interessante: era o de alunos estagiários. Então, os professores que desejavam fazer as pesquisas entravam em entendimento com os alunos que tinham mais tempo, para ficar nos laboratórios, para acompanhá-los nas pesquisas. Na Escola de Química, temos uma pesquisa tradicional que era sobre a industrialização do xisto pirobetuminoso. O doutor [Ludwig Johann] Weber, que era ao mesmo tempo professor da Escola de Química, professor de Química Analítica e pesquisador do IBPT, se interessou grandemente pela industrialização do xisto pirobetuminoso, e a Escola de Química foi pioneira neste ponto, porque ele montou lá, às custas e favorecido pela direção da escola e seus professores, uma usina-piloto de industrialização do xisto em 1951.

Nilton Bührer



CAPÍTULO 4

Blank Page

4
EXPANSÃO DA UFPR

4.1 CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO DO PERÍODO (1951-1967)

NO INÍCIO DOS ANOS 60, a situação econômica brasileira encontrava sérios obstáculos para o seu desenvolvimento, dentre eles a inflação e a dívida externa, que se avolumavam consideravelmente nesse período. Jânio Quadros, ao assumir a presidência do país, afirmava que

> ...o déficit global do balanço de pagamentos havia chegado a US$ 410 milhões, para exportações totais de US$ 1.270 milhões. A dívida do Brasil, segundo Quadros, chegara a US$ 3.800 milhões, dos quais US$ 600 milhões venciam em 1961. O déficit orçamentário previsto para 1961 era superior a Cr$ 100 bilhões, cerca de 1/3 da receita prevista para o exercício. A inflação de 1959 e 1960 superava os 30% ao ano, cerca do dobro da inflação média anual do período 1950-1958.[1]

Com a renúncia de Jânio Quadros, assumiu a Presidência seu vice, João Goulart, que manteve uma gestão mais voltada para os problemas sociais. No entanto, o governo populista também não fora capaz de dar respostas satisfatórias ante a crise político-institucional que se estendia por todo o país. Como conseqüência, os militares ascenderam ao poder e limitaram a autoridade do Legislativo, em favor do fortalecimento do Executivo, defendendo a idéia da "Segurança Nacional". Seguiu-se uma época conturbada da história nacional, acompanhada de inquéritos policiais e militares, intervenções em sindicatos, prisões, cassação do mandato de alguns deputados e suspensão dos direitos políticos dos líderes civis. Atos Institucionais foram decretados, e determinaram-se eleições indiretas para a Presidência da República. Tudo isto ratificado pela Constituição de 1967, que reafirmava os atos então decretados.

O ano de 1968 foi extremamente agitado. Acontecimentos políticos e sociais conduziram o regime a um processo de radicalização. O movimento estudantil intensificou as críticas e os sindicatos organizaram greves.

Deputados e senadores criticavam a violência policial. O presidente da época, Costa e Silva, fechou o Congresso Nacional e estabeleceu o Ato Institucional n.º 5 - AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Considerado um dos atos mais dramáticos da história brasileira durante o período militar, permitia a interferência direta do Estado nas liberdades constitucionais, agindo com excessivo rigor, como no caso das cassações e do fim do *habeas corpus*. Além disso, estabelecia a censura e permitia a tortura. Esta fase negra da história política brasileira perdurou por mais de uma década.

Com o Ato Institucional n.º 5, também vários professores da UFPR foram perseguidos e estudantes presos; o Diretório Central dos Estudantes foi fechado e as manifestações consideradas subversivas. No governo Médici, a oposição ao regime foi controlada por meio de torturas, seqüestros, prisões e perseguições. No entanto, a classe média se sentia amparada, premiada com as vantagens advindas do crescimento econômico. Quanto à sociedade civil, devido à censura à imprensa, mantinha-se mal informada sobre os reais acontecimentos políticos e o futuro da Nação.

O Paraná, até então, apresentara uma indústria apoiada sobretudo na produção primária, como era o caso do beneficiamento de produtos agrícolas ou da indústria madeireira. Os anos 60 não foram favoráveis à indústria paranaense, que cresceu menos do que a indústria nacional. Na prática, ocorreu que, executado o Plano de Metas, a economia, mediante novos impulsos, avançou muito até 1961-62; "...a partir daí começa a denotar sinais de crise, que se aprofunda, e a retomada do crescimento industrial somente vai se dar a partir de 1967-68".[2]

Mesmo diante dessa situação de crise, o governo do Estado criou a Companhia de Desenvolvimento do Paraná, CODEPAR, depois transformada em Banco de Desenvolvimento - BADEP, que deveria atender às exigências de uma política de desenvolvimento e industrialização e suprimir as deficiências de infra-estrutura do Estado.

Paralelamente a essa situação nacional, ressaltavam-se o progresso e o desenvolvimento de Curitiba, à época assim descrita:

> A capital situa-se a 908 metros de altitude, ocupando uma área de 442km^2. Sua população atual ascende a mais de 370 mil habitantes. É expressivo o número de estabelecimentos de ensino, culturais, os esportivos, de diversões e os meios de informação, como atestam estes

> dados: 27 faculdades, 19 ginásios, 174 escolas primárias, 30 de arte, cinco de ensino comercial e 9 de ensino pedagógico; 89 associações desportivas, dois museus, 36 bibliotecas, 18 cinemas e teatros, 22 jornais, 12 emissoras e duas estações de televisão. A assistência médico-sanitária e hospitalar conta com cerca de 400 médicos em atividade em clínica particular e 30 hospitais com 2.700 leitos. Existem 16 asilos e 36 instituições de caridade que prestam a mais variada assistência social. Mais de quatro mil estabelecimentos formam o acervo comercial e o industrial conta com mais de 600 indústrias em ampla fase de expansão, ao lado do funcionamento de 26 estabelecimentos bancários. O transporte coletivo é servido por mais de 300 ônibus. Seu moderno sistema de telefones conta com 10 mil aparelhos.[3]

Em 1960, já eram 4.263.721 os habitantes do Paraná, o que demonstrava que a população mais do que dobrara em dez anos. A densidade demográfica também dobrara, passando para mais de vinte e um habitantes por quilômetro quadrado. Finalmente, em 1970, já eram 6.929.868 habitantes, revelando um crescimento em torno de 60% nos dez anos anteriores. A densidade demográfica passara, então, para trinta e cinco habitantes por quilômetro quadrado.

Somente nos anos 60 o processo de urbanização se intensificou e se estendeu por quase todo o território paranaense. No entanto, a maior concentração urbana localizava-se em Curitiba, que possuía, nesse momento, 344,6 mil habitantes e concentrava 25% da atividade industrial do Estado.[4]

4.2 PÓS-FEDERALIZAÇÃO

O período pós-federalização inaugurou uma série de mudanças na UP. Inicialmente, organizaram-se os novos Estatutos da instituição, que foram aprovados em 7 de abril de 1952. De acordo com eles, a Universidade tinha como órgãos de sua administração a Assembléia Universitária, o Conselho Universitário e a Reitoria. A administração das escolas e faculdades e sua direção eram exercidas pela Congregação, Conselho Técnico-Administrativo e Diretoria; o corpo docente era organizado em cargos de instrutor, assistente, professor adjunto e professor catedrático. As Congregações das Faculdades foram obrigadas a se adequar, adaptando-se ao seu Regimento

Interno. Tanto o reitor como os diretores das Faculdades passaram a ser nomeados pelo presidente da República, sendo a escolha feita mediante apresentação de lista tríplice, composta por professores catedráticos efetivos e organizada pela respectiva Congregação.

A administração interna ampliou-se, foram criados os Institutos de Pesquisa, o Conselho de Pesquisas, assim como novos cursos e órgãos complementares. Atividades diversas passaram a fazer parte do cotidiano da instituição.

Os institutos ou serviços técnico-científicos autônomos deveriam ter diretores designados pelo reitor. "O corpo docente das escolas e faculdades estava organizado em cargos sucessivos da carreira do professorado: instrutor, assistente, professor adjunto e catedrático. Além dos titulares enquadrados nos diversos postos da carreira, faziam parte do corpo docente os docentes-livres e os professores contratados."[5]

As atividades de extensão na UFPR também se organizaram. Foram previstos cursos de extensão, destinados à difusão do conhecimento, divididos em cursos de extensão popular e cursos de atualização cultural.

Outras instituições de ensino superior foram incorporadas à Universidade, visando à sua consolidação, processo este que já fora iniciado antes mesmo da federalização. Assim, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fundada em 1938, encontrava-se incorporada desde 1946; a Faculdade de Ciências Econômicas, fundada em 1945, foi incorporada em 1950; a Escola de Química, fundada na própria Universidade, esteve alguns anos sob o controle do governo do Estado, retornando em 1953; as Faculdades de Odontologia e Farmácia, que funcionaram, desde 1912, como cursos anexos à Faculdade de Medicina, passaram a ter autonomia universitária, a partir de 1958.[6]

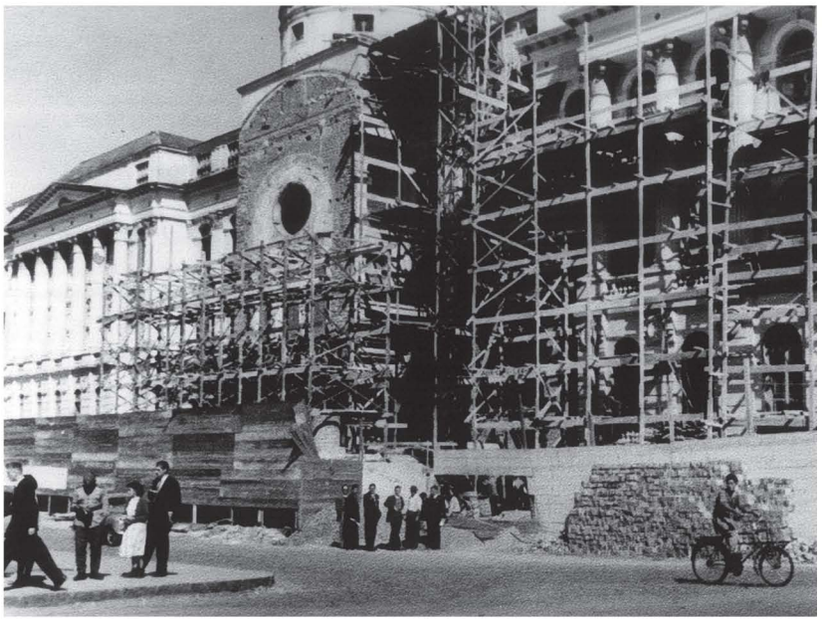
Mesmo antes da federalização, a Universidade, por iniciativa de seus professores catedráticos, já organizava trabalhos de laboratório e pesquisa, os quais contavam com a participação de alunos e voluntários. Em 22 de setembro de 1950, o Conselho Universitário ratificava a criação do Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que teve como primeiro diretor o professor José Fernandes Loureiro. Este instituto foi, na realidade, o embrião do futuro Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná (1958).



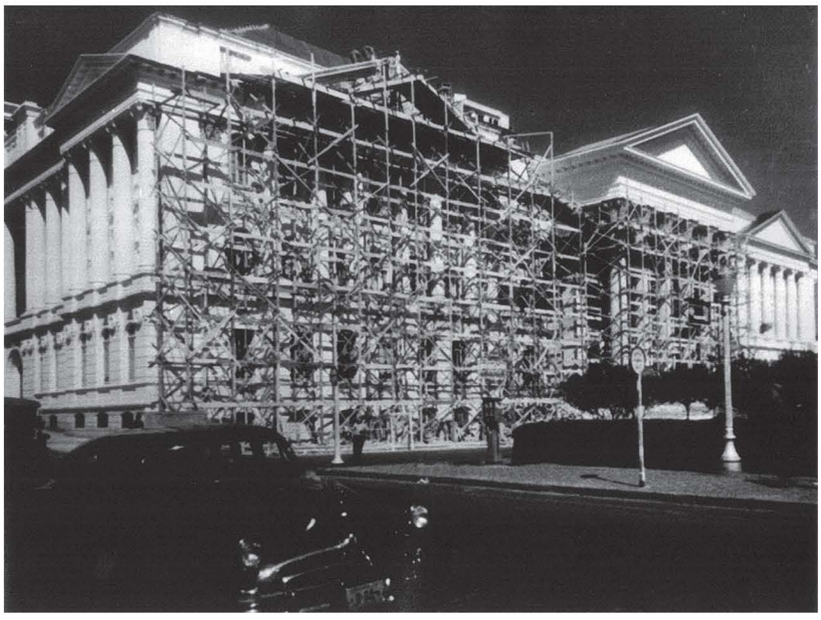
Primeiro projeto do conjunto arquitetônico da Reitoria, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Faculdade de Ciências Econômicas, início da década de 1950.
Acervo: Biblioteca Central



Projeto do Centro Politécnico, início da década de 1950.
Acervo: Biblioteca Central



Remodelação e ampliação do prédio histórico da UFPR, início da década de 1950.
Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



Remodelação, ampliação e retirada da cúpula do prédio histórico da UFPR, início da década de 1950.
Acervo: Reitoria UFPR /
Col. Cid Destefani



Antiga Casa do Estudante Universitário, na Av. João Pessoa, 1950.
Acervo:Reitoria UFPR /
Col. Cid Destefani



Descerramento da placa de inauguração da Reitoria, em 17 de outubro de 1958.
Acervo: Biblioteca Central

No ano seguinte à criação do Conselho de Pesquisas, foram organizados os Institutos de Pesquisa.[7] Caracterizavam-se como locais privilegiados à sistematização do trabalho científico, colaborando com o desenvolvimento e a formação da ciência e da tecnologia no país.

Foi nessa conjuntura educacional que o Governo Federal criou o Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq, por meio da Lei n.º 1.310 de 15 de janeiro de 1951, com a finalidade de promover o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento. Visando ao aperfeiçoamento do corpo docente superior e à formulação de planos de ação governamental, foi criada também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo Decreto n.º 29.741 de 11 de julho de 1951. Para cumprir as finalidades a que se destinava, o CNPq distribuiu seus encargos por sete "Setores de Pesquisa", a saber: "Agronômicas, Biológicas, Físicas, Geológicas, Matemáticas, Químicas e Tecnológicas, mantendo, além disso, os seguintes setores: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação; Instituto de Matemática Pura e Aplicada; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; Instituto de Energia Atômica e Instituto de Pesquisas Rodoviárias".[8]

Devido à federalização, a estrutura administrativa e física da UFPR também necessitou se ajustar às novas condições. Assim, entre 1950 e 1961 a modernização começou a se fazer notar, primeiro com a reforma do prédio central, na Praça Santos Andrade, prosseguindo com as construções da Policlínica Professor Garcez do Nascimento, em 1951, e do Hospital das Clínicas, no período compreendido entre 1953 e 1960. Seguiu-se o conjunto de edifícios destinados à Reitoria, à Faculdade de Ciências Econômicas em 1956, à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Auditório, à Imprensa Universitária, à Casa dos Estudantes e ao Restaurante Universitário, cuja construção se iniciou em 1958. É importante ressaltar que só o conjunto dos edifícios da Reitoria, Faculdade de Ciências Econômicas e Faculdade de Filosofia abrangia 27.000 metros quadrados de área construída.

Flávio Suplicy de Lacerda descreveu assim a expansão da área física da UFPR:

> A Cidade Universitária, desde já, está sendo estudada na sua fase inicial. Até que a sua construção, entretanto, seja acabada, foram consideradas as obras de mais urgência, por ordem de preferência. Está em pleno andamento a terminação do edifício central, que será inaugurado em princípios de 1954; nos primeiros meses do próximo ano será iniciada a construção do conjunto de edifícios, com 30.000 m², destinados às faculdades de Filosofia e Ciências Econômicas, ao Restaurante Universitário, ao Auditorium, à Reitoria e à Imprensa Universitária, em terreno já adquirido, com a ajuda do governo do Professor Bento Munhoz da Rocha Neto, um benemérito da instituição. O edifício do Hospital de Clínicas vai entrar em fase de acabamento, acelerando-se os trabalhos, porque o ensino médico exige o aparelhamento completo e rápido das cadeiras de clínica. A Escola de Enfermagem, cuja falta é um escândalo, está em vias de ser instalada e a Policlínica Professor Garcez do Nascimento será inaugurada, dentro de três ou quatro meses.[9]

Quanto à reforma do prédio da UFPR, foram mais do que duplicadas as áreas que serviriam às Faculdades de Direito, de Engenharia e de Medicina, atestando-se a modernidade de suas dependências.

> "Verificado, no curso da construção, que era preciso reformar um pouco a parte velha do edifício, estamos sendo levados a sua quase total reconstrução, pois as instalações, armaduras, paredes e serviços ofereciam perigo iminente e assustador. Escorria água de chuva por dentro e por fora das paredes, molhando fios elétricos que, molhados, se intrometiam pelos tetos e assoalhos de madeira podre. Não havia água nem para lavar as mãos nos laboratórios de anatomia. Vivia-se, e com brilho, por um milagre de dedicação." [10]

O projeto de ampliação do prédio já havia sido elaborado na década anterior pelos professores titulares da Escola de Engenharia, especialmente Rafael Klier de Assunção (professor de Desenho Técnico) e o acadêmico de Engenharia Orlando Silveira, que assinaram as plantas. Buscavam uma simbiose do velho e do novo edifício. Seus pontos centrais foram a transformação da fachada principal e a ocupação integral do terreno, alinhando suas quatro fachadas às ruas que a circundavam. No entanto a fachada aprovada para execução foi do engenheiro/arquiteto italiano Carlo Barontini. Uma verdadeira metamorfose que marcaria definitivamente a década de 1950.

Com a reforma, foram eliminados os componentes que davam ao edifício seu caráter eclético com elementos clássicos e neoclássicos. Acreditava-se que a razão para tais mudanças fora a busca da unidade, da pureza, da utilização de poucos elementos com o máximo de resultados. Enfim, os princípios teóricos que orientavam a explosão da arquitetura moderna no Brasil, que atingia sua maturidade exatamente no início dos anos 50.

> Contemporâneo ao projeto da reforma do Edifício Central da Universidade são vários projetos de Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e M.M. Roberto dentro do mais claro espírito modernista. No entanto, nem seria necessário sair de Curitiba para verificar que a arquitetura moderna se consolidava através de projetos como o do Centro Cívico, do Teatro Guaíra, e principalmente das novas instalações da Universidade, das quais destacamos o conjunto da Reitoria (Davi Azambuja), que na época chamou a atenção de técnicos nacionais e internacionais pelas suas soluções plásticas e funcionais.[11]

Curitiba vivia um momento de efervescência:

> ...as transformações, entretanto, não se restringiam à Universidade. Uma metamorfose tão ou mais significativa também tomava conta de Curitiba. A cidade de 30.000 habitantes, de 1912, tornara-se, nos anos cinqüenta, uma emergente metrópole com 200.000 habitantes. Toda a ingenuidade e tranqüilidade da provinciana Curitiba, do início do século, começavam a dar lugar ao corre-corre das grandes cidades. Hoje em dia tão criticado, o ritmo frenético das metrópoles era o desejo da maioria dos curitibanos dos anos 50, ansiosos pela materialização do grande progresso tecnológico que se sucedeu à Segunda Guerra nos países desenvolvidos. Embora ainda baseada numa economia predominantemente agrícola, Curitiba e o Paraná experimentaram um grande crescimento econômico nessa década, devido ao setor cafeeiro. No ano do Centenário do Paraná (1953), os curitibanos, orgulhosos, contabilizavam o grande número de edifícios que surgiram na cidade, e o número de automóveis e auto-ônibus (como chamavam ônibus na época), o surgimento da infra-estrutura urbana e até o fantástico (para os padrões da época) consumo de energia elétrica da cidade. Não havia dúvida: Curitiba ingressara definitivamente no rol das metrópoles, marca registrada de progresso e desenvolvimento nos anos 50.[12]

Só em 1955, a reforma do prédio situado na Praça Santos Andrade foi concluída e ocorreu sua inauguração, justamente no local onde funcionavam as Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, assim como a Faculdade de Ciências Econômicas.

"O novo porte da universidade, de linhas majestosas, marca o início de uma nova fase na feição urbanística dessa metrópole, que passa a afirmar-se com um dos mais avançados centros de todo o país, dilatando-se a todos os quadrantes."[13]

No esteio do progresso, em 26 de abril de 1956, ocorreu o momento ideal para se inaugurar o novo complexo de edifícios na Reitoria. A solenidade foi marcada pela presença do presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, do ministro da Educação e diversas autoridades locais.

> Às 16 horas, presente numeroso público, chegava ao novo edifício da Faculdade o Presidente JK, sua comitiva e demais autoridades, civis e eclesiásticas. Grande massa popular já se aglomerava, além de universitários e entidades da classe estudantil, para assistir a uma das mais monumentais obras realizadas em favor do ensino em nosso Estado [...] Após o Presidente da República enaltecer a grande obra recém inaugurada, comentou que ela constituía um dos monumentos arquitetônicos da cidade. Falando sobre a função das Universidades, acentua que universidade é a base indispensável à formação das nacionalidades. Passa a seguir a tecer elogios à obra de progresso do povo paranaense que, através de tantos esforços, vai realizando um trabalho de elevação de nosso padrão econômico e intelectual. [...][14]

Nessa perspectiva, o governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto, estava certo ao afirmar em 1950 que o Estado passava por um "espetáculo da prosperidade".[15] Em Curitiba, o mercado imobiliário se desenvolvia. Anunciavam-se lotes à prestação da Planta Fanny, próximos à Vila Parolim, a poucos metros da Rua Marechal Floriano, a partir de Cr$ 35.000,00; era possível, pela quantia de Cr$ 700,00, alugar um apartamento com seis peças no Centro da cidade.[16]

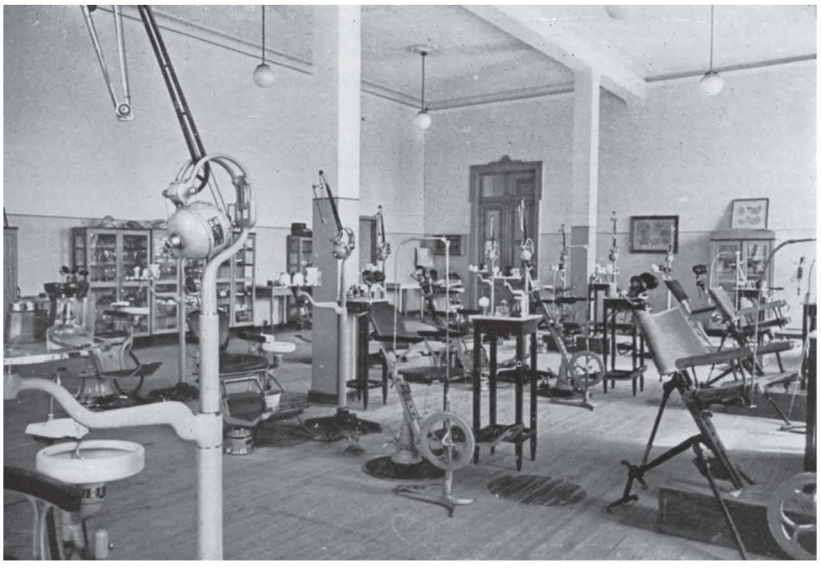
Sem dúvida, o conjunto de reformas do Edifício Central, aliado às novas instalações, enchia de orgulho o povo curitibano. O surgimento de outras instituições universitárias, como a Faculdade Católica e a Faculdade de Direito de Curitiba, veio consolidar um verdadeiro centro universitário



Inauguração do busto de bronze, em 1958, com os dizeres *AO REITOR FLÁVIO SUPLICY DE LACERDA – HOMENAGEM DA FACULDADE DE FILOSOFIA PELA CONSTRUÇÃO DE SUA SEDE - MCMLVIII*
Acervo: Biblioteca Central



Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: Gabinete de Etnografia, 1950.
Acervo: Biblioteca Central



Faculdade de Medicina: Dispensário dentário para a prática da Odontologia, 1950.
Acervo: Biblioteca Central



Lançamento da Pedra Fundamental do Hospital de Clínicas, 1952.
Acervo: Reitoria UFPR /
Col. Cid Destefani



Hospital de Clínicas em construção, 1952.
Acervo:Reitoria UFPR /
Col. Cid Destefani



Hospital de Clínicas parcialmente concluído.
Acervo: Reitoria UFPR /
Col. Cid Destefani

na capital paranaense dos anos 50. Outras instituições de ensino superior também foram criadas no Paraná, como as faculdades de filosofia, ciências e letras, farmácia e bioquímica, odontologia, direito e ciências econômicas e administração, que desde os anos 50 funcionavam isoladamente, em Ponta Grossa, ou a Universidade Católica em Curitiba, criada em 1959, originando a união de sete faculdades católicas.

"Curitiba, Centro Universitário por excelência no Brasil, vai adquirindo a significação que os meios clássicos da civilização alcançaram em Bolonha, Montpellier, Oxford, Salamanca, Coimbra ou Heidelberg. A Universidade do Paraná, pela sua unidade, é a mais significativa do País."[17]

Aliado à expansão da área física, aumentava também o papel da Universidade perante a sociedade paranaense. A administração ampliou-se e foram criados os Institutos de Pesquisas e o Conselho de Pesquisas, bem como novos cursos e órgãos complementares.

Acompanhando a política científica do país, que influenciou diretamente na estrutura organizacional da Universidade do Paraná, esta passou a sistematizar o trabalho científico e tecnológico de seus cursos. Isto contribuiu, posteriormente, para o incremento das atividades de pesquisa e de pós-graduação. A UFPR almejava colocar-se como um dos centros científicos mais relevantes do Sul do Brasil.

Parte desse processo ocorreu com a criação do Centro Politécnico e dos Institutos de Pesquisa, entre eles o de Bioquímica, Pesquisas Químicas, Geologia, Física, Matemática, Ciências Sociais e Direito Comparado. Todo esse processo veio associado a um novo momento político, mais direcionado ao desenvolvimento da economia nacional. Isso se configurou com a implantação do Plano de Metas (1956-1960), elaborado pelo governo de Juscelino Kubitschek, que estabelecia uma nova política de desenvolvimento econômico. As agências do Poder Executivo mudaram de caráter com as sociedades de economia mista e as fundações.

No ano do Centenário da Emancipação Política do Paraná, 1953, a UFPR realizou inúmeros congressos científicos, inclusive o 1º Congresso dos Reitores das Universidades Brasileiras. Professores americanos, europeus e latino-americanos foram convidados, além de autoridades nacionais. O ministro da Educação e Cultura Antônio B. de Carvalho Filho, em seu discurso de instalação do Congresso, afirmava:

> Em verdade, a Universidade do Paraná não foi uma dádiva da lei, foi uma conquista, pois este é o signo sob o qual vive esta terra, fundado no trabalho de seus filhos. Antes de ser uma estrutura formalizada, foi um fato social. Toda a sua história reflete a força de realidade que a inspirou. Propício e oportuno se torna, por certo, este encontro de Reitores no ambiente da Universidade do Paraná. Estou certo de que de vossos debates e estudos, hão de surgir soluções para importantes problemas com que se defrontam as instituições do país, dispondo-me, desde logo, a considerar as sugestões ou medidas que sejam julgadas de interesse para as Universidades e que, porventura, dependam do Ministério da Educação. É que a Universidade, como instituição, sofre, neste lance da história de nosso tempo, o desafio a sua capacidade criadora, às suas responsabilidades de adaptação e de sobrevivência, lançados pelas solicitações mais intensas do que em outra e qualquer época e nas quais exprimem as exigências reveladas pelas novas condições de vida dos povos.[18]

Em 1958, foram organizados o Coral Universitário e a Orquestra Sinfônica da Universidade, ambos subvencionados pela Reitoria. Também, na mesma época, instalou-se o Museu de Arqueologia e Artes Populares em Paranaguá. Atividades diversas passaram a fazer parte do cotidiano da instituição.

Uma efervescência de idéias e ações tomava conta da UFPR. Em seu relatório, Flávio Suplicy de Lacerda comentava:

> …o Sr. Presidente da República remeteu mensagem, ao Congresso Nacional, acompanhando projeto de lei pela qual se transformam dois cursos de medicina em duas faculdades autônomas, de Odontologia e de Farmácia, que se instalarão no próximo ano, bem como já se pode aguardar, para o mesmo período, a federalização da Escola Engenharia Química, cujo processo se acha em fase administrativa final, no Ministério da Educação. Ainda devemos citar o estudo e a aprovação do funcionamento, em 1957, do curso de Ciências Contábeis, na Faculdade de Ciências Econômicas; o entendimento, com a Petrobrás, no sentido da especialização e de encaminhamento de engenheiros recém diplomados; o estudo preliminar das condições locais e o estabelecimento do projeto completo do Centro Politécnico, nos terrenos que a Universidade possui no Capanema, devendo-se dar início às construções em princípios do próximo ano, observando-se todas as conquistas técnicas de construção e de ensino especializado e, para fechar estas enumerações,

desejamos referir a inauguração, pelo Sr. Presidente da República, do prédio destinado à Faculdade de Ciências Econômicas, onde se instala também e provisoriamente, a Faculdade de Filosofia.[19]

Na área científica, a UFPR teve os seus trabalhos acrescidos.

No Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia é complexa e longa a descrição do que se fez. Na secção de Antropologia, concentrou-se a atenção no estudo da população indígena recém descoberta na serra dos Dourados [...] Grande foi a atividade no setor de Zoologia e da Botânica, nos da Geologia, da Geografia, Mineralogia e Petrografia [...] No laboratório de Genética, prosseguiram os estudos sobre a genética humana e animal, realizando-se grande número de excursões científicas [...] Fundou a Reitoria, o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, articulado com o Museu Nacional, com a Escola de Sociologia e Política da USP, principiando a funcionar no próximo ano, com garantia de bolsas fornecidas a estudantes brasileiros pela Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior.[20]

Portanto, a federalização inaugurava também uma nova fase institucional: ampliava as possibilidades de pesquisa, devido ao intercâmbio com professores visitantes, oriundos de instituições nacionais e internacionais; à instalação do regime de dedicação exclusiva para o seu corpo docente; à concessão de bolsas de viagem com vistas à pós-graduação e ao aperfeiçoamento técnico e científico.

4.3 ENSINO: AMPLIAÇÃO E MODIFICAÇÃO DA ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA

A década de 1960 inaugurou uma fase de mudanças na educação, com a expansão do ensino superior no Brasil. Coube ao Congresso Nacional debater por treze anos a proposta do ministro Clemente Mariani, que refletia a luta entre as correntes conservadora e progressista. O projeto se transformou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que foi promulgado sob n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Determinava que: "...o ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário. O ensino superior será ministrado em estabelecimentos, agrupados ou não em universidades, com a cooperação de institutos de pesquisa e centros de treinamento profissional".[21]

A LDB "...representou uma forma de compromisso, guardando com reservas a autonomia estadual, transigindo no auxílio às escolas particulares, e criando, como órgão normativo de cúpula da administração educacional, o Conselho Federal de Educação, que passaria a desempenhar um papel decisivo na formulação de uma política educacional, sobretudo no campo do ensino superior".[22] A nova legislação mantinha a mesma estrutura tradicional do ensino: pré-primário, primário, ensino médio de dois ciclos e superior, todavia não trazia mudanças significativas. Pretendia ampliar ao máximo o número de oferta de vagas no ensino superior, com meta, entre 1962 e 1970, de que metade dos alunos que terminassem o colegial ingressasse nas universidades, porém as universidades continuavam sendo elitistas e, em parte, ociosas.

De acordo com a LDB de 1961, ficava estabelecido em seus artigos que:

> Art.66 - o ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário.
>
> Art.69 - nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: de graduação, abertos à matricula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente e obtido classificação em concurso de habilitação; de pós-graduação, abertos a matrículas de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma; de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos.
>
> Art.70 - o currículo mínimo e a duração dos cursos que habilitem a obtenção do diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício da profissão liberal serão fixadas pelo Conselho Federal de Educação.[23]

A mais importante conquista desse período foi a federalização de muitos estabelecimentos de ensino superior. A Universidade de Brasília foi a primeira instituição de ensino superior planejada no país, sem incluir as faculdades preexistentes, com estrutura flexível, com seus próprios departamentos, atuando na integração do ensino e da pesquisa. A UnB era, nessa época, a mais moderna universidade do país, ocupando uma posição

semelhante à da USP, na década de 1930. Foi um marco na história das instituições universitárias pela sua proposta inovadora, embora, no decorrer do tempo, não tenha satisfeito plenamente às expectativas que cercaram sua fundação. Neste contexto, também foi reformada a Universidade do Brasil, modelo do ensino superior desde 1937, mas com pouca influência nos meios acadêmicos.

Também surgiram processos de formação avançada, amparados pelas agências de fomento nacionais e internacionais, dando sustentação a programas de pós-graduação como o Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA, da USP, de Instituições Federais do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Quanto à carreira docente, a LDB observava as seguintes categorias de professores: catedrático, adjunto, assistente, além de pesquisador-chefe, associado e auxiliar. O movimento estudantil, nesse período, tomava corpo e solicitava a reformulação do ensino superior, conferindo racionalidade e eficiência às universidades brasileiras.

A nova legislação entraria em vigor a partir de janeiro do ano seguinte. Isso fez com que os profissionais atrelados à educação se articulassem, com o objetivo de melhor entender e aplicar as determinações oficiais. O ensino e a pesquisa se tornaram preocupação crescente no país, mas a agitação provocada pela nova legislação era apenas o prenúncio de uma série de mudanças que ocorreriam no período compreendido entre 1965 e 1969, culminando com a implantação da Reforma Universitária.

O golpe militar de 1964 depôs o governo de João Goulart e veio desestruturar as propostas de reforma que até então estavam vigentes. Nesse período, a conjuntura política estava marcada pelo novo regime político, implantado no país pela ditadura, que impôs a censura e repressões de toda ordem.

Reformulações foram sentidas em todos os níveis da administração pública, inclusive no ensino. O governo militar procurou elaborar um plano de ciência e tecnologia que permitisse ao Brasil acompanhar a expansão do capitalismo internacional, apresentando altos índices de produtividade. Houve mudança de enfoque para alcançar uma visão mais técnica, subordinada a comissões de especialistas e peritos estrangeiros. A universidade passou a se organizar em institutos centrais de pesquisa e departamentos de ensino,

a exemplo das universidades americanas, em vez das tradicionais escolas profissionais com cadeiras.

Para implantar a Reforma Universitária, foram fixadas algumas linhas mestras: no plano institucional, com a reforma de estrutura da instituição universitária, com a implantação do sistema departamental, do ciclo básico e do sistema de créditos; no plano físico, o desenvolvimento do Campus Universitário com as instalações e o equipamento adequado aos diferentes laboratórios e centros; no plano docente, a verdadeira profissionalização da carreira do professor, com a implantação e o estímulo às atividades de pesquisa e pós-graduação e a implantação dos regimes especiais de trabalho, particularmente, a de tempo integral e dedicação exclusiva. Ao mesmo tempo, no plano discente, ocorria a busca por uma integração cada vez maior do estudante com a vida universitária.

Muitas medidas foram tomadas, como a Lei n.º 4.464/65, que regulamentava a organização e funcionamento dos órgãos de representação estudantil, e a gestão de acordos, como o Plano Acton (1966) e os acordos MEC/USAID (1965-67).

Essas mudanças, porém, integravam-se a um processo maior, de transformações nacionais. "Em 1966, o Decreto-Lei n.º 53 de 18 de novembro conferiu às universidades federais uma estrutura que cumpria as finalidades de preservar a unidade de suas funções de ensino e pesquisa e assegurar a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes. Cada unidade universitária foi definida como um órgão de ensino e pesquisa e o Decreto-Lei n.º 252 de 28 de fevereiro de 1967 estabeleceu que cada área deveria concentrar-se em departamentos."[24]

Os departamentos seriam reunidos em unidades administrativas, denominadas Institutos e Faculdades. Assim, o Departamento passava a constituir a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição pessoal. [25]

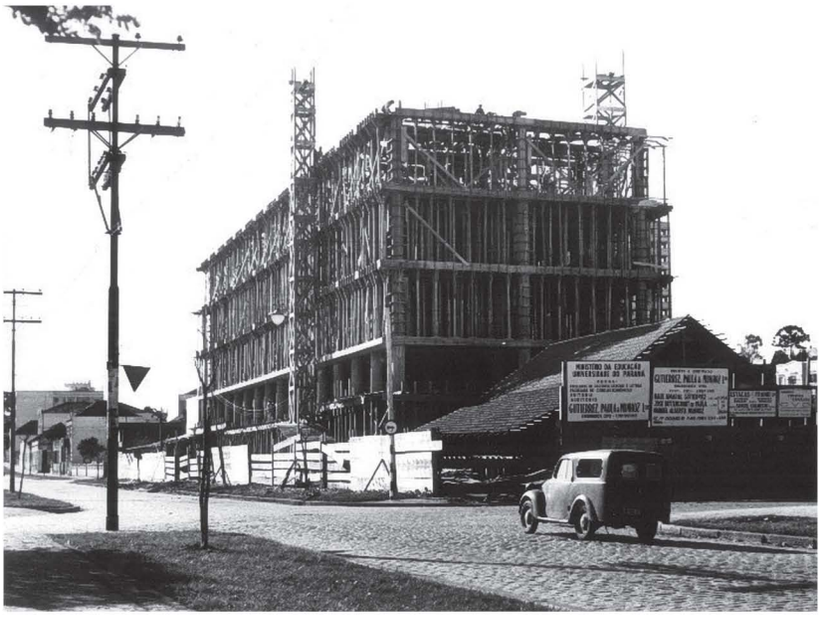
O objetivo de alterar a estrutura da Universidade e instituir departamentos era a reunião das disciplinas mais afins, incluídas ou não nas cadeiras, além de imprimir novas diretrizes ao ensino. Isto só ocorreu com o passar do tempo. "Criando corpo, os departamentos foram se firmando de modo a acarretarem, em 1967, a decretação da completa extinção da cátedra e *ipso facto*, a do professor catedrático, substituído este cargo pelo de professor titular, sem a mesma significação, importância e responsabilidade



Vista da Praça Santos Andrade durante a apresentação dos equilibristas "Zugspitz-Artisten", 1952.
Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



Sessão de instalação do Primeiro Congresso dos Reitores das Universidades Brasileiras, 1953.
Acervo: Biblioteca Central



Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em construção, 1954.
Acervo: Reitoria UFPR /
Col. Cid Destefani



Escola Superior de Química da Universidade do Paraná, 1954.
Acervo particular



Trote de Calouros, 1954.
Acervo: Reitoria UFPR /
Col. Cid Destefani

do anterior. A função do ex-catedrático ou novo titular deixou de ser a do comando de uma ou mais disciplinas, para se tornar a de membro comum e mais categorizado de um departamento."[26] Aos departamentos também competia, além das atividades didáticas, uma série de atribuições que antes ficavam a cargo dos órgãos administrativos.

Essas transformações institucionais estavam voltadas para uma nova prática educacional que concentrava recursos, visando à maior produtividade. Isso seria alcançado mediante a vivência departamental, o vestibular unificado, os ciclos básico e profissional, o sistema de créditos, a matrícula por disciplinas e a reformulação da carreira do magistério e pós-graduação.[27] No entanto, as medidas reformistas tomadas pelo governo entraram em choque com as pretensões dos estudantes, que desejavam mudanças mais profundas e de cunho social. Este fato desembocou na crise de 1968, quando se desencadeou o processo que iria dar origem à Lei n.º 5.540/68 da Reforma Universitária.[28]

Quanto ao currículo mínimo, o Conselho Federal de Educação iniciou

> ...a preparação de normas gerais para todos os currículos dos cursos superiores, passando, em seguida, à elaboração dos currículos para cada especificidade. Em relação às normas gerais, considerava o Conselho que o currículo mínimo era um núcleo necessário de matérias, abaixo do qual ficaria comprometida uma adequada formação cultural e profissional. Ele poderia ser uno ou admitir diversificações, abrangendo, nesta última hipótese, uma parte fixa, comum para todos os alunos, e outra variável, relacionada com objetivos específicos ou com outras características do curso. Determinava, ademais, que o currículo de cada curso abrangeria, além do mínimo fixado pelo Conselho Federal de Educação, uma parte complementar fixada pelo estabelecimento conforme as suas possibilidades para atender às peculiaridades regionais, às diferenças individuais dos alunos e à expansão e atualização dos conhecimentos.[29]

4.4 A UFPR NA DÉCADA DE 1960

Observando as disposições da LDB, as instituições de ensino superior do país tiveram de se adaptar a ela, processo que também atingiu a UFPR. No Paraná, as reformas advindas da legislação federal coincidiram com o ano do Cinqüentenário da instituição.

A reforma dos Estatutos ocorreu em 1962, integrando a Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Farmácia, Escola de Química, Escola de Agronomia e Veterinária, Conselho de Pesquisas, Hospital de Clínicas, e Colégio Universitário. Estes cursos foram adaptados aos novos currículos e reestruturados de acordo com a lei, com desdobramento de matérias e instituição de novas disciplinas. Também foi alterado o sistema de aproveitamento e promoção da maioria das faculdades. Todavia, continuavam como órgãos de sua administração a Assembléia Universitária, o Conselho Universitário e a Reitoria. A Assembléia Universitária incluía agora, além do corpo docente de todos os estabelecimentos da Universidade, de representante de cada instituto universitário complementar, os presidentes dos Diretórios Acadêmicos. A Assembléia, porém, continuava com as suas restritas funções de conhecer o relatório do reitor, o Plano Anual de atividades, assim como assistir à entrega de títulos e diplomas honoríficos.

O Conselho Universitário apresentava algumas alterações, passando a incluir o Diretor Executivo do Conselho de Pesquisas e o Diretor Geral do Hospital de Clínicas, dois representantes dos docentes livres, além do presidente do Diretório Central dos Estudantes, representado por um estudante, eleito anualmente por todos os discentes da universidade através de voto secreto, convocados pelo reitor e sob sua presidência. Só podiam ser votados alunos das duas últimas séries dos estabelecimentos que não houvessem sofrido qualquer reprovação e não fossem repetentes, assegurado o rodízio entre os estabelecimentos, porém suas atribuições não sofreram alterações significativas. A Reitoria, representada pela pessoa do reitor, continuava como o órgão executivo supremo de coordenação, fiscalização e superintendência de todas as atividades universitárias.[30]

Por ocasião do Cinqüentenário da UFPR, o reitor Flávio Suplicy de Lacerda afirmava que a instituição, após os 50 anos de lutas, era uma das principais Universidades da América Latina.

> A Universidade recusa as torres de marfim. Acaba de liderar campanha nacional em defesa da autonomia universitária, superando-se para chegar, com a sua influência, com o seu pensamento, ao povo inteiro do Brasil. Dizemos que não pretendemos senão a Universidade aberta, para que a nossa voz seja ouvida pelo povo, para afirmarmos a nossa capacidade

de sentir os anseios do povo, para presidirmos ao desenvolvimento da nossa sociedade, para emitirmos, também, um pensamento político, sem compromissos estreitos, porque este é um dos deveres iniludíveis da Universidade moderna.[31]

Na revista *Anais Científicos*, o professor José Nicolau dos Santos afirmava: "...em meio século de vida, a Universidade do Paraná tem, entre as demais, uma característica rara para a assinalar: só possui três reitores. Mas a cada um deles competiu missão histórica inesquecível. Ao primeiro, Victor F. do Amaral, o marco cinqüentenário de fundação, em 1912. Ao segundo, João Ribeiro de Macedo Filho, o marco meritório de reconquista de velhas prerrogativas, isto é, a Restauração em 1946. Finalmente ao terceiro reitor, Flávio Suplicy de Lacerda, o marco decisivo da vivência e progresso vertiginoso através da federalização, em 1950".[32]

No mesmo periódico, o então governador do Paraná Ney Braga engrandecia o papel da UFPR. "Dezenas de milhares de brasileiros de todos os quadrantes da Pátria, que, no anonimato de suas atividades particulares ou no exercício de altas funções públicas, emprestam o seu trabalho e a sua inteligência ao bem coletivo, passam pelos bancos de nossa universidade recebendo os ensinamentos dos seus eficientes e dignos mestres." [33]

Se em 1946 a Universidade do Paraná possuía cento e vinte e cinco professores, com a federalização, em 1950, esse número cresceu para duzentos e catorze docentes; destes, cinqüenta e quatro, isto é, 7%, eram catedráticos. Já em 1962, possuía setecentos e trinta e oito docentes.[34]

A admissão dos candidatos à Universidade era feita mediante exame vestibular, com provas orais e escritas das disciplinas relacionadas com o curso escolhido, e estavam a cargo das respectivas faculdades ou escolas.

A UFPR estava organizada em faculdades, institutos e departamentos. Assim, havia as Faculdades de Medicina, Engenharia, Direito, Filosofia, Ciências Econômicas, Odontologia, Farmácia; as Escolas de Engenharia, Química, Agronomia e Veterinária; os Institutos de Física, Pesquisas Químicas, Bioquímica, Matemática, Mecânica e Mecânica Agrícola, Geologia, Ciências Sociais e Direito Comparado, além dos Departamentos de Administração e Educação e Cultura, Imprensa Universitária e Hospital de Clínicas. Novos cursos foram criados, no decorrer do tempo, atendendo à demanda da época: Engenharia Mecânica, em 1962; Biblioteconomia, que, antes mesmo

de ser caracterizada como graduação, ofertava curso aos bibliotecários do Paraná, desde 1952; Ciências Contábeis, em 1957; Comunicação Social, em 1964; Arquitetura e Urbanismo, em 1962; Engenharia Elétrica, em 1965; e Administração, em 1967. Ainda, foram incorporadas a Escola de Florestas, em 1966, e a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, em 1965. Com isso, ocorreu também a expansão da área física da Universidade, ocasião em que foram incorporadas ao patrimônio da Universidade uma propriedade no Bacacheri e a Fazenda Experimental do Cangüiri.

Embutida na reformulação estatutária, estava presente a ênfase no binômio ciência e tecnologia. "A criação de uma política científica em nível nacional, a partir da década de 50, teve como um de seus objetivos estimular as atividades de pesquisa e um sistema de pós-graduação. Essa posição refletiu-se na estrutura organizacional da UFPR, que passou a preocupar-se em sistematizar o trabalho científico e tecnológico de seus cursos. Como outras universidades brasileiras, buscou tornar simultâneos os trabalhos da educação superior e da ciência e tecnologia."[35]

Desde 1961, a Reitoria passou a promover "Cursos de Verão", visando atingir as camadas populares, e a "Universidade Volante", um convênio com o Governo do Estado que buscava a interiorização da Universidade para outras regiões do Paraná. Seu objetivo era disseminar temas sobre medicina, administração, saúde, saneamento e pedagogia, entre outros.

O Instituto de Bioquímica, criado em 1958, era composto por algumas cadeiras da Faculdade de Medicina, Farmácia, Filosofia, Ciências e Letras e da Escola de Química, além do Instituto de Biologia e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado do Paraná.

O Instituto de Física, criado em 1959, tinha sua sede na Escola de Engenharia e era constituído dos departamentos, cátedras e disciplinas de física e físico-química existentes na UFPR. Visava à cooperação com a indústria e atendia às áreas de física experimental e teórica, matemática, físico-química, ensino e divulgação.

O Instituto de Matemática, também criado em 1959, era constituído pelas disciplinas de matemática e estatística. Com sede na Faculdade de Ciências Econômicas, atuava nas áreas de matemática pura, aplicada, estatística, e ensino e divulgação.

O Instituto de Geologia era composto pelas disciplinas de geologia, geografia, física, mineralogia, cristalografia, petrografia e paleontologia. Foi criado em 1959, com sede na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Visava ao planejamento e execução de pesquisas científicas e apoio ao ensino de geologia.

O Instituto de Pesquisas Químicas, criado em 1959, era formado pelas disciplinas de química existentes na Universidade e estava dividido em química pura, química aplicada e engenharia química.

O Instituto de Mecânica e Mecânica Agrícola, em organização no início dos anos 60, foi um órgão criado pela COSUPI - Comissão Supervisora do Plano dos Institutos e visava a instalar os institutos nacionais de pesquisa junto às universidades. Tinha como finalidade a investigação tecnológica e científica e a assistência às indústrias mecânicas, buscando o desenvolvimento econômico regional.

O Instituto de Ciências Sociais e Direito Comparado, criado em 1961, era um órgão comum às Faculdades de Direito, Filosofia e Ciências Econômicas, voltado aos estudos e pesquisas no campo das ciências sociais e jurídicas.

Quanto às Faculdades e Escolas, tinham por objetivo a manutenção e gerenciamento dos cursos, nos diferentes níveis – graduação, especialização e, posteriormente, pós-graduação.

A Escola de Engenharia manteve o curso de Engenharia Civil, a partir de 1962, e passou a ofertar os cursos de engenharia mecânica, engenharia elétrica, arquitetura e urbanismo.

O Centro Politécnico foi edificado num terreno localizado no Cajuru, doado pela Prefeitura de Curitiba, que compreendia uma área de vinte alqueires. O projeto previa a construção de 50.000 m², distribuídos em doze edifícios de ensino, além do edifício central e daqueles destinados aos laboratórios e usinas. O complexo abrigaria, inicialmente, os cursos de Engenharia Civil, Mecânica e Elétrica, e Arquitetura e Urbanismo.

As edificações compreendiam o núcleo administrativo (congregação, conselho técnico, diretoria, secretarias, tesouraria, almoxarifado, superintendência geral de serviços e biblioteca); núcleo didático (compreendia os edifícios onde funcionariam os departamentos de matemática, desenho, física, química, geologia, economia e administração, topografia e viação,

hidrotécnica, engenharia mecânica e eletrotécnica); núcleo recreativo (visando à recreação do corpo discente, como no caso de um auditório com capacidade para mil e quinhentas pessoas); núcleo de assistência (blocos destinados ao alojamento dos alunos, restaurante e gabinetes de assistência social).

Em 1961, foram concluídos quatro blocos didáticos, possibilitando a transferência da Escola de Engenharia, que ali passou a funcionar a partir de agosto do mesmo ano. Possuía seiscentos e setenta e nove alunos matriculados, e já havia diplomado mil seiscentos e vinte e quatro engenheiros civis até então.

A Escola de Química foi integrada à UFPR em 1953, quando o curso de Química Industrial passou a se denominar Engenharia Química. Possuía cento e sessenta e oito alunos matriculados e diplomados, cento e vinte e um químicos industriais e duzentos e quarenta e seis engenheiros químicos.

A Escola de Agronomia e Veterinária, fundada em 1918, passou a integrar a UFPR em 1961. Mantinha os cursos de engenharia agronômica e de veterinária, já tendo diplomado quinhentos e quarenta e oito engenheiros agrônomos e cento e trinta veterinários. Em 1962, possuía duzentos e um alunos matriculados.

A Faculdade de Direito mantinha o curso de bacharelado, compreendendo cinco anos de formação, e os cursos de aperfeiçoamento, destinados à formação sistemática de profissionais especializados. Em 1962, contava com quinhentos e quarenta e seis alunos, tendo já diplomado dois mil, trezentos e cinqüenta e um bacharéis.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras mantinha os cursos de filosofia, matemática, física, química, história natural, geografia, história, ciências sociais, letras clássicas, letras neolatinas, letras anglo-saxônicas e pedagogia. Todos compreendendo três anos de formação, conferiam o diploma de bacharel. Para os bacharéis, havia a possibilidade de estender o curso por mais um ano, cursando as matérias didáticas, o que permitia a habilitação ao magistério secundário e superior, conferindo-lhes o diploma de licenciado. A Faculdade ofertava o curso de pós-graduação de Orientação Educacional. Eram setecentos e quarenta e dois alunos matriculados, tendo sido diplomados até 1961 mil oitocentos e trinta e dois bacharéis e licenciados.

A Faculdade de Ciências Econômicas possuía os cursos de ciências econômicas e ciências contábeis, contando com duzentos e vinte e nove



Coral da UFPR sob regência do maestro Mário Garau, final da década de 1950.
Acervo: Biblioteca Central



Centro Politécnico, década de 1960.
Acervo: Biblioteca Central



O Conselho Universitário durante a primeira gestão do Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, década de 1950-60.
Acervo: Prof. Ary Florêncio Guimarães.

alunos matriculados. Até 1961, foram diplomados duzentos e sessenta e seis bacharéis em ciências econômicas e vinte e nove em ciências contábeis.

A Faculdade de Odontologia, como unidade universitária autônoma desde 1958, já diplomara mil, duzentos e trinta e sete cirurgiões dentistas e contava com duzentos e noventa e sete matrículas.

A Faculdade de Farmácia, também como unidade universitária autônoma desde 1958, contava com cento e quarenta e três alunos matriculados e quatrocentos e noventa e sete farmacêuticos diplomados.

A Faculdade de Medicina mantinha o curso de medicina e já havia diplomado, até 1961, dois mil quinhentos e catorze médicos, e contava com oitocentos e sessenta e cinco alunos matriculados. Os acadêmicos do sexto ano realizavam seu estágio no Hospital de Clínicas.

O Hospital de Clínicas ou HC da UFPR foi construído em uma área superior a 45.000 m². Tinha por finalidade prestar assistência à população na área da saúde, servir de campo de instrução para os estudantes de medicina, enfermagem e outras atividades relacionadas com a assistência médica hospitalar. Deveria, ainda, realizar pesquisas e investigações científicas, e contribuir para a educação sanitária do povo com a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão universitária.

O projeto de sua construção compreendeu um edifício com quinze andares e cinco edifícios anexos para a Maternidade, Ambulatório, salas de aulas e alojamentos.

Em 26 de março de 1960 finalmente foi inaugurado o Hospital de Clínicas (HC), com capacidade para oitocentos e noventa leitos. Estava totalmente terminado, faltando apenas o aparelhamento médico, que já contava com verba prevista no orçamento. O então reitor Flávio Suplicy de Lacerda, no discurso de inauguração do HC, afirmava: "...a construção deste monumental hospital-escola é o resultado da compreensão mais nítida dos nossos grandes problemas, compreensão que, para principiar, foi capaz de fomentar, entre a Universidade e o Governo do Estado, mais uma vez, completa integração de esforços e recursos, dando-se a nós, universitários, ainda maior fé e estímulo, e aos governantes estaduais o reconhecimento público de excepcional ação administrativa, e de inteligência lúcida das nossas questões, qualidades que o povo sempre sabe julgar e apreciar".[36]

Grande parte do equipamento total do HC já havia sido adquirido em 1962; a cozinha estava instalada e apta para fornecer cinco mil refeições por dia, além de uma lavanderia mecânica, subestações elétricas, caldeiras a vapor, incineradores de lixo, centrais de esterilização, salas de cirurgia e parto, salas de curativos, instalações centrais de vácuo e oxigênio, centros cirúrgicos e de recuperação pós-operatória, central telefônica, serviço de documentação científica, dependência para os professores, anfiteatros de aulas e salas de reuniões.

Em 1963, o movimento do HC contou com um registro de quatro mil duzentos e cinqüenta e nove internações; mil e oitenta e oito nascimentos, além de assistência a trinta e sete mil seiscentos e vinte e oito enfermos nos ambulatórios; cinco mil, quinhentos e trinta e cinco no Serviço de Plantão; e mil, novecentos e setenta e cinco intervenções cirúrgicas. Em janeiro de 1964 teve início o sistema de médico-residente, com a finalidade de aperfeiçoamento em determinadas especialidades.

No mesmo período, vários movimentos ocorreram na instituição. Entre eles, o dos discentes, que em 1962 já se reuniam em muitas associações estudantis atreladas à UFPR, entre elas o Diretório Central dos Estudantes, constituído por dois representantes de cada entidade acadêmica. Seu presidente representava os estudantes no Conselho Universitário. Havia ainda o Centro Acadêmico Hugo Simas, da Faculdade de Direito; Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná; Diretório Acadêmico Nilo Cairo, da Faculdade de Medicina; Diretório Acadêmico Rocha Pombo, da Faculdade de Filosofia; Diretório Acadêmico Visconde de Mauá, da Faculdade de Ciências Econômicas; Diretório Acadêmico de Engenharia Química; Diretório Acadêmico Guido Straube, da Faculdade de Odontologia; Diretório Acadêmico Louis Pasteur, da Faculdade de Farmácia, e Diretório Acadêmico de Agronomia e Veterinária.

A União Paranaense dos Estudantes, que congregava todos os estudantes universitários do Paraná, dirigia o Restaurante Universitário, fornecendo mil e quinhentas refeições diárias. O Restaurante se mantinha graças às mensalidades pagas pelos estudantes e às subvenções da Reitoria, Prefeitura Municipal e dos governos federal e estadual.

A Casa do Estudante Universitário possuía capacidade para quatrocentos e oitenta moradores. O edifício de quatro andares, inaugurado em 1956,

comportava: restaurante, barbearia, salões de baile, serviço médico e biblioteca, além dos alojamentos. A seleção de candidatos era feita com base no histórico escolar e na situação social e financeira do interessado.

A Casa da Estudante Universitária, fundada em 1954, funcionava provisoriamente em um prédio que comportava cinqüenta moradoras, mas a Reitoria e o Diretório Central dos estudantes já haviam iniciado a construção da sede própria com capacidade para cento e vinte e seis estudantes.

A Federação Paranaense de Desporto Universitário, entidade máxima do esporte acadêmico do Paraná à época, selecionava os atletas e organizava os Jogos Universitários.

Quanto à pós-graduação, ênfase foi dada a partir dos mestrados de Bioquímica, em 1965, coordenados pelo professor Metry Bacila; de Entomologia, em 1969, com o professor Pe. Jesus Moure; e de Genética Humana, em 1969, com o professor Newton Freire Maia.

A UFPR contava com seis mil, trezentos e vinte e sete alunos matriculados nos diversos cursos universitários em 1967, sendo que apenas 27% dos inscritos no vestibular conseguiram uma vaga na instituição.

Juntamente com o intenso trabalho de constituição do patrimônio físico, muito se investiu na área didático-científica. A pesquisa e pós-graduação receberam expressivo incremento, e na Universidade se institucionalizou a prática do desenvolvimento científico e tecnológico. Apesar de tantos avanços e mudanças, a Universidade deveria enfrentar um desafio maior: tratava-se da Reforma Universitária, que neste período atingiu todas as instituições de ensino superior do país.

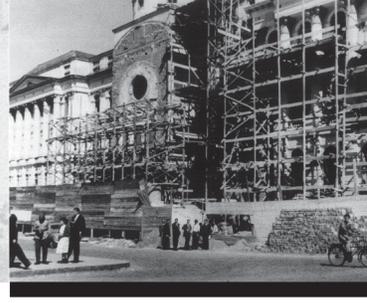
NOTAS

1 FAUSTO, 1984. p.158.
2 IPARDES. Paraná: Economia e Sociedade. Curitiba: IPARDES, 2006. p.30.
3 PARANÁ Econômico. Curitiba, nov.dez.de1962. p.7.
4 COMNINOS, 1968, p.49-51.
5 WESTPHALEN, 1987. p.21.
6 UFPR, 1998. p. 48
7 UFPR. **Anuário, 1958-59**. p.19.
8 CAPES. **Formação de Pessoal de Nível Superior e o Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro, 1960. p.52
9 UFPR. **Anuário da Universidade**, 1952-53. p.134.
10 UFPR. **Anuário**, 1952-53. Curitiba, 1953 p.139.

[11] GONÇALVES JÚNIOR, Antônio J. **Universidade Federal do Paraná: um edifício e sua história.** Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v.24; n. 122, dez.1997. p.54.
[12] GONÇALVES JÚNIOR. 1997. p.49.
[13] ANAIS Científicos. n.62. In: GONÇALVES JÚNIOR. 1997. p.52.
[14] GAZETA do Povo. Curitiba, 27 abr. 1956. p.8.
[15] IPARDES, 1989. p.26.
[16] GAZETA do Povo. Curitiba, 28 jan. 1953. p.4-6.
[17] MICHEL, Reynaldo Fagundes. **Revista Anais Científicos**. n.. 60.
[18] ANAIS do Primeiro Congresso dos Reitores das Universidades Brasileiras. Curitiba: Impressora Paranaense, 1953. p.16-17.
[19] UFPR. **Anuário**, 1956. p.36.
[20] UFPR. **Anuário**, 1956. p.39.
[21] BRASIL. Lei n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961. p.987.
[22] VENÂNCIO FILHO, Alberto. Relatório LDB. p.317.
[23] BRASIL. Lei 4024 de 20 dezembro de 1961. LEX, 1961. São Paulo: Lex, 1961 p.987.
[24] UFPR. **Rumos da pesquisa**. p.70.
[25] WESTHPHALEN, 1987. p. 24
[26] PUPPI, Ildefonso C. **Fatos e Reminiscências da Faculdade**. Curitiba, 1986. p.75-76.
[27] Decreto-Lei nº 464 de 11 de fev. 1969.
[28] SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1986. p.143-47.
[29] VENÂNCIO FILHO, Alberto. Relatório LDB. p.317-318.
[30] WESTPHALEN, Cecília. **Universidade Federal do Paraná - 75 anos**. p.23.
[31] UFPR. **Anuário**, 1962. p.21.
[32] UFPR. **Anais Científicos**, 1912-62. Curitiba: 1962. p.6.
[33] UFPR. **Anais Científicos**, 1912-62. Curitiba: 1962.p.7.
[34] WESTHALEN, Cecília. **Universidade Federal do Paraná - 75 anos**. p.43-47.
[35] UFPR. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p.49.
[36] UFPR. **Anuário**, 1960-61. p.30.

Blank Page





Pois eu fiz o vestibular em 1951. Já era a Federal. Só que eles não sabiam nem como era a Federal, tanto que nos primeiros meses eu pagava como se ainda fosse particular.

A atualização do projeto da Universidade, curiosamente, eu acompanhei. Porque quando eu estudei, fiz todo meu curso no prédio central, onde tem aquela fachada para a Rua XV de Novembro. Naquele vitral grande voltado para a Rua XV ainda está escrito "Escola de Engenharia," e foi ali que eu estudei. Mas, ao mesmo tempo em que aquela ala já estava pronta, estavam reformando a parte central do prédio e avançando do outro lado. Primeiro, foi feito o lado da Rua XV, para onde nós nos havíamos mudado, quando recém-construído, cheirando a cimento ainda, quando eu entrei. Aí fizeram a parte central, aquela parte neoclássica. E estavam fazendo a parte da Faculdade de Medicina, avançando, inclusive ali em direção à Travessa Alfredo Bufrem. Essa ampliação do prédio histórico foi executada em 1952 pela Construtora Iwersen, Loyola e Pierri, hoje representada pela sua sucessora CESBE S.A. Engenharia e Empreendimentos. A fachada do prédio foi totalmente remodelada em relação à fachada anterior, que era de estilo eclético. Era conhecida como "Palácio da Luz" a primeira construção, concebida pelo engenheiro e professor da Faculdade Baeta de Faria. O novo projeto, de estilo neoclássico, era do italiano Carlo Barontini, engenheiro e arquiteto formado em Pisa (Itália) e radicado em Curitiba. Eram engenheiros muito conhecidos, que fizeram a remodelação e adaptação.

O que teve o mérito, o grande mérito do professor Meister foi um trabalho muito bonito: o projeto e a construção do Centro Politécnico. Este, sim, foi do professor Meister. Deve-se a ele toda a concepção, a nova concepção, a modernísima concepção de uma Escola de Engenharia. Interessante que tudo isso foi feito pelos professores, a Comissão de Construção do Centro Politécnico, tudo foi feito gratuitamente por professores, no exercício de sua

profissão. Cederam os seus conhecimentos para a construção e acompanharam a construção. É claro que tinham empresas, daí entrou a Construtora Gutierrez, Paula & Munhoz, que começou a construção e empresas contratadas, mas a administração da obra foi toda feita pela Comissão, que tinha engenheiros contratados.

Aristides Athayde Cordeiro

Aqui na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Curso de Pedagogia – naquela época a Pedagogia como curso se congregava em um só departamento – era o Departamento de Pedagogia. A Faculdade de Educação não existia, foi depois da Reforma Universitária que veio a Faculdade de Educação, o Setor de Educação; antes, era tudo Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. E, sim, há figuras marcantes daquela época que foram meus professores, e para lembrar alguns nomes: o professor Herley Mehl, que no primeiro ano nos deu Psicologia Geral Comparada e que foi alguém que me marcou muito para dedicar-me à Psicologia Educacional. Ele era médico. Lembro-me que as aulas dele no primeiro ano eram memoráveis, era muito interessante o que ele ensinava pra gente de Psicologia Básica. Havia também outros professores muito interessantes, como em Sociologia a professora Maria Olga Mattar, que nos dava Sociologia Geral e Sociologia Escolar, e tinha a professora Zélia Pavão, que depois foi diretora aqui do Setor, e acho que vocês até devem entrevistá-la. Claro, ela tem muita história pra contar de todo esse período, ela era nossa professora de Estatística, era interessante lidar com Estatística. Depois, nos anos subseqüentes houve, por exemplo na Psicologia, a professora Pórcia Guimarães Alves, que também era a catedrática em Psicologia Educacional. Eu passei a querer Psicologia Educacional como área de especialização na Psicologia, foi sempre a minha escolha. Uma outra professora que eu não posso deixar de mencionar, porque ela foi muito marcante na minha formação e também na minha introdução à Universidade, depois como voluntária, professora e tal, foi a professora Eni Caldeira, em Teoria e Prática de Ensino em Pedagogia. Dona Eni era uma figura marcante, ela tinha estudado na Europa, onde ela teve contato com Maria Montessori. Ela fazia a gente viver experiências, assim, heterodoxas em educação, de visitar as escolas nas situações as mais diferentes, pra ver as diferentes formas de trabalhar com educação; então ela foi marcante.

Quando eu entrei na Universidade em 63, era diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras o professor Homero Batista de Barros. No ano seguinte, passou a direção para o professor Brasil Pinheiro Machado. O professor Homero Barros era uma pessoa tradicionalíssima também. Tão tradicional que naquela época, nesse ano de 63, por exemplo, uma moça não podia vir de calça comprida pra aula, era proibido. Embora naquela época, nas ruas de Curitiba, já se vissem no inverno, principalmente no inverno, uma porção de senhoras vestindo calça de brim. Então, com esse frio aqui a gente congelava no anfiteatro, e não havia jeito de convencer o professor Homero do contrário. E os rapazes de Pedagogia e dos outros cursos nas Ciências Humanas todos tinham que vir com paletó e gravata, não se podia vir mal vestido, esculachado, mulambento, assim, pra aula. Quando ele deixou a Direção, a primeira coisa que a gente conseguiu do professor Brasil Pinheiro Machado era a liberação da calça comprida, porque no inverno não era possível, era de matar.

Maria Lucia Moro

Em 1952, eu comecei a dar aula na Federal, no curso de Economia, eu dava aula de Estatística. O curso de Economia, na verdade, tinha começado a funcionar no subsolo do edifício central. Eu dei aula no primeiro andar. Eu tinha tido uma formação inicial em São Paulo. Então montei o curso, era noturno. Por causa disso, em 1954, os químicos que eram técnicos puderam ter o seu diploma registrado como engenheiros químicos. Pois uma das coisas que precisava, era fazer um exame de Estatística. Então, eu fui para a Inglaterra, passei dois anos lá e fiz um mestrado. E o meu mestrado foi uma mistura de Economia e Estatística. Aí, eu passei a só me interessar por Teoria Econômica e a minha vida passou a ter um rumo mais definido.

David da Silva Carneiro

Mas no fim de alguns anos havia um professor daqui da universidade que ia a São Paulo de vez em quando e procurava saber se havia alguém disposto a vir para o Paraná. Era o professor Padre Jesus Moure. E logo ele soube que eu estaria disposto a vir. Ele levava e trazia as notícias e, afinal, em 1950, o professor Homero Braga, que era professor aqui da Biologia, foi lá e me fez o convite formal para eu vir para cá, para abrir um laboratório de pesquisas em Genética e para dar aulas de Genética na Universidade, porque

não havia um geneticista aqui. Então, em abril de 1951, eu vim para cá, com a minha mulher e a minha primeira filha. Abri o laboratório, não me lembro o dia, mas foi em abril de 1951. Eu comecei a trabalhar com drosófilas, que era a minha paixão na época.

Quando eu comecei, dava aulas teóricas e comecei a dar aulas práticas; então, houve aulas práticas logo no início. Eu comecei a dar aulas com drosófilas. Então, eu entrei em contato com outros laboratórios de vários países e eles me mandavam os estoques necessários para este trabalho didático. Os alunos faziam aqui os cruzamentos de moscas e observavam os resultados, contavam as moscas. Enfim, faziam todo o trabalho que era necessário, o trabalho prático, para a Genética básica. Que era Genética que eu dava, era o primeiro ano de Genética. Aí, uns meses depois, um dos alunos resolveu trabalhar comigo, era o Ismael Fabrício, que hoje é médico e psiquiatra aqui em Curitiba. Em setembro, o meu irmão Adhemar veio de São Paulo, em fins de 1951, já havia três pessoas trabalhando em pesquisa no laboratório. E aí nós tínhamos a minha cozinheira, que vinha lavar vidro, fazer meio de cultura etc. Porque nos primeiros meses eu fazia tudo sozinho: comprar banana, que nós fazíamos meio de cultura com banana, comprar material na cidade.

Eu trouxe de São Paulo a promessa da Fundação Rockefeller, que provavelmente nos ajudaria. Então, no primeiro ano eram o doutor Harry Miller Junior, o Padre Moure, eu, o Homero Braga e o Ralph Hertel. Isto foi no primeiro ano. O Harry Miller foi professor de Botânica, e ele era muito amigo nosso. Mas este é o homem que nos ajudou muito. Então, nos primeiros anos ele vinha aqui uma ou duas vezes por ano de Nova Iorque, nos deu muito dinheiro e com isto nós pudemos comprar material não só para pesquisa, mas material para dar aulas.

Newton Freire-Maia

Como eu comecei a trabalhar no Curso de Ciências Sociais no ano de 1952, fazia poucos anos que havia acabado a ditadura do Getúlio Vargas, os alunos que se aventuravam ao curso de Ciências Sociais eram alunos que estavam procurando se politizar. Então, entre os alunos tinha muitos que já faziam Direito e procuravam Ciências Sociais para complementar seus estudos na área de Sociologia. Como eu tinha tendência pra essa área de

Ciências Sociais, de Sociologia, de Educação e essas coisas, aí nós trabalhávamos muito com as questões políticas, questões sociais, não no sentido de política partidária, mas em questões políticas da educação, o que foi muito bom.

Zélia Milléo Pavão

Os concursos de cátedra eram públicos. Na Universidade eram abertos. E, aliás, foi muito importante eu assistir aos concursos nos anos 50, porque me formei em 58, entrei na faculdade em 54. Então, eu lembro bem, em 1956 houve concursos para a Cátedra de Direito Civil e concurso para Direito Internacional Público, onde inclusive havia – assim eu diria – até torneios de inteligência entre os examinadores e os candidatos. Então, eram eventos muito significativos, não só para a Universidade, mas também para a cidade, porque na época o prestígio da cátedra era muito grande. O professor catedrático tinha, digamos assim, uma aura, um prestígio social muito relevante. E, acredito mesmo que a mudança que se estabeleceu depois, que eliminou a denominação da cátedra a partir de 68 com a Reforma Universitária, ela tirou esse relevo não só institucional como social, de classe social. O catedrático era formador de opinião. E tinha um respeito muito grande por parte da sociedade.

Eu me sentia assim, em determinadas situações, até tinha meus receios, claro, embora isso não me impedisse de continuar trabalhando. Eu lembro que, numa ocasião, um fotógrafo veio, telefonou, disse que queria tirar umas fotos pro Jornal do Brasil. *E foi tirando fotos, e eu achei natural, porque os fotógrafos tiram mais de uma foto pra pegar diversos ângulos. Só quando ele me tirou de lado é que eu desconfiei que não era fotógrafo do* Jornal do Brasil, *quando tirou uma foto de lado. E era fotógrafo, quer dizer, supunha que era fotógrafo do Serviço de Informações - SNI. E naquela época nós nos lembrávamos bem, porque havia vários fotógrafos nas audiências, e não eram todos de jornal. Então havia um clima, não é, um clima de ... eu não vou dizer bem de terror, mas um clima de intimidação.*

René Dotti

Em 1958 vim fazer o Curso de Microorganismos, aqui em Curitiba. Era um Curso de Especialização de dois meses, que iniciou em 1957. Fiz o segundo curso, que era ministrado pelo professor Bacila; este curso trouxe uma série de professores de Bioquímica, brasileiros ou mesmo americanos. A idéia era fazer com que a Microbiologia mudasse. Passasse a ter um enfoque mais moderno. Então, com esse enfoque, voltava a Microbiologia para a Bioquímica. Eu acho que mais ou menos nos moldes de um curso célebre americano que tinha sido realizado. Aí, eu vim trabalhar no laboratório aqui. E fiquei um ano e três meses no laboratório do doutor Bacila. Eu trabalhava com ele. Era o chefe do laboratório. Fiz uma tese. Já comecei a trabalhar com levedura e essa tese foi defendida em maio de 1959, como tese de doutorado da Universidade do Rio Grande do Sul.

O doutor Bacila tinha feito convite, se eu quisesse ficar aqui, que o Governo do Estado me contrataria. Aí resolvi voltar para cá e fui contratada como funcionária da Divisão de Patologia Experimental. Aí eu fiquei trabalhando na Divisão. A doutora Maria Falce de Macedo deveria se aposentar da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Farmácia. Ela era professora de Bioquímica. E a idéia do grupo era que a gente fosse, sistematicamente, assumindo as cátedras da Universidade. Então fui me preparar para fazer o concurso da Faculdade de Farmácia.

Glaci Zancan

Nós executamos o projeto do Centro Politécnico. E nesse projeto nós sugerimos a divisão do curso de Engenharia. Então, fizemos o curso de Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica etc., e dividimos em especialidades. Mas, então, para esses cursos mais especializados, e também Arquitetura, nós sugerimos e fizemos o projeto do Centro Politécnico para atender também esses cursos. Então, o projeto do Centro Politécnico foi feito por um grupo de professores da própria universidade. Eu era responsável pela parte de arquitetura, e os outros pela de cálculo, construção, e assim por diante.

Rubens Meister

Então, a minha base era Zurique. Tanto é que a Escola de Química foi montada no Politécnico, segundo o que eu vi lá no Politécnico de Zurique. A minha base, as minhas observações, o que eu aprendi lá com eles, montamos aqui. Tanto é que temos, o que é sui generis *no Brasil inteiro, um laboratório que tem um anfiteatro dentro dele. Isto eu trouxe de lá. Idéia muito combatida aqui. Mas os meus 20 anos de aula que eu dei lá sempre achei uma maravilha! Porque os meus alunos sentadinhos comodamente de avental etc., e a gente fazendo aula teórica e ao mesmo tempo a prática. Então, era muito funcional.*

Reinaldo Spitzner

E ali depois fui trabalhar com papai na farmácia. E na Universidade fui convidado pela Botânica. Fazia meio expediente, pois aquele tempo não existia tempo integral. Então ficava com papai de manhã na farmácia, ou de manhã na faculdade. E era tão bom, porque o Rubens Braga tinha automóvel e ia me buscar de carro na farmácia pra eu poder trabalhar com ele. Ele me perguntou: "O que sabe de Botânica?" E eu disse: "Eu fiquei na final." E ele disse: "Poxa, então nós vamos ter que estudar Botânica. Vamos comprar uns livros de Botânica". Na Livraria Universitária, então, compramos os livrinhos. E à noite íamos para o laboratório de Botânica cortar, fazer lâmina de microscópio, aquelas coisas.

Hermes Moreira Filho

Quando eu comecei a lecionar, eu não tinha – em geral ninguém tem, a não ser em casos particulares – nenhuma experiência didática. Nenhum professor da Faculdade de Direito aprendeu a lecionar para poder lecionar, nós éramos todos absolutamente inexperientes. Então, eu procurei o Flávio Lacerda, e ele concordou comigo, e propus-me como cobaia para ele encontrar um professor da Faculdade de Filosofia que entendesse de Didática, mas que fosse bom; eu não queria um título, queria uma capacidade intelectual para avaliar as minhas aulas; para isso eu seria cobaia dele. Ele iria avaliar as minhas aulas e iria me dizer: "As suas aulas estão assim, estão assadas, tem que melhorar nisso, tem que baixar o nível aqui", para que os alunos, na sua totalidade se possível, aprendessem tudo igual, embora isso seja

impossível, porque sempre há uns que aprendem mais rápido do que outros. Mas aí o Flávio foi nomeado ministro, e quando fui falar com ele, me disse "Fale com o Nicolau". E eu fui falar com o José Nicolau dos Santos, que havia sido meu colega de Congregação e agora era sucessor dele. E o Nicolau disse: "Ah, você vá ali na Faculdade de Filosofia, lá há vários professores, veja se alguém quer fazer isso". Eu falei: "Não, não foi isso que eu combinei com o Flávio; combinei com ele uma outra coisa completamente diferente: é um engajamento da Universidade na melhoria do corpo docente e na melhoria do aprendizado e numa crítica aos professores, é isso que eu quero. Eu estou me oferecendo de cobaia, não é para ir pedir um favor na Faculdade de Filosofia, eu quero ver se instalo aqui na Universidade um critério".

Eu inaugurei a reprovação de alunos de quinto ano na Faculdade em 59. Nunca ninguém havia sido reprovado no quinto ano da Faculdade de Direito, mas eu reprovei. E deu um problema enorme, porque os alunos davam convite, mas não podiam participar da colação de grau, e aí requeriam mandado de segurança, só obtiveram uma liminar, participaram da colação de grau e foram reprovados depois, quando perderam o mandado de segurança. Uma das coisas que eu considero um galardão para a Universidade, a formatura da Faculdade de Direito, sempre foi no dia 19 de dezembro, e era uma tradição. Eu me formei no dia 19 de dezembro, era festa da Universidade e colação de grau. No meu tempo de professor, com as reprovações que foram se sucedendo no quinto ano, criou-se um problema, os alunos não participavam do grêmio que arrecadava dinheiro pra formatura, porque não tinham certeza de se formar em primeira época, e não iam pagar para a festa dos outros. Então, o que aconteceu? Pediram que nós fizéssemos isso no Regimento da Faculdade, para transferir a colação de grau para março, depois da segunda época. Porque só assim eles participariam do grêmio e dariam as contribuições necessárias à festa. Então as faculdades, a nossa Faculdade de Direito pelo menos, passou a colar grau em março, não mais em 19 de dezembro, porque ninguém tinha certeza de ser aprovado em primeira época, o que, a meu ver, revela a seriedade com a qual a Faculdade procedia.

Egas Dirceu Moniz de Aragão

Todos os professores faziam 20 horas, naquele tempo. O professor não podia ter dedicação exclusiva. Isso só foi acontecer quando eu já estava entrando de volta na Universidade, em 1975-76, quando começaram os professores a ser contratados por 40 horas. Aí começaram a fazer pesquisa dentro da Universidade. Então, no momento anterior, as pesquisas eram feitas e dirigidas para os problemas locais, do Estado do Paraná. Problemas reais, então se pesquisavam coisas efetivas, se criavam coisas. No momento seguinte, quando voltei para cá, já havia um incentivo à pesquisa, mas a Agronomia já estava atrelada à Revolução Verde, ao pacote tecnológico.

Luiz Doni Filho

De modo geral, o pessoal do Curso de Contábeis era voltado mais para a profissão, e não se preocupava tanto em acompanhar a movimentação política. Tanto assim, eu me lembro, veja bem, eu fiz o vestibular em 63 e me formei em 66. Em 63, mais para o final, começo de 64, houve aquele rebuliço todo que culminou com a revolução, em 31 de março de 64. Mas houve várias vezes, na própria Faculdade, alunos querendo se manifestar, faziam movimento, e o nosso curso até procurava segurar. Nós passamos incólumes, sem greves, mesmo na época da revolução. Mais adiante, já na época da ditadura, aí começou um pouco mais o movimento contra a repressão e tudo mais, só que naquela época eu já era professor.

Nós tínhamos na Faculdade uma sala que chamavam de Contadoria Piloto. Era uma sala que tinha umas mesas a mais, tinha umas máquinas de escrever, tinha umas calculadoras Facit, que eram as mais modernas para fazer os cálculos. E principalmente na Contabilidade de Custos ou Estatística que se precisava de cálculos, calcular muitas divisões e percentuais; então eram as únicas máquinas existentes na época. Por mais que a gente falava assim de uma Contadoria Piloto, aquilo que se fazia lá era uma coisa dita prática, mas sem o contato efetivamente com a empresa. Então, eram situações mais fictícias, que eram criadas para quem exercia a contabilidade, para quem trabalhava, alunos nossos, colegas meus, que trabalhavam na Contabilidade. Para eles ficava muito mais fácil, ficava interessante, mas o lado prático a gente realmente tinha que aprender depois de formado.

Pedro Steiner Júnior

No tempo do Convênio com a Universidade de Freiburg, foram uns quatro ou cinco convênios nacionais e internacionais que expandimos. Aí nós expandimos mesmo. E hoje, quase todos os cursos de Engenharia Florestal no Brasil, que passam de uma quinzena, todos eles têm alguém que se formou em Curitiba, no mínimo. Houve vários alunos chilenos que vieram estudar em Curitiba, tivemos outros da Argentina, da Costa Rica, da Colômbia, da Venezuela, olha, se não me engano, de todos os países latino-americanos. Foi a primeira Engenharia Florestal na América Latina, e esse pessoal integrou conosco e houve, assim, vasos comunicativos. Sempre havia um professor nosso lá, um professor deles aqui. Assim como nós também continuamos com Freiburg, e com a Finlândia.

José Henrique Pedrosa Macedo

Eu me formei em 1965 em Engenharia Florestal, e na época eu era bolsista do CNPq. Eu sempre digo que o fato de ter sido bolsista do CNPq naquela época foi um fato muito especial, porque foi esse trabalho de pesquisa que me induziu, que me permitiu tomar a decisão de ingressar na carreira acadêmica. Veja só, eu sempre digo para os bolsistas de hoje que estudam conosco aqui que essa bolsa, hoje, é muito mais expressiva em quantidade e estrutura. Mas, naquela época, ser bolsista do CNPq era realmente um privilégio. Então, foi isso que me marcou, exatamente, a decisão de ser pesquisador e professor. Nós estávamos trabalhando junto com um professor para fazer um inventário florestal do pinheiro do Paraná. Então o que é que aconteceu naquela época? Naquela época, já em 1966, se sentiu a devastação bastante expressiva do pinheiro, e o governador do Estado, Ney Braga, se sensibilizou para esse problema e pediu para fazer esse levantamento para ter um quadro real do que estava acontecendo. Então, eu me senti muito bem em participar desse projeto. A gente fez um trabalho de corpo, aí em todo o Estado. Fizemos um mapeamento de toda a cobertura florestal do pinheiro do Paraná. Após minha participação nesse projeto, o nosso diretor professor Newton Carneiro fez uma carta para a Universidade de Syracuse, nos Estados Unidos, solicitando uma oportunidade para eu estudar lá, fazer meu mestrado. Eu aceitei o desafio e logo, ainda no mês de setembro, pois lá os semestres são diferenciados dos nossos, eu embarquei para Nova Iorque para estudar lá. Fiz o meu mestrado, fiquei lá durante dois anos e pouquinho, fazendo meu mestrado na área de Madeiras e Florestas. Estudei lá com

dois pesquisadores de altíssimo nível, que me deram o rumo para o campo em que eu fui me especializar, e que foi exatamente a área de Inventário e Manejo Florestal. E aí, logo após ter terminado meu mestrado, voltei para assumir a vaga deixada pelo professor Frederick J. van Dillewijn. Funcionava assim: os professores que vieram pelo Convênio das Nações Unidas ficavam um tempo aqui, e, quando terminava esse prazo, as pessoas que eles escolheram como seus substitutos, e que eram chamados de "contrapartes", foram gradualmente assumindo os espaços deixados pelas cláusulas dos contratos deles.

Sylvio Péllico Netto

Em 67, entrei na Universidade Federal do Paraná, no Curso de Engenharia Química. Logo de início, eu me interessei por Física, coincidentemente, quando estava na metade do 2º ano. Bem, aí na verdade tem uma seqüência: o professor Hugo Kremer passou a convidar os alunos a freqüentar a Física, e eu tinha interesse em Física, e começamos a estudar esporadicamente, participar em seminários etc. Na seqüência, o professor César, que estava fazendo mestrado, retornou e promoveu um Curso de Verão com o pessoal de São Carlos. Eu fiz esse curso. E aí começou uma ligação muito forte com a Física. Passei a dedicar mais tempo a estudar Física, me interessar mais por Física. Encontrava freqüentemente o professor Hugo Kremer, até a grande fatalidade, não só para as pessoas, mas para a Física no Paraná – que tinha um ritmo muito bom de desenvolvimento –, com a morte do professor Hugo Kremer. O Instituto de Física na época do Kremer tinha uma biblioteca, tinha professores visitantes franceses regulares, que passavam períodos aqui, e o pessoal daqui ia pra França. Com a morte dele, e com a mudança na filosofia de condução do Instituto de Física por um não-físico, um engenheiro treinado na Escola Superior de Guerra, houve uma descontinuidade total. Acabou-se a biblioteca do Instituto, acabaram-se os visitantes regulares, acabou-se tudo.

Paulo C. de Camargo

A Faculdade de Odontologia funcionava lá naquele prédio na Praça Santos Andrade. Bem na frente do Correio antigo, do Correio velho. Ali que era a faculdade de Odontologia, todo aquele lado ali. E na frente era a Faculdade de Direito, onde continua sendo ainda a Faculdade de Direito, onde tem

aquelas colunas maravilhosas, a fachada de entrada da universidade. Nós ficamos muitos anos ali. Até que numa época pegou fogo ali, houve um incêndio na Faculdade de Odontologia. Não sei bem qual foi a causa, mas o incêndio iniciou-se lá pela madrugada. E quando chegamos lá, estava praticamente tudo destruído. Metade da parte odontológica do segundo andar, do terceiro andar, do quarto andar. Tudo destruído. Equipamentos – tudo! E o corpo de bombeiros ali. Então aquilo, sabe, foi muito triste, muito triste para a Odontologia, porque nós tivemos que dar aula, assim, em pequenos espaços. Eu creio até que essas turmas que se formaram naquela época não tiveram aquele rendimento que deveriam ter. Mas não havia outra possibilidade. Então, foi um negócio muito marcante pra nós. Por isso, a criação da nova Faculdade de Odontologia, que foi neste campus *novo, foi urgente quando fizeram.*

Luciano Loureiro de Melo

Com a abertura do Hospital de Clínicas houve praticamente uma revolução no ensino e nas condições hospitalares em Curitiba. Porque realmente o hospital era, na ocasião, grande e modernísssimo, muito maior que a Santa Casa. Cada enfermaria da Santa Casa, que tinha um serviço na Faculdade de Medicina, recebeu no Hospital de Clínicas um andar inteiro. Foi então uma transformação muito grande. Aproveitei essa situação, como auxiliar de ensino da Tisiologia, para começar a realizar, experimentalmente, no Hospital de Clínicas, a cirurgia cardíaca extracorpórea. Foi em 1962 que nós realizamos a primeira cirurgia cardíaca extracorpórea no Hospital de Clínicas. Como disse, o Hospital de Clínicas foi uma grande inovação. Sempre me lembro que o professor Alencar, que foi o primeiro professor de Cirurgia com quem eu trabalhei (fui assistente dele), dizia que a Medicina no Paraná tinha dois períodos: antes e depois do Hospital de Clínicas. Realmente, na ocasião, havia comparativamente uma certa riqueza material no Hospital de Clínicas. E havia, na realidade, muito menos restrições do que hoje. Naturalmente, não havia a opulência dos Estados Unidos e de países europeus. Mas aqui para Curitiba e para o Paraná, naquela época, realmente, nós tínhamos condições excepcionais. Assim, foi possível realizar várias centenas de cirurgias cardíacas extracorpóreas no Hospital de Clínicas.

Iseu Affonso da Costa

[Sobre atividades políticas, quando estudante secundarista] A gente achava tempo, depois das 2 da manhã e tal, achava tempo, sim. Eu desenvolvi uma atividade clandestina também, lutando pela democracia, e então tinha reuniões. Na época, tinha gente muito braba também, que queria brigar muito e tal. A gente não pertencia a grupos desse tipo, nós éramos mais ligados à Igreja. Mas eu não pertencia à JUC, eu pertencia a uma outra organização, que era clandestina. A JUC ainda era legal, havia um pastor e tal. E então era aquele negócio de fazer manifesto nas construções, de noite, com luz de lampião. Mas numa ocasião, o presidente Médici vinha pra Curitiba e o governador Lerner fez uma pracinha linda, com coisas do Poty e tal. E o Médici ia inaugurar a praça no outro dia. Aí eu tava na Casa dos Estudantes e chegou alguém e falou: "Temos uma missão a cumprir, vamos pichar a praça".

Sebastião Laroca

Consegui uma bolsa de pesquisa da John Simon Guggenheim Foundation. *Fui aos Estados Unidos e visitei várias universidades e institutos de pesquisa. Nesse período, pude acompanhar muitos trabalhos de campo e vi como eles lecionavam na pós-graduação e graduação. Em determinado momento, quando estive no Planalto do Colorado, tive a oportunidade de aprender a prospectar urânio com o Exército Americano. Eles determinavam, pela rocha que aflorava, a direção do fluxo fluvial. Sabendo para onde ele ia, conseguiam prospectar urânio. Essa tecnologia determinou minha vida profissional. Isso me ajudou a descobrir um modo de pesquisar paleo-correntes. Quando voltei ao Brasil, tive a idéia de medir o Arenito Botucatu. Naquele tempo eu pretendia entender como era a circulação atmosférica, para comparar como ela é hoje.*

João José Bigarella

[Sobre o clima político no curso de Medicina nos anos 1960] Era assim: se você só falasse de Medicina tudo bem, não se podia abrir a boca para expressar opiniões sobre outras questões. Nunca houve nada mais grave, porque não pertencíamos a grupos políticos. Nossa participação no movimento estudantil era relacionada com a parte médica, e não política, por isso não sofremos perseguição. Bem diferente do que ocorreu com alguns outros colegas.

Lorete Maria da Silva Kotze

Se olharmos um pouco para trás, no governo Ney Braga, de 1961 a 1965, uma das coisas mais duradouras que ele fez foi formar uma elite burocrática jovem. Ney Braga assumiu o Governo após a gestão de Lupion, que foi extremamente desastrosa. Quando ele assumiu, colocou nas funções mais relevantes uma turma jovem, uma meninada de 27 e 28 anos, como Saul Raiz, Maurício Schulman, Afonso Camargo, Karlos Rischbieter, Osires Stenghel Guimarães. Essa turma toda, usando – principalmente – a CODEPAR, Companhia de Desenvolvimento do Paraná, que depois virou BADEP, investiu na formação de quadros técnicos para criar recursos humanos capacitados na área de planejamento, energia, transportes. Eu, inclusive, fui beneficiado por isso. Fiz especialização em planejamento com patrocínio da CODEPAR. Eu e dezenas de outros. Ao assumir a Secretaria de Planejamento – em um período ainda anterior à criação da Secretaria de Planejamento, quando o Ivo Moreira era secretário responsável pelo órgão de planejamento do Governo –, retomei esse processo. Criamos uma série de treinamentos, mandamos gente para o exterior e co-patrocinamos um programa com a Universidade do Sul da Califórnia, aqui no Paraná. Graças a isso formamos uma série de pessoas com mestrado e especialização avançada. Infelizmente, esse processo foi descontinuado, por isso só alguns daqueles quadros que formamos naquela época continuam trabalhando. Quando vejo no orçamento público o Otaviano Fabri Ferraz, um técnico de mão cheia, que foi nosso estagiário, e muitos outros espalhados na estrutura de direção do Governo Estadual, fico muito feliz, pois começaram conosco como estagiários e técnicos juniores. Vários dos diretores do Estado de hoje saíram dos cursos que criamos.

Belmiro Valverde Castor

Lembro de um fato curioso que marcou o início do curso de Arquitetura da UFPR. O Governo do Paraná se dispôs a criar uma Escola Estadual de Arquitetura e convocou o engenheiro e professor Euro Brandão para organizá-la. O reitor da UFPR, na época Flávio Suplicy de Lacerda, não queria que a Universidade Federal perdesse o curso. Então, em uma manobra política, ele puxou o grupo que o Euro Brandão estava formando. O curso da Federal não demorou a sair e a repercussão foi altamente positiva.

A primeira turma se formou rapidamente, porque as pessoas que cursavam Engenharia Civil podiam, depois do terceiro ano, fazer a opção pelo curso

de Arquitetura. No primeiro ano, inclusive, engenheiros formados voltaram para as salas de aula com o objetivo de concluir as matérias obrigatórias, para ter o título de arquiteto. No ano seguinte, aumentou a adesão dos alunos de Engenharia, e depois de três anos a procura no vestibular explodiu. O que proporcionou um grande brilho ao curso de Arquitetura da UFPR foi que na metade da década de 1960 a turma começou a ganhar muitos concursos. Até eu, que sempre fui taxado de ser um indivíduo que faz projetos para agentes imobiliários, concorri em um desses eventos. Houve um Concurso Nacional – com o objetivo de elaborar uma proposta de regularização para o Vale do Anhangabaú, em São Paulo – em que apareceram 150 concorrentes, fiquei em segundo lugar.

Elgson Ribeiro Gomes

Quando fui convidado a ingressar na Clínica Médica da Universidade Federal do Paraná, que funcionava no Hospital de Clínicas. A Universidade, naquela época, firmou contrato com a Fundação Kellogg, que dava bolsa de estudo para três professores. Eu fui um dos escolhidos. Paulatinamente, ano por ano, a obrigação da Kellogg diminuía e a da Universidade aumentava. Até que no final do quinto ano passei a ser remunerado somente pela UFPR. Minha vida acadêmica foi quase que exclusivamente dentro da Federal. Tive a oportunidade de fazer cinco concursos na UFPR: dois para Professor Auxiliar, um para Professor Assistente, um para Docente Livre e outro para Professor Catedrático, em 1978. Permaneci sempre no Departamento de Clínica Médica, no qual criei a disciplina de Reumatologia, a primeira em faculdades federais do Brasil.

Acir Rachid

Bem, eu fiz vestibular em 1957, início de 57. Era um vestibular diferente, não é? Havia um exame escrito e outro oral. E as matérias eram português, latim – latim, que é um tormento –, enfim, as matérias ligadas com o nosso Curso de Direito. Os professores da Faculdade de Direito examinavam inglês, ou outra língua, francês, italiano, espanhol. Eu fiz inglês. Então era: português, latim e uma língua estrangeira. Não sei se tinha alguma coisa de história, alguma coisa assim. Não me lembro bem. Mas era um vestibular

para pouca gente. Eram 200, 300 candidatos. E nós ficávamos ali dias e dias fazendo exames. Primeiro o escrito, depois o oral, cada um na sua vez, até sair o resultado. Era bem diferente deste de hoje. Tinha um contato pessoal com o examinador. Os examinadores eram professores da própria área. Então era o Rocha Loures, o João Alves da Rocha Loures, o Laertes Munhoz, enfim, todos eles examinando os que ingressavam na Faculdade. Então havia, assim, um certo sentido de aceitação, não é? Era muito fácil para eles fazerem uma avaliação dos seus futuros alunos.

Manoel E. Marques Munhoz

O primeiro curso de pós-graduação oficial criado na UFPR foi criado por nós. Foi o curso de Mestrado em Bioquímica no Instituto de Bioquímica da Universidade Federal do Paraná. [...] Toda esta atividade de Pós-graduação da Universidade já teve um início anterior. Porque esta atividade é muito mais antiga dentro da Universidade justamente pelo trabalho feito na Divisão de Patologia Experimental. Naquela ocasião, a Universidade tinha um sistema de doutoramento e de mestrado. Antes da criação desse curso de 1964, nós já tínhamos um trabalho muito grande na área da Pós-Graduação, muitos mestres e doutores foram preparados antes da criação do Curso, de acordo com as regras da época. [...] Nós temos os professores Dinor, Luiz Alberto Veiga, Alceu Schwab, Glacy Zancan, Déia Amaral, Aníbal Campelo, todas estas pessoas foram importantes pesquisadores científicos e foram doutorados antes da criação do Curso de 64.

Metry Bacila



CAPÍTULO 5

Blank Page

5
NOS TEMPOS DA REFORMA UNIVERSITÁRIA

5.1 CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO DO PERÍODO (1969-1989)

NA DÉCADA DE 1970, a desigualdade social agravou-se no país, causada não só pelo desequilíbrio na balança de pagamento, como também pelo aumento da dívida externa e pela ascensão da inflação. A crescente elevação dos preços conduziu a nação a um descontrole da economia, provocado, em grande parte, pela primeira crise mundial do petróleo. O Brasil, que importava petróleo, produtos industrializados, insumos básicos e principalmente bens de capital, passou a pagar mais caro pelas importações.

Em meados da década, o presidente Ernesto Geisel iniciou um lento processo de abertura política, culminando em 1978 com a extinção do AI-5. Começou então a campanha nacional pró-anistia, que mobilizou todo o país, porém só no governo de João Baptista Figueiredo é que finalmente foi decretada a anistia geral aos condenados por crimes políticos e aos acusados de prática de tortura. Setores radicais de direita ainda promoviam ações terroristas, como explosões de bombas, espancamentos e incêndios. Nos anos que se seguiram, vários eventos políticos mobilizaram o país.

Em 1983, iniciou-se a Campanha das Diretas-Já para a Presidência da República. Ela contou com a adesão em massa da população, principalmente pela participação desta em gigantescos comícios. Mesmo não sendo vitoriosa, foi eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral um civil para o cargo de presidente. Com a redemocratização, ficaram restabelecidas as eleições diretas para presidente e vice, para governadores e prefeitos das capitais, das áreas consideradas de Segurança Nacional e estâncias hidrominerais. Liberaram-se as atividades sindicais, estabeleceu-se o direito de voto para os analfabetos e legalizaram-se os partidos comunistas, há muito ocultos na clandestinidade. A Assembléia Constituinte, iniciada em 1986, deixou questionamentos quanto ao valor de suas decisões para a transformação do país.

Foi ampla a participação da população na campanha pela redemocratização, defendendo as eleições diretas para presidente e, posteriormente, a instalação da Assembléia Constituinte. Curitiba esteve presente no cenário nacional ao promover o comício de lançamento da campanha pelas "Diretas-Já" na Boca Maldita, o que ocorreu em janeiro de 1984, quando o povo participou ativamente junto com as lideranças políticas e estudantis. "Os discursos foram muitos e todos inflamados, pregando a necessidade da realização das eleições diretas para presidente da República, como forma de atingir a plena democracia. Nos intervalos artistas se apresentavam mantendo o público presente e cantando: 'um, dois, três, quatro, cinco, mil, queremos eleições para Presidente do Brasil'. Cerca de 68 entidades representativas da sociedade paranaense emprestaram seu apoio para a realização do comício, que contou também com delegações de mais de cinqüenta cidades do interior, sendo maciça a presença da juventude."[1]

Nesse período, Curitiba se integrava cada vez mais à região metropolitana. Apresentava a maior taxa de crescimento do país, ao receber a população de outras regiões, como resultado da urbanização e da concentração da mão-de-obra rural em conseqüência da mecanização dos campos. O desemprego, o aumento da categoria dos vendedores ambulantes e autônomos e das demandas nas áreas de saúde, educação e segurança fizeram-se presentes nesse período. O Estado do Paraná incorporava um processo crescente de industrialização com tecnologia de ponta.

No Paraná, a situação econômica fora agravada pelo processo de modernização da agricultura, que, aumentando as escalas de produção, diminuía o emprego rural. Esse fato promoveu a concentração urbana e a perda da população, que se dirigiu para o centro-oeste do país e região amazônica, resultando em uma taxa de crescimento demográfico reduzida. Em 1960, a taxa de crescimento foi de 102%, e em 1970 de 62%, em relação ao período anterior. O Paraná passou a ter maior concentração populacional nas áreas urbanas. Ocorreu, então, o aumento do número de municípios do Estado, passando para duzentos e oitenta e oito, na década de 1970, basicamente em virtude do povoamento da região sudoeste. Sob a ótica do planejamento, os governos estaduais elaboraram documentos como as diretrizes globais do governo Ney Braga e criou-se o Instituto

Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES em 1973, como órgão técnico e de aperfeiçoamento do planejamento.

Estabeleceu-se a política de desenvolvimento urbano - PDU e instalou-se a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC. Executou-se o Plano Estadual de Habitação Popular e criou-se o Centro de Seleção, Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal - CETEPAR. A política de incentivo ao setor industrial era desenvolvida pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP, que atuava como agente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, e as Secretarias de Planejamento e de Indústria e Comércio.

A estrutura econômica do Paraná era diferenciada da brasileira, que tinha no seu setor secundário o maior gerador de renda. No Paraná, embora o setor estivesse em expansão, a economia era fortemente do tipo primário exportador.

A potência em energia elétrica, instalada no Paraná em 1974, era da ordem de 519 mil KW; havia noventa e seis mil, quinhentos e onze aparelhos de telefones instalados no Estado e quarenta cidades interligadas pelo sistema DDD. A população urbana atendida por rede de água representava 51,5% do Estado.

No campo econômico, o Estado apresentava os seguintes objetivos: "...consolidar uma economia agrícola de vanguarda, ampliar o esforço de industrialização por meio da agroindústria e das indústrias básicas; aproveitar em curto prazo outras oportunidades econômicas, como o turismo, a exploração mineral, o potencial hidráulico e as matérias-primas e petroquímicas".[2]

O Plano de Governo estadual visava consolidar o parque produtivo, a expansão e diversificação de sua base produtiva. Tinha como principais programas: "...ampliação e verticalização da indústria de celulose, papel e papelão; fomento para a ampliação da produção de talco e cerâmica; verticalização do setor têxtil; ampliação e modernização da avicultura integrada; expansão e fortalecimento dos setores agro-industrial, eletroeletrônico, metal-mecânico, madeira e mobiliário, entre outros".[3]

O desenvolvimento industrial era orientado pelo governo e pelo empresariado paranaense por meio de ação conjunta na área de indústria e comércio. Existiam no Paraná, aproximadamente, vinte e duas mil e duzentas empresas industriais.[4]

O setor industrial cresceu estimulado pela boa localização geográfica, disponibilidade de infra-estrutura e matérias-primas, qualidade da mão-de-obra e incentivos estatais, propiciando sua diversificação.

> Ao mesmo tempo em que a economia do Paraná se consolida, também se modifica a sua estrutura. A implantação de ramos mais dinâmicos e complexos como os de bens de capital, material de transporte, eletrônico, metalúrgico e outros vem elevando o padrão tecnológico da indústria paranaense e caracteriza uma nova etapa do processo de industrialização. Grande número de indústrias, instaladas nos últimos anos, são equivalentes, na tecnologia de produção, às melhores existentes no Brasil. O Paraná está preparado para apoiar empreendimentos de base tecnológica, através de uma estrutura de universidades e centros de pesquisa públicos, além de empresas privadas. Um programa do governo estadual define quatro grandes áreas prioritárias, em função das necessidades e da particularidade da estrutura econômica do Paraná: bioquimiotecnologia, mecatrônica, novos materiais e alimentos.[5]

O Estado também estabeleceu uma política de regionalização dos investimentos industriais, conduzindo para o interior indústrias que necessitavam de abundância de matérias-primas. Particularmente, "...no eixo Curitiba-Ponta Grossa, tem sido estimulada a instalação de indústrias que utilizam tecnologia de produção mais avançada, como as metalúrgicas, mecânicas e eletrônicas".[6] Grandes grupos nacionais e estrangeiros se estabeleceram ou ampliaram aqui os seus negócios.

O Paraná se colocava como um dos principais estados exportadores do país. A soja e seus derivados representavam 49% de suas exportações e o Porto de Paranaguá era a principal via de escoamento dos produtos que se destinavam aos Países Baixos, Espanha, França, EUA e Bélgica, preferencialmente.

Na área de ciência e tecnologia, o governo procurou maior integração com o setor empresarial. Para acompanhar diretamente essa nova política, o governo criou a Secretaria Especial de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.

> O nível tecnológico atingido pelo setor produtivo da economia paranaense encontra um duplo desafio: por um lado manter o atual parque e, por outro, criar novas condições de expansão, onde os níveis de competitividade deverão acompanhar os padrões internacionais.

Isto é, deve-se elaborar uma estratégia que permita ao parque produtivo, atual e futuro, assumir um novo patamar tecnológico. No Paraná, sobressaem-se dois grandes pólos de geração de ciência e tecnologia, devidamente estruturados: o primeiro, mais antigo, localiza-se na região metropolitana de Curitiba, com instituições como a Universidade Federal do Paraná - UFPR, o Instituto Tecnológico do Paraná - TECPAR, o Centro Federal de Tecnologia - CEFET, a Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR, a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, o Centro Nacional de Pesquisa-Florestas, as divisões regionais de pesquisa do Instituto Agronômico do Paraná e a Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa - FUEPG. O segundo, mais recente, situava-se no eixo Londrina-Maringá, contando com as Fundações Universidades de Londrina e Maringá, o Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR e o CNP-Soja (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA). Além desses já consolidados, outros vêm se desenvolvendo rapidamente, destacando-se a região Oeste. A combinação dos pólos de geração de ciência e tecnologia à implantação dos parques tecnológicos deverá ser estimulada ao máximo. Prioritariamente, serão contemplados os empreendimentos com alto conteúdo tecnológico, voltados ao aproveitamento dos recursos regionais, devendo contar com forte participação empresarial e estar comprometidos com as instituições de ensino superior e institutos de pesquisa do Estado. Em termos gerais, os parques tecnológicos serão compostos de empresas de base tecnológica, centro de serviços de tecnologia industrial básica, institutos de pesquisas e centros de formação e treinamento especializados. Alguns passos já foram dados: a criação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - CONCITEC, em 1981, e sua reformulação em 1985; a instituição do Fundo de Desenvolvimento Científico do Estado do Paraná - FUNCITEC, através da Lei n.º 8.837, de 15 de outubro de 1986, cuja finalidade é promover os meios necessários ao desenvolvimento de atividades científicas e tecnológicas, capacitando financeiramente pessoas jurídicas, dentro do Estado, com vistas a executar programas, projetos e outras ações que objetivem o incremento das atividades científicas e tecnológicas. O Governo continuará a fomentar projetos de pesquisa em todas as áreas do conhecimento, privilegiando, na medida do possível, os grupos emergentes. No sentido de avançar na direção dos setores de tecnologia

> de ponta, é intenção do governo, juntamente com as instituições de pesquisas e empresas afins, implementar alguns programas especiais: biotecnologia - PARANABIO; novos materiais; química fina; eletroeletrônica/informática; metal-mecânica/mecânica de precisão. Para enfrentar o desafio das tecnologias de ponta que se deseja desenvolver no Paraná, é imperativa a formação de recursos humanos. A estratégia, inicialmente, deve passar pelo prestigiamento dos atuais cursos de nível médio, graduação e pós-graduação voltada para geração de tecnologia; faz-me necessária, também, a criação de cursos inovadores de pós-graduação, *lato sensu e stricto sensu*.[7]

Para isso, a Constituição do Estado do Paraná, no seu artigo 205, estabelecia o repasse de dois porcento da receita tributária do Estado para financiar projetos de ciência e tecnologia, entretanto, este artigo foi regulamentado somente em dezembro de 1997.

Nos anos que se seguiram, Curitiba foi reconhecida pelo Plano Diretor da Cidade e pela criação da Cidade Industrial de Curitiba - CIC. Os governos incentivaram a instalação de indústrias nacionais e estrangeiras, como ocorreu com a Siemens S.A. e a New Holland & Clayson, entre outras empresas.

O centro da cidade recebeu tratamento urbanístico especial, como a Rua XV de Novembro, que foi alargada e transformada em calçadão, fechada ao trânsito de veículos. Isso permitiu a criação de um amplo espaço para a circulação de pedestres. Curitiba vivenciava um crescimento urbano e, como opção ao transporte coletivo, surgiu o ônibus expresso, num sistema trinário de vias exclusivas só para eles, que ficou conhecido como "canaleta".

A população paranaense quase atingia a casa de sete milhões de habitantes, o êxodo rural mantinha-se constante devido à crise da cafeicultura e o Estado passou a se preocupar diretamente com a reforma urbanística.[8]

Dados do Censo Predial, realizado pelo IBGE, detectaram que Curitiba possuía cento e trinta e sete mil, trezentos e quarenta e um prédios no período, mas quase dezesseis mil ainda não possuíam energia elétrica, mais de sessenta e quatro mil não tinham água encanada e apenas trinta e nove mil, oitocentos e oitenta e quatro casas eram ligadas à rede de esgoto.[9] Isso revelava um retrato real da cidade e do Estado.[10]

As transformações sentidas na capital se estenderam por todo o Estado. A indústria se expandiu, acompanhada de moderna base tecnológica

e de uma urbanização acelerada, principalmente na Região Metropolitana de Curitiba, além da expansão do setor terciário da economia. Problemas sociais também se fizeram sentir, como o desemprego, a carência de saneamento básico, educação e saúde, além de um crescimento desordenado dos núcleos urbanos.

5.2 DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE/PLANEJAR É PRECISO

A partir de 1970, o planejamento passou a ser cada vez mais atuante nas gestões públicas. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) foram efetivados, e a ciência e a tecnologia despontaram como prioridades. Esse processo foi acompanhado pela política educacional e econômica do Ministério da Educação e pelos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Na instância política, a sociedade reconhecia na educação um fator de mobilidade social, o que levou à expansão do sistema educacional além da capacidade de absorção de pessoal qualificado pelo mercado de trabalho. Esse fato gerou reformas educacionais que visaram ampliar as demandas e, nesse sentido, a competência técnica tornou-se uma exigência na área de Administração Pública.

Os governos militares, responsáveis por tais instrumentos, buscaram o desenvolvimento econômico nacional. A par da repressão política, o país vivia uma fase de euforia com a inflação estabilizada e o crescimento da produção, principalmente da indústria automobilística de caráter multinacional. No entanto, com a crise do petróleo de 1973, a inflação entrou num processo ascendente e a dívida externa aumentou.

O primeiro governo democrático, após o período militar, editou o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República – 1986-1989. Buscava, entre outras coisas, um novo padrão de desenvolvimento agrícola, a recuperação do setor elétrico e a instituição do programa de conservação de energia elétrica. No que se refere à ciência e tecnologia, destacava-se o papel da universidade no desenvolvimento científico: "...são necessários esquemas de financiamento que garantam fluxos de recursos estáveis para o desenvolvimento científico, assim como a criação de mecanismos de planejamento e decisão, acompanhamento e avaliação, com efetivo

concurso da comunidade científica. As universidades carecem de estrutura política e gerencial que valorize e apóie, inclusive financeiramente, as atividades de pesquisa".[11]

No PND 1986-1989, constava também a questão da autonomia nacional e do desenvolvimento social, relacionados à tecnologia e à pesquisa científica.

> Percebe-se na análise dos planos governamentais uma evolução no discurso sobre a autonomia nacional. No II PBDCT, essa idéia se expressa através do fortalecimento da empresa privada, enquanto no III PBDCT e mais ainda no I PND da Nova República e no III PNPG, já se nota uma atenção especial à pesquisa científica desenvolvida na universidade, associada a uma preocupação com o desenvolvimento social, fruto talvez da incorporação de algumas recomendações provenientes da sociedade civil ou da participação de elementos da sociedade civil no aparelho estatal, no processo de transição política. No entanto, ainda que se observe uma evolução no discurso dos diferentes planos, a realidade ainda está bastante distanciada, conforme evidenciam os orçamentos de 1986 para pesquisa científica, ensino pós-graduado e as propostas de reformulação da universidade atualmente em discussão.[12]

A política tecnológica adotava como estratégia de desenvolvimento a retomada do crescimento econômico e a geração de superávits na balança comercial. Havia, no entanto, a ausência de uma estratégia de desenvolvimento que contemplasse uma política industrial e tecnológica. O único setor que possuía uma política de longo prazo era o de informática. "Em 1989, o PIB *per capita* estava no mesmo nível de 1980. A indústria de transformação teve a sua participação no PIB total diminuída de 31% em 1980, para 23% em 1990. A estagnação – e mesmo piora – dos indicadores econômicos e sociais ao longo dos anos 80 deu origem à expressão "década perdida", utilizada por muitos autores para designar o caminho errático da economia brasileira no período."[13]

Os gastos governamentais com ciência e tecnologia giravam em torno de 0,7% do PIB, deixando transparecer a necessidade de mais investimento na área. Nesta conjuntura, o governo criou o Ministério da Ciência e Tecnologia,[14] com competência na área de patrimônio científico e tecnológico e seu desenvolvimento; política de ciência e tecnologia; e política nacional de informática. Uma alteração efetivada ocorreu em agosto do

mesmo ano. Estabeleceu-se ainda a seguinte competência: política de cooperação e intercâmbio concernente ao patrimônio científico e tecnológico; política nacional de cartografia; política nacional de biotecnologia; política nacional de pesquisa, desenvolvimento, produção e aplicação de novos materiais e serviços de alta tecnologia, química fina, mecânica de precisão e outros setores de tecnologia avançada.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial às universidades, obedecendo ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Determinou ainda a implantação da política nacional de ciência e tecnologia com o objetivo de promover o desenvolvimento intelectual e material da sociedade. No capítulo sobre a ciência e tecnologia, esclarecia:

> ...o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas. A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências. A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que dela se ocupem meios e condições especiais de trabalho. A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao país, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.[15]

Também ocorreu nesse período a criação dos Conselhos Estaduais de Ciência e Tecnologia, que estabeleciam a política em âmbito estadual.

> Os Conselhos Estaduais de C&T passaram a desempenhar um papel fundamental nas iniciativas que visam a descentralizar a política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico. Em geral, as atribuições delegadas a esses conselhos dizem respeito, sobretudo, à: formação de diretrizes, identificação de objetivos e definição de prioridades da política

> estadual – com vista à elaboração de um plano global de desenvolvimento científico e tecnológico estadual, aprovação do plano de aplicação de recursos financeiros e promoção da integração entre os órgãos executores e os usuários de atividades de C&T.[16]

A articulação entre a política econômica e tecnológica, pretendida na época, esteve amparada por um novo instrumento, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PADCT.

> Tendo sido negociado junto ao Banco Mundial de forma globalizada, sob a conotação de empréstimo setorial, o PADCT tem uma duração prevista de cinco anos, a partir da data da efetivação do contrato, em junho de 1985. Ele objetivava a eliminação de estrangulamentos identificados no desenvolvimento científico e tecnológico do país, através do estímulo a áreas e programas especificamente selecionados. Os resultados esperados, de uma forma geral, são: o consistente aumento de competência nas áreas e programas escolhidos, o desenvolvimento de novos programas de pesquisa e a formação de pessoal altamente bem treinado. No entanto, para cada área e subprograma há objetivos e estratégias próprios, amplamente divulgados.[17]

O CNPq, agora vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, continuava com seu programa de bolsas. Assim, "...dois terços do orçamento total do CNPq são destinados ao programa de bolsas, que contemplam inclusive as áreas estratégicas de biotecnologia, novos materiais, mecânica de precisão, informática e química fina, além das áreas tradicionais do conhecimento. É importante registrar que, no período 1985-89, a comunidade científica e tecnológica teve participação ampliada na gestão do CNPq, democratizando a destinação dos recursos de fomento pela atuação autônoma dos Comitês Assessores e do Conselho Deliberativo".[18]

No âmbito do CNPq, foi destaque a criação do Laboratório Nacional de Computação Científica no Rio de Janeiro e do Laboratório Nacional de Luz Síncroton em Campinas.[19] Paralelamente a isso, a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP atuava como banco de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico e como secretaria executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

A falta de clareza do Estado sobre a política de ciência e tecnologia fez com que o Ministério da Ciência e Tecnologia fosse transformado na

Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia pela Lei n.º 7.740 de 16 de março de 1989.

> No momento em que os países desenvolvidos superam a revolução pós-industrial, agigantando-se em recursos e pesquisas para enfrentar a fase científico-tecnológica do terceiro milênio, três grandes tendências mundiais complicam o quadro brasileiro como potência emergente. A automação reduz, com intensidade crescente, os efeitos competitivos da mão de obra barata, a engenharia de materiais e a otimização dos sistemas podem reduzir a procura de matérias primas tradicionais e, finalmente, a passagem dos países avançados para estágios ainda mais avançados de ciência e tecnologia torna o saber, obrigatoriamente, e o conhecimento externo, em certas áreas, cada vez mais caros e de acesso cada vez mais restrito. Ciente dessa realidade, a Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República vitalizou em sua estrutura de ação a prioridade para a pesquisa e o fomento em áreas estratégicas como a informática, a biotecnologia, a mecânica de precisão, a química fina e os novos materiais. Será através do domínio de novas tecnologias nessas áreas que lograremos alcançar o caminho para o pleno desenvolvimento.[20]

O III Plano Nacional de Pós-Graduação (1986-89), diferentemente dos anteriores, que priorizaram a qualificação de pessoal, teve como ênfase a produção científica e tecnológica propriamente dita, e incorporou a necessidade da participação da comunidade científica nas decisões da política científica e tecnológica. Os objetivos do III PNPG eram: consolidação e melhoria dos cursos; institucionalização da pesquisa nas universidades, para assegurar o funcionamento da pós-graduação; e integração da pós-graduação no sistema de ciência e tecnologia, inclusive com o setor produtivo.[21]

Foram patentes, também, a crescente preocupação com a política ambiental do país; as negociações da dívida externa brasileira; a crise do Estado, que, com maiores encargos, passou a receber menores receitas; a crise econômica e a seqüência de planos governamentais – Cruzado, Bresser, Verão – visando a debelar a inflação, porém sem alcançar sucesso. Ocorreu ainda a instalação da Assembléia Nacional Constituinte e a promulgação da Constituição Brasileira em 1988, além da primeira eleição direta para presidente da República após o período militar.

Dadas as crescentes crises enfrentadas pelo país, a ênfase recaiu sobre os aspectos econômicos e tecnológicos de planejamento, na tentativa de se igualar aos países de Primeiro Mundo. Cabia repensar questões ligadas diretamente a vários setores, dentre eles a ciência, a pesquisa e a tecnologia de ponta, o que motivou reformas e ajustes referentes à educação, principalmente ao ensino superior.

5.3 REFORMA UNIVERSITÁRIA

Propostas de uma reforma universitária já vinham sendo debatidas na comunidade docente e discente desde a década de 1960. O Brasil encontrava-se marcado pelas tentativas de legitimação do Regime Militar mediante um padrão específico de desenvolvimento econômico e pela tomada de medidas que visavam ao fortalecimento do Executivo e da segurança do Estado. Assim, novos planos foram estudados, seguindo uma orientação técnica, todavia as medidas governistas em relação à Reforma Universitária não receberam apoio dos estudantes, que almejavam uma transformação mais profunda.

Em 1967, o Governo Federal criou uma comissão especial por meio do Decreto n.º 62.024, presidida pelo general Carlos de Meira Mattos. Esta comissão estava encarregada de emitir parecer sobre as reivindicações estudantis e propor medidas e diretrizes que solucionassem a questão da Reforma Universitária. Do chamado Relatório Meira Mattos surgiram sugestões, que foram posteriormente absorvidas pela reforma, tais como o reforço da autoridade e da disciplina nas instituições de ensino superior e a necessidade de reformular toda a estrutura universitária, enfatizando os aspectos técnicos e administrativos.[22]

> O relatório teve o mérito de chamar a atenção para a organização tradicional e ultrapassada das universidades brasileiras, inadequada aos tempos modernos, e considerou sua expansão, nas décadas de 50 e 60, como mera multiplicação de unidades que preservavam a mesma essência. Segundo ele, a produção da ciência e tecnologia não contava com aparelhamento adequado e mantinha quadros e formas acadêmicas incapazes de satisfazer às necessidades do mercado. Era, portanto, incapaz de acompanhar os progressos da ciência, a expansão da indústria nacional e estava defasada socioculturalmente.[23]

No período do Regime Militar, as palavras dos governantes procuravam associar os problemas da comunidade com a atuação e desempenho da universidade brasileira. Quando o então presidente marechal Arthur da Costa e Silva recebeu seu título de Doutor *Honoris Causa* da UFPR, a idéia de que as universidades deveriam articular sua ação com as questões do Estado, mediante estudos, pesquisas e análises, foi reforçada: "A indústria, com suas fábricas e usinas, a pecuária, a agricultura, o ensino primário e o ensino médio, a administração pública e as coisas de Estado – eis algumas das áreas sociais que estão a exigir, aqui e no resto do país, essa integração na área universitária, que não pode ficar isolada do seu meio e das peculiaridades deste." [24]

Medidas nesse sentido já constavam da legislação emitida em 1965, porém, só em 1968 se implementaria a Reforma Universitária, por meio da Lei n.º 5.540 de 28 de novembro de 1968 e do Decreto-Lei n.º 464 de 11 de fevereiro de 1969. Assim, o governo dizia atender às solicitações da comunidade intelectual, assumindo, ao mesmo tempo, a paternidade das mudanças.

Tratava-se de uma nova prática educacional que concentrava recursos materiais e humanos visando a maior produtividade. Para tanto, estabelecia o sistema departamental, o vestibular unificado, os ciclos básicos e profissional, o sistema de créditos, a matrícula por disciplina, e reformulava a carreira do magistério e a pós-graduação. Nesse aspecto, a reforma universitária valorizava a pesquisa como instrumento viabilizador do crescimento técnico e científico do país.

Definiu, portanto, como objetivos do ensino superior, a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário. Com isso, foi reestruturada a carreira universitária única, a qual incluía as classes de professor titular, adjunto e assistente. Foram ainda constituídos os órgãos centrais de supervisão de ensino e pesquisa e os cursos de pós-graduação, além de vincular os cargos docentes com a titulação, advinda dos graus de mestre e doutor. [25]

A Lei n.º 5.540 criava o regime de Dedicação Exclusiva às atividades de ensino e pesquisa. Em seu artigo 36, cap. II, previa a formação e o aperfeiçoamento do pessoal docente de ensino superior em consonância com a política nacional, regional, definida pelo Conselho Federal de

Educação, que ficou regulamentado através do Decreto n.º 464 de 11 de fevereiro de 1969. [26]

Isso se justificava, segundo o MEC, uma vez que a universidade brasileira se apresentava como um vasto aglomerado de faculdades, institutos e serviços. A expansão não havia obedecido a um planejamento racional, nem determinado a reorganização de seus quadros estruturais e de seus métodos de ensino. O crescimento se fez pela simples multiplicação de unidades. Essas instituições revelavam-se despreparadas para acompanhar o progresso da ciência, para auxiliar a indústria nacional, estavam, enfim, defasadas socioculturalmente. Com isso, fugiam de sua missão de preparar os cientistas e técnicos de que necessitava a comunidade para responder ao desafio do desenvolvimento. Nessa perspectiva, seria necessária, ainda, a implantação sistemática dos cursos de pós-graduação, o que passou a ser condição básica para transformar a Universidade brasileira em centro criador de ciência, cultura e de novas técnicas. [27]

Entretanto, a modernização técnica e pedagógica e a racionalização da aplicação de recursos nas universidades não impediram que se criasse uma complexidade administrativa, nem sempre útil a uma política científica em correspondência com os parâmetros dos centros mais desenvolvidos.

Todavia, em meio a esse período, o planejamento governamental estabelecido pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento - PNDs e pelos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PBDCTs incluía questões relativas à relação entre ciência e crescimento econômico. A Lei n.º 5.692 de 1971 propôs um novo modelo para o ensino básico, revelando a intervenção do governo nas instituições de ensino e no campo científico, uma situação que só iniciaria sua reversão ao final da década.

Visava ao progresso científico e tecnológico do país, apontando estratégias de desenvolvimento, envolvendo novas tecnologias, indústrias, a consolidação da infra-estrutura de pesquisa científica e tecnológica, e a integração da indústria, pesquisa e universidade. Tinha por áreas privilegiadas – a eletrônica, a química e a aeronáutica, e, como infra-estrutura, energia, transportes e comunicação. [28]

O II PBDCT, aprovado em 1976, estabeleceu a necessidade de criação de um sistema integrado de ciência e tecnologia, baseado em atividades de

pesquisa em alto nível, objetivando o aprimoramento dos recursos humanos e a contribuição ao progresso científico e tecnológico. Esse Plano reconhecia que o desenvolvimento auto-sustentável da pesquisa e da pós-graduação no país necessitava de recursos humanos qualificados e de volume de incentivos financeiros para sua concretização. Aventava a possibilidade de contratação de professores estrangeiros para suprir deficiências no ensino e na pesquisa e a participação de cientistas brasileiros em eventos nacionais e no exterior. Nesse sentido, previam-se investimentos em vários programas científicos.[29]

Com a promulgação da Lei de Anistia, ao final dos anos 1970, ocorreu o retorno de muitos exilados políticos ao país, o que contribuiu para a criação de associações docentes e o retorno dos movimentos estudantis. No bojo das manifestações estavam a defesa do ensino público e gratuito, a democratização da universidade e melhores condições de trabalho. Era este o quadro que se reproduzia em todas as universidades do país e também na UFPR.

Entre os professores, havia a consciência de que os problemas educacionais brasileiros decorriam das relações de poder entre governantes e governados. Dessa forma, pensava-se em uma nova proposta de democratização da universidade, agora articulada à da sociedade como um todo.[30]

A percepção das potencialidades científicas também se devia à política educacional econômica do Ministério da Educação e aos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que propiciaram um impulso maior à expansão da ciência e da tecnologia no país. Apesar dos investimentos nas atividades de ciência e tecnologia, o Brasil continuava defasado em relação aos países mais adiantados. Os desencontros entre as diretrizes governamentais e os interesses dos cientistas criavam situações consideradas prejudiciais ao avanço da pesquisa, apesar de sua qualidade intrínseca.

Além dessas políticas, disseminou-se paralelamente, na sociedade, uma concepção que considerava a educação como fator de mobilidade social. Por conseqüência, o sistema educacional expandiu-se além das possibilidades de absorção de mercado. Isto forçou uma ampliação de demandas da comunidade científica brasileira, que buscava melhores condições de trabalho.

Nesse sentido, cabe ressaltar que o governo apontava como missão permanente da Universidade constituir-se no centro criador de ciência e na expressão mais alta da cultura de um povo. Portanto, a nação se encontrava

atenta para o fato de que o ensino superior era um investimento prioritário, pela sua alta rentabilidade econômica em longo prazo e pela valorização dos recursos humanos.

Nos anos 80, o problema da Universidade envolveu não só aspectos técnicos, mas teve também um caráter marcadamente político, o que estimulou os professores a exigir análise e tratamento específico. Com isso, a preocupação em constituir uma universidade autônoma e democrática cresceu tanto em amplitude quanto em profundidade. Diferentes propostas foram formuladas, merecendo a atenção do governo.

O III PND, reconhecendo a necessidade de se alterar uma situação de dependência do Brasil em relação aos países mais desenvolvidos e acentuadamente no campo da tecnologia, fortaleceu a importância dos centros de pesquisa e desenvolvimento já existentes. Passou, então, a investir recursos em áreas prioritárias, como energia, agropecuária, educação e cultura, saúde e nutrição, assistência social e habitação e saneamento. [31]

No entanto, tais propostas foram formuladas num período de crescentes restrições financeiras para a educação pública superior, em decorrência da recessão econômica e de cortes orçamentários. Essas propostas eram encaminhadas tanto por docentes como pelos reitores, por meio de suas entidades representativas – ANDES e CRUB, respectivamente. O assunto tornou-se prioritário, devido à enorme insatisfação com as ações políticas do governo em relação às instituições universitárias, situação essa que se arrastava em meio aos movimentos de protesto e greves, generalizadas em todo o país. Finalmente, em 1985, durante o governo de José Sarney, este assumiu o compromisso de criar uma Comissão de Alto Nível para estudar a Reformulação da Educação Superior.[32]

As propostas foram discutidas no Conselho Nacional das Associações dos Docentes – CONAD, contando com a participação da ANDES e com o apoio do GERES – Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior, vinculado ao MEC. Tinha por atribuição elaborar proposições e apresentar medidas legais e administrativas voltadas para a reformulação da educação superior brasileira.

Se na reforma de 1968 a ênfase era no ensino e na pesquisa, em que se propunha a extensão, na proposta de 1985 predominava a idéia da pesquisa sobre as demais atividades, embora não se ignorasse a relação entre elas.

Surgiu, nesse momento, o critério de excelência como elemento norteador para a alocação de recursos públicos.

5.4 REFORMA UNIVERSITÁRIA E UFPR

Ante a legislação federal, implantando a Reforma Universitária e, ainda, visando superar a organização tradicional das universidades brasileiras, a UFPR deveria se adequar ao momento. Para tanto, constituiu, em 1968, uma comissão encarregada da Reforma Universitária, presidida pelo professor Brasil Pinheiro Machado, que se incumbiu de organizar um diagnóstico preliminar da situação da instituição.

O relatório final, apresentado ao Conselho de Pesquisa, apontava a preocupação em se adaptar às normas da Reforma Universitária justamente no que se referia à política de integração entre os planos de educação e de ciência e tecnologia, buscando um equilíbrio entre a pesquisa básica e a pesquisa tecnológica.[33] Na realidade, a Reforma Universitária integrava um conjunto de medidas maior, no qual se reestruturavam a educação e o magistério nacional, em conjunto com a reforma do ensino de 1º e 2º graus. No propósito de articular tais medidas, a Reitoria mantinha um sistema articulado e cooperativo de participação sistemática com o governo do Estado.

O Anuário do ano seguinte esclarecia que a UFPR estava se reestruturando de acordo com o estabelecido pela Reforma Universitária. "Esta definição da nova universidade brasileira trouxe para nós, junto com o desafio para mudarmos a nossa estrutura, uma série de problemas difíceis, mas que já começamos a resolver. Tivemos em 9 de maio, pelo Decreto n.º 64.483, aprovadas as bases da reestruturação da Universidade."[34]

Tudo isso era corroborado pela imprensa, que dizia:

> Os dirigentes da universidade possuem hoje consciência da necessidade de mudar, de atualizar-se e de integrar-se enfim ao próprio espírito da legislação do ensino. E sabem que deverão fazê-lo quanto antes, pois à proporção que o tempo passa, minguam ainda mais os recursos consignados ao ensino, a ponto de se tornar necessária neste a dispensa de dezenas de servidores e de não poder ainda o Hospital de Clínicas funcionar com sua capacidade plena de atendimento, reduzido à utilização de pouco mais de um terço dos seus leitos. Mas tudo isso depende de

> uma decisão global e de uma reformulação profunda que enquadre as universidades, como de resto o ensino, no contexto da realidade nacional e no respeito às peculiaridades locais. Universidades desigualmente equipadas, com professores mal pagos, ainda que bem recrutados, não podem funcionar direito.[35]

Em conseqüência disso, a legislação que estabeleceu a reforma universitária demorou algum tempo para se transformar em prática na UFPR. Segundo Alceu Ribeiro de Macedo, "... só com muito esforço, com doutrinação metódica, com paciência, se pode tornar efetiva uma reforma de base em qualquer instituição, mormente uma Reforma Universitária".[36]

Nessa perspectiva, embora o Ensino Superior estivesse em processo de reforma, internamente, na UFPR, duas alterações significativas ocorreram, uma em 1970 e a outra três anos após. A Reforma de 1970 atendia ao plano de reestruturação aprovado em 1969, que levou à elaboração do Estatuto de 1970, estabelecendo como objetivos da Universidade formar profissionais técnicos e cientistas, promover a educação, a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a cultura científica. Sua meta era contribuir para a solução dos problemas de interesse da comunidade. Já a Reforma de 1973 reestruturava a UFPR, suprimia institutos e faculdades, investia na organização administrativa e funcional.

O relatório apresentado por Flávio Suplicy de Lacerda demonstrava o caráter de instituição regional da UFPR, por associar à emancipação política do Estado em 19 de dezembro, como uma instituição paranaense. Numa visão global das atividades da Universidade, ressaltava-se o esforço em se adaptar ao novo sistema organizacional e operacional, decorrente da reforma universitária, cujos Estatutos foram aprovados por Decreto de 21 de maio de 1970. Estabelecia uma nova estrutura orgânica da Universidade, com a divisão de ensino básico nos institutos e ensino profissional nas faculdades, além de modificar os critérios de controle curricular, de promoção da sistemática administrativa.

Para implantar a nova estrutura, viabilizou-se um plano de trabalho destinado a avaliar a extensão e a profundidade dos programas de reforma. Este ia ao encontro da política educacional preconizada pelo governo, com o sistemático aumento do número de vagas para os diversos cursos e a criação da Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação.

Prosseguia, esclarecendo que as atividades de ensino, pesquisa e extensão cultural com ênfase nas atividades de integração universitária contaram com a cooperação da Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro, e com a promoção da Universidade Volante, desta vez na cidade de Campo Mourão, região Oeste do Estado.[37]

Assim, diante da Reforma Universitária implantada por força da Lei e das contingências de mercado de trabalho, a Universidade dispensou muitos esforços e ações significativas, para se adaptar ao novo sistema organizacional e operacional decorrente da nova estrutura. Enfrentou, ainda, inúmeros percalços que retardaram sua evolução, pois não era tarefa fácil modificar uma estrutura de 60 anos.

Além do enfoque organizacional ou estrutural, a nova ênfase relacionada ao ensino e a pesquisa tomava-os agora como indissociáveis. Para atender a esse particular, foram implantados cursos de pós-graduação, registrando-se, no ano de 1971, um aumento de 10% no número de vagas sobre o ano anterior. Também foram firmados convênios com instituições nacionais e internacionais, e quinhentos e vinte projetos pessoais de pesquisa foram aprovados pela COPERTIDE, referentes aos regimes de tempo integral. Quanto às atividades de extensão, sobretudo no aspecto cultural e artístico, promoveu-se a integração escola-empresa, com o programa de Bolsa do Trabalho.[38]

A par das questões legislativas, a Universidade precisava crescer. Dentre os projetos de obras, figuravam as ampliações dos edifícios do Centro Politécnico, o programa de esportes da Universidade e o projeto de instalações para o centro de Nefrologia. Sobre isso, acrescentava Flávio Suplicy de Lacerda: "Embora com congelamento das verbas orçamentárias específicas à Universidade, com recursos próprios do Fundo de Obras dá andamento às obras do novo edifício da Faculdade de Medicina e do Hospital Veterinário, de obras no Centro Politécnico e na Escola de Agronomia".[39]

Refletindo sobre a questão, em seu discurso de posse, Algacyr Munhoz Mäder comentava: "...a importância de Curitiba não é devida somente a fatores econômicos, sociais ou de outras ordens. Ela se impõe na realidade brasileira como um dos maiores centros culturais. É por excelência uma Cidade Universitária. [...] É a mística da educação, que interessa não só às elites, mas ao povo de modo geral". Acrescentava ainda: "O ano entrante

será talvez o mais difícil dos últimos tempos, tamanhas as tarefas a executar, e a complexidade dos trabalhos a programar, para a concretização da reforma. Vamos atravessar momentos difíceis".[40] Contudo, contava com o apoio irrestrito do ministro da Educação Jarbas Passarinho, que apoiava as justas reivindicações da UFPR.

As relações da Universidade com a comunidade se traduziam na participação bilateral dessas duas forças num sentido contínuo e crítico. A Universidade deveria operar em termos da demanda socioeconômica e cultural da comunidade, visando a acompanhar e incrementar o processo social global. Por isso, os seus programas se definiam em razão da integração social. Estava integrada no CRUTAC e no Projeto Rondon. O primeiro tinha por objetivo a interiorização da UFPR na zona rural, a exemplo dos *minicampi* de Coronel Vivida e de Foz do Iguaçu, e de sua influência direta dentro do Estado. O Projeto Rondon atuava em regiões distantes, a exemplo do *campus* avançado de Imperatriz no Maranhão. A UFPR foi pioneira no sistema de interiorização das universidades, onde atuou desde 1961, tendo realizado a ida das universidades volantes a várias regiões educacionais do Paraná, como ocorreu em Ponta Grossa, Londrina e Maringá. Visava não só motivar a juventude e o povo, mas também integrar a juventude brasileira ao país, dando exemplo de cidadania.

Em 1972, matricularam-se na Universidade dez mil e noventa alunos, sendo: ciclo básico, dois mil seiscentos e quarenta e quatro; faculdades, seis mil cento e dezenove; licenciatura nos institutos, mil e vinte e quatro; pós-graduação, cento e dezoito. Contava ainda com mil trezentos e noventa e dois professores, sendo: duzentos e oito titulares, cento e vinte e nove adjuntos, duzentos e sessenta e nove assistentes, oitenta e um contratados e setecentos e seis auxiliares de ensino. Devido a sua adaptação à Reforma Universitária, a UFPR passou por profundas modificações. Transformou-se, segundo o reitor Algacyr Munhoz Mäder, num grande campo experimental: "Dentro da filosofia de que a Universidade atual é um laboratório a serviço do interesse nacional, firmamos convênios com órgãos estaduais e universitários, nacionais e estrangeiros, com o fim de melhorar as condições de trabalho dos nossos pesquisadores". [41]

As idéias básicas que nortearam a reformulação e implantação do sistema educacional na UFPR referiam-se a: modificação do sistema do

Concurso Vestibular; estruturação de novo currículo iniciando pelo ciclo básico por áreas; implantação do sistema departamental; matrícula por disciplina; constituição dos Conselhos de Ensino e Pesquisa e dos Colegiados de Curso; e, por fim, a revisão da estrutura administrativa.[42] Tais diretrizes foram implantadas gradativamente.

A partir dessa concepção, o Conselho Universitário, em 2 de outubro de 1969, aprovava o novo Estatuto da UFPR, reconhecido pelo Parecer n.º 197/70, do Conselho Federal de Educação, e referendado pelo Decreto n.º 66.615, de 21 de maio de 1970, devendo em seguida ser elaborado o novo Regimento Geral da Universidade.

De acordo com ele, a Universidade foi organizada nos Institutos, respectivamente, de Matemática, Física, Geociências, Biologia, Ciências Humanas, e Letras e Artes; e nas Faculdades de Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Engenharia Química, Economia e Administração, Odontologia, Farmácia, Agronomia, Veterinária, Florestas. Essas unidades tinham como função primordial o desenvolvimento e a institucionalização da pesquisa, além da formação profissional. Ficou estabelecido, também, que os Departamentos se constituiriam na menor fração universitária, que concentraria as atividades de ensino e pesquisa, indissociadas.

A implantação da Reforma Universitária, no princípio, seria progressiva, à medida que se efetivassem as condições para tanto. A tarefa foi iniciada no final de 1971, sendo o Conselho de Ensino e Pesquisa constituído por representantes de cada unidade universitária, como órgão disciplinar de implantação. Porém, antes mesmo que se completasse a aplicação do novo regimento, o Ministério da Educação e Cultura exigiu nova reestruturação da Universidade. Esta exigência era uma crítica à onerosa estrutura da UFPR, dividida em institutos e faculdades, bem como por não concentrar em um único departamento matérias e disciplinas idênticas ou afins. "Como na maioria das universidades brasileiras, os departamentos recentemente criados na UFPR mantiveram-se subordinados aos institutos e escolas, apesar do empenho do Conselho Federal de Educação em modificar essa situação em todo o país."[43]

Então, novo plano de reestruturação foi aprovado pelo Decreto n.º 72.782 de 12 de setembro de 1973. Este organizava a Universidade em três setores básicos: Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Ciências Humanas,

Letras e Artes; e cinco setores profissionais: Educação, Ciências Sociais Aplicadas, Tecnologia, Ciências Médicas e Ciências Agrárias. Com isso, aboliam-se as faculdades, as escolas e os institutos.

Conforme o reitor Algacyr Munhoz Mäder, a reorganização administrativa, advinda com a Reforma 1973, propiciou a criação de novos cursos. Isto, por sua vez, colocou a necessidade de novos espaços adequados ao desenvolvimento das atividades acadêmicas. Planos e projetos foram elaborados para a execução no Campus Jardim América, em terreno permutado com o INAMPS, porém a crise econômico-financeira que se abateu sobre o país trouxe a conseqüente escassez de recursos e a suspensão da iniciativa, o que só seria retomado cerca de uma década depois. A solução, então, foi o remanejamento dos espaços internos.

Nas palavras de Algacyr Munhoz Mäder,

> …ninguém mais duvida que o ensino superior no Brasil teria de mudar de orientação, porque os tempos mudaram, os homens evoluíram e criaram uma extraordinária civilização à que se deve adaptar, reforma baseada numa planificação racional e harmonia com a realidade presente. Notários inconvenientes do antigo sistema foram eliminados, como a rigidez dos currículos, incapaz de atender às novas profissões que vão surgindo, face ao progresso acelerado da ciência e da tecnologia e às atividades produtivas do país. Novos caminhos foram abertos e outros alargados com o advento da Reforma: desenvolvimento do espírito de equipe, participação ativa de professores e alunos em decisões dos departamentos e colegiados de curso, relacionamento com entidades públicas e privadas para a melhoria das condições do ensino e da pesquisa, incentivo à pós-graduação, dinamização das relações com a comunidade, interiorização permanente através dos *campi*, assistência estudantil, bolsas de estudo e de trabalho, além de outras de real importância para o progresso da Universidade.[44]

Acrescentem-se a isso os novos currículos adaptados (1973), enxugados de toda complementação e nem sempre adequados à conjuntura nacional nem às condições de mercado e das novas exigências da sociedade brasileira.

O impulso ao desenvolvimento industrial do Paraná refletia-se na demanda, principalmente, pelo ensino superior. Nos anos 70, os cursos superiores de interesse para o setor secundário eram Administração,

Farmácia e Bioquímica, Serviço Social e Veterinária. Uma pesquisa do Instituto Euvaldo Lodi – IEL, em 1971, identificou que a maioria dos estudantes desejava estagiar em empresas, mas as oportunidades, apesar de significativas, não davam conta da demanda.[45]

Atendendo ao Programa de Metas e Bases para Ação do Governo Federal, de 1970, a UFPR, juntamente com o IEL, realizou um convênio visando a mobilizar esforços para viabilizar o Projeto Integração Universidade/Empresa/Governo. Este programa, instituído pelo convênio assinado em 1973, trazia o compromisso conjunto das duas instituições para realizar: treinamento profissional; visita a empresas e à universidade; encontros, estudos e debates em sistema de laboratórios; realização de pesquisas industriais e levantamento socioeconômico; e implantação de cursos de extensão e complementação.

Por recomendação do Conselho Federal de Educação, o número de unidades existentes na estrutura universitária deveria ser reduzido; isto causou as mudanças que tinham por base os departamentos. Com essas alterações, restringiu-se de noventa e dois para cinqüenta e cinco o número de departamentos.[46] Contudo, não se tratava de tarefa fácil: "A distribuição das disciplinas e relocação do corpo docente pelos Departamentos, em cada setor, estão praticamente concluídas, não se podendo deixar de reconhecer, contudo, a necessidade de pequenos ajustes, até que se encontre a solução ideal, o que se pretende obter com a aplicação do plano geral de implantação da reforma".[47]

Com a reforma de 1973, que acarretou a redução das unidades universitárias e a concentração dos cursos, tornou-se necessária a reestruturação dos departamentos, sobre os quais se alicerçava toda a estrutura do ensino e da pesquisa. "Atendo-se aos princípios fundamentais que devem reger a constituição dos departamentos, procurando evitar atividades paralelas e tendo em vista o princípio da concentração de recursos humanos e materiais, procederam-se a estudos, nos diversos setores, posteriormente aprovados pelo Conselho de Ensino e Pesquisa, que resultaram em nova organização departamental na universidade".[48]

Na crítica de Cecília Westphalen, a reforma desestruturou de forma grave e imperativa a própria organização universitária. Desmantelou uma hierarquia pautada nas Congregações, compostas pelos professores

titulares, representantes das categorias docentes e estudantis, além da departamentalização inadequada, acreditando ser a maior falácia imposta pela reforma. Acrescentava ainda: "Mas, de fato, substituiu-se o feudo da cátedra pelo soviet do departamento. Naquele, o professor catedrático indicava seus auxiliares e assistentes, assumindo inteira responsabilidade pela qualificação científico-profissional dos indicados. Neste, pela participação com direito a voto de auxiliares, assistentes, alunos e funcionários, muitas vezes igualitária, a responsabilidade resta diluída, portanto, não é de ninguém".[49]

Algacyr Mäder, em seu discurso de 19 de janeiro de 1973, ao citar seu colega Aloysio da Costa Chaves, da Universidade Federal do Pará, dizia: "A Reforma Universitária objetivou, em última análise, estabelecer uma equação perfeita entre a Universidade e a realidade brasileira. Mas esse é um trabalho de fôlego pelo qual se empenha a glória ou a vida. Essa é uma atuação programática que pode conduzir, com a mesma base de risco, ao Olimpo ou ao Edes".

Em conseqüência disso, na UFPR, duas reformas administrativas foram realizadas: a primeira em 1970, quando os departamentos foram reunidos em faculdades ou institutos, voltados ao ensino, à pesquisa e à extensão. Entretanto, o Conselho Federal de Educação não aceitou essa reforma devido ao grande número de unidades existentes na estrutura administrativa. Então, uma segunda reforma teve lugar em 1973, quando a UFPR foi organizada em setores.

5.5 NOVA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O plano de reestruturação da UFPR foi aprovado pelo Decreto n.º 72.782 de 12 de setembro de 1973. Em seu artigo primeiro, era declarada: "...autarquia de regime especial com autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar", mantendo suas funções de ensino e pesquisa, visando ao desenvolvimento tecnológico, cultural, filosófico, científico, literário e artístico.

Estabelecia também as Unidades Universitárias, divididas em três setores voltados ao ensino e à pesquisa básica, e cinco setores de ensino profissional e pesquisa aplicada, além de nove órgãos suplementares, a saber:

Biblioteca Central, Hospital das Clínicas, Imprensa Universitária, Centro de Computação Eletrônica, Centro de Estações Experimentais, Museu de Arqueologia e Artes Populares, Centro de Educação Física e Desportos, Centro de Recursos Audiovisuais, Orquestra e Coral Universitário. [50]

Nas unidades chamadas setores, o sistema comum do ensino e da pesquisa básica compreendia as áreas fundamentais do conhecimento humano em si mesmo ou com vistas a ulteriores aplicações. Compreendia, portanto, os Setores de Ciências Exatas: fusão dos Institutos de Matemática e de Física e da parte básica da Engenharia Química; Ciências Biológicas: fusão dos Institutos de Biologia e de Bioquímica; Ciências Humanas, Letras e Artes: fusão dos Institutos de Ciências Humanas e de Letras e Artes. O sistema comum de ensino profissional e pesquisa aplicada ministraria integralmente com programas de estudo e pesquisa nos respectivos campos de aplicação científica, tecnológica e cultural o ensino e o treinamento profissionais em nível de graduação e pós-graduação. Ainda decorreram modificações nos Setores de Educação: antiga Faculdade de Educação; Ciências Sociais Aplicadas: fusão das Faculdades de Direito, Economia e Administração; Ciências da Saúde: fusão das Faculdades de Medicina, Farmácia e Odontologia; Tecnologia: fusão da Faculdade de Engenharia, da parte profissionalizante da Faculdade de Engenharia Química, e de parte da Faculdade de Farmácia e do Instituto de Geociências; Ciências Agrárias: fusão das Faculdades de Agronomia, Veterinária e Florestas. [51]

A administração superior da UFPR passou a ser exercida pelo Conselho de Administração, Ensino e Pesquisa, e pelo Conselho Universitário, como órgãos normativos, deliberativos e consultivos, e pela Reitoria como órgão executivo central. No entanto, a Reforma só se consolidaria no Estatuto, aprovado pelo MEC em 14 de novembro de 1974. Nessa época, a Reitoria contava com quatro pró-reitorias: Administração, Ensino e Pesquisa, Assuntos Comunitários e Órgãos Suplementares.

> Os órgãos de direção dos setores eram constituídos pelo Conselho Setorial e pela Diretoria. Desta maneira, extinguia-se também a Congregação. O Conselho Setorial, órgão deliberativo e consultivo das unidades universitárias, era integrado pelo diretor, seu presidente, pelo vice-diretor, pelos chefes de departamento e por representantes do corpo discente escolhido por eleição. Tinha como uma das principais

> atribuições, eleger o representante do Setor no Conselho de Ensino e Pesquisa. A Diretoria, órgão executivo, guardava as funções de coordenação, fiscalização e superintendência do Setor. Os departamentos passavam a exigir um número de docentes, não inferior a quinze e a depender da disponibilidade de instalação e equipamentos. Deveriam constituir agrupamentos de disciplinas afins, abrangendo áreas significativas do conhecimento. De modo geral, guardavam suas atribuições. A coordenação didática de cada curso ficava a cargo de um Colegiado de Curso composto por um coordenador e um vice-coordenador e por um docente de cada departamento que participasse do respectivo ensino, além de um representante do corpo discente. A elaboração da lista tríplice para nomeação do coordenador e vice-coordenador, pelo reitor, era elaborada pelo Conselho Setorial.[52]

Novo enfoque também foi dispensado ao desenvolvimento e à consolidação da pesquisa e dos cursos de pós-graduação tanto de mestrado como de doutorado. Criou-se a Fundação da UFPR – FUNPAR para o desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura.

A UFPR possuía então três *campi*: o Campus Centro (reunindo os setores de Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Letras e Artes; de Educação e de Ciências Sociais Aplicadas); o Campus Jardim das Américas (reunindo os setores de Tecnologia, Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Centro de Desporto e Recreação); e o Campus Bacacheri (setor de Ciências Agrárias).

O Estatuto foi aprovado pelo MEC, por meio da Portaria n.º 676 de 14 de novembro de 1974, e cerca de um mês depois foi aprovado o Regimento Geral da UFPR. A Reitoria compunha-se de órgão executivo: Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores; de órgãos executivos da administração geral, e de órgãos executivos da administração específica.

O Regimento previa programas de integração universidade-empresa-governo que tinham por finalidade o intercâmbio operacional entre a Universidade e órgãos empresariais e governamentais, para ajustar o ensino às necessidades do mercado de trabalho.[53] Na década de 1970, a Universidade Federal do Paraná procurou integrar-se ao 1º Plano Nacional de Pós-Graduação. Seu estatuto de 1974 criou a Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa, que organizaria essas atividades, acompanhando o desempenho acadêmico, além de recrutar e aperfeiçoar o pessoal docente. [54]

Contribuiu para concretizar tais objetivos a introdução do regime de 40 horas semanais de trabalho, bem como a obrigatoriedade de apresentar e desenvolver pesquisa em forma de projeto, o que foi aprovado pelo CEP. Tal medida proporcionou oportunidade para a formação de um banco de dados, contendo os projetos cadastrados dos professores, incluindo todas as áreas: tratava-se do BANPESQ.

> Sem dúvida, a implantação do Banpesq assinala um ponto decisivo na história da instituição da pesquisa na Universidade. Sobretudo, porque ele propiciou à comunidade universitária a discussão e a crítica do nível científico dos projetos desenvolvidos, possibilitando avaliações e avanços de natureza qualitativa. Segundo os registros do Banpesq, para o ano de 1986, do total de mil, oitocentos e sessenta e oito professores da Universidade, novecentos e sessenta e sete, ou seja, 51,8%, estavam ligados aos projetos de pesquisa ali cadastrados.[55]

Enfim, gradativamente as novas determinações relativas à Reforma Universitária foram sendo incorporadas no cotidiano da instituição. Na medida do possível, e em consonância com a lei, ajustes foram realizados, de forma que a estrutura universitária se mantivesse articulada.

Na década de 1980, porém, a UFPR foi marcada pelas questões nacionais relacionadas à crise econômica e à avaliação das instituições de ensino superior – IES. Apresentava dificuldades para se modernizar e expandir a sua estrutura sem comprometer, no entanto, suas atividades comunitárias, didáticas e de pesquisa.

> Nessa época, uma equipe de Brasília, composta por técnicos da Secretaria do Planejamento da Presidência da República e da Secretaria do Ensino Superior do MEC, visitou a entidade com o objetivo de elaborar um relatório sobre suas necessidades. A UFPR reivindicava recursos complementares para a solução de algumas dificuldades, entre elas a aquisição de material bibliográfico, já que as bibliotecas encontravam-se desatualizadas, e se faziam necessárias à conclusão dos laboratórios de Eletrônica e Eletrotécnica, e a manutenção da residência médica. Era indispensável a aquisição de equipamentos necessários à manutenção de quinze cursos de pós-graduação.[56]

Havia a preocupação em titular seu corpo docente, mediante a participação do Plano Institucional de Capacitação Docente, existente desde

meados da década de 1970. Essa política alcançou suas metas, traçadas pelo PICD de 1982. Ela buscava maior integração com a comunidade, o aperfeiçoamento do seu quadro administrativo e docente e a melhoria da qualidade de ensino. Basicamente, o Plano possuía duas linhas de orientação: a primeira residia em capacitar profissionais e docentes nas áreas reconhecidas como vocação regional, ou seja, nas áreas de Ciências Agrárias e tecnológicas voltadas à industrialização. A segunda visava à capacitação docente em áreas carentes, como a de Ciências Sociais Aplicadas e tecnológicas. Para tanto, a UFPR contava com seus próprios cursos de pós-graduação, em todos os níveis, além dos diversos programas de fomento.

Outra ação significativa desse período foi a criação da Fundação da UFPR, a FUNPAR, voltada para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura. Seu objetivo era promover cursos, simpósios, conferências, além de colaborar na organização de cursos de graduação e pós-graduação e promover a divulgação de conhecimento por meio de publicações. Podia também implantar um sistema de bolsas de estudos para apoiar a formação de estudantes e professores e realizar pesquisas que atendessem às necessidades dos setores públicos e privados.

Transformações também ocorreram quanto à reorganização da estrutura administrativa, implicando a elaboração do novo Estatuto de 1983. Aprovado pela Portaria n.º 181 de 02 de maio de 1983, do MEC, em decorrência do Decreto n.º 83.857 de 15 de agosto de 1979, o novo Estatuto trouxe mudanças estruturais para a instituição, como a das Pró-Reitorias, que passaram a se organizar da seguinte maneira: Administração, Ensino e Pesquisa, Pós-Graduação, Planejamento, Assuntos Comunitários e de Órgãos Suplementares. Estabelecia como unidades universitárias os departamentos, que se reuniram em nove unidades, denominadas setores.

Os setores do sistema comum de ensino e de pesquisa básica e seus respectivos departamentos eram assim apresentados:

- Setor de Ciências Exatas: departamentos de Matemática, Desenho, Informática, Química e Física.
- Setor de Ciências Biológicas: departamentos de Ciências Morfológicas, Ciências Fisiológicas, Patologia Básica, Botânica, Zoologia, Bioquímica, Genética e Educação Física.

- Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes: departamentos de Comunicação e Ciências Sociais, História, Psicologia e Antropologia, Filosofia, Letras Estrangeiras Modernas, Lingüística, Letras Clássicas e Vernáculas e Artes.

Os setores do ensino profissional e pesquisa aplicada, com seus respectivos departamentos, eram assim apresentados:

- Setor de Educação: departamentos de Métodos e Técnicas da Educação, Planejamento e Administração Escolar, Teoria, Fundamentos da Educação e Biblioteconomia.
- Setor de Ciências Sociais Aplicadas: departamentos de Administração Geral e Aplicada, Ciências Econômicas e Contabilidade.
- Setor de Ciências da Saúde: departamentos de Patologia Médica, Clínica Médica, Cirurgia, Tocoginecologia, Pediatria, Saúde Comunitária, Medicina Forense e Psiquiatria, Estomatologia, Odontologia Restauradora, Farmácia, Enfermagem e Nutrição.
- Setor de Tecnologia: departamentos de Construção Civil, Hidráulica e Saneamento, Transportes, Mecânica, Eletricidade, Arquitetura, Geociências, Geologia e Tecnologia Química.
- Setor de Ciências Agrárias: departamentos de Medicina Veterinária, Zootecnia, Fitotecnia e Fitossanitarismo, Silvicultura e Manejo, Economia Rural e Extensão, Engenharia e Tecnologia Rurais.
- Setor de Ciências Jurídicas: departamentos de Direito Público, Direito Privado, Direito Penal e Processual Penal, Direito Civil e Processual Civil.

Entre os Órgãos Suplementares, criou-se o Centro de Biologia Marinha.

Em 1985 havia, na UFPR, mil, novecentos e vinte e um docentes e catorze mil e novecentos alunos matriculados, distribuídos em quarenta cursos.

Na década de 1980, com o período de abertura política, novamente abriu-se espaço para discutir uma reformulação do ensino superior no Brasil. A idéia se fortaleceu ao longo da década, sobretudo com o debate acerca da elaboração de uma nova Constituição. Pela primeira vez, a comunidade

universitária elegeu seu reitor democraticamente, o que ocorreu em 1985. Com isso, reacendeu o debate sobre o papel da UFPR na sociedade paranaense.

Nesse período, foi instituído um Programa de Avaliação da Reforma Universitária. O seu relatório final concluiu, entre outras questões, com relação ao primeiro ciclo, que "...este na realidade nunca foi implantado. Quanto ao ciclo básico, também não existe estrito-senso. Existem disciplinas básicas que se constituem em pré-requisitos para prosseguimento de estudos ulteriores de cunho profissionalizante".[57] Apontavam-se, ainda, problemas com turmas extensas, evasão escolar, rateio de verbas etc.

Alcy Ramalho (1982-85) iniciou o processo de consulta à comunidade para a escolha de reitor. Sobre essa questão, manifesta-se em artigo publicado na imprensa local: "Vivemos hoje o reencontro entre a Universidade e a comunidade. As verbas para custeio do ensino superior no Brasil devem, no mínimo, ser classificadas de ridículas. Cada cem cruzeiros de 1981 foram reduzidos hoje a apenas dez. E isso porque os recursos foram triplicados. Eram tão escassos que, de quase nada, passaram a muito pouco". Afirma também não haver sentido em discutir temas como democratização do acesso aos cursos superiores, uma vez que falta democracia no grupo escolar.

Ao se referir à descentralização da universidade, comentava: "E, descentralizando, devolver a Universidade à *civitas*. Curitiba soube construir sua Universidade; saberá, com certeza, reerguê-la."

Quando argumentava que a participação da comunidade implicava a democratização, não se referia apenas à escolha do reitor; dizia que esta participação era mais ampla, e que deveria, "...buscar o equilíbrio entre autonomia e responsabilidade social, comando eficiente e respeito aos valores democráticos". Seu objetivo essencial deveria ser a criação do conhecimento novo, pois esta era a missão permanente da UFPR – encontrar o conhecimento novo por meio da pesquisa científica, estudos e investigações em todos os domínios da ciência e da cultura. "Se, no entanto, perder de vista este objetivo, perde a universidade o sentido de sua existência. E juntos preparamos a universidade para formar cidadãos capazes de exercer funções em todas as áreas da ciência, da tecnologia, das humanidades e das diversas profissões através do conhecimento do patrimônio cultural e científico da humanidade. E, solidários, criamos o conhecimento novo através da pesquisa científica, da investigação em todos os domínios da ciência pura e aplicada, da tecnologia, da literatura, das artes, da filosofia." Finalmente, completa

seu discurso afirmando que "...a Universidade integra-se a *civitas* e paradoxalmente ganha dimensão universal. Sua fronteira é nossa capacidade de ousar e de criar. Seu horizonte é a soma dos talentos que aqui se congregam. E sua mensagem é a tradução de cada idéia que se junta a outra como tijolos na construção. Porque na Universidade vive a cidade – a grande cidade que amanhã erguerá sua ordem".[58]

A primeira eleição para reitor na UFPR, incluindo a consulta de professores, alunos e servidores, ocorreu em 1985. Votava-se em candidatos que, posteriormente, compuseram a lista sêxtupla a ser enviada ao ministro da Educação. Na ocasião, coube a vitória ao professor Riad Salamuni, vencedor do pleito realizado em 6 de novembro. Foi então indicado pelo Ministério da Educação para o cargo de reitor. Ao assumir, incorporou como um dos pontos básicos de sua gestão a adoção de eleições diretas para a indicação dos diretores dos setores, além de uma maior atenção ao ensino e à pesquisa. "A própria administração de Salamuni já é por si só um fato novo na história da universidade, como o primeiro reitor eleito democraticamente entre professores, alunos e funcionários, gerando, a partir desse fato, uma visão democrática dentro da UFPR."[59]

NOTAS

1 GAZETA do Povo. Curitiba, 13 de janeiro de 1984.
2 PARANÁ. Objetivos e metas de desenvolvimento, 1975-78. p.17.
3 PARANÁ. **Plano de Governo**, 1987-91. Curitiba, setembro de 1987. p.45.
4 PARANÁ. **Informativo,** 1989. p.13.
5 PARANÁ. **Informativo**, 1989. p.14.
6 PARANÁ. **Informativo**, 1 989. p.14.
7 PARANÁ. **Plano de Governo**, 1987-91. Curitiba, setembro de 1987. p.52-55.
8 COMNINOS, C. Alguns aspectos populacionais do Paraná. In: REVISTA Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, dez. 1967. p.47.
9 O ESTADO do Paraná. Curitiba, 24 set. 1977.
10 UFPR. Departamento de História. **Um século de Eletricidade no Paraná**. Curitiba: Companhia Paranaense de Energia, 1994. p.87.
11 BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República**, 1986-1989. Brasília: 1985. p.198.
12 SOBRAL, Fernanda. O ensino superior e a pesquisa científica e tecnológica. In: MARTINS, Carlos. **Ensino Superior Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.76.
13 LACERDA, Antônio. **O impacto da globalização na economia brasileira**. São Paulo: Contexto, 1998. p.90.
14 Decreto n.º 91.146 de 15 de março de 1985.
15 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: MEC, 1989. p.143 .
16 CNPq. Debate Nacional, p.53.
17 CNPq. Debate nacional, p.50.

[18] BRASIL. Presidente, 1985-1990. **Mensagem ao Congresso Nacional**, 1990. Brasília: Presidência da República, 1990. p.258.
[19] BRASIL. Presidente, 1985-1990. 1990. p. 258.
[20] BRASIL. Presidente, 1985-1990. 1990. p.264.
[21] BRASIL. Decreto n.º 93.668 de 09 de dezembro de 1986. III Plano Nacional de Pós-Graduação, 1986-89. Diário Oficial. Brasília, 10 de dezembro de 1986.
[22] MOROSINI, M.C. **Universidade no Mercosul**: condicionantes e desafios. São Paulo: Cortez, 1994. p.156.
[23] UFPR. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p.87-88.
[24] SILVA, A. da Costa e. Discurso proferido em 25 de março de 1969. **Anuário da UFPR**, 1969. p.18.
[25] Lei n.º 5.539 de 27 de novembro de 1968; Lei n.º 5.540 de 28 de novembro de 1968. In: UFPR. **Ensino Superior**. Legislação Básica, 1968. p.6-13.
[26] Decreto-lei n.º 464 de 11 de fevereiro de 1969. **Lex, 1969.** São Paulo: Lex, 1969. p.135-137.
[27] MEC. **Reforma Universitária**. Brasília, 1972.
[28] Decreto n.º 72.527 de 25 de julho de 1973. Aprova o I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PBDCT para o biênio 1973/74. Governo Emílio Garrastazu Médici.
[29] UFPR. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p.106.
[30] FÁVERO, M.L. Vinte e cinco anos de reforma universitária: um balanço. In: MOROSINI, M.C. **Universidade no Mercosul**: condicionantes e desafios. São Paulo: Cortez, 1994. p.161-163.
[31] BRASIL. Presidência da República. III PBDCT. Decreto n.º 85.118 de 3 de setembro de 1980. Secretaria de Planejamento. (Antônio Delfim Netto).
[32] FÁVERO, M.L. Vinte e cinco anos de reforma universitária: um balanço. In: MOROSINI, 1994. p.162.
[33] UFPR. Conselho de Pesquisas. **Relatório**, 1968. p.3.
[34] UFPR. **Anuário,** 1969. p.27.
[35] REVISTA Panorama, fev. 68, n.176. p.7-9.
[36] MACEDO, Alceu Ribeiro de. **UFPR, um pouco de sua história.** Separata do catálogo da UFPR, 1977. p.18.
[37] UFPR. **Anuário,** 1970. p.55-57.
[38] UFPR. **Anuário,** 1971. p.78.
[39] UFPR. **Anuário,** 1971. p.80.
[40] UFPR. **Anuário,** 1971. Discurso de posse de Algacyr Munhoz Mäder, 1º de junho de 1971. p.82.
[41] UFPR. Reitoria. **Relatório,** 1972. p.6-7.
[42] UFPR. **Catálogo Geral**, 1973. p.22.
[43] UFPR. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p.91.
[44] UFPR. MÄDER, Algacyr Munhoz. **Sintomas de uma reforma real**. Curitiba: Reitoria, 1973. p.6-7.
[45] REVISTA Panorama. Curitiba, set. 1974. p.14.
[46] UFPR. Reitoria. **Relatório Anual**, 1973. p.6.
[47] UFPR. Reitoria. **Relatório Anual**, 1973. p.7.
[48] UFPR. **Relatório Anual**, 1973. p.5.
[49] WESTPHALEN, 1988. p.57-58.
[50] BRASIL. **Lex**. Coletânea de Legislação, 1973. Legislação Federal e Marginalia. São Paulo: Lex Editora, 1973. p.1417.
[51] UFPR. Reitoria. **Relatório,** 1973. p.6.
[52] WESTPHALEN, 1987, p.30.
[53] UFPR. **Regimento Geral,** 1974. p.59.
[54] UFPR. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p.111.
[55] WESTPHALEN, 1987. p.85-86.
[56] UFPR. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p.112.
[57] UFPR. Programa de Avaliação da Reforma Universitária. **Relatório Final**, 1985.
[58] RAMALHO, Alcy. Universidade e Desafios. In: GAZETA do Povo. Curitiba, 29 de dezembro de 1985.
[59] GAZETA do Povo. Curitiba, 29 abr. 1987.



Houve uma tentativa na segunda metade dos anos 50, de criar aqui um curso de doutorado. Essa coisa durou pouco, mas não foi avante. O de mestrado, no curso de Direito, foi criado depois que eu me aposentei. Eu nunca me dei bem com a Reforma Universitária, e quando ela foi instalada eu me aposentei, aliás com vencimentos proporcionais, me aposentei voluntariamente. Porque nunca aceitei, e nunca vi mérito nenhum na Reforma Universitária. Nada do que aconteceu de lá para cá justifica o que fizeram. Foi feita pelos militares que, não sei por que, queriam trazer para cá a idéia das universidades americanas, embora me pareça que não era bem isso. Porque quando eu visitei a América do Norte, em 62, a Universidade de Harvard tinha 4 turmas de segundo ano com quatro professores diferentes em Direito Constitucional, porque havia muito aluno. E não havia nada de um departamento chefiando aquilo tudo. Então eu não sei bem qual era a verdadeira ligação entre a nossa Reforma e o que se fazia na América do Norte. Mas o que se dizia era trazer para cá o exemplo americano etc. Eu nunca concordei com isso; a Faculdade, ao meu ver, só perdeu com a Reforma Universitária.

Egas Dirceu Moniz de Aragão

Quando eu me formei, para fazer pós-graduação se tinha que ir para São Paulo ou para o exterior. Em 1969-70, a gente ouvia falar em pós-graduação, mas não era uma coisa assim que a gente tivesse habituado a realizar. Quando fui para a vida profissional, eu vi que meu conhecimento não era suficiente. Tinha problemas na vida da gente que não se podia entender, e isso motivou a gente a buscar mais conhecimento. Então, fomos para São Paulo.

Luiz Doni Filho

Com o fato que houve o tempo integral na Universidade, o pessoal resolveu optar por ficar na Universidade em vez de ficar no TECPAR; o Instituto passou a ser secundário em relação à universidade. As lideranças científicas que existiam no Instituto passaram para a Universidade. E não se manteve, no Instituto, a tradição de pegar gente jovem e formá-los de tal maneira que você tivesse uma massa crítica adequada.

Glaci Zancan

[Sobre uma viagem de estudos à Europa e aos Estados Unidos]
Eu acho que foi fundamental, porque, logo que eu voltei, nós implantamos no Curso de Engenharia Química, no quinto ano, uma disciplina chamada na época "Tratamento de efluentes industriais". Então foi um começo para que os alunos da Engenharia Química tivessem uma noção de como tratar efluentes industriais, tanto na parte principalmente líquida, como na parte de efluentes gasosos. Na época se discutia muito pouco a parte de efluentes sólidos, mas foi fundamental, porque a gente pôde transmitir essa experiência toda pra os alunos naquela época, em que se estava iniciando esse tipo de discussão no Brasil.
Eu acho que nós podemos dizer que nesta área somos um dos pioneiros, juntamente com o Estado de São Paulo, que já tinha problemas. Mas o Paraná, na época, com esse órgão, essa autarquia chamada SUREHMA, foi um dos estados pioneiros que começou. Inclusive nesse período nós tínhamos problemas seriíssimos com os efluentes das usinas de cana-de-açúcar, que produziam açúcar e álcool, e que jogavam um efluente altamente contaminado, chamado restilo ou vinhoto, nos córregos de água, e este era um problema muito sério.

Ivo Brand

Dentro da Universidade, também falando em questões de currículo e de currículo pleno, eu tive uma participação bastante efetiva, e talvez fosse um dos primeiros cursos do Brasil a implantar o estágio curricular obrigatório. Por uma das minhas gestões, a gente conseguiu implantar o estágio curricular nos moldes em que está funcionando até hoje, ou funcionou até há bem pouco. Não sei como que está a saída do aluno hoje, após conclusão de todas as disciplinas obrigatórias, a saída para a realização de um estágio curricular. Isso foi lá pelos anos de 1973.

Eu participei de uma comissão com a finalidade de um estudo e uma possível extensão do Curso de Medicina Veterinária em Palotina. Na oportunidade foi muito discutido pela Prefeitura, pelos órgãos da Prefeitura, porque eles queriam Medicina Veterinária lá. Naquela oportunidade, nós sugerimos a criação do curso de Agronomia ou de Engenharia Agronômica porque, na

realidade, eles têm terras planas, altamente produtivas, solos ricos, férteis. Por que não Agronomia? Aí o prefeito, na oportunidade, me disse que foi a comunidade que sugeriu que viria o Curso de Medicina Veterinária. Como eles, na oportunidade, acharam então que seria Medicina Veterinária, nós fizemos um relatório pro Magnífico Reitor e ele aceitou. Então tivemos todo um trabalho de convencer a nossa comunidade, ciente do porquê de levarmos uma extensão à Palotina. Naquele momento, era um município que vivia em situação econômica muito boa. Então eles nos prometeram muitas coisas na oportunidade. Construção de laboratórios, construção de fazenda, construção de hospital, e a gente viu aquilo como um sonho. E coisas que nós não tínhamos aqui talvez a gente conseguisse lá. E, além disso, o professor que fosse dar aula lá teria um acréscimo de 30% no seu salário, com todas as despesas pagas, de viagem, de estadia. Então a gente teve a oportunidade de participar e nós fomos indicados para uma segunda comissão, que ficou com a implantação.

Ítalo Minardi

E, quando cheguei aqui, o doutor Newton Carneiro tinha acabado de ser também contratado para professor da Faculdade de Engenharia Florestal. Ele tinha terminado o mandato dele de deputado e quis dedicar-ser à área de formação acadêmica. E aí, o doutor Newton, conversando comigo – eu tinha acabado de retornar dos Estados Unidos –, falou assim: "Olha, eu gostaria que você assumisse a organização da pesquisa, porque a pesquisa é importante". Naquela época nós tínhamos um Centro de Pesquisas, a Universidade estava organizada com centros de pesquisa em todas as áreas de conhecimento; então nós tivemos também nosso Centro de Pesquisa lá no curso de Engenharia Florestal. Esse foi o primeiro cargo que eu tive na Universidade: Diretor do Centro de Pesquisas. Ao passar um pouco de tempo trabalhando ali, eu senti que era muito difícil executar projetos, por quê? Porque se caía naquele sistema burocrático de convênios. Até acertar convênios, até fazer toda aquela tramitação burocrática, o dinheiro chegava e era um problema sério para gastar, porque tinha que se fazer todo esse processo burocrático para gastar. Então, naquela época, eu contestei que tivéssemos uma continuidade nesse modelo, que eu achava ineficiente, totalmente ineficiente. Foi quando eu propus, exatamente no ano de 1971, a criação da nossa Fundação de Pesquisas Florestais, uma fundação totalmente independente. Naquela época foi considerada uma idéia um pouco

mirabolante. Então, veja bem, o que é que eu queria naquela época? Ter uma entidade independente, que pudesse negociar mais rapidamente, mais agilizada, e também que pudesse ter mais liberdade de trabalhar. E aí a Universidade concordou, porque, na verdade, eu provei a eles que uma idéia dessas só traria benefícios ou, pelo menos, não traria malefício algum para a instituição. Então saí fazendo o quê, após essa criação feita? Fui negociar com as empresas florestais do Paraná um apoio, trocando o apoio financeiro que nos davam por uma assessoria técnica ou uma transferência de conhecimento para as empresas. E assim, gradualmente, as empresas foram aceitando a idéia, achando-a boa. Portanto, nós viabilizamos um apoio financeiro mensal das empresas para a pesquisa funcionar. Foi assim que começou. E tendo em vista que esse modelo funcionou bem, pois tinha tido respaldo lá na comunidade, nós passamos a fazer uma série de propostas, e as propostas foram, gradualmente, todas aceitas. O Governo brasileiro, na época, estava com muita ansiedade para fazer trabalhos. E a gente começou a fazer inventário florestal para todo lado, a partir do resultado bem-sucedido do inventário do pinheiro. Eu costumo dizer isso hoje: que nosso trabalho aqui no Paraná, na Escola de Florestas, deu muitas aberturas para o setor florestal.

Sylvio Péllico Netto

E daí eu me lembro, quando o doutor Newton Carneiro falou, como a FAO estava se retirando da Escola de Floresta, precisava de professores, então fez um convênio com a Alemanha, com o professor Gerhard Speidel. E o professor Tourinho era diretor na época. Aí nós fomos contratados, eu me lembro que falaram assim que a gente tinha que ir pra Alemanha, ficou aquele boato. "Quem vai?" Ninguém queria ir, tinha que aprender alemão. Aí, um dia, o professor Tourinho chamou a mim e o Takao Inoue, os dois únicos descendentes de japonês, não sei por quê. Chamou, falou assim: "Vocês vão estudar na Alemanha!" Aí eu olhei pro Takao: "Ó, acho que não dá, não" – "Por quê?" – "Eu não falo alemão" – "Ué, aprende!" – "Puxa, mas pra mim é mais fácil inglês ou então japonês", porque eu já falava, eu estava preparado pra ir pros Estados Unidos. Aí ele falou assim: "Não vai?", falei "Não, não dá." Ele falou "Bom", aí ele olhou pro não sei quem que tava lá e disse: "Ah, então vamos fazer uma ordem de serviço". Eu ouvi aquilo, aí na hora de sair eu falei ainda pro secretário, seu Casemiro, eu falei: "O que que é ordem de serviço?" – "Ah, ordem de serviço é quando um

funcionário não tá muito a fim de fazer, aí a gente expede ordem de serviço". Aí eu falei "E se a gente não fizer?" – "Bom, se não fizer o senhor não tá cumprindo a função, portanto, tá despedido." Aí eu fiz meia volta e disse: "Ah, professor Tourinho, eu vou pra Alemanha, sim."

Agora, em termos desse convênio entre o Brasil e a Alemanha, aconteceu o seguinte: eles mandariam os professores pra substituir a gente aqui, e daí, quando a gente se formasse lá, a gente voltaria e ficaria mais um tempo com os alemães, pra formar uma segunda geração. Então, havia duas gerações pra consolidar, e eu acho que isso que deu certo. Porque se fosse só a primeira geração, muitas vezes a pessoa vai pra uma instituição etc. e desestrutura o quadro formativo. Outra grande vantagem nossa foi a diversificação do corpo docente na Escola de Florestas, pois temos gente formada na França, temos gente formada no Japão, Estados Unidos, Austrália, Inglaterra, Alemanha, em vários países do mundo. Então eles trazem conhecimento diferenciado, pode ser a mesma área, mas os professores têm o conhecimento diferenciado. Isso foi bom, isso evitou a autofagia, porque cada um tinha o seu domínio de conhecimento.

Roberto Hosokawa

Quando entrei na universidade, que foi em 77, nós tínhamos uma unidade chamada Geociências, que era o antigo Instituto de Geociências. Aí, com a departamentalização da universidade, essa unidade se tornou o departamento de Geociências. E aglutinávamos cursos de Geografia, de Geologia, e Astronomia e Geodésia, que era a parte que ficou com a Geociências: Topografia, Geodésia e Astronomia. Esses três departamentos, logicamente, constituíram o antigo Setor de Geociências, e com o tempo isso foi se fragmentando, vendo a necessidade, a especificidade de cada um, a demanda de cada um com os cursos propriamente ditos. A Geologia criou um departamento próprio e foi separada do departamento de Geociências. Aí o departamento de Geociências ficou com Geografia, Astronomia, Geodésia e Topografia, que era a minha área de atuação. Com o tempo também houve a necessidade de separação; nós tínhamos um curso de um departamento

de Geociências que não espelhava todas as Geociências, então aí a gente separou o curso de Geografia e ficamos com o departamento de Geociências muito reduzido. E daí nós evoluímos para trocar o nome do departamento de Geociências para Geomática. Na criação do Setor – eu participei intensamente na criação do Setor – houve o desmembramento do nosso Setor, hoje de Ciências da Terra, do antigo Setor de Tecnologia. A gente mudou também o nome do departamento de Geociências para Geomática, que é realmente a palavra que aglutina as nossas atividades afins.

Quintino Dalmolin

Falava-se muito da Reforma e tal, a Reforma Universitária, eu não fiz parte, mas sei de colegas que participaram, a maioria deles que fizeram parte dessa comissão já são falecidos. Nós íamos ter uma parte básica, Institutos básicos, e iam manter as Faculdades. Mas qual não foi a nossa surpresa, quando veio a Reforma, que nos impuseram. Nós não pudemos dizer nem A nem B, nos colocaram a Reforma, na qual as faculdades foram fragmentadas. Acho que aí foi um mal, porque nós perdemos, a própria Faculdade de Farmácia, na parte profissionalizante, se dividiu. Aí então aquele sentido de companheirismo, de unidade, ficou completamente eliminado. Eu nunca fui contra a Reforma, mas acho que como ela foi implantada, assim, de não ter mantido as faculdades com a parte profissionalizante pra gente poder, afinal, um conversar com o outro e entender e fazer a parte básica das disciplinas que são comuns a todos...

Por outro lado, ficou assegurado que aqueles antigos catedráticos manteriam o seu status. *Mas isso não ocorreu e a Universidade mudou com isso. Mudou, porque a partir daí se perdeu o sentido de fazer uma carreira universitária, que ficou muito prejudicada com isso. Naquele meu tempo não havia mestrado e doutorado, e eu fiz o que havia, que era a docência livre e depois a cátedra. Agora, com o mestrado e o doutorado fica até melhor, porque o candidato tem um acompanhamento, uma orientação com um professor experimentado, que vai acompanhá-lo a fazer a sua tese, a sua monografia, e vai orientá-lo.*

Amaury Caron dos Anjos

Assim como também trabalharia em seguida no Mestrado em Letras da Federal, que também foi em algum sentido muito jovem desde 1974, se você pensar que o mais antigo é o Bioquímica, de 1965, e depois vem o de Entomologia e Genética, que são de 1969. Letras, que não é de uma área pesada, da big science, *está muito bem. O que tem de interessante para mim: quando eu passei a trabalhar na UFPR, aqui sim eu encontrei vários nichos de pesquisa. Tinha um que era famoso, importante, que era o de História, comandado pela professora Cecília Westphalen. De alguma maneira, eu tomei contato com a herança cultural do professor Loureiro Fernandes em Etnografia. Logo estabeleci relações com o professor Igor Chmyz, de Arqueologia, por uma curiosidade minha. Mas, mais que isso. Eu ainda encontrei o prédio em momento de mudança, porque também estava ocorrendo os desdobramentos da Reforma Universitária, que havia fragmentado a Faculdade de Filosofia em diversos cursos das Ciências Naturais de Geologia, Biologia, e assim por diante, que estavam indo para o Centro Politécnico. Mas ainda por algum tempo a gente conviveu de uma maneira muito parcial.*

José Luiz da Veiga Mercer

A transferência pro Setor Politécnico daqui, a Bioquímica daqui, da Alfredo Bufrem para o Centro Politécnico, foi em 1978. Uma série de atrapalhos, porque nós tínhamos equipamentos muito caros, e na época a nossa transferência pra lá foi muito complicada, porque era feita em caminhões. Então os equipamentos de grande porte, extremamente valiosos, eram desligados e colocados ali em cima. E outros não funcionaram mais, enfim, tivemos uma série de problemas naquele período de 78 a 81.

Não sei por qual motivo, tivemos que nos mudar rapidamente, inclusive não tínhamos água, não tínhamos luz nas salas. Quer dizer, à medida que elas estavam sendo ocupadas, nós, a Universidade, designou pessoas responsáveis para instalar isso tudo, tomadas, corrente elétrica, enfim, tínhamos equipamentos de grande porte e precisávamos de infra-estrutura. Mas de 1979 pra 80 já se fazia pesquisa forte, ali no Setor Politécnico.

Marcello Iacomini

Em 67, houve oportunidade de entrar na Universidade, que precisava de professores. Então o professor do Convênio que era da minha área ia sair, então fui contratado como auxiliar de ensino em 1967 por tempo parcial, de 24 horas. O reitor Flávio Suplicy de Lacerda gostava de economizar, de pôr dinheiro na gaveta, tinha um fundão dele aí, imenso. E ele, a cada ano que passava, pra economizar, diminuía o tempo dos professores. Eu comecei com 24, fui pra 18 e depois pra 12 horas. E isso não era só comigo, também com vários outros. Tempo integral na época não existia, não existia essa cultura, eram pouquíssimos os que tinham tempo integral aqui na nossa Universidade. Tira aí o Padre Moure, talvez o professor Kamil Gemael, o professor Freyre-Maia, talvez o professor Bigarella, esses focos de crânios que já tinham nome nacional, exatamente. Mas fora isso, não existia cultura de tempo integral, o tempo integral na Universidade começou, na realidade, só no ano de 70, porque o próprio Ministério começou a criar o tempo integral.

E assim nós fomos formando os primeiros engenheiros florestais. Esse convênio com a FAO foi de 1962 até 69. No momento em que terminou esse convênio, apesar de a FAO ter trazido equipamentos, bastante equipamentos, houve como que uma caída no buraco. Ficamos órfãos, vamos dizer assim. Aí, na época do doutor Newton Carneiro, ele começou a negociar um convênio com a Alemanha e conseguiu rápido. Os professores de lá começaram a chegar em 71 e ficaram aqui até 82. O Convênio terminou em 82 oficialmente, embora o intercâmbio continuasse na prática até hoje entre professores daqui que fizeram o doutorado em Freiburg, e professores de lá. Então eu costumo dizer: se a FAO foi o pai dessa Escola, a Universidade de Freiburg foi a mãe. Mas enquanto a FAO não deixou substitutos para dar continuidade ao trabalho, o convênio UFPR-Freiburg visou à formação de massa crítica.

Nós sempre tivemos interação forte com a iniciativa privada. No nosso curso, diferentemente dos outros da área agrária, nunca fomos empregados públicos por excelência, nunca. Porque quando se começou a formar engenheiros florestais no país, começou uma demanda muito grande por engenheiros florestais, mas havia poucos formados. Houve uma demanda muito grande no setor privado, e isto inibiu a ida de muitos engenheiros florestais para o

setor público. Tinha um ou outro pelas universidades, como eu e meus colegas aqui, mas basicamente o engenheiro florestal não era, desde o início, um empregado público. Como era tradicionalmente a Agronomia e a Veterinária, que são profissões bem mais antigas. O mercado de trabalho do engenheiro florestal não era o público, e sim o setor privado. E, com isto, a Escola também desenvolveu uma cultura de intercâmbio com a iniciativa privada, com as empresas. Tanto é que nós criamos, em 1971, a Fundação de Pesquisas Florestais, que foi a primeira fundação dentro desta Universidade, fundação nossa, pois a FUNPAR foi criada nos anos 80. E através da Fundação a gente teve e ainda mantém um contato forte com a iniciativa privada, com as empresas florestais, de modo geral.

Sebastião do Amaral Machado

A FUNPAR tinha um capital inicial dela, um aporte das entidades que participaram na sua criação, mas a Universidade tinha a maior parte do percentual, então ela dominava no Conselho. Bom, na época, procuramos integrar e verificar todos os departamentos. Fiz contato com o maior número possível de professores que tinham projetos de pesquisa. Como eu fui preparado na Universidade de Freiburg para ser professor e pesquisador, eu vim com essa missão, e não queria fugir dela, porque eu gostei, eu me senti muito bem neste ambiente. Bom, aí a FUNPAR me deu a grande satisfação de conhecer todos os laboratórios de nossa Universidade, para isso levei uns dois, três, quatro meses.
Eram dois anos de mandato. E eu cumpri os dois anos até o finalzinho, quando terminou o mandato do reitor, o professor Ocyron Cunha. O sucessor dele, o professor Alcyr Ramalho, me convidou para continuar na FUNPAR. E eu já estava bem entrosado, tinha me familiarizado com todo o nosso corpo docente da UFPR, e a FUNPAR já estava começando a caminhar.

[Sobre o Curso de Engenharia Florestal da UFPR ser considerado o melhor do Brasil] Foram importantes os convênios estabelecidos com a FAO e o Governo da Alemanha. Mas o grande crescimento aconteceu depois de 1972, quando ofertamos o primeiro curso de mestrado na área, na América do Sul. Começamos a fazer muita pesquisa. Ensinávamos com conhecimento

de causa, sem precisar somente repetir o que estava escrito nos livros. E veja como o trabalho foi produtivo. Hoje o Departamento de Engenharia Florestal da UFPR é reconhecido internacionalmente.

José Henrique Pedrosa Macedo

O concurso que eu fiz era para Geometria Descritiva e Desenho Técnico. Então, tornei-me professor de Geometria Descritiva e Desenho Técnico, embora o que eu gostasse realmente era de Geometria Descritiva. Porque faz o aluno pensar, e você tem retorno do que ensina e vê o progresso do aluno. Um aluno que não enxerga nada no espaço, você consegue fazer com que ele enxergue. Desenho Técnico é mais norma, é padronização, vai e vai desenhando [...] Mais tarde, criaram uma disciplina que era Geometria Euclidiana, no departamento de Matemática. E como não tinha ninguém que desse a disciplina, fui dar a disciplina. Aí tive que estudar muito, porque eu, como arquiteto por formação, acabei dando aula pra Matemática. Então, a minha maneira de ver a Geometria é diferente da maneira de ver de um matemático. Inclusive, no departamento, eu tinha divergências com os matemáticos, porque eles pensavam de uma maneira diferente, muito teórica. Eu acho que deve existir uma aplicação para aquilo que você está aprendendo. Mas os alunos acabaram gostando do que eu ensinava.

O professor Portugal era arquiteto também; nós éramos os dois arquitetos do departamento de Desenho. E ele era mais antigo que eu e dava aula pra Arquitetura. E eu também queria dar aula pra Arquitetura. Então ele dizia: "Teixeira, você vai dar aula pra Arquitetura o dia em que eu morrer". E foi o que aconteceu. Ele teve um infarto, acabou morrendo, e eu assumi o Curso de Arquitetura, ainda como professor do Departamento de Desenho. Mas era meu desejo ir pro Departamento de Arquitetura porque eu queria ver o resultado do meu trabalho, o resultado final. Porque, como professor de um Departamento de Ensino Básico, o que acontecia era que eu dava aula pra todos os cursos, as engenharias, matemática, desenho industrial, agronomia. Assim, você não vê o resultado do teu trabalho, porque aquilo era uma disciplina básica. Depois o aluno vai fazer o curso profissionalizante. E na Arquitetura é diferente. Eu sabia que eu ia ensinar pro calouro aquilo, e ia ver no final do Curso o resultado do meu trabalho, o que ele aprendeu quando ele apresentasse o trabalho de graduação.

José Luiz Teixeira

Voltei pra Curitiba, pra Universidade Federal, reassumi as minhas funções docentes e, na época, de novo, a rediscussão de conteúdos, revisão de currículos. Toda essa experiência obtida no doutorado acabou influindo, eu acho que positivamente, no enriquecimento da formação do bibliotecário. A gente estava procurando aprimorar, e por sugestão minha, com esse conjunto de novos conhecimentos, duas disciplinas foram introduzidas no currículo. Uma foi a disciplina de Métodos Quantitativos em Biblioteconomia, substituindo a disciplina de Estatística, que já constava do currículo, mas o histórico dos alunos era de muita dificuldade. Uma outra disciplina que introduzi foi Automação em Bibliotecas. Então os alunos começaram a ter idéia do que era a aplicação do computador nos diversos serviços da biblioteca. E na época, a grande dificuldade era explicar isso sem ter computador, porque o departamento não tinha computador. Na época começavam a aparecer os microcomputadores. Nem o curso de Processamento de Dados da Universidade tinha laboratório de informática para os seus alunos de Processamento de Dados. Então, na época eu tive a disponibilidade, e porque eu tinha muita vontade que as coisas acontecessem direitinho, e como a Universidade não tinha dinheiro pra comprar um computador, eu comprei um computador e trazia os alunos em casa, e a gente experimentava as coisas em casa.

Wanda Maria M. da Rocha Paranhos

E depois que veio a Reforma Universitária, em 72, aí a Faculdade de Filosofia foi extinta e foram criados os setores. Nós éramos muito submissos, então veio de cima o que se tinha que fazer, e a gente foi fazendo sem muita discussão. Mas eu sei que quando foi proposta a criação da Faculdade de Educação, houve muita reação no Conselho. Eu era diretora da Faculdade de Educação. E aí houve uma outra reforma, que criou os setores. Porque na primeira reforma foram criados os institutos básicos e houve outra criando os setores. Nessa ocasião, eu já era membro do Conselho Universitário e houve muita discussão se haveria necessidade de ter uma Faculdade de Educação, ou se devia ser apenas um departamento.

Zélia Milléo Pavão

Era a Direção da Faculdade, o Conselho Técnico-Administrativo e a Congregação. A Congregação reunia os professores. Quando vieram os departamentos, nós sentimos já que haveria, como realmente houve, uma desagregação. E os departamentos não tinham condições materiais e humanas para proporcionar aquilo para o que eles foram idealizados. Então a frustração foi devido a dois fatores. Primeiro, nós perdemos o convívio, que era muito grande, com a Congregação; havia quase uma reunião por semana na Congregação, onde vários problemas de administração também eram tratados, além de problemas didáticos, de métodos didáticos e tal. Então houve essa frustração.

René Dotti

[Sobre a Reforma Universitária] Olha, a gente brigou muito e ela até veio, por causa das nossas brigas também, a própria Reforma veio por aí, porque o fundamental aí na reforma do ensino foi o seguinte: existia um movimento muito grande por vagas na Medicina e criou-se um excedente, quer dizer, fizeram um vestibular em que passou gente, mas não tinha vaga. Mais gente do que vaga. Então isso aí criou um impasse muito grande e uma demanda muito grande por vagas na Universidade.

Que eu acho que uma das coisas muito complicadas na Reforma foi justamente essa questão de ter disciplinas em vários lugares, de não ter turma fixa, parece que ficou muito complicado isso, isso que foi a pior coisa da Reforma. Porque uma das coisas que a gente criticava era o seguinte: que nós nunca teríamos condições de formar bons técnicos que nem os americanos, os alemães etc., que têm uma tradição enorme, que nunca teríamos. Que uma universidade que fosse mais, assim, de caráter muito prático, não teria viabilidade, porque não teria sustentação de laboratórios, de gente especializada etc. Então, aí começou a coisa.

Naquela época o reitor era o Suplicy, foi na época em que eu entrei na Universidade. E depois ele foi ser ministro. E em 68, quando ele voltou, houve uma tomada da Reitoria pelos estudantes. E daí tiraram o busto do

homem de lá e serraram o nariz e tal. E eu vi, vi a cena, eu estava lá em cima, fiquei muito preocupado com o laboratório, com as coleções de bichos lá, achava que os estudantes iam subir lá pra cima. Mas daí eu desci e participei, porque era um sonho. Participei também, mas eu estava preocupado mesmo que subissem lá pra cima.

Sebastião Laroca

Além de lecionar a disciplina de Zootecnia Geral, naquela ocasião, eu era responsável pela parte de Produção Animal da Fazenda Experimental. E fiquei uma boa temporada com essa atividade. E paralelamente eu era funcionário da Secretaria da Agricultura e era diretor da Fazenda Experimental do Governo do Estado, aquela que fica ao lado da nossa fazenda e do Parque Castelo Branco. Eu fiquei nessa vida aí em torno de uns 20 anos.
O meu professor titular, José dos Santos, sabia que eu gostava muito da prática, então eu tinha mais as atividades de aulas práticas; e como tinha os animais à mão, tanto na Fazenda do Governo do Estado, como na Fazenda da Universidade, então tornava-se fácil pra gente fazer essas aulas práticas. Fui escolhido dezesseis vezes como paraninfo e patrono de turma, porque a gente tornava-se amigo da gurizada. Então fiquei nessas duas atividades, mas evidentemente depois que eu me aposentei no Governo do Estado, aí passei a ter uma dedicação exclusiva na Universidade.

Silvio A. R. Degasperi

Quando entrei na Faculdade, nós tínhamos disciplinas anuais, uma ou outra poderia ser semestral, mas em geral eram anuais. Depois, então, veio a Reforma Universitária e a disciplinas foram todas partilhadas. Por exemplo: a minha disciplina, que era Análise de Balanço, tornou-se dupla e foi desdobrada em duas disciplinas: Direito Tributário e Contabilidade Bancária, e assim todas elas. Isso criou uma dificuldade para os alunos, por quê? Porque a realidade era outra, deveria ser outra. Cada disciplina tinha que ter um professor ou alguma coisa assim. Porque para eu ter duas disciplinas, disciplina I, disciplina II, tinha que haver continuidade. Aí começou o problema da não-continuidade, e o coordenador ou chefe de departamento começou a ter dificuldades também, por causa da disciplina, que era

ensinada em um espaço muito curto de seis meses e não tinha continuidade, porque aí já pegava outro professor que não tinha a mesma linha do anterior. Eu acho que até hoje não existe diálogo suficiente entre os docentes. Cada professor é um professor, não tenha dúvida, pode ter uma linha de conduta geral mas, mesmo assim, cada professor é apenas um professor. *Eu acho que o aluno perdeu com isso. E não só isso, até a parte política do aluno. Antes nós tínhamos organizações dos alunos, e talvez até essa Reforma Universitária veio para isso, para eliminar essa unidade estudantil.*

Taras Savytzky

O reitor Algacyr Munhoz Maeder, nunca me esqueço, do que falou para mim e o Armando, que estava comigo neste momento: "Senhores" ele disse, "eu aqui não mando nada. Quem manda está acima de nós aqui". Porque o gabinete do reitor fica no primeiro andar, e no segundo andar, onde hoje é a Secretaria dos Conselhos, funcionava a Assessoria Especial de Informações, que era um braço do DOPS dentro da Universidade.

Em 1973, eu fui fazer doutorado na Universidade de São Paulo. Eu fui, talvez, um dos primeiros pós-graduados no Brasil que passou direto do mestrado para o doutorado. Nós, evidentemente, tínhamos que nos matricular no mestrado, mas a Universidade oferecia a chance de você passar direto para o doutorado, desde que satisfizesse determinadas condições, que são as de hoje, inclusive. Dependia do teu desempenho nos créditos, do teu desempenho no projeto de pesquisa etc., analisado por uma comissão de avaliação. De tal forma que eu não tenho mestrado realmente; fiz doutorado direto e foi uma experiência fantástica, porque nós convivemos com grandes nomes da USP, na área da Saúde. Eram grandes nomes, grandes cientistas, que me influenciaram muito, a ponto de eu poder dizer que eu me considero um uspiano até hoje.

Quando eu voltei para a Universidade Federal, eu era o primeiro doutor do departamento. Fui o primeiro doutor, e coincidiu que logo depois eu consegui uma bolsa da CAPES. Veja, eu terminei o doutorado em 76 e em 77 eu fui

para a Suécia com uma bolsa da CAPES, de pós-doutorado, onde fiquei durante um ano, de setembro de 77 até setembro de 78. Aí, em 84, eu fui para a Universidade de Connecticut, nos EUA. Eu sempre defendi, até como Pró-Reitor na época, eu defendi que o professor que pesquisa tem que sair com muita freqüência, de preferência a cada 5, 6, 7 anos. Ele tem que sair, mesmo que seja aqui no Brasil. Ele sai, vai arejar-se, vê novas metodologias.

Waldemiro Gremski

Durante sete anos fui coordenador de um programa da CAPES, que era de Capacitação de Docentes, onde nós reuníamos as diversas unidades da instituição para, cumprindo as designações do Ministério da Educação, por intermédio da CAPES e do CNPq, distribuir bolsas de estudos para os professores, tanto no país quanto no exterior. Durante sete anos exerci essa função de Coordenador deste programa de formação docente, e, no final, com a criação de uma Pró-Reitoria de Pós-Graduação, na UFPR, exerci durante um certo tempo a função de Pró-Reitor.

Aristides Athayde Cordeiro

Sobre as relações entre ciência e militância política? No meu entendimento, são complementares, em certo sentido. São as decisões políticas que possibilitam recursos financeiros e materiais para a atividade científica, além de definirem quais direções que esta atividade deve tomar. Assim, a ação política pode mudar o rumo de decisões, em direção ao benefício da ciência. Há muitos cientistas que têm horror à militância política, pois acreditam que lhes será tomado um tempo precioso, além de não entenderem como uma atividade com organização não-linear pode prosperar, sendo ela inversa à sistemática científica. No entanto, ela pode prosperar. Então, há que se educar para enfrentar os dois mundos, do caótico fazer político e da sistemática atividade científica. Entendo que isto não é fácil e é preciso destinar tempo e alternar prioridades constantemente. Porém, a maioria das pessoas não gosta disto e não se pode condená-las por isso. Também para os políticos, em geral, é difícil praticar algo sistemático todo o tempo, posto que a qualquer momento lhes é destinada uma nova demanda e, portanto, na maioria das vezes, pouco se aprofundam nas questões

apresentadas. Meu pai [Riad Salamuni] sempre gostou mais do fazer científico do que da militância política. Porém, ele possuía um especial dom para a política e, portanto, foi um talentoso militante político, iniciando sua lide no Partido Socialista Brasileiro no início da década de 1950, e seguindo até seus últimos dias, quando auxiliava, de forma voluntária, a Coordenadoria Ambiental do Ministério Público. Foi muito interessante vivenciar esta faceta de sua personalidade, pois foi possível aprender que a militância política e o fazer científico podem conviver harmoniosamente na mesma pessoa, desde que ela seja disciplinada para isso. Porém, é necessário cuidado para que não se use a militância política como desculpa para sua baixa produção científica ou uma fuga para não encarar a má administração de seu tempo cotidiano.

O processo de eleição de 1985? Fui um de seus artífices, juntamente com muitos outros, como o professor Dante Romanó Júnior e o professor José Lamartine Correa de Oliveira. Na época, havia uma polarização entre conservadores de direita e um outro grupo, que foi taxado de esquerda radical, mas que, no entanto, reunia várias correntes progressistas. Destas correntes, sem dúvida, se destacava uma militância orgânica e mais estruturada em torno da então nova sigla política, o PT, que iniciava sua jornada no cenário nacional. Como meu pai não era filiado ao PT – posteriormente filiou-se ao PMDB –, tal militância não o queria como possível candidato à Reitoria, mesmo que seu nome tivesse aparecido espontaneamente em uma consulta anterior à comunidade. Assim, não houve outra solução senão sair como candidato independente, apoiado por uma significativa parcela da comunidade universitária. Talvez tenha sido esta a primeira divisão clara do Movimento dos Professores. Não houve conciliação possível e havia dois nomes fortes do movimento: Riad Salamuni e Dante Romanó Júnior. Enfim, meu pai foi eleito, aglutinando um terceiro núcleo político que também se estruturava. Em seguida foi eleito o professor Romanó como vice-reitor. O mais interessante foi notar que, apesar de pouquíssimas diferenças ideológicas e conceituais entre os dois grupos, seus líderes mais proeminentes passaram a ser, então, o reitor e o vice-reitor. Foi iniciada uma oposição respeitosa, mas sistemática, do grupo que havia perdido a eleição para reitor e foi vitorioso na de vice-reitor. Assim, muitas das inovações pretendidas acabaram esbarrando, espantosamente, em quem se pretendia a vanguarda política da Universidade. Tal situação só foi amenizada no final da gestão do meu pai, quando foi

necessária uma nova junção de forças para não permitir o retorno da direita. De qualquer forma, aquele foi um rico período de debate político universitário, sem cinismo e sem disputa do poder pelo poder. Havia um genuíno desejo de que um pensamento de esquerda, porém democrático, prevalecesse, e uma esperança de que os ares da Universidade se renovassem e viessem em benefício de um engrandecimento da academia. Em parte, isto foi conseguido ainda na gestão do meu pai.

Eduardo Salamuni

É difícil analisar a universidade pública. No Brasil existem indivíduos que estudam a universidade e são contra a existência de uma universidade pública. Mesmo assim, vejo que a UFPR é uma instituição de grande interesse público, porque está aberta a todo mundo, basta que o indivíduo tenha competência. Não existe nenhuma proteção para o sujeito ingressar na graduação. Pode haver um golpe de sorte, mas proteção não. Nossa Universidade é muito correta.

Acir Rachid

Mas acontece que na época ainda não tinha essa febre de computador, então depois ficou mais fácil essa parte. E aí começou outro tipo de guerra, que eram os recursos pra dividir a verba de compra de equipamento. Mas aí nós já tínhamos um laboratório que tinha esse pessoal voltando do doutorado, que dizia que nós precisávamos alavancar, ter máquinas mais interessantes para fazer pesquisa. E aí se colocou a questão de como conseguir dinheiro pra isso. Porque a Universidade não conseguia. Então, nós fizemos um projeto para aquisição de estações de computação, lá no departamento. E quem nos auxiliou nesse projeto foi o deputado Pizzato. Nós fizemos o projeto para o Banco do Brasil e pedimos pro Luciano Pizzatto que o acompanhasse. A justificativa nossa era exatamente honesta, porque queríamos progredir na parte da informática. E realmente nós conseguimos um valor significativo, na época, para a compra dessas estações de computação. Era do Banco do Brasil, Fundação do Banco do Brasil. Ele [Pizzato] realmente deu a contrapartida pra que a gente tivesse um equipamento, num nível tão bom quanto o das melhores universidades. E, a partir disso, nós conseguimos

não só ter um atrativo para professores, mas também fazer com que o CNPq e a CAPES passassem a conceder uma contrapartida, bolsas e mais equipamentos. E assim começou, assim deu o start *do processo. Realmente, hoje você vai lá no Centro de Computação e verá que nós estamos extremamente bem instalados. Uma outra estratégia que nós utilizamos também, por exemplo, nos concursos pra professores, convidávamos sempre o pessoal do CNPq e da CAPES, esse pessoal que tinha influência política, pra mostrar para eles que nós estávamos numa política de contratação de professores, de capacitação e de melhora. E que nós não estávamos pedindo nada do ponto de vista pessoal, e sim do ponto de vista institucional. E esse pessoal também deu o retorno, aprovando os nossos projetos e bolsas, e daí o departamento alavancou.*

Carlos A. Picanço Carvalho

A Reforma foi imposta de cima pra baixo, com a fusão dos cursos de Direito, Economia e Administração. Então se criou o Setor de Ciências Sociais Aplicadas. E nessa época, eu exercia a vice-chefia do Departamento de Direito Público. E convivíamos. De certa forma não mudou nada. Mudou um pouco o regime, não é, que passou ao regime de créditos, ao regime semestral. Eu sempre fui contra essa Reforma. Os catedráticos foram contra. Não me agradou essa Reforma, esse sistema de créditos e tudo mais. Mas convivemos pacificamente. Procuramos nos adaptar.

Foi um período difícil, com o Ato Institucional n.º 5 e tudo isso. Alguns alunos, alguns professores foram atingidos. Alguns sumiram, exilaram-se outros. Mas, sabe, havia um clima de repressão muito forte. Então o que acontecia era que alguém sumia, um desaparecia, outro se exilava, outro era cassado. Mas não havia, assim, um clima de revolta, não havia. De certa forma, a coisa era reprimida. Não havia muita manifestação. Não havia muita revolta, muita rebeldia. O pessoal se recolhia. Então era uma revolta silenciosa, sentida, contida.

Manoel E. Marques Munhoz

Foi no ano de 1968. Havia pouco tempo retornara ao Paraná o ex-ministro da Educação durante o Governo Castelo Branco, professor Flavio Suplicy de Lacerda. Ele reassume o cargo de reitor na UFPR, anteriormente por ele ocupado, quando designado para o Ministério do 1º Governo Militar. As representações estudantis tinham marcado para esse dia manifestações conjuntas de protesto contra o acordo MEC-USAID e em relação à morte do estudante Edson Luiz de Lima Souto no restaurante do Calabouço, no Rio de Janeiro. Essas manifestações seriam feitas perante o reitor e ex-ministro. Na manhã do dia programado, por volta de nove horas, os estudantes foram chegando aos poucos ao pátio da Reitoria. A aglomeração vai ganhando consistência. É feita a chamada para a entrada no prédio da Reitoria. Nesse momento, já eram mais de 500 estudantes. Ao chegar ao primeiro andar, o Chefe de Gabinete informa que o reitor não estava presente. Não sendo encontrado, o que mais se parecia com o reitor era seu busto nos jardins da Reitoria. Iniciou-se a pichação do busto de bronze. Alguém consegue uma serra. Após muita vaia e palavras de ordem, corta-se o nariz da estátua. Aparece uma corda. O busto é amarrado, derrubado e arrastado pelo pátio interno da Reitoria até o cruzamento da Rua XV com a Dr. Faivre. Entre a derrubada do busto, a circulação pelo pátio, até a dispersão dos estudantes, decorreram quase duas horas. Alguns dias depois, em dezembro de 1968, o Governo Militar decretava o Ato Institucional n.º 5, o tristemente famoso AI-5, que trouxe limitações de toda ordem para o contexto sociopolítico do País.

Luís Vamberto Santana

Meu pai sempre tinha vontade de lecionar na Universidade. Foi estimulado por colegas de turma com quem se formou e alguns desembargadores, que eram amigos dele, inclusive professores da própria Universidade. Estou me lembrando agora do nome do Athos Veloso, brilhante professor, que dizia: "Você tem que vir para a Faculdade de Direito". Então ele resolveu, na década de 50, prestar concurso e se saiu bem. Ele fez o concurso de livre-docência e para catedrático, que se chama hoje titular. Num dos concursos foi o único que passou. E havia uma banca de Primeiro Mundo que esteve aí, os membros vieram de outros estados, de outras universidades. Mas o clero daqui, lamentavelmente, naquele momento, ainda influía na Universidade e não queria que meu pai entrasse, porque seria um professor que iria ensinar Dialética para os alunos, e isso poderia prejudicá-los. Mas

ele se saiu bem. Fez uma tese que até há pouco tempo o Instituto de Advogados publicou novamente em uma edição muito bonita. O fato é que eu aprendi muita sociologia, antropologia, filosofia e literatura na minha casa. Eu tenho livros que eram do meu avô, daqueles clássicos da Sociologia. Inclusive O Capital, *de Marx, em seis volumes, em uma edição primorosa. Mas quando entra o período do Golpe Militar, meu pai teve cassados os direitos políticos. Assim que se falava, o termo é esse. Cassaram os direitos políticos no dia 1º de abril de 1964. Ele se escondeu, ficou por aí para ver o que iria acontecer. E esse fato terrível repercutiu muito na minha vida acadêmica. Mas enfim, naquele ano meu pai ficou vários meses foragido, foi para São Paulo – ficou em casa de amigos, clientes – até que a gente achou que entre ir para o Chile – onde teria condições de viver – ou ficar aqui, ele iria se apresentar. Afinal, que crime é esse, a ideologia? Ele se apresentou e aí foi preso, e teve aquelas coisas que muita gente passou, aqueles processos, e julgamento lá com os militares... E muita gente conhecida também, que passou por tudo isso. Foi um período duro para quem passou por isso, e um* stress *para a família. Nossa biblioteca foi parar no Quartel General, porque eles invadiram a nossa casa, retiraram metade dos livros. Era só dizer "o rio é vermelho", pronto! Levavam, não sabiam nem o que estavam levando. Mas era isso mesmo. Levaram pilhas de livros, que a gente nunca mais recuperou. Aquela revista, lembra?, a* Civilização Brasileira, *meu pai tinha a coleção inteira, que me fez falta durante alguns anos nas minhas pesquisas e que nunca mais recuperei.*

Cecília Maria Vieira Helm



CAPÍTULO 6

Blank Page

6
A UFPR NA ATUALIDADE

6.1 CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO (PÓS 1990)

A ABERTURA ECONÔMICA NO BRASIL, intensificada a partir dos anos 90, provocou uma reestruturação administrativa do país, com reflexos diretos em todos os setores, mas principalmente na indústria e em seu conseqüente impacto no mercado de trabalho.

> Surge a necessidade da articulação e definição de uma política industrial efetiva que buscasse uma adaptação às transformações em curso na economia mundial e fomentasse internamente à busca da recuperação do atraso tecnológico. Internacionalmente, o cenário mudava rapidamente. O padrão de industrialização que era liderado pelos complexos metal-mecânico e químico nos anos 70, na década de 80 passou a ser condicionado pelas novas tecnologias da microeletrônica, informática, telecomunicações, pela automação, pela busca de novos materiais e de energias renováveis e pela biotecnologia. A reestruturação produtiva que ocorre na economia mundial representa uma enorme transformação também para os países em desenvolvimento, em especial para o Brasil [...] Há uma mudança não só na definição de 'o que produzir', mas de 'como produzir', já que a revolução científico-tecnológica tem implicado a substituição das formas de produção rígidas, para as formas flexíveis de produção.[1]

O modelo de substituição de importações achava-se esgotado, o que ficou evidenciado com a decisão do governo Fernando Collor de Mello de abrir a economia ao mercado externo, o que "...tornou visível a baixíssima eficiência do desempenho da indústria nacional, conseqüência, entre outros fatores, das políticas de protecionismo de mercado que vigoraram durante as décadas anteriores. Ressurgiram, então, certas propostas, já tentadas nos anos 70, de maior associação entre empresa e universidades como alternativa para a modernização do parque tecnológico brasileiro". Modernidade e competitividade foram palavras que inspiraram o plano de governo.

"De acordo com esse plano, tanto uma como a outra só seriam possíveis a partir de uma profunda reforma do Estado e do setor produtivo. A primeira seria alcançada através do desmonte da máquina pública, demissão de funcionários, fusão de órgãos e de um amplo programa de desestatização. A segunda realizar-se-ia através de uma nova Política Industrial e de Comércio Exterior, cujo objetivo era o de integrar a economia brasileira de forma soberana e competitiva no mercado mundial."[2]

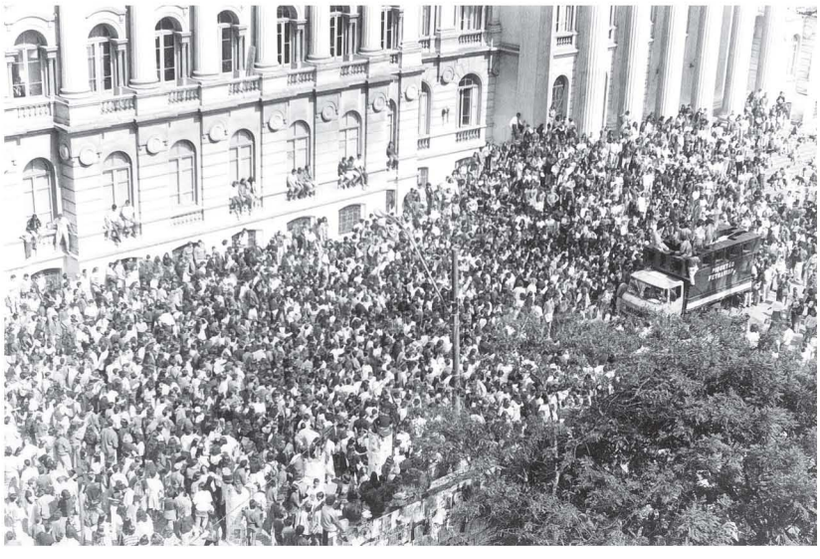
Com o Plano Real (1994) ocorreu a estabilização dos preços, intensificando-se a abertura econômica, mas as restrições ao crescimento da economia brasileira continuaram. O governo, em meio a uma crise de financiamento do desenvolvimento, implantou um processo de privatização das empresas que, no passado, foram vistas como promotoras do desenvolvimento. Assim, o BNDES criou novas linhas de financiamento direcionadas às indústrias que apresentassem competitividade, como qualidade total, tecnologia e aprimoramento da mão-de-obra, com base em um modelo de desenvolvimento denominado "integração competitiva".

O complexo eletroeletrônico, tanto mundial como brasileiro, assumiu uma importância expressiva na economia. Outra tendência mundial que atingiu o país foi o crescente processo de fusões e aquisições. Enfim, globalização, abertura da economia, estabilização e privatização eram processos que interagiam entre si e estavam presentes também na economia brasileira. A produção se estruturava com base em um novo paradigma, apoiado nas mudanças provocadas pela globalização e pela telemática. "O mundo globalizado é caracterizado pela intensificação das relações comerciais, pela especialização geográfica da produção e, talvez mais importante, pela disponibilidade e velocidade de acesso à informação. Nesse ambiente, a transferência de tecnologia tende a ceder lugar, cada vez mais, ao desenvolvimento conjunto, compartilhado, de tecnologia – a exemplo do que já ocorre tradicionalmente nos projetos de cooperação em ciências fundamentais e na *big science*."[3]

A pesquisa passou a depender cada vez mais de equipes multidisciplinares de trabalho e de uma vasta rede institucional, assim como de aportes de recursos cada vez maiores. Internacionalmente, uma nova realidade se configurava, caracterizada pela integração econômica de grandes mercados,



Manifestação estudantil
Pró-impeachment,
25 de agosto de 1992.
Acervo: Reitoria UFPR /
Col. Cid Destefani



Manifestação estudantil
pró-impeachment.
Acervo: Reitoria UFPR /
Col. Cid Destefani



Manifestação estudantil
pró-impeachment.
Acervo: Reitoria UFPR /
Col. Cid Destefani

por uma nova onda de inovações tecnológicas, que implicava uma reestruturação dos setores industriais, e pela abertura econômica dos países.

No Brasil, o Plano Plurianual (1996-1999) do governo Fernando Henrique Cardoso, aprovado pelo Congresso Nacional, era o documento básico da política governamental, o qual estabelecia, na área de ciência e tecnologia, a prioridade para as áreas de informática, automação aeroespacial, nuclear, meio ambiente, recursos do mar e saúde.

Para suprir esse quadro, as instituições de ensino superior passaram a ter papel fundamental. Havia a necessidade de uma mudança radical no ensino como condição essencial para promover a modernização e capacitação tecnológica, visando lograr competitividade econômica. Novas competências precisavam ser incorporadas aos vários domínios do conhecimento independentemente de suas especializações, Assim, os esforços deveriam ser orientados para o desenvolvimento das áreas interdisciplinares relacionadas com o tratamento de questões ambientais, com o desenvolvimento sustentável e com a melhoria da qualidade de vida da população. Cada vez mais,

> ...precisam incorporar a linguagem da ciência com maior intensidade, pois a utilização de conhecimentos empíricos, ainda importantes, não será suficiente para acompanhar a evolução dessas novas tecnologias. Infelizmente, os quadros e a infra-estrutura da maioria das instituições de ensino superior não têm qualificação adequada para atender as necessidades de formação e de reciclagem profissional nas quantidades e com a qualidade necessárias. Nesse sentido, há necessidade de se recorrer aos processos disponíveis de educação continuada e à distância para viabilizar um empreendimento desta dimensão.[4]

Diante desse quadro, o Paraná apresentava bom desempenho econômico, além da agroindústria. Havia os segmentos relacionados à metal-mecânica, ao material elétrico e de comunicação, de mecânica leve, das máquinas agrícolas, do material de transporte, bem como da química, do papel e do papelão. "Grosso modo, as indústrias de metal-mecânica concentram-se na Região Metropolitana de Curitiba, a agroindústria concentra-se nos principais municípios do interior paranaense e o complexo madeira é fortemente polarizado pelo fabrico de papel e papelão em três municípios do interior."[5]

Nesse período, o segmento privado paranaense realizou ajustes técnico-produtivo-gerenciais para enfrentar a concorrência externa, priorizando níveis de eficiência, produtividade e competitividade. Buscavam-se, assim, novas formas de produção por meio de modernas técnicas de gestão, controle de qualidade e inovação tecnológica. "O novo referencial tecnológico-administrativo foi incorporado de forma mais acelerada nos ramos industriais paranaenses da mecânica, material elétrico e de comunicações, química, alimentos e bebidas." Além disso, houve um crescimento das exportações paranaenses para o mercado mundial, incluindo os países do Mercosul. "A participação do Mercosul nas exportações totais do Estado saltou de 4,1%, em 1990, para 14,9% em 1993, puxada pelo desempenho dos complexos metal-mecânico e agro-industrial, apesar da queda para 10,3% em 1994."[6]

Apesar da conjuntura recessiva, a economia paranaense apresentava-se em expansão, sustentada pelo desempenho da agropecuária e da indústria.[7] A proposta política visava inserir a economia paranaense no mercado mundial, e para tanto se faziam imperiosas a busca de novas tecnologias e a utilização do potencial econômico do Mercosul.

Nesse processo, o TECPAR se integrava ao orientar suas atividades para "...promover a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico e industrial do Paraná, a produção de biológicos e a prestação de serviços laboratoriais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população".[8]

Para avaliar o real perfil industrial do Estado, foi realizado o cadastramento das principais instituições da área de ciência e tecnologia. Associou-se a isso a execução de vários projetos para instalar o Programa de Telemática Estadual, entre eles: a Consolidação da Rede Araucária, o acesso internacional por satélite à Internet, o ensino à distância através da Rede Estadual de Telemática-Intranet, que visava ofertar cursos de pós-graduação nas áreas de informática, eletrônica e mecânica. Todos esses projetos contavam sempre com a participação direta da UFPR.[9]

Para enfrentar a nova dinâmica do mercado, o Estado passou a desenvolver uma política de fomento para atrair investimentos. Grandes empresas nacionais e estrangeiras se estabeleceram no Paraná ou ampliaram aqui os seus negócios, incorporando avanços de toda ordem. Entre elas pode-se citar a Renault, Eletrolux, Chrysler, Cimento Portland, Klabin.

O Paraná também se colocou como um dos principais estados exportadores do país. A soja e seus derivados representavam 49% das exportações paranaenses e o porto de Paranaguá era a principal via de exportação dos produtos paranaenses que se destinavam aos Países Baixos, Espanha, França, EUA e Bélgica, principalmente.

Na área de ciência e tecnologia, o governo procurou maior integração com o setor empresarial. Para tanto, criou o Programa de Transferência de Tecnologia ou Balcão Tecnológico, à disposição de pesquisadores e empresários interessados em acelerar o avanço de novas tecnologias no mercado paranaense. Também foi lançado o Programa de Apoio, Criação e Atração de Empresas de Base Tecnológica de Ponta - PROTEC, "...visando à criação de pólos industriais de tecnologia avançada (parques tecnológicos) em integração com as universidades e institutos de pesquisa (centros de irradiação tecnológica)".[10]

O planejamento institucional optou pela indústria automobilística, como trampolim para a transformação do perfil socioeconômico paranaense. Contribuiu para essa decisão a localização estratégica do Estado em relação ao Mercosul, além das potencialidades ofertadas pela infra-estrutura, como "...o aprimoramento da eficiência das frentes ferroviárias (extensão da Ferroeste até Guaíra e Foz do Iguaçu); portuária (ampliação do cais do Porto de Paranaguá, construção de novos terminais, reestruturação do corredor de exportação e reativação do Porto de Antonina); energética (aumento da oferta de energia elétrica e perspectiva de suprimento de gás natural); de telecomunicações (implantação da rede de fibras ópticas e expansão da telefonia celular); e rodoviária (anel de integração, duplicação das BRs 116, 376 e 101 e a construção das pontes sobre o Rio Paraná)".[11] Estabeleceu-se, também, o Programa de Qualificação Profissional, desde que 40% das vagas ofertadas pelo mercado de trabalho não foram preenchidas por falta de qualificação dos candidatos.

No Paraná, sobressaíram dois grandes pólos de geração de ciência e tecnologia, devidamente estruturados: o primeiro, mais antigo, localizava-se na região metropolitana de Curitiba, com instituições como a Universidade Federal do Paraná - UFPR, o Instituto Tecnológico do Paraná - TECPAR, o Centro Federal de Tecnologia - CEFET, a Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, a Pontifícia Universidade Católica

do Paraná - PUC/PR, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, o Centro Nacional de Pesquisa - Florestas da EMBRAPA, as divisões regionais de pesquisa do Instituto Agronômico do Paraná e a Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa - FUEPG. O segundo, mais recente, situava-se no eixo Londrina-Maringá, contando com as Fundações Universidades de Londrina e Maringá, o Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR e o CNP - Soja (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA). Além desses, já consolidados, outros vinham se desenvolvendo rapidamente, destacando-se a região Oeste do Estado.

Embora se ressentisse com a crise, o Paraná cresceu em todas as suas estruturas. As cidades passaram a contar com um número maior de habitantes. A economia se globalizou, a participação do Estado em esferas mais amplas, como o Mercosul, trouxe efeitos diretos e indiretos para a população paranaense. O conhecimento necessitava cada vez mais de esferas interdisciplinares. O mundo globalizado caracterizava-se pela intensificação das relações vivenciais, pela especialização geográfica da produção e pela velocidade do acesso à informação.

Nesse momento, o perfil populacional paranaense apresentava-se de acordo com o IBGE, com uma população na ordem de 8.448.713 habitantes, em 1991, passando em 1996, para a casa de 9.003.804. Desse total, 77,8% dos habitantes do Estado estavam vivendo em áreas urbanas. Curitiba e região metropolitana se transformaram num centro de atração e irradiação de tecnologia e de fornecimento de produtos e serviços, atraindo grandes empreendimentos industriais. De acordo com o Censo de 1996, Curitiba contava com 1.476.253 habitantes. Foi a região metropolitana que mais cresceu em todo o país neste período. O fenômeno da concentração populacional nos grandes centros do Estado passou a ser significativo.[12]

A economia da capital paranaense, no período compreendido entre 1990 e 1996, alcançou um crescimento de 64%, enquanto seu PIB saltou para US$ 11,47 bilhões.[13] A preocupação com a qualidade de vida dos curitibanos era crescente. A questão da violência e o aumento da criminalidade incomodavam grande parte da população e os orçamentos públicos passaram a contemplar essa prioridade.

Curitiba também atingiu um forte desenvolvimento nas áreas turísticas e novos empreendimentos de grande porte foram realizados, como

a construção de *shopping centers* e de grandes supermercados, que contribuíram para o crescimento e geração de empregos na capital.

6.2 ENSINO SUPERIOR & FINAL DE MILÊNIO

Em meados da década de 1980, a comunidade acadêmica manifestava o seu descontentamento com o ensino superior no país. Nesse sentido, o governo federal propôs uma nova reforma universitária, focada na organização das instituições de ensino superior, o que desencadeou inúmeros debates nos meios intelectuais e na imprensa. Coube ao governo de José Sarney criar uma Comissão de Alto Nível, por meio do Decreto n.º 91.772, encarregada de estudar a reformulação do ensino superior. A Comissão de Alto Nível não pretendia, "...propor uma nova lei de reforma que simplesmente substituísse a de 1968", por entender que não existem fórmulas salvadoras. Assim, as alterações propostas visavam a "...alternativas que permitissem sedimentar a universidade da excelência, da autonomia e da democracia".[14] Ao contrário da reforma anterior, de 1968, voltada para a expansão do ensino superior no país, o novo documento, de 1985, surgiu preocupado com a contenção.

Com a divulgação do relatório final da Comissão de Alto Nível em 1986, foi criado o Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior - GERES relacionado ao MEC, pela Portaria Ministerial n.º 100. Tinha, entre suas atribuições, "...elaborar proposições e apresentar medidas legais e administrativas voltadas para a reformulação da educação superior".[15] A questão é que o GERES trabalhou de portas fechadas, em sigilo, bem nos moldes do regime militar. Por fim, apresentou um projeto ambíguo ressaltando um processo retrógrado de democratização das IES, o que suscitou inúmeros debates. Ao falar de universidade, propunha uma "universidade do conhecimento" em oposição à "universidade de ensino", em que a atividade científica não fosse atividade-fim, eliminando a indissociação entre ensino e pesquisa. Outro ponto polêmico dizia respeito à autonomia, retirando das instituições o direito de eleições diretas para seus dirigentes; além disso, silenciava sobre o financiamento do ensino superior.

Esses aspectos seriam retomados em 1991, durante o governo Collor, quando foi proposta nova política para o ensino superior, pautada na idéia

de que "...a universidade pública serve basicamente aos ricos e que o ensino deveria ser pago, ou o Estado que financia ressarcido". Apresentava a universidade pública como a "vilã da educação nacional", recrudescendo assim a campanha contra a universidade pública, alvo de protesto e repúdio das IES e demais entidades científicas no país.[16]

Outra idéia contida na proposta se referia ao critério de excelência que era utilizado para a distribuição de recursos, privilegiando, assim, a pesquisa sobre as demais atividades desenvolvidas nas instituições de ensino superior. Isso causou reflexos imediatos em nível de pós-graduação. O CNPq vinculou-se ao Ministério da Ciência e Tecnologia, tendo como objetivo imprimir às suas atividades um caráter de comprometimento social, principalmente em relação às pesquisas científicas. Lançou-se o 3º PNPG, que, diferentemente do 1º e 2º PNPGs, demonstrava preocupação com a qualidade do pessoal docente e enfatizava a produção científica e tecnológica, propriamente dita, e era voltada para o desenvolvimento social e para a autonomia nacional.

Com os debates suscitados em todo o território nacional, no que se referia à educação, estudos e propostas foram apresentados, na defesa do ensino público e gratuito. Conseguiu-se então realizar um fórum composto por quinze entidades nacionais reunidas para debater e apresentar à Constituinte uma "proposta educacional".

Tudo isso resultou no artigo n.º 207 da nova Carta: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". A Carta ainda falava sobre os princípios da autonomia, ao reforçar a gestão democrática do ensino público e garantir o padrão de qualidade, um plano de carreira para o magistério, o ensino público e gratuito, entre outros aspectos. Abria esperanças aos meios intelectuais, embora permanecesse a questão de como aplicar essa norma; todavia, em nenhum momento se falou em autonomia política das IES.

Embora fossem esses os pontos mais polêmicos, a universidade apresentava outros entraves, que necessitavam ser superados. Entre eles estavam a dissociação entre a graduação e a pós-graduação, a falta de integração com o setor produtivo, a necessidade de valorização dos cursos de especialização e aperfeiçoamento e dificuldades de intercâmbio entre as



Visita do Ministro da Educação Murilo Hingel à UFPR, em 20 de dezembro de 1992.
Acervo: Biblioteca Central



Departamento de Engenharia Florestal, Campus III, Jardim Botânico.
Acervo: Assessoria de Comunicação Social



O LACTEC - Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento promove pesquisas em cooperação com a UFPR.
Acervo: LACTEC

instituições de pesquisa. Além disso, havia a ausência de incentivo salarial para o docente pesquisador e a entrada de docentes não-qualificados nas IES. No campo financeiro, eram problemas a escassez de recursos e o crescimento da demanda por financiamento, sem falar na perda do poder aquisitivo das bolsas de estudo no país.[17] Tais princípios serviram de base para a elaboração na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de 1996. Coincidindo, no mesmo período, com a reforma administrativa proposta pelo governo federal, reduziram-se os custos e pessoal, o que trouxe sérias implicações para a universidade nacional.

O governo brasileiro, ao enfrentar problemas com a gestão dos recursos públicos, penalizou diretamente a área dos investimentos sociais. Sua proposta de revisão constitucional colocava em risco a educação pública, sobretudo no que se referia ao ensino gratuito e à autonomia da universidade.

Numa conjuntura histórica marcada pela crise que atingiu todos os setores da economia do país, no início dos anos 90, as IES se viram diante de novos desafios. Um deles era a busca pela produção de um conhecimento numa perspectiva interdisciplinar, dando conta de diferentes áreas do conhecimento, integrando universidade, empresa e sociedade.

Numa perspectiva histórica, a partir da década de 1970 e, principalmente, na década seguinte, houve uma tentativa de reagrupar o conhecimento e de trabalhar fundamentalmente, na interface das disciplinas.[18] Este processo ganhou espaço nos anos 90, associado à necessidade crescente de cooperação entre instituições públicas e privadas.[19]

> A emergência de uma sociedade global faz com que todos os países e todas as pessoas se integrem ao planeta, na medida da atualização das informações e da difusão tecnológica. Hoje, os países à margem do primeiro mundo não podem restringir-se a repetir etapas já percorridas pelos centros avançados, pois estão cada vez mais pressionados a inserir-se no movimento mundial. O campo da ciência e da tecnologia acompanha essa tendência que traz um novo estágio para a investigação científica, agora mais informacional, programada e flexibilizada. Mas, se o sistema de ciência e tecnologia depende de uma complexidade de fatores, ultrapassando a estrita determinação econômica, parece possível afirmar uma nova estratégia de desenvolvimento mundial: o progresso da ciência é promotor do desenvolvimento, pensado enquanto um desenvolvimento econômico, cultural, para a maioria da população.[20]

Da mesma forma, a universidade, responsável pela produção e transmissão do conhecimento original, foi convocada para acompanhar as transformações advindas da globalização da sociedade.

Desse modo, se o Estado se responsabilizava pelo crescimento voltado para a competitividade e a produtividade, fortalecendo a sua capacidade tecnológica e de investigação, à Universidade cabia o papel de, associada ao sistema produtivo, impulsionar áreas como a biotecnologia, química fina, microeletrônica, engenharia de precisão, informática e telecomunicações. Deveria, da mesma forma, associar-se à pequena e média empresa em projetos de berçários e incubadoras empresariais ou em busca de tecnologia para atender áreas como a da saúde, educação, habitação, chegando, até mesmo, a articular seus cursos e currículos em consonância com as transformações do mercado de trabalho.

Nesse processo de aberturas e transformações, a Universidade foi convocada a cumprir o seu papel de integrar as pesquisas e as novas tecnologias com a demanda social.

O presidente José Sarney, em sua Mensagem ao Congresso Nacional, em 1990, afirmava:

> Apesar de todas as limitações, não descuidamos dos problemas conjunturais. O Brasil, que vinha de uma recessão, cresceu nestes cinco anos 25% e o produto *per capita* expandiu-se em 12%, vindo de uma redução de 10,8% no período anterior. Em nenhum desses anos tivemos crescimento negativo. Abrimos o país para a modernidade. Houve conquistas extraordinárias na área da ciência e da técnica. Dominamos a tecnologia do enriquecimento do urânio, da água pesada, da grafite nuclear, dos lasers de alta potência, do radar, das fibras de carbono, dos materiais supercondutores, das fibras óticas. Estimulamos a formação de recursos humanos em massa, nos grandes centros de excelência do mundo inteiro. Defendemos a universalização dos saberes, que não podem ser monopólio de poucos países ricos. Batalhamos pela transferência de tecnologia e acesso aos domínios da ciência. Registramos progressos notáveis em biotecnologia e manejo do solo, com o aumento da produtividade, que nos deram força para colhermos as três maiores safras agrícolas de nossa história.[21]

6.3 EM BUSCA DA EXCELÊNCIA

Com a abertura política do país, foram tomadas várias medidas que tiveram desdobramentos sociais, acabando por intervir, de forma drástica, na vida dos cidadãos e das instituições. No bojo dessas medidas estava a chamada reforma administrativa, que visava à redução do tamanho do Estado, com a extinção e (ou) transformação de vários órgãos federais. Indicava também um corte no número de servidores civis, o que levou ao desmantelamento da administração pública e ao comprometimento dos serviços essenciais, suscitando sérios prejuízos para o setor público e para a sociedade brasileira de forma geral.

Essas novas normas de agir foram responsáveis pela solicitação da aposentadoria por grande parte dos docentes e servidores da UFPR, gerando espaço para a renovação do corpo docente em resposta às mudanças de orientação federal, num processo crescente, que teve início nos últimos anos da década de 1980, com o governo Sarney.

Esse processo de transformações atingiu diretamente a UFPR, bem como as demais instituições federais, de um lado levando a aposentadorias e, de outro, estimulando seu corpo docente a investir na capacitação nas mais diversas e especializadas instituições nacionais e internacionais. Conseqüentemente, sucedeu-se a perda de profissionais experientes e titulados nas diversas áreas, como também houve uma salutar renovação institucional.

A política universitária apontava coordenadas gerais que definiam o período: "...prioridade absoluta às atividades acadêmicas, com apoio sistemático à melhoria da graduação e pós-graduação, ao desenvolvimento da extensão e das atividades de pesquisa; com a busca do desenvolvimento integrado dessas funções e das atividades de pesquisa; das atividades administrativas às atividades acadêmicas".[22]

A ênfase na melhoria da qualidade de ensino foi o núcleo de preocupações e compreendeu o desenvolvimento de um conjunto de ações integradas voltadas para o interior da Universidade e desta para a sociedade. Isso ocorria, principalmente, no que dizia respeito a uma articulação efetiva entre 3º, 2º e 1º graus, pois até meados da década de 1980 a UFPR havia se preocupado mais com a garantia da permanência das atividades de pesquisa e pós-graduação na sua estrutura. Estabelecendo normas, como as planejadas

pela Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, que apreciava os processos de ascensão funcional por titulação, avaliavam-se o desempenho dos docentes e os regimes de trabalho, em conformidade com as resoluções do Conselho de Ensino e Pesquisa.[23]

O Paraná possuía, nessa época, 27% dos cursos de mestrado e doutorado da Região Sul, e 29% dos cursos de especialização; todavia, nas universidades paranaenses, apenas 11% dos docentes apresentavam o título de doutor, e 25%, de mestre. Na UFPR, a titulação do corpo docente apresentava, em 1988, a seguinte configuração: 18,5% doutores, 33,6% mestres, 21,4% especialistas e 26,5% graduados. Do total de docentes da Universidade, 10% deles estavam cursando a pós-graduação.

Justamente, o equilíbrio entre a autonomia e a responsabilidade social na UFPR estava na participação da comunidade científica na vida acadêmica, na permanente busca da eficiência e do respeito aos valores democráticos. Sua comprovação é referendada pelas palavras do reitor Alcy Ramalho:

> É fundamental que esta nova Universidade democrática e eficiente não perca de vista seu objetivo essencial, que é a criação do conhecimento novo. Esta é a nossa missão permanente: encontrar, através da pesquisa científica, de estudos literários, de especialização filosófica, da criação artística, da investigação em todos os domínios da ciência, e da cultura, o conhecimento novo. Ao perder de vista este objetivo, perde a Universidade o sentido de sua existência. A fronteira da Universidade é a sua capacidade de ousar e na Universidade vive a cidade.[24]

O "conhecimento novo" na UFPR era diretamente acompanhado pelos órgãos responsáveis pela pesquisa e também pelo cadastramento do BANPESQ, mediante o sistema SINCO/THALES. Buscou-se a integração com o Sistema Estadual de Informação em Ciência e Tecnologia e o Diretório Nacional de Pesquisas, banco de dados informatizado do CNPq.

Apesar das preocupações voltadas para a eficiência, o momento exigia cautela, ante a reforma administrativa proposta pelo governo federal, reduzindo custos e corte de pessoal. Particularmente, a mudança das formas de aposentadoria causou às universidades a perda de profissionais altamente qualificados. Esse fato agravou-se ainda mais com as medidas que proibiam o preenchimento das vagas de docentes e de cargos técnico-administrativos;

isto sem fazer referência ao forte arrocho orçamentário. Esse panorama caótico do Serviço Público se estenderia por toda a década seguinte.

Para amenizar a situação, a própria CAPES instituiu a Bolsa de Dedicação Acadêmica, concedida ao professor titulado que permanecesse em atividade, mesmo podendo se aposentar. Nesse sentido, a UFPR, de igual modo, lançou o Programa Professor Sênior, que concedia bolsa aos professores qualificados que desejassem continuar seu trabalho nos cursos de pós-graduação. Foi a forma encontrada para manter os cursos ofertados, que beiravam à extinção por falta de pessoal qualificado.

Nessa conjuntura, a UFPR, como todas as instituições de ensino superior do país, continuou vivenciando um processo de crise. Portanto, tornava-se necessário que a instituição efetivasse o seu projeto de autonomia e institucionalizasse as parcerias, para manter sua boa relação com a comunidade. A inserção do Brasil na era da revolução científica e tecnológica, determinada pela globalização, exigia prontas respostas aos desafios postos, aos quais a Universidade não poderia se furtar.

No âmbito do Estado do Paraná, diante dos novos paradigmas impostos pela passagem de uma economia de estrutura agroindustrial para uma economia basicamente industrial, foi fundamental a parceria com a Universidade, desde que esta, com as suas excelências e competências, pôde contribuir decisivamente para os saltos de qualidade dos programas governamentais.

Mais de noventa e cinco mil alunos freqüentavam os cursos de nível superior no Paraná em 1990, ministrados pela UFPR, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Universidades Estaduais de Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Oeste do Paraná, Centro Federal de Educação Tecnológica e mais quarenta e três faculdades isoladas.

Embora a UFPR sofresse muitos reveses, conseguiu expandir-se em vários aspectos:

> ...seu campus possuía cerca de 1.300.000m^2 de área física e 250.000m^2 de área construída, além das unidades isoladas nas fazendas experimentais do Cangüiri, Rio Negro e São João do Triunfo; Centro de Biologia Marinha, do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá. Seu quadro de pessoal possuía dois mil, duzentos e setenta servidores técnicos administrativos e mil, setecentos e vinte e oito docentes;

> dezesseis mil, trezentos e trinta e quatro alunos matriculados na graduação e pós-graduação. Estava estruturada em nove setores, seis pró-reitorias e quarenta cursos, além do sistema de bibliotecas e órgãos suplementares. Possuía mil cento e oitenta e seis pesquisas em andamento, agregava duas orquestras filarmônicas (juvenil e júnior), um coral e dois grupos de dança. O Hospital de Clínicas ofertava quarenta e dois mil atendimentos na assistência hospitalar e seiscentos mil no ambulatório e emergência. Seu restaurante universitário servia quatrocentas mil refeições.[25]

O desafio que se impunha às IES apontava para a produção de um conhecimento de caráter multidisciplinar, integrando-se à sociedade. Voltou-se, então, para uma visão de conjunto, reagrupando conhecimentos, cooperando com instituições públicas e privadas, enfim, buscando a globalidade.

Particularmente, coube às Pró-Reitorias de Graduação - PROGRAD, e de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG estabelecer os princípios gerais, norteadores:

> …o resgate da qualidade do ensino que implicava a compreensão dessa mesma qualidade, como uma opção política de cada curso no projeto da Universidade que se queria atingir em um dado momento histórico; as questões concretas do 1º e 2º graus tinham como ponto de partida e de chegada o desenvolvimento e ações que visassem a valorizar e dar consistência à área da educação e do ensino no interior da Universidade; o currículo como eixo articulador do processo de avaliação institucional – o currículo não como documento (grade) e mero processo de repasse de conteúdos acabados, mas em sua perspectiva mais ampla que envolve o desempenho acadêmico de docentes e discentes, bem como todo o esquema de meios para a consecução de um fim – o homem educado – síntese das múltiplas relações institucionais; a prática avaliativa como um processo unitário de acompanhamento, e controle e avaliação na sua função fundamental que é a de diagnosticar situações problemáticas que merecem correções de rumos para que sejam atingidos os objetivos almejados.[26]

Portanto, almejava-se a integração do ensino de graduação com os demais graus de ensino, bem como, internamente, a integração dos cursos de graduação com a pós-graduação. Medidas foram tomadas quanto à melhoria dos cursos ofertados, reconhecidas através dos debates promovidos:

a busca da qualidade do ensino; a reformulação curricular dos cursos; a avaliação docente; a implantação de Comissões Orientadoras de Estágios - COE, de Bolsas etc., com desdobramentos em todos os cursos. Tudo realizado em nome de um ensino de qualidade.

Partira-se de diretrizes específicas, ou seja:

> ...a concepção do ensino como apropriação ativa e crítica do conhecimento, a socialização do conhecimento; a revisão das licenciaturas com base nas questões concretas de ensino de 1º e 2º graus; o aperfeiçoamento da prática pedagógica visando à melhoria da qualidade do ensino de graduação; a compreensão do currículo como conjunto articulado das atividades nucleares ao processo de transmissão/assimilação do saber; a institucionalização dos campos de estágios como forma de integrar teoria e prática no processo de formação profissional.[27]

Para garantir uma política de estágios, a exemplo do COE, passaram a atuar, como agentes de integração, o Instituto Euvaldo Lodi - IEL e o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE. Sem contar com a disposição de programas que ofereciam bolsas para estágios na iniciativa privada, ou em projetos relacionados diretamente com a instituição, como as bolsas trabalho, iniciação científica, extensão e monitoria.

Esse processo visava superar a escassez de recursos; por isso, a UFPR estabeleceu um programa de parceria com o setor produtivo.

> O processo de interação da universidade com o setor produtivo, uma tendência percebida em todo o mundo, necessita ser ágil e flexível, sem deixar de respeitar a autonomia das partes e preservar o patrimônio intelectual das universidades, levando em conta que a produção do saber e a prestação de serviços devem priorizar o interesse acadêmico; definição dos objetivos e prioridades quando da escolha do parceiro. Era preciso, também, considerar que os recursos captados, provenientes de diversos convênios, devem ser destinados às atividades/fim da universidade (ensino, pesquisa e extensão). Uma das estratégias desenvolvidas pelo IEL no Paraná, na década de 90, foi o Programa Oficina de Produção, buscando a integração entre a universidade e a empresa, viabilizada através da Comissão de Interação - COMINT, composta por integrantes das universidades, indústrias e entidades afins.

> Um dos itens do planejamento da COMINT para 91/92 era buscar nos estabelecimentos de ensino superior o programa de interação existente e divulgá-lo às indústrias.[28]

Essa tendência institucional foi acompanhada também pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação - PRPPG, na busca de enfatizar seus programas de Iniciação Científica e no alargamento das ofertas dos cursos de mestrado e doutorado. Os pedidos de bolsas eram avaliados por uma Comissão de Iniciação Científica e os trabalhos apresentados à Comunidade Universitária no Evento de Iniciação Científica - EVINCI. Além disso, havia o Programa Especial de Treinamento - PET mantido pela CAPES, com o objetivo de qualificar a mão-de-obra de nível superior, além do encaminhamento de novos pesquisadores aos cursos de pós-graduação. O 1º EVINCI aconteceu em 1993, e foi acompanhado pelos consultores do CNPq; a partir daí, o evento passou a apresentar edições anuais, integrando uma rede cada vez maior de professores e alunos pesquisadores, passando a contar também com a participação de outras instituições de pesquisa.

Nessa nova visão, a pós-graduação inovou-se com um enfoque interdisciplinar e de valorização de grupos emergentes, que permitia o aumento qualitativo e quantitativo do sistema. Por ocasião do lançamento do 3º PNPG, constatou-se que, no Brasil, o número de cientistas necessários ao desenvolvimento científico e tecnológico ainda era muito pequeno. Tal situação renovou a necessidade de incrementar a pós-graduação, tida como o caminho à formação, à pesquisa e ao desenvolvimento do setor produtivo.

Apesar das dificuldades encontradas, o Plano de Capacitação de Docentes da UFPR abriu a possibilidade de criação de outros cursos de mestrado e doutorado. Efetivaram-se então os cursos de Geologia, Meio Ambiente e Desenvolvimento, Filosofia, Administração, Desenvolvimento Econômico, Química, Antropologia, Informática e Física. O mesmo plano estabelecia a prioridade para o pós-doutorado em determinados departamentos. Em âmbito de especialização, vários departamentos organizaram cursos, como os ofertados em Educação Física, Matemática, Informática e Odontologia.

Também a Editora da UFPR estabeleceu uma política editorial, com o objetivo de divulgar contribuições relevantes sob o ponto de vista científico ou questões que interessassem à comunidade universitária e à



LACTEC - Laboratório de alta tensão.
Acervo: LACTEC



LACTEC - Laboratório de Luminotécnica para ensaios em equipamentos de iluminação.
Acervo: LACTEC



Outorga do título de *Doutor honoris causa* a Zilda Arns, em 8 de março de 2004.
Foto: Márcio de F. Tomaz

sociedade. Outro procedimento incentivado nesse período foi a busca crescente pela interação entre a Universidade e o setor produtivo. No âmbito nacional, desde 1969, o Instituto Euvaldo Lodi - IEL foi criado, com essa finalidade, em conjunto com a Confederação Nacional da Indústria - CNI, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e o Serviço Social da Indústria - SESI. Portanto, cabia à universidade produzir conhecimento básico, desenvolver processos e protótipos, formar pessoal qualificado para aperfeiçoar e administrar a tecnologia gerencial e formular crítica, e às indústrias caberia aplicar as inovações técnicas de forma orgânica, difundindo os seus benefícios à população.[29]

Tais princípios foram compartilhados pelos agentes do IEL, ao considerar que a política industrial brasileira precisava incentivar a modernização tecnológica das empresas nacionais e da produção qualitativa, de modo que a conduzisse a patamares de competitividade internacional. Esta política só se efetivaria a partir da criação de uma base científica e tecnológica sólida, que garantisse a articulação entre universidade e empresa.

O processo de interação da universidade com o setor produtivo, todavia, precisava ser ágil e flexível, sem deixar de respeitar a autonomia das partes e preservar o patrimônio intelectual das universidades. Deveria considerar a produção do saber e a prestação de serviços, priorizar o interesse acadêmico, sem falar na definição dos objetivos e prioridades quanto à escolha de parceiros. Era preciso, ainda, considerar que os recursos captados, provenientes de diversos convênios, deveriam ser destinados às atividades-fim da Universidade, ou seja, ensino, pesquisa e extensão.

Na UFPR, o programa de integração com o setor produtivo advinha da necessidade de superar a crise, provocada principalmente pela escassez de recursos, já que o percentual de investimento em Ciência e Tecnologia no Orçamento da União apresentava-se em queda constante: de 5,8%, em 1985, chegou a 0,7% em 1990. As universidades encontraram nessa parceria um caminho para o enfrentamento da questão de captação de recursos.

Nessa conjuntura, a UFPR firmou convênios internacionais com instituições científicas e setores empresariais de diversos países, entre eles: EUA, Canadá, Alemanha, Chile, Uruguai, Bélgica, França e Japão. Também efetuou parcerias com setores públicos e privados nacionais, a exemplo da Federação das Indústrias do Paraná - FIP, a TELEPAR, a PETROBRAS e o

IBGE. Ainda, foram estabelecidos acordos com as agências de fomento público e privadas: CAPES, CNPq, FINEP, CONCITEC, BOTICÁRIO, IBAMA, EMBRAPA, BNDES, BID e OEA. Além da cooperação com o setor produtivo, a UFPR buscava parcerias de cunho multi-institucional, como a cooperação técnico-científica estabelecida com instituições como a USP, UNICAMP, UFRJ, UFSC, a Fundação da UFRGS e empresas como COOPERSUCAR, PETROBRAS, RHODIA, IBM, Gerdau, entre outras.

Finalmente, os resultados foram sentidos, em 1992, quando 58% dos professores em atividade tinham o mestrado ou doutorado e 80% dos cursos de pós-graduação da UFPR, avaliados pela CAPES, receberam o conceito A ou B, colocando a instituição entre as dez melhores IES do país.

Contudo, permaneciam questões a serem enfrentadas, como o número ainda pequeno de mestres e doutores, a carência de massa crítica em áreas específicas e a falta de pesquisadores com formação pluridisciplinar. Também ocorriam dificuldades quanto à reposição do quadro de professores, em virtude das aposentadorias de docentes altamente qualificados. Outros problemas referiam-se ao tempo médio da titulação de professores, que era elevado, à falta de valorização da carreira do magistério, à escassez de recursos de fomento e a evasão escolar, sem falar nos longos períodos de greves.

6.4 MUDANÇAS DOS ANOS 90

Para atender às mudanças políticas referentes à educação nacional, propostas pelo governo em 1990, a UFPR se empenhou em elaborar o Estatuto e o Regimento Geral da instituição, que foram revistos, modificados, atualizados e, finalmente, aprovados pela Resolução n.º 02/91 do Conselho Universitário da UFPR e pela Portaria n.º 842, de 9 de junho de 1992 do Ministério da Educação. Estatutariamente, a UFPR era organizada em forma de autarquia de regime especial com autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar. Em seu art. 2º reafirmava suas funções voltadas ao ensino e à pesquisa, destinadas a:

> I - promover a educação, o ensino e o desenvolvimento tecnológico e a cultura filosófica, científica, literária e artística;
> II - formar profissionais, técnicos e cientistas;

III - contribuir para a solução dos problemas de interesse da comunidade sob a forma de cursos, estudos e serviços;
IV - desenvolver a pesquisa nas várias áreas do conhecimento.[30]

Quanto à sua organização, o Estatuto a estruturava com base em departamentos, reunidos em unidades denominadas Setores. Cada unidade era um órgão simultaneamente de ensino e pesquisa no seu campo de estudo.

De acordo com o Estatuto, não só o ensino e a pesquisa, mas também a extensão, deveriam se desenvolver. Distinguia os setores do sistema comum de ensino e de pesquisa básicos (Setor de Ciências Exatas, de Ciências Biológicas, de Ciências Humanas, Letras e Artes) aos Setores do ensino profissional e pesquisa aplicada (Setor de Educação, Ciências Sociais Aplicadas, Ciência da Saúde, de Tecnologia, Ciências Agrárias e Ciências Jurídicas). Apresentava como Órgãos Suplementares: Biblioteca Central, Centro de Biologia Marinha, Centro de Computação Eletrônica, Centro de Educação Física e Desportos, Centro de Estações Experimentais, Centro de Assessoramento Pedagógico, Escola Técnica da UFPR, Hospital de Clínicas, Imprensa Universitária, Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá, Restaurante Universitário e Editora da UFPR. Quanto à administração superior da Universidade, ela era exercida pelos Conselhos de Administração, Conselho de Ensino e Pesquisa e Conselho Universitário, vistos como órgãos normativos, deliberativos e consultivos, e pela Reitoria, como órgão executivo central. Estabelecia ainda os cursos de graduação, pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento e extensão.

Considerando a ênfase na pesquisa, em 1994, por iniciativa da PRPPG, foram publicados vários catálogos, como o Catálogo dos Projetos de Pesquisa em Andamento, o Catálogo de Teses da UFPR e o Catálogo de Pós-Graduação da UFPR. Sua finalidade era divulgar, na comunidade acadêmica, os projetos de pesquisa em andamento na instituição, registrando-se mil, trezentos e setenta e dois projetos na ocasião. Segundo o pró-reitor de pós-graduação, Carlos Antunes dos Santos: "...esse informativo acaba com uma imagem falsa de que os estudos da Universidade são desvinculados da realidade".[31]

O reitor Carlos Alberto Faraco, por ocasião do lançamento do Catálogo de 1994, fazia o seguinte retrato da UFPR:

> A UFPR possui oito *campi*, três deles localizados em Curitiba e outros no litoral e cidades de interior do Estado. Existem ainda catorze núcleos, ocupando ao todo uma área de 7.154.769 m² de extensão e 308.090 m² de área construída. São vinte e dois mil alunos em cinqüenta e cinco cursos de graduação, incluindo as habilitações, além de quarenta especializações, trinta e um mestrados e treze doutorados. A UFPR mantém, além dos cursos de universitários, o ensino de 2º grau, ministrado através da Escola Técnica, há anos vinculada à instituição. Ela é considerada uma das mais tradicionais escolas de ensino técnico de Curitiba. Anualmente, oferta seis cursos: Contabilidade, Processamento de Dados, Enfermagem, Higiene Dental, Prótese Odontológica e Transações Imobiliárias. A comunidade universitária dispõe de várias unidades, que estão embutidas no organograma da instituição. Esse é o caso da Livraria, da Editora, do Museu de Arqueologia e Etnologia, do Centro de Estudos do Mar, dos Restaurantes Universitários, da Casa da Estudante Universitária de Curitiba, do Centro de Computação Eletrônica, da Prefeitura Universitária, da Imprensa Universitária, dos Grupos Artísticos e das Bibliotecas.[32]

Ainda esclarecia que o Sistema de Bibliotecas incluía treze unidades espalhadas pelos diversos *campi*, equipadas com sistema de computadores para controlar seus títulos. Seu acervo, constantemente atualizado, constitui importante fonte de conhecimento científico, à disposição não só dos alunos e professores, mas de toda a comunidade. Como apoio administrativo, a Universidade contava com a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Progresso da Ciência, Tecnologia e Cultura - FUNPAR. Por meio da Fundação, diversas atividades são desenvolvidas, inclusive em parceria com empresas nacionais e multinacionais. A FUNPAR mantém ainda convênios de cooperação técnico-científica com universidades de vários países, com programas de intercâmbio de docentes e alunos.

Apesar disso, acompanhando o panorama nacional, o orçamento global da UFPR tendia a diminuir, como se pode comprovar por estes dados: em 1989 foi de US$ 174 milhões, em 1990 foi de US$ 166 milhões, porém em 1991 caiu para US$ 131 milhões e em 1992 para US$ 127 milhões, recuperando-se um pouco em 1993, quando subiu para US$ 193 milhões.[33]

A situação se agravou no ano seguinte, pois o país vivia uma crise do setor educacional. Esta vinha se acentuando há muito tempo e atingia as

instituições de ensino, entre elas a Universidade Federal do Paraná, que enfrentava sérios problemas devido à insuficiência de recursos orçamentários, à baixa remuneração de seus quadros de pessoal, à excessiva burocratização imposta pelo Governo Federal, e à ausência de uma política nacional de educação e saúde, o que causava bastante sofrimento. Esses problemas ainda estavam atrelados às perdas do orçamento. Nessa perspectiva, desde seu início, a Reitoria entendeu que cabia à Universidade empenhar-se para reverter a situação, não apenas por ser afetada pela crise, mas porque era seu papel inserir-se no processo de transformação social.[34]

Com a reforma administrativa, ocorreram a proposta do fim da gratuidade do ensino superior, a mudança na sistemática de aposentadoria e a restrição cada vez maior do orçamento da UFPR. Foi proposto um plano plurianual embasado em determinados tópicos: "...defesa intransigente do ensino público e gratuito; luta permanente pela concretização do preceito constitucional de autonomia para as universidades brasileiras; atendimento às necessidades sociais por meio da defesa da pluralidade do conhecimento, da qualidade acadêmica, da permanente cidadania e da sustentação dos valores democráticos universais duramente conquistados".[35]

As repercussões foram sentidas em todos os aspectos da instituição, desde a contenção de despesas, ajustes curriculares, remanejamentos internos até as manifestações públicas como as greves e as passeatas, movimentos estes que contavam com a participação docente, discente e da sociedade em geral.

Para maior flexibilidade dos cursos, o Conselho de Ensino e Pesquisa - CEP instituiu normas para a implantação, reformulação ou ajuste curricular dos cursos de graduação, que deveriam ser fundamentados nos seguintes itens: "...análise das exigências curriculares em relação à possibilidade de trabalho do recém-formado; natureza, características atuais e perspectivas do campo de conhecimento a que o curso diz respeito; compatibilização dos objetivos das disciplinas ao currículo pleno da nova proposta; junção teórica e prática do estágio supervisionado".[36]

A crise financeira que se abateu sobre o país atingiu também a classe discente, que, por motivos econômicos, via-se obrigada a ingressar no mercado de trabalho, trazendo conseqüências diretas ao funcionamento da

UFPR, que passou a registrar muitos trancamentos de matrícula e a evasão escolar, o que era agravado pelos longos períodos de greves.

A alteração mais significativa, porém, teve lugar em 1996, com o estabelecimento da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que orientava a organização do Sistema Nacional de Ensino em todos os níveis, além da necessidade de adaptação para todas as IES do país.

Em 1988, foi promulgada a nova Constituição Brasileira, na qual estava prevista uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Decorridos mais de oito anos entre debates e estudos, seminários e conferências, lutas e esforços, enfim, foi sancionada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei n.º 9.394/96-LDB. "Apesar das divergências com o projeto original, democrática e arduamente debatido pelas entidades profissionais, especialistas e representantes da sociedade civil, a LDB foi promulgada. Nela constam as diretrizes para a estruturação e organização do sistema nacional de ensino em todos os níveis. Desse modo, cabe às instituições de ensino providenciar as adaptações que a lei propõe."[37] As alterações afetariam diretamente a organização da educação nacional e, em especial, as universidades e seus cursos, exigindo uma rediscussão da estrutura e impondo mudanças de curto e médio prazos. Além disso, possibilitava a implantação das novas modalidades de cursos e de atividades de ensino.

Segundo a LDB, competia à União a coordenação da Política Nacional de Educação, articulando os diferentes níveis e sistemas. Também se comprometia a elaborar o Plano Nacional de Educação. Quanto à Educação Superior, tinha por uma das suas principais finalidades estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo. Investia na pesquisa e investigação científica e tecnológica e na participação no desenvolvimento da sociedade brasileira. A educação superior abrangeria cursos e programas: cursos seqüenciais, graduação, pós-graduação e extensão. Finalmente, o governo se comprometia a, no prazo de um ano, encaminhar ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

As universidades foram caracterizadas como instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior,

de pesquisa, de extensão, e de domínio e cultivo do saber humano. Estabeleceu-se, também, o incentivo público ao desenvolvimento dos programas de ensino à distância e de educação continuada. Entretanto, as dificuldades financeiras das instituições de ensino superior eram crescentes.

Em relatório apresentado pelo reitor José Henrique de Faria, ao referir-se à UFPR, este aponta aspectos contraditórios:

> Ao mesmo tempo em que, sustentada pela autonomia acadêmica, a UFPR buscou transpor fronteiras, viu-se presa por uma estrutura orgânica resultante da Reforma de Ensino de 1968; ao mesmo tempo em que procurou valorizar o planejamento das atividades e a racionalização administrativa, viu seu orçamento reduzido e sofreu a intervenção em seu sistema de gestão pessoal; ao mesmo tempo em que produziu novos conhecimentos em várias áreas do saber, conviveu com a reprodução interna de saberes descontextualizados; ao mesmo tempo em que participou de vitórias em lutas políticas nacionais importantes, não conseguiu fazer valer suas posições no que se refere à Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional.[38]

Para atender a todas as determinações dessa lei, foi elaborado um Plano Institucional com a contribuição da comunidade universitária, por meio de discussões e debates. O Plano foi embasado nos seguintes princípios: defesa intransigente do ensino público e gratuito; luta permanente pela concretização do preceito constitucional de autonomia para as universidades brasileiras; atendimento às necessidades sociais por meio da defesa da pluralidade do conhecimento, da qualidade acadêmica, da permanente cidadania e da sustentação dos valores democráticos universais duramente conquistados.[39]

> O Plano pretendia, pois, cumprir o seu compromisso social, acreditando que uma universidade pública deveria investir na melhoria da qualidade de ensino. No entanto, não é possível fazer avançar um projeto sem pesquisas, sem extensão e sem uma infra-estrutura acadêmica e administrativa de qualidade, pois em sua prática social a universidade encontra-se em uma situação privilegiada, a partir da qual pode detectar a dimensão pedagógica que subsiste no interior da sociedade e, deste modo, sistematizar o saber, produzir e transmitir conhecimento, interagindo com esta.[40]

O diagnóstico da situação ambígua da UFPR, todavia, revelava questões igualmente preocupantes, sobretudo pela falta de vinculação do ensino de pós-graduação em seu próprio nível e com o ensino de graduação. Esse quadro agravava-se pela incompreensão do real significado da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pela ausência de uma política institucional de pesquisa em todos os níveis e pelas dificuldades de avaliação e divulgação de seus resultados. Tal situação refletia a falta de uma política nacional de educação que integrasse os três graus de ensino, bem como a ação desarticulada do MEC, no que se referia ao financiamento dos cursos de graduação e pós-graduação, gerando uma escassez de recursos das agências de fomento. No nível estadual, o governo descumpria a determinação constitucional que mandava aplicar 2% da receita tributária em ciência e tecnologia (art. 205 da Constituição Estadual) e não se preocupava em estabelecer uma política de incentivo à ciência e tecnologia ou em criar uma fundação estadual de apoio à pesquisa.[41]

Na realidade, as políticas internas da UFPR buscavam garantir a inter-relação de ensino, pesquisa e extensão, ao reorganizar estrutural e administrativamente seus recursos, além de efetuar uma profunda análise institucional.

José Henrique de Faria afirmava à imprensa que: "...o ano de 1996 será lembrado nas instituições federais de ensino superior como um dos mais difíceis e de maior pressão por parte do Governo Federal. Apesar disso, na história da UFPR foi um ano de grandes avanços e melhorias significativas em todas as áreas...".[42] Esclarecia ainda que o Plano de ação 1996 reorientou prioridades, além de definir metas para a consolidação dos vários programas, priorizando o que se refere à pesquisa, ensino e extensão. Assim, ações foram desenvolvidas visando à integração entre a graduação e a pós-graduação, ao incentivo aos cursos de especialização, mestrado e doutorado, ao incremento das atividades do Hospital de Clínicas e aos contatos com as universidades do Mercosul, evidenciando a crescente preocupação com a produção do conhecimento e sua articulação com a sociedade.

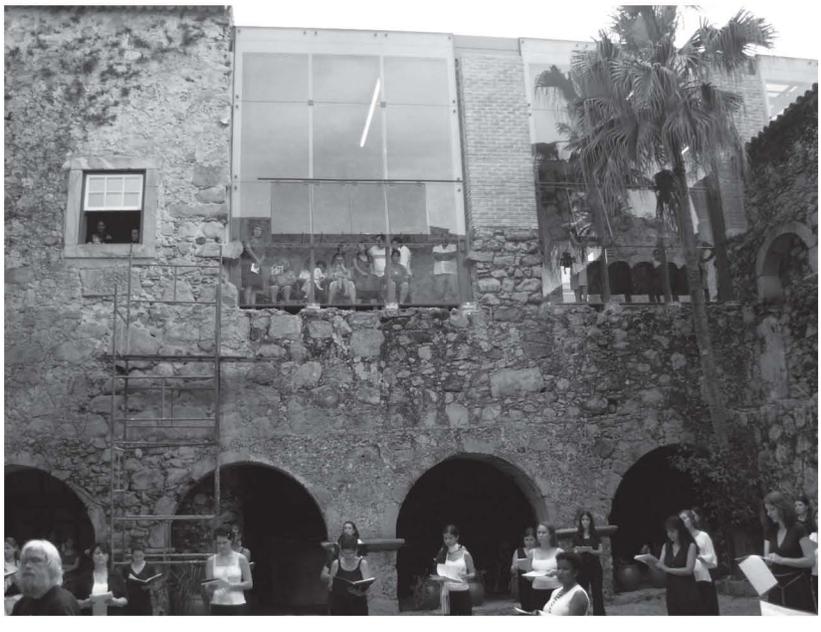
Apesar de enfrentar tantas crises, a UFPR teve também seus momentos de glória, de reconhecimento de sua importância diante da comunidade curitibana e paranaense. Uma dessas ocasiões foi aquela em



Campus Litoral da UFPR, inauguração em 16 de maio de 2005.
Foto: Isabel Liviski



Inauguração do Campus Litoral da UFPR com a presença de Francisco C. Dos Santos, Prefeito Municipal; Tarso F. H. Genro, Ministro da Educação; Roberto Requião, Governador do Estado; Prof. Carlos Augusto Moreira Jr., Reitor; Max Rosenmann, Deputado Federal; Profª Mª Tarcisa Silva Bega, Vice-Reitora; Orlando Pessuti, Vice-Governador do Estado e Selma Schons, Deputada Federal. (da esquerda para direita)
Foto: Isabel Liviski



Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR, Paranaguá. Apresentação do Coral na re-inauguração em 27 de outubro de 2007.
Foto: Isabel Liviski

que o prédio histórico da Universidade, na Praça Santos Andrade, foi apontado pela população como símbolo da cidade. Isso ocorreu em 1999, quando, após concorrer com outros pontos turísticos da capital, a Universidade foi a escolhida pela população em votação pública. Dois anos depois, o prédio histórico da UFPR ganhou da Câmara Municipal de Curitiba o título oficial de "Símbolo da Cidade". De acordo com o reitor Carlos Roberto Antunes dos Santos, o prédio da UFPR sempre foi o símbolo da cidade. "A história do Paraná se confunde com a história da universidade; sem dúvida, o prédio faz parte da vida dos curitibanos e tem muito significado para o Paraná."[43]

Graças a convênios e verbas recebidas, foi então possível restaurar o prédio central. Em nota à imprensa, assim o reitor José Henrique Faria se referia à instituição: "Esse prédio é emblemático para a UFPR e representa parte importante da história de Curitiba, como cidade universitária. Portanto, sua restauração e revitalização como espaço cultural são muito importantes para todos nós". Um convênio no valor de quatro milhões, firmado entre a instituição de ensino e a Prefeitura Municipal de Curitiba, possibilitou a restauração externa e interna do prédio. O prédio passou por muitas adaptações e reformas. Ainda segundo o reitor Faria, "Muitas vezes, se utilizou materiais impróprios para essas reformas ou adaptações. O próprio sistema elétrico foi ficando defasado, não comportando as sobrecargas acarretadas pela instalação de diversos laboratórios. O resultado foi a ocorrência de dois incêndios no prédio, em 1991 e em 1993, que tornaram necessárias as obras de restauração". Observou ainda que os atos de vandalismo dos grafiteiros contra prédios públicos no final das contas são pagos por todos. Portanto: "É necessário que a toda população se conscientize da necessidade de ajudar a fiscalizar seus prédios e monumentos públicos, dificultando a ação dos vândalos".[44]

6.5 A AVALIAÇÃO DA UFPR

Desde a década de 1960, o movimento nacional de lutas dos docentes das universidades brasileiras vinha solicitando um programa de avaliação institucional, associado a um referencial de qualidade do ensino superior

no país. Isso só ocorreu no final da década de 1980, quando se implantou o processo de avaliação na Universidade brasileira.

Na UFPR, tal processo foi iniciado em 1987, por um grupo encarregado de elaborar projeto de melhoria da qualidade do ensino de graduação, junto ao PADES/MEC - Programa de Apoio e Desenvolvimento do Ensino Superior. Os passos iniciais foram dados na busca da sistematização de ações avaliativas que se desenvolveram na própria Universidade, e para a configuração de um projeto político-pedagógico que viesse a estabelecer uma efetiva relação entre Universidade e Sociedade.

Na ocasião, a política de avaliação caracterizou-se pela continuidade e expansão das atividades avaliativas, a partir de um núcleo gerador, centrado no ensino de graduação e daí se disseminando no âmbito da Universidade. Visava a consolidar um projeto político-pedagógico de universidade articulado à realidade social. Os objetivos eram amplos, abrangendo desde o debate nacional sobre a avaliação até a sistematização de diretrizes para avaliação institucional.

Em 1988, a comissão de Avaliação da UFPR publicou o primeiro número da série "Cadernos de Avaliação". Esta trazia para o interior da Universidade os resultados do debate nacional sobre avaliação como estímulo, apoio e divulgação a experiências de avaliação de cursos. A iniciativa ocasionou um forte impulso às ações que vinham se desenvolvendo, apontadas como condição essencial para o desenvolvimento qualitativo do ensino superior.

Coube à gestão 1990-94 impulsionar as ações, no sentido da institucionalização do processo de avaliação, o que culminou, no final do período, na integração da UFPR na Comissão Nacional de Avaliação instituída pelo MEC, implantada a partir de 1994.[45] A Universidade, em sua função social e científica, deveria apresentar eficácia social de suas ações e eficiência de seu funcionamento, enquanto estrutura voltada ao ensino, pesquisa e extensão. O processo envolvia três aspectos associados: o projeto pedagógico, a estrutura curricular e o desempenho acadêmico dos docentes. Embora a ênfase recaísse sobre o ensino de graduação, a cultura avaliativa aos poucos se disseminava para os outros campos.

Em função dos resultados obtidos, estabeleceu-se um intercâmbio com as demais instituições universitárias do país, quando a UFPR passou a

contribuir de forma direta na proposta nacional de avaliação. O documento oficial só foi divulgado em 1993 por meio do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB, sendo implantado a partir do ano seguinte.

No período compreendido entre 1994 e 1996, ocorreu a consolidação do processo de avaliação, articulando áreas dos cursos de licenciatura, de projetos na área de laboratórios de ensino com as pró-reitorias e programas do MEC. A avaliação passou a abranger todos os aspectos da vida universitária, tendo como pressuposto a interação entre planejamento institucional e avaliação, como elementos orientadores de novas tomadas de decisão.

Nos anos seguintes ocorreu a expansão do processo de avaliação de caráter global, levando a questões desafiadoras, como o aperfeiçoamento das formas de ingresso na graduação e na pós-graduação, bem como as condições de mobilidade e permanência do corpo discente.

Nessa perspectiva, a UFPR, integrada a AUGM - Associação de Universidades Grupo Montevidéu, passou a coordenar a "Avaliação Institucional", abrindo perspectivas de intercâmbio de experiências e possibilidades de realização de avaliação externa.

Assim, por mais de uma década as ações avaliativas se desenvolveram num movimento crescente de valorização institucional, caracterizando-se pela continuidade e expansão. Essas transformações foram acompanhadas por novas abordagens de acordo com relatórios apresentados na UFPR.

> A política de avaliação que vem sendo desenvolvida desde então, abrangendo praticamente três gestões administrativas, tem-se caracterizado pela continuidade e expansão das atividades avaliativas a partir de um núcleo gerador centrado no ensino de graduação que, paulatinamente, foi se disseminando e se consolidando em todo o âmbito da universidade. Pautada a uma concepção de avaliação comprometida com o resgate da qualidade em todas as dimensões, esta política tem como diretriz básica a construção coletiva de um projeto político-pedagógico de universidade intrinsecamente articulado à realidade social.[46]

Vários projetos foram elaborados, no sentido de minimizar o quadro apresentado e melhorar a qualidade de ensino. No entanto, o processo institucional de avaliação foi interrompido no período de 1998 a 2002, em

função da mudança de orientação na gestão da UFPR, quando as ações ganharam novamente as características de ações isoladas e fragmentadas. Foi perdido, com isso, o elo de uma corrente que indicava um processo contínuo de autoconhecimento e um amplo campo de estudos calcados em análises sistemáticas do cotidiano da vida universitária.

A retomada das ações ocorreu em 2002, estendendo-se até o presente, e encontra-se inserida como um projeto estratégico do Plano de Desenvolvimento Institucional. O planejamento passou a ser assumido como processo permanente e concebido com a efetiva participação da comunidade, sendo indissociado da avaliação institucional. Também ficou estabelecido como missão: "...fomentar, construir e disseminar o conhecimento, contribuindo para a formação do cidadão e desenvolvimento humano do Paraná e do Brasil".[47]

Colocaram-se como objetivos bem definidos a busca da eficiência acadêmica; a ampliação e consolidação da pesquisa e da pós-graduação e dos novos cursos de graduação; a promoção da inovação tecnológica, bem como a produção e disseminação do conhecimento; e, por fim, o aperfeiçoamento da gestão da Universidade. Como estratégias de apoio foram realizados eventos e reuniões, como o Seminário Internacional de Avaliação Institucional da Educação Superior e o Seminário Interno sobre Avaliação Institucional, além da retomada da publicação dos *Cadernos de Avaliação Institucional*.

Enfim, a UFPR buscou construir uma cultura de avaliação na qual a participação fosse a palavra-chave no processo de autoconhecimento e culminasse no aumento da qualidade da formação dos seus alunos e dos serviços prestados à sociedade. Esta cultura de avaliação seria pautada por princípios, como a gestão democrática e a autonomia, que visam consolidar a responsabilidade social e o compromisso científico-cultural da instituição.

6.6 A UFPR E O MUNDO GLOBALIZADO

Como todas as instituições de ensino superior do país, a UFPR passava por um processo de crise nos mais diversos níveis, desde a falta de pessoal até a falta de recursos financeiros. Diante desse quadro caótico, era preciso que a instituição efetivasse o seu projeto de autonomia e institucionalizasse parcerias, cumprindo seu papel atuante junto à comunidade.

> A inserção do Brasil na era da revolução científica e tecnológica determinada pela globalização exige resposta aos desafios postos, e não há como não dar a palavra à universidade. No âmbito do Estado do Paraná, diante dos novos paradigmas impostos pela passagem de uma economia de estrutura agro-industrial para uma economia basicamente industrial é fundamental a parceria com a universidade que, com as suas excelências e competências, contribuirá decisivamente para os saltos de qualidade aos programas governamentais.[48]

Em âmbito mundial, as universidades públicas, no final do milênio, passaram a ser alvo de políticas que objetivavam reduzir sua participação nos gastos públicos. Isso ocorreu mediante um discurso que minimiza sua importância ou mesmo responsabiliza as universidades por privilégios ou por consumir recursos escassos a ponto de privar crianças do ensino básico. "O que era considerado um direito fundamental do cidadão e um valor essencial da civilização passou a ser tratado como um serviço semelhante a qualquer outro na sociedade."[49]

A educação era vista como mercadoria. Com isso, ocorreu um achatamento de recursos e verbas, acompanhado de cortes orçamentários. Mas, paradoxalmente, surgiu a recomendação do Banco Mundial no sentido de ampliar a demanda para o ensino, para o aumento do financiamento privado e para a diversificação das fontes de financiamento.

Nessa perspectiva, a discussão sobre a universidade pública tomou grande espaço na mídia. A vitalidade da instituição Universidade se manifestava como espaço de reflexão e de organização política.

> Na esfera do setor público impera, pela Reforma Administrativa, da Previdência e da Autonomia das Universidades, a mesma lógica da diminuição do papel do Estado, enquanto prestador de serviços públicos. Pretende-se reduzir custos, enxugando o quadro de servidores públicos, quer pelo plano de demissão voluntária, quer pelo não preenchimento das vagas por concurso público e terceirização dos serviços, quer pelo arrocho salarial, pois há quase três anos o governo federal não concede reajuste, forçando muitos servidores a abandonar o setor público. Os professores de todos os níveis de ensino, nessa era da globalização, estão diante de um quadro de incertezas. Reconhecem os governos, em seus discursos, que os professores são importantes nessa era de

> mudanças, preparando a atual e futuras gerações para o domínio das transformações econômicas e culturais, porém não garantem condições de trabalho e de salário, gerando instabilidade quanto ao futuro da categoria. As instituições federais de ensino superior, responsáveis por 96% da pesquisa em âmbito nacional, encontram-se hoje, pela política do governo federal, num processo de desmonte sem precedentes. Os acordos feitos pelo governo brasileiro, por exigências das agências internacionais (Banco Mundial e FMI), obrigam à privatização progressiva dessas instituições, forçando-as, dentro da lógica neoliberal, a buscar no mercado recursos para a sua manutenção, condicionando a pesquisa aos interesses imediatistas, relegando seu papel estratégico para o futuro do país.[50]

Nesse sentido, as mudanças político-econômicas apresentadas no panorama mundial introduziram uma nova ordem global, fazendo com que a América Latina discutisse sua forma de inserção no mercado internacional, superando divergências e buscando a união. Essa intenção consubstanciou-se em alguns países do continente, com a criação do Mercosul (Mercado Comum do Sul – em 1991), que procurava estabelecer um bloco econômico composto inicialmente pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Entretanto, esta integração enfatizava não só o aspecto econômico, mas também social, cultural e científico, ao conjugar uma associação entre o Estado, o setor produtivo e as Universidades.[51]

No entanto, a integração da universidade com o mundo globalizado exigia novas tomadas de posição. Segundo Comninos, "...o papel da Universidade no processo de integração do Mercosul está no estágio da discussão. Os seminários que têm reunido órgãos e instituições universitárias que desenvolvem estudos específicos sobre o tema questionam as perspectivas do processo de integração e tentam se articular à política ministerial materializada no projeto Mercosul Educacional".[52]

Tornou-se evidente que, diante do mundo globalizado, nenhum país alcançaria sua plena soberania, a sua identidade como nação, sem um suporte científico, tecnológico e cultural proporcionado pela universidade. Num país emergente como o Brasil, mesmo sem autonomia, as universidades públicas continuavam produzindo 90% das pesquisas, apesar da aguda crise. Diante de uma conjuntura de longa duração, a universidade, nesse

"...admirável mundo novo da globalização, acaba sendo envolvida por uma situação complexa: a sociedade lhe impõe exigências cada vez maiores em termos de ensino, pesquisa e extensão, e que buscam ser atendidas, numa fase em que mais se acentuam o arrocho salarial e o desfinanciamento do ensino superior público federal".[53]

Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia do governo de Fernando Henrique Cardoso, as universidades se singularizam nesse campo como esteio de uma reconhecida tradição na formação de cientistas e pesquisadores e na produção de conhecimento, apoiadas em projetos, tanto próprios quanto compartilhados com empresas privadas. Ganhava importância estratégica a visão integradora do "Avança Brasil". Este programa continha a indicação pertinaz de que "o desenvolvimento requer interferências e correções harmonizadas, em oposição às escalas pequenas e isoladas, que são atrofiadoras".[54]

Cabia à UFPR, diante dos múltiplos fatores que condicionam o desenvolvimento brasileiro nas últimas décadas, além de formar o profissional-cidadão e produzir pesquisas de qualidade, desempenhar um papel ativo de iniciação e renovação nos amplos domínios do saber e aplicá-los a todo o corpo social. Com competência reconhecida nacional e internacionalmente, era óbvio que a principal referência da UFPR seria a sociedade paranaense.

Mas para atender a esses objetivos, a universidade deveria voltar-se também para aspectos externos de forma mais ativa. Nesse momento, passou a desenvolver atividades conduzidas junto à Associação das Universidades do Grupo Montevidéu - AUGM e a participar na elaboração do Projeto Eurames de desenvolvimento do ensino superior, financiado pela UNESCO. Da mesma forma, vinha assessorando a Secretaria Executiva do Grupo Montevidéu no planejamento das ações necessárias à elaboração de um modelo de avaliação institucional desta associação. "A AUGM foi criada em 1991 e tem por finalidade fomentar os processos de integração regional, fortalecendo a capacidade de formação de recursos humanos, pesquisa e transferência do saber. Realiza atividades de educação continuada e à distância, pretendendo consolidar massas críticas de pesquisadores em áreas estratégicas."[55]

Em relação à ação conjugada técnico-científica, a FUNPAR e a UFPR implantaram o escritório de Relações Externas - ERE, objetivando realizar

contatos com entidades governamentais e privadas, nacionais e estrangeiras. Entre elas, com as universidades do Chile, da China, além do grupo de Montevidéu. Num período de crescente globalização da economia, Curitiba, cidade-sede da UFPR, apresentava-se como um núcleo estratégico para o MERCOSUL. Sua universidade coloca-se numa posição multifuncional, realizando atividades de formação profissional, treinamento, cooperação com o setor produtivo, assessorias, prestação de serviços, ação cultural, e produzindo o conhecimento científico. Revela-se, dessa maneira, fundamental para o desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade paranaense. A UFPR tornou-se também uma das universidades brasileiras que possui Cátedras da UNESCO, sendo uma em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e outra em Cultura para a Paz, ligada à AUGM (Montevidéu).

Segundo a FUNPAR, a instituição Universidade pressupõe o domínio do conhecimento especializado em inúmeras áreas.

> Este conhecimento não só está disponível para a transferência, via ensino, como também por meio da pesquisa e das atividades de extensão. No entanto, é comum se constatar a dificuldade da integração Universidade-sociedade, para a qual todo este conhecimento deve estar orientado. Isto se dá, em grande medida, pelas amarras burocráticas a que está submetida a estrutura administrativa da instituição universitária, que alcança a pesquisa e também a extensão. A solução surge com a criação de uma fundação de apoio às atividades da Universidade. Instituída na forma jurídica de direito privado, a fundação de apoio ganha agilidade para estabelecer a tão desejada integração entre a instituição de ensino e os setores da sociedade que desejam acessar o conhecimento técnico-científico que se reproduz nas salas de aula, nos laboratórios, nos centros de pesquisa. [56]

Mediante parcerias, estabelecidas por convênios ou não, as empresas e as universidades

> … podem alavancar o processo de desenvolvimento de novas tecnologias para atender as demandas da economia globalizada, cooperando técnica e cientificamente com o desenvolvimento da nação. Intensificar esta relação pode levar a indústria nacional a reduzir a dependência e a subserviência excessiva às tecnologias estrangeiras. A universidade só tem a ganhar

> interagindo com as empresas. A parceria com o setor produtivo, longe de ser uma distorção nas funções e objetivos da universidade, como dizem alguns, pode se transformar em uma fonte complementar de recursos para atender as demandas da comunidade universitária.[57]

Nessa nova visão, a UFPR possui diversos programas que a inserem regional, nacional e internacionalmente no âmbito da graduação, pós-graduação e do ensino profissionalizante. Em 2002, foi criada a Rede Integrada de Educação Pública - RIEP, que faz a articulação entre a Universidade Federal do Paraná e as escolas das redes públicas municipais e estaduais, com o objetivo de desenvolver ações educacionais, culturais e extensionistas, integradoras entre o ensino fundamental e o ensino superior. Conta com a participação de docentes e discentes que consideram o ensino como um todo, na sua integralidade.

Em 2003, a Universidade Federal do Paraná criou o Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores - CINFOP, que integra a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - MEC/SEB/DPE, na área de gestão e avaliação.

A Universidade mantém ainda um programa de mobilidade acadêmica, o qual possibilita o intercâmbio entre alunos de instituições públicas e tem por finalidade ampliar a experiência acadêmica dos estudantes, dando a oportunidade de conhecer novas realidades e buscar o enriquecimento de sua formação. A ANDIFES adotou o modelo da UFPR em 2003, denominando-o de Programa ANDIFES de Mobilidade Estudantil. Este permitiu que a mobilidade fosse realizada entre as IFES interessadas. Na UFPR, o programa se estende para estudantes e docentes das universidades públicas do Paraná.

No que se refere à inserção internacional, a UFPR tem participado ativamente de consórcios, entre os quais se destacam: o Grupo Montevidéu, que tem como foco central o Mercosul e engloba instituições públicas do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile; e o Grupo Tordesilhas, do qual participam instituições da Espanha, Portugal e Brasil.

Por meio da Assessoria de Relações Internacionais e do Sistema Integrado de Relações Internacionais, compostos por representantes de todos os setores da instituição, promove-se a consolidação estratégica dos

acordos de cooperação tradicionais, além de criar novas oportunidades com instituições de países em desenvolvimento ou menos desenvolvidos economicamente. Neste sentido, foram geradas novas oportunidades de cooperação e intercâmbio estudantil com universidades da Ásia, América do Sul e África.

Atualmente, a UFPR tem noventa e três Acordos de Cooperação vigentes, com instituições de ensino superior e pesquisa dos cinco continentes. Estes acordos contemplam cooperação científica e tecnológica, intercâmbio acadêmico e interação cultural.[58]

A Universidade Federal do Paraná é signatária de um Protocolo do Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Educação, que concede vagas para alunos oriundos de países latino-americanos e de língua portuguesa e demais países em desenvolvimento (Programa PEC-G).

Em termos de pesquisa e pós-graduação, a Universidade Federal do Paraná ocupa lugar de destaque no aparato científico tecnológico do Estado, justamente por manter convênios com a Europa (Alemanha, Espanha, França, Itália, Polônia, Portugal, Rússia, Ucrânia); convênios com a América (Argentina, Paraguai, Canadá, México, Chile, Uruguai, Cuba e Estados Unidos); convênios com a África (África do Sul, Angola); convênios com a Ásia (China e Japão). É importante salientar que a UFPR colabora com várias instituições, seja por meio de projetos de pesquisa, seja pela interação em programas de Pós-Graduação Interinstitucionais. Muitas vezes, isso ocorre em uma iniciativa de solidariedade com outras instituições que também buscam aprimoramento institucional; tudo isso permitiu a formação de grupos de excelência em várias áreas. Esses intercâmbios incentivaram o aumento de estudantes estrangeiros que buscam na UFPR a oportunidade de sua formação, bem como se constata a presença de pesquisadores estrangeiros, visitantes ou não na Instituição.

Além disso, é crescente o número de docentes que apresentam o resultado de seus trabalhos em eventos internacionais. Também os pós-graduandos de diferentes programas têm participado do PDE por meio de colaborações científicas, além de iniciativas que permitem a bititulação e a participação nos programas de cooperação bilateral.[59] Com isso, a instituição tem se firmado como uma das importantes universidades no cenário nacional.



Conjunto musical na re-inauguração do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR, Paranaguá, em 27 de outubro de 2007.
Foto: Isabel Liviski



Festividade de Abertura dos 95 Anos da UFPR em 8 de março de 2007, com apresentação da Companhia de Dança Téssera.
Foto: Isabel Liviski

Em síntese, a UFPR abriu-se para a sociedade e, sobretudo, compreendeu que é patrimônio de todo o povo brasileiro, que existe para servi-lo, para abrir novas perspectivas de desenvolvimento humano e para auxiliar a construir uma nação soberana, desenvolvida e igualitária.

6.7 REDEMOCRATIZANDO A UNIVERSIDADE[62]

Com o Plano de Desenvolvimento da Educação, apresentado pelo governo do presidente Lula da Silva, centrado no favorecimento do setor financeiro empresarial e nas promessas às classes menos favorecidas, assiste-se a uma abertura na forma de acesso às instituições públicas de ensino superior em todo o país. O debate que se apresenta envolve não só especialistas em educação, mas também a sociedade de modo geral.

Entretanto, a proposta sobre o aumento de ofertas de vagas no ensino superior não levou em consideração a relação numérica de professor/aluno, nem o aumento de verbas destinadas às IES, sem falar na proposta de instalação em tempo recorde de novas instituições federais de ensino superior no país.

Com essa visão, as universidades públicas foram chamadas a contribuir e participar dessa nova tomada de posição. Considerando que se trata de universidades públicas, a sociedade brasileira é reconhecidamente sua real proprietária e mantenedora. Há, atualmente, um esforço e preocupação crescente no exemplo de cidadania, para se manter um ensino público de qualidade com autonomia e visibilidade social, atingindo o maior número de estudantes possível. Assim, na UFPR coloca-se a ênfase na democratização das vagas remanescentes e na sua redistribuição com base no programa PROVAR (Processo de Ocupação de Vagas Remanescentes da Universidade Federal do Paraná). Este abre a oportunidade para estudantes de outras faculdades que pretendem transferir-se para a UFPR. Na sua primeira edição, em fevereiro de 2003, o PROVAR ofertou 1.090 vagas, distribuídas em todos os cursos. O número elevado de vagas ociosas era justificado por uma série de motivos pelos quais se afastavam os alunos da universidade, desde as escolhas erradas até as dificuldades para conciliar os horários de trabalho com o estudo. Entre os fatores que contribuem sobremaneira para as

desistências, segundo a PROGRAD, "...está o fato de muitos estudantes chegarem muito cedo à universidade. Eles acabam descobrindo tempos depois que aquela não era a profissão esperada. Mas, além da vaga destes alunos, a possibilidade de outros estudantes ocuparem o lugar de quem trancou a matrícula pode aumentar as ofertas. Há discussões sobre o assunto no Ministério da Educação. Só na Federal do Paraná, duzentos alunos trancam a matrícula todos os anos. Quando o aluno retorna, não consegue a mesma turma. Assim, fica uma vaga aberta na turma em que ele estudava".[60]

Com o PROVAR, novas oportunidades se abriram, considerando que a maior procura diz respeito a alunos oriundos de instituições particulares ou mesmo de outras regiões do Estado e do País.

Outro fator de democratização e de oportunidade de inclusão das classes menos favorecidas é o sistema de ingresso na instituição por meio das cotas, destinadas inicialmente aos afro-descendentes, depois estendida à população de baixa renda, procedente do ensino público.

Segundo o reitor Carlos Moreira Jr., atualmente a UFPR é o reflexo do povo brasileiro: brancos, pretos, pardos e índios têm oportunidades iguais. O acesso à instituição foi democratizado pelas políticas afirmativas e pelo processo de ocupação das vagas remanescentes, o PROVAR. Este último teve conseqüências positivas nas mais diversas áreas do ensino, possibilitando que os alunos da própria instituição pudessem trocar de turno ou habilitação, permitindo que aqueles que estivessem inadimplentes nas universidades privadas pudessem migrar para a universidade pública, favorecendo ainda o retorno daqueles que haviam parado seu curso, e até mesmo que profissionais já formados em outras áreas pudessem optar por um novo curso superior.

"A universidade inovou e tornou-se referência para outras instituições em vários setores. O vestibular em duas fases é copiado por inúmeras universidades. A implantação das cotas foi seguida por outras tantas. Hoje ela colhe os bons frutos dessas políticas que vão se consolidando e se aprimorando ao longo do tempo."[61]

Trata-se da defesa da universidade pública, gratuita, com mais qualidade e maior compromisso social. Portanto, eqüidade no ingresso, excelência na graduação e na formação da cidadania, capacitação da

instituição em atender à comunidade, avaliação pública do trabalho realizado, são metas perseguidas cotidianamente em todos os setores da instituição.

6.8 A UNIVERSIDADE EM NÚMEROS

Considerando as atividades precípuas da UFPR, elas são reforçadas pela tríade ensino-pesquisa-extensão, na qual o ensino tem a intencionalidade da formação do profissional-cidadão, capaz de compreender a realidade social em sua respectiva área de conhecimento e ação. Visa também ao desenvolvimento do espírito crítico, ao exercício da liberdade e da criatividade, elementos necessários para o enfrentamento dos desafios da sociedade, sendo o eixo integrador das atividades acadêmicas. Quanto à pesquisa, ela busca estimular o desafio de novos conhecimentos com criatividade e competência, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade brasileira. Auxilia a integrar os vários campos do saber, ou seja, graduação, pós-graduação, empresas, entidades culturais, serviços etc. Finalmente, a extensão, entendida como um processo educativo, cultural e científico, é o elo direto da universidade com a sociedade.

Ao longo de sua história, a instituição construiu um patrimônio cultural, intelectual e artístico para cumprir tais compromissos. Ela tem se adaptado às conjunturas que se apresentam com criatividade e determinação, sem perder de vista a eficiência, graças ao idealismo de seus dirigentes, de seu corpo docente e discente e, sobretudo, da sociedade paranaense.

Atualmente, a UFPR possui quatro *campi* em Curitiba: Centro, Jardim das Américas, Jardim Botânico e Juvevê, além do Hospital de Clínicas, Hospital do Trabalhador e Hospital Maternidade Victor Ferreira do Amaral, em parceria com o Estado do Paraná e com o Município de Curitiba, um Hospital Veterinário em Curitiba e um Hospital Veterinário em Palotina, totalizando uma área física de 8.753.649 m², sendo 334.169 m² de área construída.

São oferecidos setenta e três cursos de graduação, com vinte e dois mil quatrocentos e sessenta alunos matriculados; quarenta e sete programas de mestrado, com dois mil duzentos e sessenta e três alunos matriculados; vinte e nove programas de doutorado, com novecentos e setenta e três alunos matriculados; trinta e nove cursos de residência médica e setenta e

nove cursos de especialização. Há ainda os cursos de Educação à Distância, cursos técnico-profissionalizantes na Escola Técnica da UFPR e programas de pós-doutorado.

Para desenvolver essas atividades, a UFPR conta com um corpo docente de mil novecentos e setenta e dois professores, sendo cento e vinte e nove graduados, cento e dezesseis especialistas, quinhentos e vinte e oito mestres, mil cento e cinco doutores, além de noventa e quatro professores na Escola Técnica. No quadro dos servidores técnico-administrativos há mil setecentos e dezessete na UFPR, mil novecentos e setenta no Hospital de Clínicas, dezessete na Escola Técnica e dezesseis na UFPR Litoral.

A Universidade Federal do Paraná, além da sede em Curitiba, está inserida fisicamente em três outras localidades do Estado do Paraná, onde estão instalados os *campi* Palotina, Pontal do Paraná e Matinhos, nos quais são ofertados diferentes Cursos de Graduação: Oceanografia, Medicina Veterinária, Fisioterapia, Gestão Ambiental, Serviço Social, Gestão e Empreendedorismo, e ainda cursos profissionalizantes: Técnico em Enfermagem, Técnico em Transações Imobiliárias, Turismo e Hospitalidade, e Técnico Orientador Comunitário. A inserção regional também se concretiza na existência de duas estações: Estação Experimental de Rio Negro e Estação Experimental de Paranavaí, e quatro fazendas experimentais: Fazenda Experimental Canguiri, em Pinhais, Fazenda Experimental de São João do Triunfo, Fazenda Experimental de Bandeirantes e Fazenda Experimental de Castro, além do Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá.

Quanto às suas unidades administrativas e integradas, estas desenvolvem ações para garantir o pleno andamento de todas as atividades da instituição, compreendendo: o gabinete do reitor e do vice-reitor, e os conselhos: COUN - Conselho Universitário dos membros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Conselho de Planejamento e Administração. O COUN tem como principal objetivo traçar a política universitária; o CONCUR - Conselho de Curadores exerce a fiscalização econômico-financeira da Universidade; o COPLAD - Conselho de Planejamento e Administração fiscaliza a gestão econômico-financeira; e o CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão trata dos assuntos afetos a essas áreas.

As Pró-Reitorias, relacionadas diretamente ao Gabinete, são em número de seis, as quais atendem às áreas de Graduação e Ensino Profissionalizante;

Pesquisa e Pós-Graduação; Extensão e Cultura; Administração; Recursos Humanos e Assuntos Estudantis; e Planejamento, Orçamento e Finanças.

A instituição mantém sua configuração organizacional baseada em Setores e Departamentos. Ao todo são onze setores, que têm a função de executar, coordenar e fiscalizar as unidades didático-pedagógicas e de pesquisa das áreas de conhecimento. Já os departamentos, em número de sessenta e oito, comportam disciplinas e professores. São eles:

- Setor de Ciências Agrárias – Departamentos de Economia Rural e Extensão; Fitotecnia e Fitossaninarismo; Solos e Engenharia Agrícola; Medicina Veterinária; Zootecnia; Ciências Florestais; Engenharia e Tecnologia Florestal; Medicina Veterinária (Palotina);
- Setor de Ciências Biológicas – Departamentos de Anatomia; Botânica; Biologia Celular; Fisiologia; Genética; Patologia Básica; Bioquímica; Farmacologia; Zoologia; Educação Física;
- Setor de Ciências Sociais Aplicadas – Departamentos de Economia; Contabilidade; Administração; Ciência e Gestão da Informação;
- Setor de Ciências Exatas – Departamentos de Desenho; Estatística; Física; Informática; Matemática; e Química;
- Setor de Educação – Departamentos de Teoria e Prática de Ensino; Planejamento e Administração Escolar; e Teoria e Fundamentos da Educação;
- Setor de Ciências Jurídicas – Departamentos de Direito Público; Direito Civil e Processual Civil; Direito Penal e Processual Penal e Direito Privado;
- Setor de Ciências da Saúde – Departamentos de Nutrição; Farmácia; Cirurgia; Pediatria; Estomatologia; Medicina Forense e Psiquiatria; Oftalmo-Otorrinolaringologia; Clínica Médica e Terapia Ocupacional (alocada na Coordenação);
- Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes – Departamentos de Artes; Sociologia; Design; Letras Estrangeiras Modernas; Filosofia; História; Lingüística; Psicologia; Antropologia; Comunicação Social; e Turismo;

- Setor de Ciências da Terra – Departamentos de Geomática; Geografia; Geologia; e Estudos do Mar;
- Setor de Tecnologia – Departamentos de Arquitetura e Urbanismo; Construção Civil; Engenharia Elétrica; Hidráulica e Saneamento; Engenharia Mecânica; Engenharia Química; e de Transportes;
- Setor da Escola Técnica – Departamento de Tecnólogo em Informática.

Relacionados aos Setores, a UFPR possui ainda diversos laboratórios e núcleos, utilizados pela área de ensino para promover a pesquisa e a extensão nos vários campos do conhecimento. São eles: LAMIR - Laboratório de Minerais e Rochas; CESEC - Centro de Estudos de Engenharia Civil; LPH - Laboratório de Pesquisas Hidrogeológicas; LEMMA - Laboratório de Estudos em Modelagem e Monitoramento Ambiental; Laboratório de Nutrição Animal; Laboratório de Paisagismo; Laboratório de Proteção Florestal; LORXI - Laboratório de Óptica de Raios X e Instrumentação; GEA - Grupo de Eletroquímica Aplicada, composto por três laboratórios principais: LESC, LTA e LEA. LIF - Laboratório de Inventário Florestal; CEPPA - Centro de Pesquisa e Processamento de Alimentos; CEM - Centro de Estudos do Mar; CME - Centro de Microscopia Eletrônica; CGI - Centro de Capacitação e Consultoria em Gestão da Informação; LACTEC - Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento. Este último constitui um centro de pesquisa auto-sustentável e independente, com mais de quinhentos colaboradores. Entre os núcleos destinados a estudos, pesquisas e/ou serviços em áreas específicas destacam-se: NEAD - Núcleo de Educação à Distância; NAP - Núcleo de Assessoria Pedagógica; NEMPS - Núcleo de Empreendedorismo e Projetos Multidisciplinares - Incubadora Tecnológica; NIMAD - Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento Universidade Federal do Paraná; Núcleo Esporte Clube; NEAB - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros; CELIN - Centro de Línguas da UFPR; CEPA - Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas; NITS - Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre o Terceiro Setor.

O Sistema de Bibliotecas (SIBI) é constituído por uma sede administrativa, treze bibliotecas universitárias e uma biblioteca de ensino médio. Mantém também o Portal da Informação, que combina as funções

de um catálogo de acesso público de última geração com uma seleção de bases de dados e *links* em diversas áreas do conhecimento. É possível acessar periódicos, teses e dissertações, ter acesso a documentos e às bibliotecas da Universidade. A UFPR conta ainda com o Canal Universitário de TV e o Canal de Rádio da UFPR .

A UFPR Litoral, o mais novo *campus* da Universidade Federal do Paraná, foi inaugurada em 2005. Situada no litoral paranaense, no município de Matinhos, trata-se de um projeto em parceria com os governos federal e estadual, além do apoio obtido das prefeituras locais. São oferecidos quatro cursos de graduação: Fisioterapia, Gestão Ambiental, Gestão em Empreendedorismo e Serviço Social e cinco cursos profissionalizantes: Técnico em Turismo e Hotelaria, Técnico em Agroecologia, Técnico em Enfermagem, Técnico em Gestão Imobiliária e um Integrado ao Ensino Médio: o Técnico Orientador Comunitário. Todos estes cursos são voltados para as necessidades e vocações da região. O objetivo é atender à demanda de formação profissional da comunidade local, que passará a atuar futuramente em prol do desenvolvimento socioeconômico regional.

São projetos institucionais da UFPR: o Festival de Inverno da UFPR, em Antonina (criado em 1991), e o Projeto Rondon, no qual estudantes universitários prestam serviços a comunidades carentes, que teve sua primeira edição em 1967 e foi retomado em 2005.

A Universidade também presta serviços à comunidade por meio das Empresas Júniores. Este tipo de empresa é definida como "...uma associação civil, sem fins lucrativos, constituída exclusivamente por alunos de graduação de estabelecimentos de ensino superior, e que presta serviços e desenvolve projetos para empresas, entidades e sociedade em geral, nas suas áreas de atuação, sob a supervisão de professores e profissionais especializados". Entre elas constam: Fábrica de Comunicação - Agência Júnior de Comunicação; Info Jr. - Empresa Júnior de Informática; Júnior Design - Empresa Júnior de Design; JR Consultoria - Empresa Júnior de Ciências Sociais Aplicadas; EMGEL - Empresa Júnior de Engenharia Elétrica; Trilhas - Empresa Júnior de Turismo da UFPR; COPLAF - Empresa Júnior de Consultoria e Planejamento Florestais; MARIS - Ciências do Mar; Ciclus Consultoria; COEM-JR - Consultoria de Engenharia Mecânica Júnior; FEJEPAR - Federação das Empresas Juniores do Estado do Paraná.

A Universidade promove atendimento à comunidade por meio de vários programas e projetos: Laboratório de Prótese Dentária; CPA - Clínica de Psicologia Aplicada; Centro de Triagem Odontológica; Programa "Ciência Vai à Escola"; Programa "Com Viver"; Programa "Integrar: criando um espaço para o desenvolvimento humano"; Programa "Articulação Interinstitucional na Área de Saúde: UFPR e Secretaria Municipal de Saúde de Colombo"; Projeto "Solo Planta - Sistema de Análise de Solo e Planta: Ferramenta Tecnológica ao Alcance do Produtor Rural"; Projeto "Extensão Rural com Produtores de Leite na Região dos Campos de Palotina"; Projeto "SAJUP - Serviço de Assessoria Jurídica Universitária Popular"; e Projeto "Física: Brincando e Aprendendo".

Apresenta, ainda, a Editora da Universidade Federal do Paraná, criada em 1987, e a Imprensa Universitária, o Restaurante Universitário, e os espaços culturais: Museu de Antropologia e Etnologia da UFPR - MAE; MUSA - Museu Arte na Universidade; Sala Arte, Design & Cia; Teatro da Reitoria; e o Teatro Experimental da UFPR.

Toda essa estrutura administrativa está voltada para a busca da qualidade de ensino; o aperfeiçoamento constante de um corpo docente produtivo; o desenvolvimento de pesquisas comprometidas com a realidade atual; a publicação de estudos e trabalhos acadêmicos; o intercâmbio intelectual com diversas instituições do país e do exterior; e a consolidação dos programas de Mestrado e Doutorado.

A preocupação em preparar o acadêmico para atuar no mercado de trabalho está entre as metas da instituição, visando contribuir para as soluções dos problemas da realidade brasileira.

Um dos sintomas dessa efervescência intelectual com preocupação social pode ser medido pelo caráter dos eventos, seminários, encontros, *workshops* e jornadas, patrocinados pelos diversos Setores da UFPR.

Deve-se ressaltar, ainda, a busca constante da produção do conhecimento interdisciplinar, as relações da universidade com as empresas, o incentivo ao pós-doutorado, bem como a participação da comunidade acadêmica nos principais momentos da vida política do país.

NOTAS

1 LACERDA, Antônio. **O impacto da globalização na economia brasileira**. São Paulo: Contexto, 1998. p.87, 101.

2 VELHO, Sylvia. **Universidade-Empresa, desvelando mitos**. São Paulo: Autores Associados, 1996. p.5, 54.

3 VARGAS, José. Alguns aspectos da política nacional de ciência e tecnologia. In: **Química Nova**. São Paulo, n.º 20, 1997. p.10-12.

4 ROCHA, Ivan. Reengenheirando o ensino de engenharia no Brasil. In: PONTE, M.; BELLESI, L. **O ensino de engenharia para o século XXI**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas/Universidade Federal do Pará, 1996. p.18.

5 URBAN, Maria Lúcia. Dilemas da economia paranaense. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 84, jan./abr. 1995. p.14.

6 LOURENÇO, Gilmar & LEÃO, Igor. Tendências da economia brasileira e paranaense 1995-2000. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 86, set./dez. 1995. p.110-111.

7 PARANÁ. **Mensagem** do Governador à Assembléia Legislativa, 1993. p.6.

8 PARANÁ. **Mensagem** do Governador à Assembléia Legislativa, 1994. p.96.

9 REVISTA Direção. Curitiba, 1998.17. ed. p.54.

10 PARANÁ. **Mensagem** do Governador à Assembléia Legislativa, 1989. p.29.

11 GAZETA do Povo. Curitiba, 20 de junho de 1998.

12 GAZETA do Povo. Curitiba, 07 de agosto de 1997.

13 GAZETA do Povo. Curitiba, 15 de dezembro de 1997.

14 MEC. Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior. Relatório Final. Brasília: MEC, 1985. p.3.

15 FÁVERO, M.L. Vinte e cinco anos de reforma universitária: um balanço. In: MOROSIN, M.C. (Org.). **Universidade no Mercosul: condicionantes e desafios.** São Paulo: Cortez, 1994. p.169.

16 FÁVERO, 1994. p.171.

17 UFPR. **Rumos da Pesquisa**.1998. p.131.

18 MEDINA, Cremilda. Seminário transdisciplinar. A crise dos paradigmas. **Anais**. São Paulo: ECA/USP, 1991. p.46.

19 UFPR. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p.143.

20 SANTOS, José Vicente dos. A nova organização do trabalho científico. MOROSINI, 1994. p.179-81.

21 BRASIL. Presidente da República, 1985-1990. **Mensagem ao Congresso Nacional**, 1990. Brasília: Presidência da República, 1990. p.XVII.

22 UFPR. **Relatório, 1990-94**. Curitiba. p.10.

23 UFPR. Conselho de Ensino e Pesquisa. **Resoluções Vigentes -1.** Curitiba: UFPR, 1989.

24 RAMALHO, Alcy. Universidade e desafios. GAZETA do Povo. Curitiba, 29 dezembro 1985. p. 6.

25 UFPR. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p.136.

26 UFPR. **Relatório Anual de Atividades**, 1992. Curitiba, 1993. p.16-17.

27 SIQUEIRA, Márcia D. **Curso de Química:** 60 anos de história. Curitiba: UFPR, Setor de Ciências Exatas / Departamento de Química, 1999. p.107-108.

28 UFPR. PRPPG. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p.142.

29 INSTITUTO EUVALDO LODI. Núcleo Central. Coordenadoria de Estudos e Pesquisas. **Realização da Política Nacional da Interação Indústria – Universidade** (1969-1990). Rio de Janeiro, 1991. v.3. p.12.

30 UFPR. FARACO, Carlos Alberto. **Estatuto e Regimento Geral**. Curitiba, 1992. 98p.

31 UNIVERSIDADE FEDERAL lança um catálogo relacionando pesquisas. In: GAZETA do Povo. Curitiba, 14 de novembro de 1991.

32 UNIVERSIDADE FEDERAL lança um catálogo relacionando pesquisas. In: GAZETA do Povo. Curitiba, 14 de novembro de 1991.

33 UFPR. **Relatório**. Gestão 90/94. p.7

34 UFPR. **Plano Institucional**. Gestão 1994/1998. Curitiba, 1994. p.1.

[35] UFPR. **Plano Institucional**. Gestão 94/98. Curitiba, 1994. p.6.
[36] UFPR. CEP. **Resolução** do CEP n. 30/90. sp.
[37] BRASIL. Governo de FHC/ Ministro Paulo Renato Souza.
[38] UFPR. **Relatório da Gestão** 1994/1996. Curitiba: UFPR/PROPLAN, 1996. p.3.
[39] UFPR. **Plano Institucional**. Gestão 1994/1998. p.6**.**
[40] UFPR. **Plano Institucional**. Gestão 1994/1998. p.1**.**
[41] UFPR. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p.145-46.
[42] GAZETA do Povo. Curitiba, 12 de janeiro de 1997.
[43] GAZETA do Povo, Curitiba, 14 de setembro de 2001. p.12.
[44] GAZETA do Povo. Restauração na UFPR quase pronta. Curitiba, 19 de outubro de 1997.
[45] UFPR. **Avaliação institucional**: a trajetória de uma década. 1987-1997. Curitiba: UFPR, 1998.
[46] UFPR. **Avaliação Institucional**. Curitiba: UFPR, 1998. p.14.
[47] UFPR. **Plano de desenvolvimento institucional**. Curitiba: UFPR, 2007-2011.
[48] GAZETA do Povo. Curitiba, 26 de abril de 1998.
[49] UFPR. Plano de Desenvolvimento Institucional, 2007. p.19.
[50] NEVES, Lafaiete Santos. O professor na era da globalização. GAZETA do Povo. Curitiba, 19 de outubro de 1997.
[51] UFPR. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p.154.
[52] COMNINOS, Constantino. Mercosul deve integrar ensino. ESTADO do Paraná. Curitiba, 22 de abril de 1998.
[53] SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Universidade Federal do Estado do Paraná. GAZETA do Povo. Curitiba, 26 de abril de 1998.
[54] SARDENBERG, Ronaldo Mota. Em busca de novas conquistas. FOLHA de São Paulo. São Paulo, 10 de outubro de 1999.
[55] MERCER, José Luiz da Veiga. Entrevista concedida a Regina H. Cortes. Curitiba, 12 de novembro de1997.
[56] SANTANA, Ana Lúcia Jansen de Mello de. Apoio às instituições de Ensino Superior. In: INDÚSTRIA & Comércio. Curitiba, 11 de novembro de 1997.
[57] BRAND, Ivo. Professor defende interação de universidade e empresa. GAZETA do Povo. Curitiba, 26 de outubro de 1997.
[58] UFPR. Plano de Desenvolvimento Institucional, 2007. p.12.
[59] Entre os programas de cooperação bilateral na UFPR destacam-se: com a Alemanha (capes-probal), Argentina (capes-secyt), Espanha (capes-mecd), França (capes-cofecub), Portugal (grices), e com os Estados Unidos (capes-fipse e capes/utexas).
[60] ESTADO do Paraná. Curitiba, 4 de fevereiro de 2003.
[61] UFPR. Relatório de Atividades, 2006. p.v.
[62] Dados extraídos: UFPR. PROPLAN. Relatório Parcial de Atividades. Curitiba: Imprensa Universitária, 2006.

Blank Page



E nesse outro período nós consolidamos, então, o Sistema de Bibliotecas. Conseguimos uma proposição do então Pró-Reitor de Planejamento, professor José Henrique Faria, uma resolução do Conselho de Administração que destinava sistematicamente para o acervo da biblioteca uma parcela dos rendimentos de recursos próprios da Universidade. Isso deu um alento. Também em relação à destinação de recursos administrados pela FUNPAR, que eram recursos que a FUNPAR podia disponibilizar pra Universidade, o reitor Faraco sempre enxergou a possibilidade de esses recursos conseguirem atender, melhorar a infra-estrutura, os principais gargalos do Sistema. Na época, muitas bibliotecas não tinham linha direta, não tinham, por causa disso, aparelho de fax. Então, no conjunto, parecem coisas pequenas, mas uma linha telefônica direta pra todas as bibliotecas foi um outro marco. Todas as bibliotecas com fax e pelo menos um computador foi outro marco. Isso foi na primeira gestão, ainda, do professor Salamuni. Nós não tínhamos nenhum computador no Sistema de Bibliotecas. Nós pedimos reiteradamente e tal. Conseguimos um Cobra antigo, bem encostado lá no CCE, o CCE nos cedeu. Nós fizemos uma inauguração festiva, o primeiro computador chegou, eu me lembro muito bem que era maio de 1987. O primeiro computador na biblioteca! E com uma pessoa cedida em tempo parcial pelo CCE nós conseguimos viabilizar a coisa do cartão, cadastro único de usuários, cartão único dos usuários, que tinha que ser providenciado. Se não fosse com o auxílio da tecnologia e com a articulação entre as diversas unidades da Universidade com o Centro de Computação, os Setores, a Reitoria, as Pró-Reitorias, a gente não teria avançado.

Wanda Paranhos

Existia, sim, a monitoria. Mas a monitoria era colocada num sentido muito serviçal. O monitor, na verdade, era um ajudante de ordens do professor. Não cumpria verdadeiramente atividades acadêmicas. E veja, o programa especial de treinamento PET da CAPES foi instituído na Universidade somente, se não me engano, em 1987. Bolsas de iniciação científica também são recentes. A idéia de envolver sistematicamente alunos de graduação em pesquisa, isso era absoluta novidade. Conversa de professor com aluno sobre pesquisa em sala de aula, isso só em nível de pós-graduação. Hoje se

está consciente que a Iniciação Científica não pode demorar, não pode ficar só para a pós-graduação. O aluno precisa ser trazido para a atividade científica desde a graduação.

José Luiz da Veiga Mercer

Percebendo a importância da Ciência e Engenharia de Materiais como uma linha de pesquisa que agrega conhecimento e tem esse caráter interdisciplinar e de oportunidades, nós criamos o PIPE - Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação de Engenharia (1997). E procurando alavancar a Engenharia com uma visão de que não adianta fazer ciência sem aplicação, não adianta fazer ciência sem entender a linguagem da ciência. Então nós criamos o PIPE. Inclusive foi uma iniciativa junto com o LACTEC e a COPEL. E, realmente, eu trabalhei muito, junto com colegas como Ana Sofia Clímaco Monteiro d'Oliveira e Carlos José de Mesquita, da Mecânica. A idéia era agregar à Engenharia, que não tínhamos sequer Mestrado na Mecânica, na Elétrica ou na Engenharia Química. Então, a gente montou esse programa numa concepção que eu diria avançada demais pra época. A própria CAPES não teve capacidade de compreender, de digerir isso. Porque nós montamos esse programa de PG pra Engenharia. Foram consolidadas duas áreas: a Engenharia e Ciência de Materiais e a Engenharia Térmica. A idéia era colocar em cima de uma base única, aproveitando a experiência de grupos com experiência de pesquisa, e aí pendurar as várias programações. Aí ouvimos da CAPES, do primeiro consultor que veio: "Olha se vocês querem ficar interdisciplinares, muito bem, podem ficar. Mas eu sou da Engenharia 2, eu vou defender os programas da Engenharia 2. Não vou defender o de vocês. Ou vocês viram Engenharia 2 e eu defendo, ou vocês vão ficar sem interlocutor na CAPES". A Física e a Química deram suporte e ainda dão suporte pro PIPE. Mas, houve algumas dificuldades internas e externas. Assim, a CAPES, na época, isso foi em 1997, se não me engano, parou de dar bolsa para cursos novos. Houve uma interrupção. Então nós conseguimos implementar vários Mestrados com bolsa da COPEL. Mas aí, com a postura da CAPES e as dificuldades internas, foi mais fácil as Engenharias Mecânica e Elétrica montarem seus próprios mestrados com seus colegiados e num padrão normal. Então, ficou o PIPE interdisciplinar e limitou-se à Engenharia de Materiais e à Engenharia Térmica. Mantém um caráter interdisciplinar ainda, mas com enfoque nas questões de materiais e na parte térmica.

Paulo C. de Camargo

Uma coisa que eu acho importante, e a isso também nós demos muita ênfase, principalmente quando nós fomos diretor, é a integração da universidade com a empresa. Eu sempre me refiro à área de tecnologia, porque na época se discutia muito a integração universidade-empresa e praticamente não se fazia nada, como hoje ainda se discute muito, mas já se faz muita coisa. Então, seria propiciar aos alunos fazer estágios em empresas. Eu me lembro que, quando eu era estudante de Engenharia Química e nós conseguíamos um estágio em uma empresa, não contávamos aos nossos colegas, nós só contávamos na volta. Porque você não tinha muitas oportunidades de estagiar. Hoje é totalmente o contrário, como eu já frisei, hoje as empresas procuram os meninos pra fazer estágio. Então essa integração universidade-empresa eu acho que é uma coisa importante e que dá uma preparação muito boa ao aluno. E gostaria de complementar, como diretor de Desenvolvimento Tecnológico do LACTEC, que é uma indicação da Universidade Federal do Paraná. Só no LACTEC hoje nós temos 150 estagiários, que têm uma remuneração aqui dentro, e, além disso, o LACTEC oferece hoje 50 bolsas de mestrado e doutorado com recursos próprios. Então, isso representa por mês, para a nossa instituição LACTEC, da qual a Universidade é a principal parceira, mais ou menos 220 alunos que participam da nossa vida aqui diariamente, quer dizer, é um aprendizado, que eu acho espetacular pra essa rapaziada que se forma.

Ivo Brand

Cada área, como eu disse, tem as suas especificidades para gerar recursos, e trata-se não só de gerar recursos para desenvolver o país, mas desenvolver a sociedade, levar os frutos mais prontamente para a sociedade. Porque, para alguém que é da área de Educação, Letras etc., um bom livro é um desenvolvimento que a pessoa pode estar passando. Agora, na nossa área, eu tenho que tentar criar um produto novo, um produto com inovação, que não polua tanto, que, por exemplo, melhore a produção e a produtividade de alimentos. Então, eu diria isso para os meus colegas: trabalhem para que a Universidade seja benéfica para a sociedade, cada vez mais! A Universidade resiste a todos esses embates aí porque ela tem essa estrutura que eu também defendo; eu sou uma pessoa muito progressista, mas ela tem que ser conservadora na estrutura. O dia em que a Universidade começar a mudar muito, a virar uma fábrica disso e daquilo, não dará certo, porque esse não é o papel da universidade. Mas o papel da universidade é conversar com a sociedade em volta.

Então, eu dei muita aula de química, adorava dar aula. Agora, como professor sênior eu não posso dar aula na graduação, só na pós-graduação. Eu sempre gostei muito de ser professor, mas eu achava, principalmente na nossa área, que a pesquisa é fundamental. Na universidade, a pesquisa é fundamental para o ensino, e isso envolve os alunos. Na minha opinião, todos deveriam fazer Iniciação Científica, que hoje está consolidada. O importante da Iniciação Científica é que ela educou os professores, os orientadores, ela formou os orientadores. Antes, a orientação era uma coisa assim meio que... as pessoas não sabiam muito bem como fazer. Então, com aquelas normas do CNPq todo mundo tem que ter seu currículo. O senhor lembra a luta que nós tivemos inicialmente: cada um apresentava um modelo de currículo diferente, era uma confusão. Hoje não, hoje existe o Lattes, e todo mundo tem o seu currículo no Lattes. Houve resistências, mas no fim isso deslanchou. Foi na Comissão de Iniciação Científica, que eu gostei muito de trabalhar.

Antônio Sálvio Mangrich

A Iniciação Científica se consolidou dentro da Universidade. Vinha-se fazendo a Iniciação Científica com bolsas cedidas pelo CNPq aos professores individualmente, então o professor tinha a chamada "bolsa de balcão". Dentro do nosso departamento sempre houve a Iniciação Científica, a integração com os alunos da graduação. Mas na época da consolidação da Iniciação Científica pelo chamado Evento de Iniciação Científica - EVINCI, eu fui convidado pelo então pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação, Carlos Antunes, para trabalhar junto à PRPPG na área de Ciência e Tecnologia e ser responsável pela implantação da Iniciação Científica na Universidade. Então, em 92 a gente fez o 1º EVINCI, inclusive criamos a logomarca, uma capa especial dos Primeiros Anais, mostrando que era uma coisa importante que estava nascendo dentro da Universidade. E realizamos isso com grande sucesso e grande apoio e, logicamente, o reconhecimento do CNPq. A partir de então, a gente tentou cada ano melhorar mais e conseguimos sucesso. Realmente, eles deram uma oportunidade e hoje está essa bola de neve aí que, consolidada, não tem retrocesso. A gente conseguiu envolver, na época, as principais pessoas que faziam pesquisas na Universidade como membros do Comitê de Iniciação Científica, envolvendo essas pessoas dentro dos setores, aglutinando os professores que faziam pesquisa. Assim, conseguimos envolver esses professores, que não só faziam pesquisa de gabinete e coisa lá deles, mas traziam pra dentro do gabinete deles os alunos. Então, eles

escolhiam o aluno com quem eles queriam trabalhar e aí realmente os frutos começaram a aparecer logo em seguida, com muitos trabalhos de Iniciação Científica e um incentivo muito grande aos professores pesquisadores para participar do projeto.



A Imprensa Universitária passava por uma série de dificuldades, ela não estava atendendo às demandas da Universidade na época e havia, logicamente, alguns problemas internos, na própria imprensa. E aí eu participei do programa, da montagem de programa, na gestão do Carlos Antunes, na época, mas nunca com o objetivo de assumir nada. Dando a minha contribuição pessoal no que deveria ser feito. E como na época não havia uma pessoa lá dentro da Imprensa Universitária para assumir, o professor Antunes me convidou para aceitar o desafio de tentar reestruturar a Imprensa Universitária. Em princípio, eu relutei um pouco, porque eu sabia das dificuldades que iria encontrar. Eu sairia da minha área de atuação de ensino, pesquisa e extensão pra uma área praticamente de produção. Mas como era pra atender uma necessidade urgente da Universidade, eu assumi a responsabilidade de conduzir a Imprensa Universitária. Isso foi um choque para as pessoas do próprio corpo de funcionários dentro da Imprensa, porque ela nunca tinha sido gerida por um professor. Foi a primeira vez e única até hoje.
E no segundo ano, a gente já angariou toda a simpatia, a qualidade que a Universidade precisava pra atender às suas demandas, e partimos para a produção on-line, *que seria a produção de livros no meio digital; instalamos equipamento de última geração, que é a parte de impressão digital, conseguimos alguns equipamentos na Imprensa Oficial do Estado via comodato, pra fazer a parte de cores, e reformamos o que estava lá.*

Quintino Dalmolin



E esse Curso [de Especialização] é muito bom; nós temos 12 vagas. Existem três ou quatro cursos de especialização em Endodontia aqui em Curitiba. Nesta última turma, que foi no ano passado, nesses cursos não fecharam o número de candidatos. Para dez a doze vagas, havia apenas sete, seis, até cinco candidatos. Mas nós tivemos 20 candidatos para as 12 vagas. Então, sabe, na realidade a gente sente muito orgulho disso. Foi uma dificuldade

selecionar esses 12. Por nós, a gente pegava os 20. Mas foi muito bom. Está funcionando maravilhosamente bem este Curso de Especialização lá na Universidade Federal do Paraná.

Luciano Loureiro de Melo

No começo dessa nova gestão, o reitor me fez o convite. Levou meu nome ao Conselho, e o Conselho aprovou meu nome por quatro anos para fazer parte, ser o Ouvidor da Universidade Federal do Paraná. Então, a Ouvidoria presencial foi instalada em 2 de agosto de 2006, e eu como Ouvidor. E de lá pra cá, nós estamos desenvolvendo, estamos tentando aprimorar a Ouvidoria. Uma coisa bastante interessante é que, por exemplo, na primeira gestão do professor Moreira, no ano de 2002, nós tivemos 46 solicitações à Ouvidoria, mas em 2006 foram mais de mil.
Eu acho que os problemas, as solicitações, digamos assim, têm melhor chance de serem ouvidos, serem postos. Normalmente, eles existiam porque o número de alunos era o mesmo. Nós não modificamos isso. O número de professores até diminuiu. O número de funcionários diminuiu. Na realidade, a Ouvidoria foi criada em agosto, mas eu já participava em maio, e nós tivemos em torno de 1.700 solicitações. Antigamente, eu achava a Universidade mais fechada. Hoje, a Universidade está mais participativa. Eu sinto hoje que a Universidade está mais em contato com a comunidade externa. Ela tem um feedback *melhor da comunidade externa, ou seja, ainda mais com a Ouvidoria. Para se ter uma idéia, a maior parte dos nossos encaminhamentos e mensagens por e-mail vem da comunidade externa.*

Marcello Iacomini

A escola tem que saber trabalhar com esse problema da informação. Não é fácil. Hoje fala-se muito sobre preparar o homem para a cidadania. A primeira lição que tem que ser ensinada é o respeito ao outro. Um problema com que muitos professores não sabem lidar é quando o aluno chega na sala de aula com mais informações que o professor sobre um determinado assunto. O professor tem que ser esperto e utilizar esse conhecimento. Fazer o aluno comentar o assunto, para ele raciocinar sobre as informações que coletou. A escola tem que perceber a importância de se manter e desenvolver o raciocínio lógico, que é inato ao ser humano. Hoje, a escola mata este raciocínio. Isso acaba desestimulando os alunos.

Zélia Milléo Pavão

[Mensagem para as futuras gerações de acadêmicos] Claro, no sentido de que vejam na Universidade não apenas um local para aprimoramento profissional, para a obtenção de um grau que os habilite profissionalmente, mas vejam na Universidade uma referência também de caráter cultural e de caráter espiritual. Que a Universidade possa ser, digamos assim, o centro de gravitação de ideais fundamentais, não só para o ser humano, como para a sociedade também. E que revitalizem a Universidade. Façam com que a Universidade possa estar mais presente nos destinos do povo, da nação, com os seus professores, seus alunos participando mais efetivamente do processo de discussão dos grandes problemas nacionais. Portanto, a minha palavra de saudação ao estudante, ao professor universitário, é o de revitalização, digamos, até uma espécie de renascimento da instituição da Universidade. O renascimento sempre significou, na história da literatura, da arte, da ciência também, algo de extraordinário, porque é uma forma de renovar os ideais. Então, que nós tenhamos um novo renascimento em função da Universidade.

René Dotti

Eu acho que a Universidade deve formar também o elemento político, por que não? É uma coisa social, um problema social, sociológico. Porque veja uma coisa: antes, por exemplo, nós tínhamos muitos políticos que eram... já vinham dos tempos de diretório acadêmico, já mostravam vocação política lá no diretório, e isso vinha ensinando. Hoje não, hoje a gente não sabe de onde surgiu aquele deputado, nem se sabe o que ele é, o que ele faz, como é. Naquele tempo, havia essa vivência já desde logo. Isso é bom? Eu acho que é, porque é uma questão cultural. Hoje, não se tem mais essa vivência de alunos; o que existe é o "cada qual por si", e isso desagrega muito a sociedade...

Taras Savytzky

A pesquisa é uma coisa que deve ser seguida, e, nesse sentido, quem ficar esperando vir o recurso não vai conseguir pesquisar. Você tem que correr atrás e gerar formas de pesquisa, talvez com pouco recurso, e depois que você atinge um status*, já se torna mais fácil conseguir esses recursos. Mas, pra iniciar, se falar "Ah, não tem recurso", aí choramingando pelos cantos, "Não tem recurso, não posso fazer pesquisa, não tem recurso, a Universidade*

não dá", nunca vai fazer nada. Porque a pesquisa já é uma questão, vamos dizer assim, de mais status, *e só uma parte relativamente pequena vai atingir esse patamar dentro da universidade. Os outros não vão atingir, talvez por acanhamento, talvez por acomodação, então tem que correr atrás, mesmo com poucos recursos – é essa a minha mensagem.*

Sebastião do Amaral Machado

Uma experiência fantástica e uma das coisas muito interessantes que nós fizemos foi introduzir o planejamento nos departamentos. Tentamos aplicar na Pró-Reitoria de Pesquisa, também, alguma coisa daquilo que a gente fez no Setor. Quando eu assumi, nós tínhamos nove doutorados, depois que eu saí tínhamos 23. Quando eu assumi nós tínhamos 26 mestrados, quando eu saí tínhamos 41. Foi uma garimpagem. Você não faz idéia como a Universidade tinha competências que estavam perdidas.

Waldemiro Gremski

Eu quero dar uma mensagem, então, para os profissionais, não para os docentes, mais para os profissionais de Engenharia, que é a seguinte: não basta ser técnico, é preciso ser humanista e ter outras capacitações além daquelas de tecnologias. Relacionamento humano. Conhecimento da situação mundial, para que se possa exercer com plenitude a sua profissão; não basta ter apenas a formação de engenheiro. Não basta usar e fazer as disciplinas do Curso, é preciso mais, e muito mais ainda, ter uma educação continuada. Não se pára de estudar a vida inteira, não se pode parar de estudar. Quem parar fica para trás.

Aristides Athayde Cordeiro

Eu diria pros meus parceiros que, dentro da Educação, que é uma coisa muito séria, há uma extraordinária grandeza. Que eles sejam sempre verdadeiros, ensinem tudo com a maior verdade, transmitam pro aluno e mostrem essa verdade. Se o professor não sabe um assunto, que ele o deixe pra uma outra pessoa, que ele nunca tape buraco, querendo mostrar falso conhecimento. Essa é uma mensagem que eu daria para os meus parceiros.

E para os alunos diria que eu tenho certeza que, se cada um ficar sempre voltado ao conhecimento, ele terá sucesso com certeza absoluta. Ele não precisa pensar em ganhar dinheiro com aquilo, mas o dinheiro vai ser uma conseqüência desse sucesso. Então, que ele se integre integralmente naquilo que ele está recebendo, e aproveite ao máximo. E não pare de procurar esse máximo, sempre. E que seja autêntico, autêntico e sempre verdadeiro. Foi isso que eu aprendi, mas isso já está no caráter de cada um. É mais fácil viver o simples, que o simples é sinônimo de sabedoria, só o sábio sabe disso. E viver simples é dizer e viver a verdade...

Toshiyuki Sawada

As funções da Universidade estão definidas em seu Estatuto e Regimento: ensino, pesquisa e extensão. De uma ótica mais filosófica: a difusão e produção do saber. Isto corresponde às duas facetas funcionais de seu recurso humano mais hierarquizado, por um lado o professor e, por outro, o pesquisador. Quando estas duas facetas se sobrepõem num mesmo indivíduo, ele atinge sua melhor dimensão. Certamente um acadêmico de Medicina recebendo a cultura do tema de transplante de medula ministrada por um Ricardo Pasquini sente a diferença para melhor. Se o acadêmico de Educação ouve ensinamentos de uma Acácia Kuenzer pode entender melhor a fundamentalidade da Educação. Isto para ficar em dois exemplos da UFPR. Quem produz conhecimento sabe com mais eficiência difundi-lo.

O fomento da ciência e tecnologia em instituições públicas apresentou uma formidável mola impulsora com o lançamento dos primeiros editais do PADCT (Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia) na virada da década de 1990. Esta situação recentemente foi amplificada com a mobilização de recursos dos Fundos Setoriais em favor das chamadas do CNPq e da FINEP. A cada mês as agências abrem novos editais. É permanente o crescimento do número de grupos de pesquisa recebendo recursos adequados para executar seus projetos. A pesquisa guarda estreita sinonímia com as pós-graduações. O número de bolsistas de mestrado e doutorado também tem desejavelmente aumentado. No cenário paranaense, a Fundação Araucária foi estruturada como agência estadual de financiamento da pesquisa.

José Domingos Fontana

[Sobre os atributos de um professor universitário] Em primeiro lugar, a vontade de ensinar. Em segundo, que ele ensine algo que entenda bem, o conhecimento deve ser correto. Se a pessoa não tiver essa qualidade, não vai ser bom professor. Mas o principal é que estude e leve a sério o que faz. Atualmente, existe muita informação misturada ao mesmo tempo. Muito conteúdo que não tem importância é ensinado; no entanto, determinados temas de notório interesse não são transmitidos. No meu entendimento, uma universidade poderia ser subdividida em células, que tratem de determinados temas. Acredito que dessa forma a educação torna-se mais concreta. Continuo achando que o Brasil poderia estar melhor. Os salários são muito modestos e o desgaste é muito grande. Há muita gente que faz um grande esforço, mas, no meu entender, o governo realiza poucos investimentos. Existem pesquisadores que, se tivessem oportunidades, poderiam desenvolver mais.

Armando Martins Pereira

O pesquisador não deve se preocupar com a aplicação prática do trabalho que desenvolve. Por exemplo, no trabalho que fiz sobre as dunas, não me preocupei com aplicação prática. Essa pesquisa acabou sendo utilizada pela indústria do petróleo. Nunca imaginei que esse trabalho seria usado por essa indústria, mas o estudo da estrutura interna das dunas facilitava a identificação do ambiente eólico, no qual se encontravam os reservatórios de petróleo. Mas, durante a pesquisa, a aplicação não deve ser a preocupação.

João José Bigarella

[Sobre o cenário da pesquisa científica no Brasil] Tem melhorado bastante. Devo muito ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq, em termos de estímulo à pesquisa. Recebi apoio a projetos de pesquisa e bolsas para alunos de iniciação científica, mestrado e doutorado. Não consigo imaginar como teria sido minha pesquisa científica sem o auxílio do CNPq, que foi primordial para a evolução da ciência brasileira.

Desde o início da atuação do CNPq como instituição de apoio à pesquisa científica a Meteorologia esteve inserida no Comitê de Geofísica, Meteorologia e Geodésia. Esse comitê era formado por cinco membros, um deles representante da Meteorologia. Contudo, o número de bolsas de produtividade em pesquisa da área de Meteorologia já representava, em 2006, mais de 40% do número de bolsas do Comitê, assim como a demanda por bolsas e auxílios para projetos desta área. Tendo em vista essa situação, propus ao presidente do CNPq, com o apoio da comunidade científica meteorológica, a criação de um novo Comitê Assessor, especialmente para Ciências Atmosféricas. Felizmente houve sensibilidade por parte da direção e o comitê foi criado. Com isso, a Meteorologia no Brasil pode avançar ainda mais.

Alice Marlene Grimm

[Sobre a experiência na estrutura administrativa da UFPR] Foi muito positiva, no geral. Estamos falando de algo que aconteceu de 1990 a 1994. São quase 13 anos do fim dessa experiência, então é possível avaliar com tranqüilidade. Tínhamos uma equipe de gestão muito integrada. Conseguimos oferecer para a Universidade um planejamento de grande porte e executar boa parte dele, com o envolvimento dos setores. Claro que ser reitor não é um cargo fácil, porque a Universidade é muito dependente das decisões do Governo Federal. Naquele período vivemos muitas turbulências. A inflação era alta e o Governo demorava meses para aprovar o orçamento. Às vezes, o orçamento que deveria ser aprovado no fim do ano era aprovado em abril, maio. Nesse aspecto era uma situação muito difícil, por conta dessa forma tumultuada de gestão do dinheiro público.

Carlos Alberto Faraco

[Sobre as limitações para o pesquisador brasileiro] Verbas. Só isso. Quando eu morava na Europa, há 35 anos, sabia que a Suíça desenvolvia projetos de pesquisas que estão em aplicação agora. Esse é um exemplo de um país pequeno. Os países de vanguarda investem muito na pesquisa. Esse investimento tem que ser feito, porque estamos no limiar do nosso conhecimento científico, principalmente na Biotecnologia, que vai avançar muito neste século. No final do século 21 vamos ter coisas fantásticas em todas as áreas do conhecimento humano.

José Henrique Pedrosa Macedo

Temos que investir nos pesquisadores. É como um jogador de futebol – se ele está jogando bem, vem um time do exterior e leva. E na ciência é a mesma coisa. Se o pesquisador é brilhante ou competente, independente da área em que atue, logo ele é convidado para trabalhar fora do Brasil. Então a primeira questão é evitar esse êxodo de mentes. E, segundo, é investir nas pessoas jovens, que vão tocar nosso país no futuro, para que tenham oportunidades de desenvolver seus trabalhos. Os pesquisadores com 60 anos estão saindo, então temos que deixar alguém no lugar. De forma que acredito que nosso maior problema é de ordem financeira. A distribuição das verbas dessas fontes de financiamento ainda é muito restrita. São sempre os mesmos pesquisadores que recebem o dinheiro do governo. Eu, que não sou catalogada como pesquisadora, tenho muita dificuldade para conseguir recursos para fazer meus trabalhos.

Acho que a iniciativa privada tem interesse em desenvolver trabalhos em algumas áreas. Existem cursos em que o sujeito termina a graduação e está empregado, porque eles pegam os mais brilhantes, que têm mais chances. Na área da Medicina está muito difícil. Hoje para ser um pesquisador clínico na Medicina tem que ser mais que um sacerdote, porque o sujeito tem que se dedicar bastante e ter a consciência de que vai ser pobre financeiramente a vida inteira. É uma vida muito sacrificada.

Lorete Maria da Silva Kotze

[Sobre a universidade ideal] Teríamos que ter parâmetros de países altamente capacitados economicamente e que podem fazer uma universidade ideal. Nós não conseguimos isso. Nós nem conseguimos que os professores da nossa Universidade tenham dedicação exclusiva, principalmente nas áreas clínicas. Eles não têm condições, porque os vencimentos pagos pela Universidade não são suficientes para ajustar o professor àquela atividade. Sempre é preciso que ele tenha outro trabalho, para que possa sustentar sua família. Seguindo esse raciocínio, a universidade ideal seria aquela que pudesse ser subsidiada totalmente pelo governo, mas são tantas as necessidades de universidades que o governo não tem condições de criá-las e mantê-las. A própria pesquisa é uma atividade muito cara e nós

não podemos competir com os países mais ricos. Mas desenvolvemos pesquisas porque usufruímos de cérebros muito inteligentes, que conseguem sobrepor a esse déficit econômico uma produção satisfatória. Mas isso, como já disse, graças ao esforço individual dos pesquisadores; por isso ainda existe produção científica no Brasil. É utópico pensar que o governo possa garantir a sustentabilidade da pesquisa.

Sim, deveria haver uma ajuda da indústria e isso já compromete a individualidade do pesquisador, porque ele não fica inteiramente livre para produzir. O que acontece é que temos cérebros excepcionais que vencem todas essas dificuldades e ainda conseguem produzir. Se você analisar o volume de pesquisas científicas no Brasil, vai ver que a maioria ainda pertence às universidades federais, mas isso é feito com muito esforço. Se você pensar que o Brasil é um país pobre, com déficit muito grande na área social, vai entender o porquê; não acredito que possamos manter tão cedo uma universidade rica e sem problemas. Do outro lado, para o setor produtivo participar disso não é tão simples, porque a indústria quer ver resultados imediatos e não vai subsidiar a pesquisa se não sair algo de bom para ela. Acredito que isso atrapalha muito.

A grande vantagem do mestrado é que permite ao indivíduo iniciar uma formação de pesquisador. Ali ele vai saber se tem condições de fazer pesquisa. Além do mais, o mestrado e o doutorado são condições para o ingresso na carreira universitária. Então, quem tem interesse em fazer carreira científica ou como docente precisa fazer o mestrado, e na seqüência, o doutorado.

Acir Rachid

Nessa evolução docente na Universidade eu acho que existem alguns aspectos atuais que são muito importantes. Houve uma época em que o professor terminava sua atividade, a sua atuação na Universidade, e ia pra casa, ia descansar. Isso acabou. Se o professor não continuar o seu estudo durante o dia inteiro, ele perde seu lugar. Hoje ele tem que ler revistas científicas. Tem que ter conhecimentos genéricos de informática. Ele tem que saber lidar com o computador. Eu, quando fiz minha tese de professor titular, em 1979 ou 77, tinha uma cliente que vinha datilografar as páginas. Errava uma linha e tinha que fazer outra página. Hoje, o aspecto editorial do computador é uma maravilha e isso é um desenvolvimento. Eu acho que é preciso também fazer educação continuada. Mas educação continuada

você imagina que é pro jovem. Não. Educação continuada é pra quem está com o mestrado, quem está com o doutorado. É preciso ter educação pro adulto. Vamos chamar isso de "futurismo". É um pouco diferente a época em que se vivia mais tranqüilamente. O que nós temos de facilidade hoje, com internet e comunicação, é o que muda. Eu acho que esta é uma grande diferença, e a necessidade de que a Universidade fomente isso: educação continuada, educação do adulto, "futurismo" do ensino.

Adyr Soares Mulinari

Me aposentei, acho que em 2002. Agora, eu tinha uma preocupação, depois que eu saí, que me afastei da chefia do departamento, uma preocupação pessoal. Eu tinha doutorado, então eu tinha que formar uma descendência. Tive essa preocupação em orientar algumas teses de mestrado e em orientar uma pessoa em doutorado, pelo menos um doutor eu queria. Eu não podia morrer como professor sem ter formado um doutor! Portanto, eu tinha essa preocupação de não morrer, do ponto de vista de professor, sem formar um descendente acadêmico. E aí apareceu essa oportunidade de trabalho lá nas Ciências Geodésicas, de orientar um colega. E realmente eu não só orientei um, mas orientei dois colegas na parte de doutorado, uma satisfação enorme de missão cumprida.

Carlos A. Picanço de Carvalho

[Sobre a Universidade hoje] A impressão é que mudou muito, muito mesmo. A Universidade evoluiu muito. Na minha época, era algo bem mais limitado. Havia o Curso de Direito e mais nada. Os professores iam lá, davam suas aulas, os alunos compareciam às aulas, faziam aquelas provas, aqueles exames semestrais, depois bimestrais. Colavam grau e mais nada. Hoje, nós temos um curso muito mais intensivo, com trabalhos, com defesa de teses, com pós-graduação, com mestrado, com doutorado. Então, a Universidade se tornou muito mais ativa, muito mais consciente, muito mais produtiva. Isso não havia no meu tempo.

Manoel E. Marques Munhoz

A questão das cotas é bastante controversa, não é? Depende do ponto de vista em que você se coloca. Se você tivesse condições de radicalizar a universalização dos direitos, se você estivesse numa sociedade em que o princípio da universalidade do direito fosse um princípio que ultrapassasse o nível da declaração meramente formal para se transformar em prática, o regime de cotas não se justificaria. Porque, de fato, todos em princípio – e isso é constitucional – têm os mesmos direitos, independentemente de classe, de religião, de credo, qualquer coisa assim. Mas isso é o formalismo de um discurso liberal. As relações sociais não viabilizam esta universalidade do direito, essa oportunização igual. E aí você tem a questão das diferenças culturais derivadas das relações de classes. Mas, em face destas diferenças sociais e da impossibilidade histórica, no capitalismo, de você viver a universalidade do direito, o regime de cotas é uma solução, porque é uma política afirmativa. É uma proteção do Estado com relação ao direito daqueles que, historicamente, não têm tido esse direito materialmente, embora tenham esse direito legalmente. Agora, eu só tenho muita preocupação, ao discutir esta e outras políticas ditas afirmativas. A gente pensa que o horizonte continua sendo a universalidade, mas que não vai ser nunca atingida pelo capitalismo, porque o capitalismo é a lógica da inclusão excludente. E eu continuo fielmente acreditando na possibilidade do socialismo como solução.

Acácia Kuenzer

Blank Page

FONTES

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Fernando de. **As ciências no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1955, 2v.

BALHANA, Altiva Pilatti et al. (Orgs.) **História do Paraná.** Curitiba: Grafipar, 1969, 4v.

BRAND, Jaques & ROCHA, Regina Célia Zaizkzuk. **Do IBPT de Marcos Enrietti ao TECPAR: notas para a história de uma vanguarda científica, 1941-1991**. Curitiba: Ed. Cidade e Campo, 1991. 109 p.

BÜHRER, Nilton Emílio. **50 anos da História da Escola de Química da Universidade Federal do Paraná, 1924-1974.** Curitiba: Setor de Tecnologia da UFPR, 1987. 123 p.

BURMESTER, Ana Maria de O. (Org.). et al. **Universidade Federal do Paraná: 90 anos em construção**. Curitiba: Ed. da UFPR, Edição Comemorativa, 2002. 109 p.

CARNEIRO, David. **Educação, Universidade: História da Primeira Universidade do Brasil**. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1971. 204 p.

CARNEIRO, Milton. **Universidade e ensino**. Curitiba: Requião, 1966. 145 p.

CASTRO, Cláudio Moura. **Ciência e Universidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 96 p.

COELHO, Edmundo Campos. **A sinecura acadêmica: ética universitária em questão**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1988. (São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998, série: Grande Brasil: veredas; 10, 143 p.)

CORDOVA, Rogério de Andrade; GUSSO, Divonzir Arthur; LUNA, Sérgio Vasconcellos de. et al. **A pós-graduação na América Latina: o caso brasileiro**. Brasília : CAPES/ UNESCO/MEC/SESU/CRESALC, 1986. 218 p.

DONI FILHO, Luiz . **História da Escola de Agronomia do Paraná – 1918-1993**. Curitiba: Ed. UFPR, 1995, Série: Memória, n.2, 150 p.

FERRY, Mario Guimarães & MONTOYAMA, Shozo**. História das ciências no Brasil**. São Paulo: USP, 1981, 3 v.

IPARDES. **O Paraná reinventado:** política e governo. Curitiba: IPARDES, 2006. 330p.

LACERDA, Antônio Corrêa de. **O impacto da globalização na economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1999. 155 p, il.

LIMA, Eduardo Correa (Org.). **Victor Ferreira do Amaral e Silva: o reitor de sempre**. Curitiba: Imprensa da UFPR, Coleção Mestres da Universidade Federal do Paraná, 1982. 520 p.

LUNARDI, Maria Elizabeth. **Organização da Ciência no Paraná: contribuição do IBPT**. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Departamento de Política Científica e Tecnológica. Orientadora: Maria Amélia de M. Dantes. Curitiba: Tecpar/Banestado, 1993. 232 f.

MACEDO, A. R. Universidade Federal do Paraná: um pouco de sua história. In: CATÁLOGO da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 1977. 538 p.

MACEDO, José Henrique Pedrosa; MACHADO, Sebastião do Amaral. **A Engenharia Florestal da Universidade Federal do Paraná: história e evolução da primeira do Brasil.** Curitiba: UFPR, 2003. 513 p.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001. 122p.

MARTINS, Carlos Benedito (Org.). **O ensino superior brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 156p.

MIRANDA, Ruy. **A Universidade de sempre e de hoje**. Curitiba: UFPR, 1983. 16f.

MOROSINI, Marilia Costa (Org.). **Universidade e Mercosul**. São Paulo: Cortes, 1994. 308p.

MOROSINI, Marilia Costa; LEITE, Denise. **Universidade e integração no Cone Sul**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992. 135p.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba, SEED, 2001. 121p.

PADIS, Pedro Calil. C. **A formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981. 235p.

PILOTTO, Valfrido. **Universidade Federal do Paraná: primórdios, modernização e vitórias**. Curitiba: IHGEP, Gráfica Vicentina, 1976. 116p.

PROSSER, Elisabeth Seraphim. **Cem anos de sociedade, arte e educação em Curitiba: 1853-1953**. Curitiba: Ed. Assembléia Legislativa do Paraná: Academia Paranaense de Letras, 2004. 301p.

PUPPI, Ildefonso Clemente. **Fatos e reminiscências da Faculdade**. Curitiba: Fundação da UFPR, 1986. 196p.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **Historia da educação brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Cortez, 1991. 180p.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **Historia da Educação no Brasil, 1930-1973**. Petrópolis: Vozes, 1978. 267p.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** São Paulo: Cortez, 1986.

SCHWARTZMAN, Simon. **A formação da comunidade cientifica no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional/FINEP, 1979. 481p.

SIQUEIRA, Márcia Teresinha Andreatta Dalledone. **Curso de Química da Universidade Federal do Paraná: 60 anos de história.** Curitiba: UFPR, 1999. 145p.

SIQUEIRA, Márcia Teresinha Andreatta Dalledone. **História do Diretório Acadêmico Nilo Cairo**. Curitiba: Edição do autor, 2004. 241p.

SIQUEIRA, Márcia Teresinha Andreatta Dalledone. **Faculdade de Direito, 1912-2000, Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: UFPR, 2000. 103p.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Cultura e Educação no Paraná.** Curitiba: SEED, 2001. 134p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. **Rumos da pesquisa: uma história da pesquisa e pós-graduação na UFPR.** Curitiba: UFPR, 1998. 163p.

VELHO, Silvia. **Relações universidade – empresa: desvelando mitos**. Campinas: Autores Associados, 1996. 154p.

VICTOR, Nestor**. A terra do futuro;** impressões do Paraná. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio, 1913, 112p.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **A Universidade do Mate: história da UFPR**. Curitiba: APUFPR, 1985. 189p.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **A Universidade Federal do Paraná: 75 anos**. Curitiba: SBPH, 1987. 116p.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná: 50 anos**. Curitiba: SBPH/PR, 1988. 164p.

SITES

www.capes.gov.br
www.cnpq.br
www.comciencia.br
www.schwartzman.org.br
www.funpar.ufpr.br
www.mec.gov.br
www.ufpr.br

INSTITUIÇÕES

Biblioteca Central da UFPR
Biblioteca da Secretaria de Administração do Paraná
Biblioteca do IPARDES
Biblioteca do Ministério da Fazenda
Biblioteca Publica do Paraná
Casa da Memória da Fundação Cultural de Curitiba
Circulo de Estudos Bandeirantes
Coordenadoria de Planejamento Institucional da PROPLAN – UFPR
Delegacia do MEC no Estado do Paraná
Departamento Estadual de Arquivo Público
Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná
Museu Paranaense

ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS

AMARAL, Prof. Dr. Milton Ferreira do. Entrevista concedida a Andressa Almeida. Curitiba, 17 jul. 2007.

ANJOS, Prof. Amaury Caron dos. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 23 jul. 2007.

ARAGÃO, Prof. Egas D. Moniz de. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 21 ago. 2007.

BACILA, Prof. Metry. Entrevista concedida a Regina H. Cortes. Curitiba, 10 maio 1997.

BIGARELLA, Prof. João José. Entrevista concedida a Jackson Gomes Júnior. Hebdomadário FUNPAR, Curitiba, n. 14, 5 dez. 2006.[1]

BRAND, Prof. Ivo. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 19 jul. 2007.

BÜHRER, Prof. Nilton. Entrevista concedida a Regina H. Cortes. Curitiba, 9 maio 1997.

CAMARGO, Prof. Paulo C. de. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 3 set. 2007.

CARNEIRO, Prof. David da Silva. Entrevista concedida a Regina H. Cortes. Curitiba, 15 dez. 1990.

CARVALHO, Prof. Carlos A. Picanço de. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 29 ago. 2007.

CARNIERI, Prof. Celso. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 10 ago. 2007.

CASTOR, Prof. Belmiro V. Jobim. Entrevista concedida a Jackson Gomes Júnior. Hebdomadário FUNPAR, Curitiba, n. 47, 9 ago. 2007.

CORDEIRO, Prof. Aristides Athayde. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 27 jul. 2007.

COSTA, Prof. Iseu Affonso da. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 11 jul. 2007.

DALMOLIN, Prof. Quintino. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 23 jul. 2007.

DEGASPERI, Prof. Sylvio A. R. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 3 ago. 2007.

DONI FILHO, Prof. Luiz. Entrevista concedida a Regina H. Cortes. Curitiba, 27 maio 1997.

DOTTI, Prof. René Ariel. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 23 ago. 2007.

FARACO, Prof. Carlos Alberto. Entrevista concedida a Jackson Gomes Júnior. Hebdomadário FUNPAR, Curitiba, n. 30, 11 abr. 2007.

FONTANA, Prof. José Domingos. Entrevista concedida a Jackson Gomes Júnior. Hebdomadário FUNPAR, Curitiba, n. 8, 15 out. 2006.

FRANCO SOBRINHO, Prof. Manoel de Oliveira. Entrevista concedida a Regina H. Cortes. Curitiba, 10 jun. 1997.

FREIRE-MAIA, Prof. Newton. Entrevista concedida a Regina H. Cortes. Curitiba, 12 jun. 1997.

---

[1] Hebdomadário FUNPAR. Jornal da Fundação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: www.funpar.ufpr.br. Acesso em: 19/10/2007.

GOMES, Prof. Elgson Ribeiro. Entrevista concedida a Jackson Gomes Júnior. Hebdomadário FUNPAR, Curitiba, n. 51, 6 set. 2007.

GREMSKI, Prof. Waldemiro. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 18 de jul. 2007.

GRIMM, Prof.ª Alice Marlene. Entrevista concedida a Jackson Gomes Júnior. Hebdomadário FUNPAR, Curitiba, n. 27, 13 mar. 2007.

HELM, Prof.ª Cecília Maria Vieira. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 16 ago. 2007.

HOSOKAWA, Prof. Roberto Tuyoshi. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 16 ago. 2007.

IACOMINI, Prof. Marcello. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 8 ago. 2007.

KOTZE, Prof.ª Lorete Maria da Silva. Entrevista concedida a Jackson Gomes Júnior. Hebdomadário FUNPAR, Curitiba, n. 38, 6 jun 2007.

KUENZER, Prof.ª Acácia Zeneida. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 5 out. 2007.

LAROCA, Prof. Sebastião. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 26 jul. 2007.

MACEDO, Prof. José Henrique Pedrosa. Entrevista concedida a Jackson Gomes Júnior. Hebdomadário FUNPAR, Curitiba, n. 33, 3 maio 2007.

MACEDO, Prof. José Henrique Pedrosa. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 12 jul. 2007.

MACHADO, Prof. Sebastião do Amaral. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 3 ago. 2007.

MANGRICH, Prof. Antônio Salvio. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 17 jul. 2007.

MEDINA, Prof. José. Entrevista concedida a Regina H. Cortes. Curitiba, 20 nov. 1990.

MEISTER, Prof. Rubens. Entrevista concedida a Regina H. Cortes. Curitiba, 19 maio 1997.

MELO, Prof. Luciano Loureiro de. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 25 jul. 2007.

MERCER, Prof. José Luiz da Veiga. Entrevista concedida a Regina H. Cortes. Curitiba, 26 ago. 1997.

MINARDI, Prof. Ítalo. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 30 jul. 2007.

MOREIRA FILHO, Prof. Hermes. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 27 jul. 2007.

MORO, Prof.ª Maria Lucia F. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 10 ago. 2007.

MOURE, Prof. Pe. Jesus Santiago. Entrevista concedida a Regina H. Cortes. Curitiba. 19 ago. 1997.

MULINARI, Prof. Adyr Soares. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 25 jul. 2007.

MUNHOZ, Prof. Manoel E. Marques. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 5 set. 2007.

PARANHOS, Prof.ª Wanda Maria M. da Rocha. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 20 jul. 2007.

PAVÃO, Prof.ª Zélia Milléo. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 9 ago. 2007.

PÉLLICO NETTO, Prof. Sylvio. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 26 jul. 2007.

PEREIRA, Prof. Armando Martins. Entrevista concedida a Jackson Gomes Júnior. Hebdomadário FUNPAR, Curitiba, n. 10, 7 nov. 2006.

RACHID, Prof. Acir. Entrevista concedida a Jackson Gomes Júnior. Hebdomadário FUNPAR, Curitiba, n. 55, 3 out. 2007.

ROMANÓ, Prof. Dante. Entrevista concedida a Regina H. Cortes. Curitiba, 2 maio 1997.

SALAMUNI, Prof. Eduardo. Entrevista concedida a Jackson Gomes Júnior. Hebdomadário FUNPAR, Curitiba, n. 19, 10 jan. 2007.

SANTANA, Prof. Luís Vamberto. Relato apresentado por ocasião da Comemoração dos 62 Anos do Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Curitiba, 21 set. 2007.

SAVYTZKY, Prof. Taras. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 16 jul. 2007.

SAWADA, Prof. Toshiyuki. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 17 ago. 2007.

SILVA, Prof. Glauco. Entrevista concedida a Regina H. Cortes. Curitiba, 20 abr. 1997.

SPITZNER, Prof. Reinaldo. Entrevista concedida a Regina H. Cortes. Curitiba, 11 nov. 1990.

STEINER JÚNIOR, Prof. Pedro. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 18 jul. 2007.

TEIXEIRA, Prof. José Luiz. Entrevista concedida a Ulf G. Baranow. Curitiba, 14 ago. 2007.

TOURINHO, Prof. Luiz Carlos. Entrevista concedida a Regina H. Cortes. Curitiba, 30 abr. 1997.

ZANCAN, Prof.ª Glaci T. Entrevista concedida a Regina H. Cortes. Curitiba, 10 nov. 1990.

GALERIA DOS REITORES 1912-2007

Compilação de
Ulf G. Baranow, Márcio de F. Tomaz e Ariane M. Côrtes
Fotografia Digital:
Luciano Silva, Maxwell Schner e Grupo de Pesquisa
Imago/UFPR



Blank Page



VICTOR FERREIRA DO AMARAL E SILVA

1ª gestão: 19/12/1912 a 25/05/1918
2ª gestão: 06/07/1946 a 06/06/1948

DADOS PESSOAIS
- Natural do município da Lapa
- Nasceu em 9 de dezembro de 1862
- Faleceu em 2 de fevereiro de 1953

FORMAÇÃO ESCOLAR E ACADÊMICA
- Colégio Abílio, Rio de Janeiro (1874-78)
- Imperial Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1878-84)
- Doutor em Medicina (22/12/1884)

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Educador
- Fundador da Universidade do Paraná com Dr. Nilo Cairo da Silva e outros (19 de dezembro de 1912)
- Primeiro Reitor ("Diretor") da Universidade do Paraná até o desmembramento da instituição (1912-18)*
- Catedrático de Obstetrícia e Ginecologia da Faculdade de Medicina do Paraná (1913-48)
- Diretor da Faculdade de Medicina do Paraná (1918-1946)
- Reitor da Universidade do Paraná restaurada (biênio 1946-48)

Médico
- Exercício da Medicina em Curitiba (a partir de 1885)
- Médico legista (1897)
- Médico do Hospital da Misericórdia (1898-1932)
- Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Paraná (1902)
- Sócio-fundador da Sociedade Médica do Paraná e da Sociedade Médica dos Hospitais
- Fundador da Maternidade do Paraná (1914) e de sua sede própria, mais tarde nominada "Maternidade Victor do Amaral" (1930)

Homem público
- Intendente Municipal (Prefeito) de Curitiba (1890)
- Deputado da Assembléia Constituinte do Estado (1891)
- Vice-Presidente do Estado (1900-04)
- Diretor-Geral da Instrução Pública e Diretor do Ginásio Paranaense (1900-04)
- Diretor da Saúde Pública do Estado
- Deputado Estadual e Federal, simultaneamente (1906)

DISTINÇÕES
- Grande Benemérito da Universidade do Paraná (22/12/1949)
- Cidadão Honorário de Curitiba

---

* Em 1918, a Universidade do Paraná foi desmembrada nas Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia (Decreto-Lei nº 11.530 de 18/03/1915), mas continuou a existir *de facto* até sua restauração *de jure* pelo Governo Federal, em 06/06/1946.



JOÃO RIBEIRO DE MACEDO FILHO

Gestão 06/07/1948 a 04/08/1949

DADOS PESSOAIS

- Natural de Campo Largo, PR
- Nasceu em 21 de setembro de 1883
- Faleceu em 4 de agosto de 1949

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo (1908)

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Participou da fundação da Universidade do Paraná, com os professores Victor Ferreira do Amaral, Nilo Cairo da Silva e outros (1912)
- Professor do Curso de Comércio, agregado à Faculdade de Direito, nas disciplinas de Direito Comercial, Prática Jurídica Comercial, Legislação de Fazenda e Aduaneira (1912 em diante)
- Consultor Jurídico da Prefeitura de Curitiba (1925-30)
- Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado (1945)
- Co-signatário da Convenção de Restauração da Universidade do Paraná, em solenidade na presença do Ministro da Educação, Ernesto Souza Campos, em Curitiba (01/04/1946)
- Reitor eleito para o biênio 1948-50, faleceu em exercício do cargo, em 4 de agosto de 1949



FLÁVIO SUPLICY DE LACERDA

1ª gestão: 04/08/1949 a 29/05/1964
2ª gestão: 29/05/1967 a 30/05/1971

DADOS PESSOAIS
- Natural da Lapa, PR
- Nasceu em 4 de outubro de 1903
- Faleceu em 1º de julho de 1983

FORMAÇÃO ACADÊMICA
- Engenheiro Civil pela Escola Politécnica de São Paulo (1928)

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL
- Professor interino da Escola de Engenharia do Paraná (1930)
- Catedrático de Resistência dos Materiais, da Escola de Engenharia do Paraná (1933)
- Vice-Reitor eleito em 25/07/1948 (gestão do Reitor João Ribeiro Macedo Filho)
- Reitor de 4 de agosto de 1949 a 29 de maio de 1964
- Ministro da Educação e Cultura (julho de 1964 a janeiro de 1966)
- Reitor de 29 de maio de 1967 a 30 de maio de 1971

DISTINÇÕES
- Medalha de Ouro do Mérito do Engenheiro Brasileiro
- Medalha Especial de Ouro, conferida pelo Conselho Universitário da UFPR
- Mérito de Ouro pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura
- Cidadão Honorário de Curitiba



JOSÉ NICOLAU DOS SANTOS

Gestão 29/05/1964 a 29/05/1967

DADOS PESSOAIS
- Nasceu em 19 de janeiro de 1908
- Faleceu em 10 de dezembro de 1982

FORMAÇÃO ACADÊMICA
- Bacharel em Direito

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL
- Professor do Colégio Estadual do Paraná (1937-45)
- Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná (1945-58)
- Docente-Livre de Direito Institucional Público (1946)
- Catedrático de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia da UFPR (1952)
- Catedrático de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da UFPR (1957)
- Diretor do Instituto de Ciências Sociais e Direito Comparado da UFPR (1964)
- Reitor na gestão de 29 de maio de 1964 a 29 de maio de 1967
- Diretor do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR (1976)

DISTINÇÃO
- Professor Emérito da UFPR (1968)



ALGACYR MUNHOZ MAEDER

Gestão 31/05/1971 a 22/04/1973

DADOS PESSOAIS
- Natural de Curitiba
- Nasceu em 22 de abril de 1903
- Faleceu em 29 de dezembro de 1975

FORMAÇÃO ACADÊMICA
- Engenheiro Civil pela Escola de Engenharia do Paraná (1926)

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL
- Professor do Ginásio Paranaense (1926-38)
- Co-Fundador do Instituto de Engenharia do Paraná (1926)
- Catedrático de Física da Escola de Engenharia do Paraná (1933)
- Prefeito de Curitiba (01/03/1946- 28/09/1946)
- Catedrático de Geometria da Faculdade de Filosofia da UFPR (1959)
- Diretor do Instituto de Física da UFPR (1959-69)
- Diretor do Instituto de Matemática da UFPR (1963)
- Diretor da Faculdade de Engenharia da UFPR (1968-71)
- Reitor na gestão de 31 de maio de 1971 a 22 de abril de 1973

DISTINÇÃO
- Professor Emérito da UFPR



THEODÓCIO JORGE ATHERINO

Gestão 30/10/1973 a 30/10/1977

DADOS PESSOAIS
- Natural de Florianópolis, SC
- Nasceu em 28 de abril de 1923
- Faleceu em 14 de outubro de 1997

FORMAÇAO ACADÊMICA
- Engenheiro Civil pela Escola de Engenharia do Paraná (1946)

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL
- Assistente da Cadeira de Mecânica Racional na Escola de Engenharia do Paraná(1946-49)
- Catedrático de Matemática (Cálculo Numérico) da Escola de Engenharia da UFPR (1960)
- Chefe do Departamento de Matemática da Faculdade de Engenharia da UFPR (1968-70)
- Reitor na gestão de 30 de outubro de 1973 a 30 de outubro de 1977
- Pró-Reitor de Ensino e Pesquisa da UFPR (1982-86)

DISTINÇÃO
- Cidadão Honorário de Curitiba (1978)



OCYRON CUNHA

Gestão 30/10/1977 a 22/03/1982

DADOS PESSOAIS
- Natural de Rio do Sul, SC
- Nasceu em 17 de março de 1930

FORMAÇÃO ACADÊMICA
- Bacharel em Ciência Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFPR (1955)
- Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da UFPR (1957)

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL
- Professor-Adjunto da Faculdade de Economia e Administração – FEA/UFPR (1966)
- Professor Titular do Departamento de Administração Geral e Aplicada da UFPR (1959-89)
- Chefe do Departamento de Administração Aplicada da FEA/UFPR (1973)
- Pró-Reitor de Assuntos Comunitários da UFPR (1973-74)
- Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFPR (1974)
- Reitor na gestão de 30 de outubro de 1977 a 22 de março de 1982
- Vice-Presidente do CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (1980-82)



ALCY JOAQUIM RAMALHO

Gestão 26/04/1982 a 20/04/1986

DADOS PESSOAIS
- Natural de Ponta Grossa, PR
- Nasceu em 9 de abril de 1930

FORMAÇÃO ACADÊMICA
- Engenheiro Civil pela Escola de Engenharia da UFPR (1955)

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL
- Instrutor de Ensino na Escola de Engenharia da UFPR (1960-67)
- Professor-Assistente (1966) e Professor-Adjunto (1977) do Departamento de Construção Civil da Escola de Engenharia da UFPR
- Chefe do Departamento de Construção Civil do Setor de Tecnologia da UFPR (1973-79)
- Diretor do Setor de Tecnologia da UFPR (1980)
- Reitor na gestão de 26 de abril de 1982 a 26 de abril de 1986

DISTINÇÃO
- Diploma de Honra ao Mérito pela UFPR (1980)



RIAD SALAMUNI

Gestão 28/04/1986 a 28/03/1990

DADOS PESSOAIS

- Natural de Ponta Grossa, PR
- Nasceu em 7 de setembro de 1927
- Faleceu em 30 de novembro de 2002

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Bacharel em História Natural pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL/UFPR (1951)
- Licenciado em História Natural pela FFCL (1952)
- Especialização em Geologia (Geomorfologia), como bolsista da CAPES, pela University of Miami e pela Northwestern University – Chicago, EUA (1955)

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Instrutor de Geologia Física e e Paleontologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL/UFPR (1953)
- Docente Livre em Geologia e Paleontologia (1966)
- Professor Titular (1967)
- Diretor do Instituto de Geologia (1969), do Instituto Básico de Geociências (1971) e do Instituto de Geociências (1972) da UFPR
- Reitor na gestão de 28 de abril de 1986 a 28 de março de 1990



CARLOS ALBERTO FARACO

Gestão 27/04/1990 a 26/04/1994

DADOS PESSOAIS
- Natural de Curitiba, PR
- Nascido em 20 de maio de 1950

FORMAÇÃO ACADÊMICA
- Graduação em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1972)
- Mestrado em Lingüística pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (1978)
- Doutorado em Lingüística pela University of Salford, Inglaterra (1982)
- Pós-Doutorado em Lingüística, na University of California, EUA (1995- 96)

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL
- Auxiliar de Ensino no Departamento de Lingüística, Letras Clássicas e Vernáculas do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes – SCHLA/UFPR (1974)
- Professor Assistente (1980); Professor Adjunto (1983)
- Presidente da Associação Brasileira de Lingüística ABRALIN (1985-87)
- Pró-Reitor de Graduação da UFPR (1986-88)
- Chefe do Departamento de Lingüística, Letras Clássicas e Vernáculas (1988-89)
- Reitor na gestão de 27 de abril de 1990 a 26 de abril de 1994
- Professor Titular (1995)
- Professor Sênior do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPR (1999-06)

DISTINÇÃO
- Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia, na área de Humanidades, pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (1999)



JOSÉ HENRIQUE DE FARIA

Gestão 26/04/1994 a 26/04/1998

DADOS PESSOAIS

- Natural de Curitiba, PR
- Nascido em 3 de janeiro de 1950

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Graduação em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração e Economia – FAE/PR (1974)
- Mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGA/UFRGS (1979
- Doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo – FEA/USP (1984)
- Pós-Doutorado pelo Institute of Labor and Industrial Relations, University of Michigan, EUA (2003)

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Professor Assistente na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG (1976-80)
- Coordenador de Estudos Especiais do Conselho de Desenvolvimento Industrial, CDI/MIC, Brasília (1981-84)
- Professor da FAE/PR (1985-89)
- Professor Adjunto do Setor de Ciências Sociais Aplicadas – SCSA/UFPR (1986-91)
- Professor Titular do SCSA/UFPR (1989-2005)
- Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças da UFPR (1990-94)
- Reitor na gestão de 26 de abril de 1949 a 26 de abril de 1998



CARLOS ROBERTO ANTUNES DOS SANTOS

Gestão 26/04/1998 a 25/04/2002

DADOS PESSOAIS

- Natural de Porto Alegre
- Nascido em 23 de janeiro de 1945

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Licenciado em História pela UFPR (1966)
- Mestrado em História pela UFPR (1966)
- Doutorado em História da América Latina pela Universidade de Paris X, Nanterre, França (1976)
- Pós-Doutorado em História da América Latina pela Universidade de Paris X, Nanterre (1986)

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Professor Assistente do Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes - SCHLA/UFPR
- Professor Titular da UFPR
- Presidente da Associação dos Professores – APUFPR (1981-83)
- Chefe do Departamento de História (1989-90)
- Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (1990-93)
- Diretor do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes – SCHLA/UFPR (1994-98)
- Reitor na gestão de 26 de abril de 1998 a 25 de abril de 2002
- Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES (2000-01)
- Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação – SeSu/MEC (2003-04)
- Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História, da UFPR (gestão de 2007-09)

DISTINÇÕES RECEBIDAS

- Cidadão Honorário de Curitiba (2002)
- Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia na área das Humanidades, pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (2002)
- Membro da Academia Paranaense de Letras (2002)



CARLOS AUGUSTO MOREIRA JÚNIOR

1ª Gestão: 29 /04/ 2002 a 24 /04 /2006
2ª Gestão: 25 /04 /2006 a 04 / 2010

DADOS PESSOAIS
- Natural de Curitiba, PR
- Nascido em 30 dezembro de 1958

FORMAÇÃO ACADÊMICA
- Graduação em Medicina na UFPR (1981)
- Mestrado em Medicina (Oftalmologia) na Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (1986)
- Doutorado em Medicina (Oftalmologia) na Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (1989)
- Especialização em Retina na University of California, EUA (1987-88)

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL
- Professor Titular de Oftalmologia da UFPR (desde 1990)
- Chefe do Departamento de Oftalmo-Otorrinolaringologia (1991-95)
- Professor Visitante da Yale University, EUA (1995)
- Diretor Clínico do Hospital de Clínicas da UFPR (1996-97)
- Presidente da Sociedade Brasileira de Retina (1996-98)
- Fundador do Banco de Olhos do Hospital de Clínicas da UFPR (1997)
- Diretor do Setor de Ciências da Saúde da UFPR (1998-02)
- Fundador do Curso de Pós-Graduação em Oftalmo-Otorrinolaringologia (1998) e seu Coordenador (1998-2002)
- Reitor da Universidade Federal do Paraná (1º mandato: 2002-06; reeleito para 2º mandato: 2006-10)

DISTINÇÕES
- Prêmio Varilux Sênior em Oftalmologia (1989)
- Prêmio Varilux Master em Oftalmologia (1995)
- Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia, na área da Saúde, pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (1998)
- Vulto Emérito de Curitiba (2000)

Editora UFPR

Este livro foi composto em Candida BT e Perpetua e impresso em off set, em papel couché fosco gramatura de 120g/m² para o miolo e papel couché fosco gramatura 150g/m² para a capa, pela Gráfica Fotolaser para a Editora UFPR, em dezembro de 2007.

ISBN 857335194-2









